Entre mares, colinas, montanhas e serras - recursos ambientais e práticas sociais:
o caso de **São José dos Campos (SP)** e contribuições **californianas**

Michele de Sá Vieira
2019

Entre mares, colinas, montanhas e serras - recursos ambientais e práticas sociais:
o caso de **São José dos Campos (SP)** e contribuições **californianas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Michele de Sá Vieira
2019

Orientador
Prof. Dr. Eugênio Fernandes Queiroga

Área de Concentração
Paisagem e Ambiente

São Paulo
2019

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Vieira, Michele
Entre mares, colinas, montanhas e serras – recursos ambientais e práticas sociais: o caso de São José dos Campos (SP) e contribuições californianas / Michele Vieira; orientador Eugênio Fernandes Queiroga. – São Paulo, 2019.
494 p.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Paisagem e Ambiente.

1. Paisagem. 2. Meio Ambiente. 3. Políticas Públicas. 4. Sistema de Espaços Livres Público. I. Queiroga, Eugênio Fernandes, orient. II. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <<http://www.fau.usp.br/fichacatalografica/>>

Exemplar revisado e alterado em relação à versão original sob a responsabilidade da autora e anuência do orientador. A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 9 de julho de 2019.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

e-mail: michelesa@usp.br

Agradecimentos

Por todos os caminhos, há sempre as melhores lembranças. Nos meus agradecimentos, registro os melhores amigos, os técnicos altamente qualificados, as pessoas que trazem muita alegria para a minha família, em especial as crianças lindas, e os orientadores que contribuíram imensamente para o meu desenvolvimento acadêmico.

Ao Pedro Vieira, meu marido, por
nossa vida juntos.

Resumo

Dois objetos com ricas estruturas ambientais e paisagens relevantes são analisados: São José dos Campos e San Luis Obispo. A reflexão sobre o município paulista, com contribuições californianas, possibilita ampliar a análise para além dos padrões estabelecidos em São José dos Campos, ao observar, especialmente, os contrastes entre a forma como a área urbanizada se relaciona com a paisagem e o ambiente, a qualidade dos Sistemas de Espaços Livres de Interesse Público, as estruturas de gestão e os resultados que suas ações produzem sobre o espaço. A base conceitual utilizada para subsidiar as avaliações dos Sistemas de Espaços Livres de Interesse Público aproximado e ampliado para São José dos Campos e San Luis Obispo se apoia em três conceitos: paisagem, meio ambiente e Sistema de Espaços Livres de Interesse Público de lazer e conservação. Os espaços livres de lazer e conservação, que compõem os sistemas, são verificados em ambos objetos a fim de conhecer suas categorias, funções, distribuição e qualidades. Investiga-se a forma como a população utiliza os espaços livres de lazer e conservação, considerando os usos, as frequências, a percepção que possui dos espaços e os hábitos culturais. A implantação dos espaços livres de interesse público de lazer e conservação são avaliadas, compreendendo que o nível da qualificação do sistema (bom – São José dos Campos / ótimo – San Luis Obispo) envolve a qualificação dos recursos potenciais, dos espaços qualificados provenientes das estruturas de gestão pública, das pressões da iniciativa privada, dos poderes Legislativo e Judiciário e movimentos sociais que atuam na produção do espaço. Esses fatores, associados às distintas realidades socioeconômicas e ao suporte físico, interferem na qualificação do sistema.

Palavras-chave: Paisagem. Meio Ambiente. Sistema de Espaços Livres de Interesse Público. Políticas públicas. Estruturas de gestão públicas.

Abstract

Two places with rich environmental structures and vital landscapes are analysed: São José dos Campos and San Luis Obispo. Its reflections on the “Paulista district”, discussed together with the Californian setting, may help improve future open space analysis beyond the established standards in São José dos Campos, when observing, in particular, the differences between the way urban areas are interconnected with the landscape and the environment, the quality of the Open Space System of Public Interest, the open space management structures and the results which management actions produce in space. The conceptual basis used to support the evaluations from Open Space System of Public Interest nearly and expanded to São José dos Campos and San Luis Obispo relies on three concepts: landscape, environment and the Open Space System of Public Interest of leisure and conservation. The open spaces of leisure and conservation which are part of the system are analysed in both due to know the categories: functions, distribution and qualities. There is also an investigation of how the population use open spaces for leisure and conservation, considering the uses, the frequency, and the perceptions that users have of these spaces and cultural habits. The implementation of open spaces from public interest of leisure and conservation are analysed, understanding the classified levels from system (good – São José dos Campos; great – San Luis Obispo) which involves the eligible potential resources, the public space itself coming from the structures of public management, private initiative pressures, also from Judiciary and Legislative Power and social movements that act in the production of the space. All this combination of factors related to different socio-economic realities and levels of physical support interfere in how a space can be qualified.

Key-words: Landscape. Environment. Open Space System of Public Interest. Public policies. Structures of public management.

Lista de Figuras

Figura 1. Loteamento Altos da Serra V, SJC.....	55
Figura 2. Região oeste, SJC	56
Figura 3. Loteamento Chácara Serimbura, SJC.....	65
Figura 4. Projeto residencial na região de São Francisco Xavier, SJC	68
Figura 5. Central Park, Manhattan, Nova Iorque	73
Figura 6. Redwood National and State Parks, Sequoias Gigantes, Califórnia.....	74
Figura 7. Mapa do Uso do Solo da várzea do rio Paraíba do Sul, SJC.....	78
Figura 8. Espaços livres destinados à passagem da Linha de Transmissão, SJC.....	98
Figura 9. Parque da Cidade, SJC.....	99
Figura 10. Praça João Mendes, SJC.....	98
Figura 11. Praça Afonso Pena, SJC.....	98
Figura 12. Mares de morros, montanhas florestadas e serra da Mantiqueira, SJC	100
Figura 13. Várzea do rio Paraíba do Sul, SJC.....	100
Figura 14. Empresas e instituições, SJC.....	103
Figura 15. Instalações da Embraer, SJC.....	104
Figura 16. Refinaria Henrique Lage, SJC.....	104
Figura 17. Anel viário, SJC	107
Figura 18. Redes ferroviárias, principais ruas, avenidas e rodovias com suas interligações, SJC.....	108
Figura 19. Rua Senador Teotônio Vilela (anel viário), SJC.....	109
Figura 20. Rodovia federal Presidente Dutra, SJC	110
Figura 21. Fragmentos de matas na rodovia federal Presidente Dutra, SJC	110
Figura 22. Rodovia dos Tamoios, SJC	111
Figura 23. Serra da Mantiqueira e São Francisco Xavier, SJC.....	112
Figura 24. Posicionamento de SJC em relação à Região Metropolitana do Vale do Rio Paraíba e Litoral Norte e à Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, SJC	113
Figura 25. Vegetação da Região Metropolitana do Vale do Rio Paraíba e Litoral Norte, SJC	115

Figura 26. Remanescentes de vegetação natural, SJC	117
Figura 27. Bacia Hidrográfica e sub-bacias do rio Paraíba do Sul, SJC.....	119
Figura 28. Rio Paraíba do Sul no trecho de São Paulo.....	120
Figura 29. Sub-bacias hidrográficas, SJC.....	123
Figura 30. Córrego Senhorinha, SJC	124
Figura 31. Rio do Peixe, SJC.....	124
Figura 32. Altitudes, SJC	125
Figura 33. Corpos d’água, SJC.....	127
Figura 34. Área de Proteção Ambiental III, SJC.....	128
Figura 35. Macrozonas, Zona Rural e Zona Urbana, SJC.....	129
Figura 36. Sete regiões, SJC.....	130
Figura 37. Densidades demográficas e parques por regiões, SJC.....	133
Figura 38. Rendas domiciliares e parques por regiões, SJC.....	134
Figura 39. Índices de Desenvolvimento Humano Municipal e parques por regiões, SJC.....	135
Figura 40. Zona de Domínio de Curso D’Água, Área de Controle à Impermeabilização e corpos d’água por regiões, SJC	137
Figura 41. Espaços livres de lazer e conservação, região centro, SJC	140
Figura 42. Espaços livres consolidados, região centro, SJC.....	143
Figura 43. Av. Manoel Borba Gato, região centro, SJC.....	144
Figura 44. Sistemas de Espaços Livres Públicos, região centro, SJC	145
Figura 45. Loteamento irregular Capão Grosso I, SJC.....	147
Figura 46. Espaços livres de lazer e conservação, região leste, SJC	148
Figura 47. Loteamento irregular Santa Cecília II, SJC.....	149
Figura 48. Espaços livres consolidados, região leste, SJC.....	151
Figura 49. Parque Cambuí, SJC.	152
Figura 50. Sistemas de Espaços Livres de Interesse Público, região leste, SJC	153
Figura 51. Espaços livres de lazer e conservação, região sul, SJC	155
Figura 52. Espaços livres consolidados, região sul, SJC.....	157
Figura 53. Sistema de Espaços Livres de Interesse Público, região sul, SJC.....	159
Figura 54. Espaços livres de lazer e conservação, região oeste, SJC.....	161
Figura 55. Calçada e ciclovia, localizadas no perímetro da várzea do rio Paraíba do Sul, SJC.....	163

Figura 56. Espaços livres consolidados, região oeste, SJC.....	164
Figura 57. Sistema de Espaços Livres de Interesse Público, região oeste, SJC	166
Figura 58. Sistema de Espaços Livres de Interesse Público de lazer e conservação existentes e previstos, SJC	173
Figura 59. Loteamento Vila Cristina, vista do rio Paraíba do Sul, região norte, SJC	174
Figura 60. Av. Anchieta, região centro, SJC	175
Figura 61. Av. São José, região centro, SJC	175
Figura 62. Loteamento Vila Dirce, região norte, SJC	175
Figura 63. Faixa de servidão da linha de transmissão, SJC	176
Figura 64. Parque Senhorinha ao longo da avenida Salinas, SJC	177
Figuras 65. Praça Afonso Pena e praça da Matriz, SJC	179
Figuras 66. Praças 1º de Maio e Mário César Porto, SJC	179
Figura 67. Parque Ribeirão Vermelho, SJC.....	181
Figura 68. Parque Santos Dumont, SJC	183
Figura 69. Parque Santos Dumont, SJC.....	183
Figura 70. Loteamento Jardim Apolo I, SJC	185
Figura 71. Parque Vicentina Aranha, SJC.....	186
Figura 72. Parque Vicentina Aranha: pavilhões, capela e gruta, SJC.....	187
Figura 73. Parque Vicentina Aranha, SJC.....	187
Figura 74. Parque Vicentina Aranha, apresentação da Orquestra Sinfônica de São José dos Campos	188
Figura 75. Parque Municipal Roberto Burle Marx (parque da Cidade), SJC	190
Figura 76. Parque da Cidade, SJC.....	191
Figura 77. Casa Olivo Gomes, lago, SJC	192
Figura 78. Parque da Cidade, SJC	192
Figura 79. Casa Olivo Gomes, jardins projetados por Roberto Burle Marx, SJC.....	193
Figura 80. Parque Alberto Simões, região norte, SJC	195
Figuras 81. Parque Alberto Simões, região norte, SJC	196
Figura 82. Parque Maestro Sérgio Weiss, SJC	198
Figura 83. Parque Maestro Sérgio Weiss, SJC.....	199
Figura 84. Parque Ecológico Sérgio Sobral de Oliveira, equipamentos para prática de esportes, SJC	201

Figura 85. Parque Ecológico Sérgio Sobral de Oliveira, SJC.....	201
Figura 86. Parque Alambari, localização, SJC.....	203
Figura 87. Parque Alambari, equipamentos e parte da mata ciliar, SJC	204
Figura 88. Parque Pousada do Vale, SJC.....	206
Figura 89. Parque Pousada do Vale, localização, SJC	207
Figura 90. Parque Senhorinha (fase 1), SJC.....	209
Figuras 91. Córrego Senhorinha, SJC.....	210
Figura 92. Parque Ayrton Senna da Silva, lagoa, SJC	212
Figura 93. Parque Ayrton Senna da Silva, localização, SJC	213
Figura 94. Parque Caminho das Garças, SJC.....	215
Figura 95. Parque Caminho das Garças, SJC.....	216
Figura 96. Parque Ribeirão Vermelho (região oeste), quadra poliesportiva e loteamento Reserva do Paratehy, SJC.....	218
Figuras 97. Parque Ribeirão Vermelho, SJC.....	218
Figuras 98. Parque Ribeirão Vermelho, equipamentos, SJC	219
Figura 99. Sistemas de Espaços Livres de Interesse Público de conservação, SJC	225
Figura 100. Parque Augusto Ruschi, localização, SJC.....	228
Figura 101. Zona de Amortecimento no entorno do parque Natural Augusto Ruschi, SJC	229
Figura 102. Fazenda Boa Vista, SJC.....	230
Figura 103. Parque Natural Augusto Ruschi, trilhas, SJC.....	230
Figura 104. Ambiente-Banhado, SJC	232
Figura 105. Parque Natural Municipal do Banhado, SJC.....	233
Figura 106. Parque Natural Municipal do Banhado, SJC.....	234
Figura 107. Ambiente-Banhado, SJC.....	235
Figura 108. Parque Natural Municipal Augusto Ruschi, SJC.....	237
Figura 109. Loteamento Residencial Esplanada do Sol, SJC.....	238
Figura 110. Av. Prof. Alfredo Fernandes de Almeida, SJC.....	240
Figura 111. Loteamento Jardim das Indústrias, SJC.....	241
Figura 112. Loteamentos Residenciais Jaguary, Colinas do Paratehy e Reserva do Paratehy, localização, SJC.....	242
Figura 113. Várzeas do rio Paraíba do Sul e Jaguari, SJC.....	244

Figura 114. Sanatório Vicentina Aranha, SJC.....	249
Figura 115. Linha do Tempo 1.....	250
Figura 116. Linha do Tempo 2	252
Figura 117. Linha do Tempo 3.....	254
Figura 118. Evolução da mancha urbana, 1910 a 2017, SJC	262
Figura 119. Cruzamento das Áreas de Preservação Ambiental nas esferas de governo, SJC.....	269
Figura 120. APA da represa do Jaguari, SJC.....	268
Figura 121. Conjunto das Áreas de Preservação Ambiental, SJC	270
Figura 122. Estado da Califórnia, oito regiões.....	294
Figura 123. Delimitação dos cinco distritos, San Luis Obispo (SLO), condado	295
Figura 124. Uso e Ocupação do Solo, SLO.....	299
Figura 125. Espaços Livres de Interesse Público, SLO.....	300
Figura 126. French Park, SLO	302
Figura 127. Sistema de Espaços Livres de Interesse Público Aproximado, SLO	304
Figura 128. Sistema de Espaços Livres de Interesse Público Ampliado, SLO, costa da Califórnia	305
Figura 129. Downtown, SLO (cidade)	307
Figuras 130. Downtown, SLO (cidade)	308
Figuras 131. Downtown, atividades, SLO (cidade).....	310
Figuras 132. Mission Plaza, SLO (cidade)	311
Figuras 133. San Luis Obispo Creek, SLO (cidade)	312
Figuras 134. Downtown, transposições entre ruas comerciais, SLO (cidade).....	313
Figuras 135. Passagens entre a Higuera e Monterey Street, SLO.....	314
Figuras 136. Passagens entre a Marsh e Higuera Street, SLO (cidade)	316
Figuras 137. Beco dos Chicletes, Higuera Street, SLO (cidade)	318
Figuras 138. Morro Rock, Morro Bay, SLO (condado).....	319
Figuras 139. Avila Pier, SLO (condado).....	320
Figuras 140. Pismo Beach, atividades turísticas, SLO (condado).....	322
Figuras 141. Hardford Pier e Pecho Coast Trail, SLO (condado)	322
Figuras 142. Parque Estadual Montaña de Oro, SLO (condado)	323
Figuras 143. Cerro San Luis Obispo e Bishop Peak, SLO (cidade)	325

Figuras 144. Sequência de picos vulcânicos e Santa Lucia Range, SLO (cidade e condado).....	325
Figuras 145. Bishop Peak, atividades de esporte e lazer, SLO (cidade)	326
Figuras 146. Parque Tongva, Los Angeles, Santa Mônica	330
Figura 147. Meadow Park & Neighborhood Center, SLO (cidade)	335
Figuras 148. Damon - Garcia Sports Complex, SLO (cidade).....	336
Figura 149. Áreas de cultivo agrícola e corpos d’água entre as montanhas Irish Hills e Santa Lucia Range, SLO (cidade).....	337
Figura 150. Edna Valley, Santa Lucia Range e Islay Peak, SLO (condado).....	338
Figura 151. Altitudes e localização, SLO (condado).....	339
Figura 152. Picos vulcânicos, localização	340
Figura 153. Falhas geológicas, localização, SLO (cidade)	343
Figura 154. Classificação da vegetação, SLO (condado)	344
Figura 155. Organograma da estrutura de gestão, SLO (cidade)	352
Figura 156. Organograma da estrutura de gestão, SLO (condado)	358
Figuras 157. Highway 101 e paisagem próxima ao Hearst Castle, SLO (cidade e condado)	365
Figura 158. Trecho de praia ao longo da Highway 101, SLO (condado)	365
Figuras 159. Linha férrea, Railroad Recreation Trail, SLO (cidade)	366
Figura 160. Parte da rodovia Presidente Dutra, SJC	367
Figura 161. Principais rios e lagos, localização, SLO (condado)	375
Figura 162. Pequeno corpo d’água com vegetação nativa de grande porte na área urbanizada, SLO (cidade)	376
Figuras 163. Vistas de SLO (cidade).....	378
Figuras 164. Santa Lucia Range, Santa Rosa Street e Downtown, SLO (cidade)	380
Figura 165. Cerro San Luis e centro comercial California Market na Foothill Street, SLO (cidade).....	381
Figura 166. San Luis Obispo vista a partir da Irish Hills Natural Reserve, área urbanizada e atividade com bicicleta	382
Figuras 167. Ocupações irregulares de baixa renda (Canindú) e de alta renda (loteamento Residencial Alphaville), SJC.....	385
Figura 168. Diagrama do Sistema de Espaços Livres de Interesse Público aproximado e ampliado, SLO	388

Figura 169. Diagrama dos Sistemas de Espaços livres de Interesse Público ampliado e aproximado, SJC 389

Figura 170. Parque Alberto Simões, SJC..... 403

Figura 171. Sistema de Espaços Livres de Interesse Público Ampliado, SJC 416

Figura 172. Sistema de Espaços Livres de Interesse Público Aproximado, SJC 417

Figura 173. Síntese das estruturas de gestão, SLO (cidade e condado) e SJC 422

Figura 174. Delimitação do cinturão verde, SLO 429

Figura 175. Espaços livres de lazer e conservação, região norte, SJC 470

Figura 176. Espaços livres consolidados, região norte, SJC 471

Figura 177. Sistema de Espaços Livres Públicos, região norte, SJC..... 472

Figura 178. Espaços livres de lazer e conservação, região sudeste, SJC 473

Figura 179. Espaços livres consolidados, região sudeste, SJC 474

Figura 180. Espaços livres de lazer e conservação, região sudeste, SJC..... 475

Figura 181. Estacionamentos para casas móveis, SLO (cidade)..... 476

Lista de Tabelas

Tabela 1. Síntese dos dados das características de Uso e Ocupação do Solo no loteamento Parque Residencial Aquarius 67

Tabela 2. Síntese dos dados socioeconômicos..... 132

Tabela 3. Parque Santos Dumont..... 182

Tabela 4. Parque Vicentina Aranha..... 184

Tabela 5. Parque da Cidade..... 189

Tabela 6. Parque Alberto Simões..... 194

Tabela 7. Parque Maestro Sérgio Weiss..... 197

Tabela 8. Parque Ecológico Sérgio Sobral de Oliveira..... 200

Tabela 9. Parque Alambari..... 202

Tabela 10. Parque Pousada do Vale..... 205

Tabela 11. Parque Senhorinha (fase 1)..... 208

Tabela 12. Parque Ayrton Senna da Silva..... 211

Tabela 13. Parque Caminho das Garças..... 214

Tabela 14. Parque Ribeirão Vermelho 217

Tabela 15. Parque Natural Municipal Augusto Ruschi..... 227

Tabela 16. Parque Natural Municipal do Banhado..... 231

Tabela 17. Características dos parques nos períodos..... 258

Tabela 18. Parques – Sinsheimer, Mitchell e Santa Rosa..... 331

Tabela 19. Parques – Laguna Lake, Islay Hill e French Park..... 332

Tabela 20. Parques – Throop, Triangle e Johnson 333

Tabela 21. Parques – Emerson, Meadow e Laguna Hills..... 334

Tabela 22. Relação dos picos vulcânicos – alturas e definições de propriedade..... 342

Tabela 23. Espaços Abertos – Railroad Recreation Trail, Terrace Hills e Reservoir Canyon Natural Reserve..... 347

Tabela 24. Síntese dos dados socioeconômicos e físico-territoriais de SLO e SJC..... 370

Tabela 25. Síntese dos questionários aplicados em SLO (dados iniciais e questões 1 e 2)..... 394

Tabela 26. Síntese dos questionários aplicados em SLO (questões 3 a 5) 395

Tabela 27. Síntese dos questionários aplicados em SLO (questões 6 a 9) 396

Tabela 28. Síntese dos questionários aplicados em SLO (questões 10 a 13) 397

Tabela 29. Síntese dos questionários aplicados em SJC (dados iniciais e questões 1 e 2)..... 404

Tabela 30. Síntese dos questionários aplicados em SJC (questões 3 a 5)..... 405

Tabela 31. Síntese dos questionários aplicados em SJC (questões 6 a 9)..... 406

Tabela 32. Síntese dos questionários aplicados em SJC (questões 10 a 13)..... 407

Lista de Quadros

Quadro 1. Condição socioeconômica e nível de qualificação dos parques..... 223

Quadro 2. Síntese das legislações municipais, estaduais e federais..... 477

Quadro 3. Sinsheimer Park..... 481

Quadro 4. Sinsheimer Park..... 482

Quadro 5. Mitchell Park.....	481
Quadro 6. Mitchell Park.....	482
Quadro 7. Santa Rosa Park	483
Quadro 8. Santa Rosa Park.....	484
Quadro 9. Triangle Park.....	483
Quadro 10. Triangle Park	484
Quadro 11. Laguna Lake.....	485
Quadro 12. Laguna Lake.....	486
Quadro 13. Islay Hill Park.....	485
Quadro 14. Islay Hill Park.....	486
Quadro 15. French Park	487
Quadro 16. French Park.....	488
Quadro 17. Johnson Park.....	489
Quadro 18. Johnson Park.....	490
Quadro 19. Meadow Park.....	489
Quadro 20. Meadow Park.....	490
Quadro 21. Emerson Park.....	491
Quadro 22. Emerson Park.....	492
Quadro 23. Laguna Hills Park	491
Quadro 24. Laguna Hills Park	492
Quadro 25. Throop Park	493
Quadro 26. Throop Park	494

Lista de siglas e abreviaturas

ACI	Área de Controle à Impermeabilização
APA	Área de Proteção Ambiental
APA IV	Área de Proteção Ambiental da Planície Aluvionar dos rios Paraíba do Sul e Jaguari
APAF	Área de Proteção Ambiental Federal
APP	Área de Preservação Permanente
AUJ	Aglomeração Urbana de Jundiaí
AUP	Aglomeração Urbana de Piracicaba
Av.	Avenida
BHCV	Bacia Hidrográfica do Córrego do Vidoca
BHRPS	Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BR	Brasil
BRT	Bus Rapid Transit
CA	Califórnia
CA	Coeficiente de Aproveitamento
Cal Poly	California Polytechnic State University
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CMDU	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
Comphac	Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural
Conama	Conselho Nacional de Meio Ambiente
Condephaat	Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo
CTA	Centro Técnico Aeroespacial
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
EUA	Estados Unidos da América
EL Pub	Espaços Livres Públicos
EL Priv	Espaços Livres Privados

Emplasa	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
FJP	Fundação João Pinheiro
Fundação Coppetec	Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos
GM	General Motors
hab./ha	habitantes por hectare
hab./m²	habitantes por metro quadrado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ipplan	Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LONDP	Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública
m²	metros quadrados
m³/d	metros cúbicos por dia
MG	Estado de Minas Gerais
min.	minutos
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MMP	Macrometrópole Paulista
MPA	Macrozonas de Proteção Ambiental
ONG	Organização Não Governamental
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PDRS	Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável
PMSJC	Prefeitura Municipal de São José dos Campos
PNMB	Parque Natural Municipal do Banhado

PNMAR	Parque Natural Municipal Augusto Ruschi
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
Quapá	Quadro do Paisagismo no Brasil
Revap	Refinaria Henrique Lage (Refinaria do Vale do Paraíba)
RFFSA	Rede Ferroviária Federal
RV1	Residencial Vertical 1
RV2	Residencial Vertical 2
RV3	Residencial Vertical 3
RMBS	Região Metropolitana da Baixada Santista
RMC	Região Metropolitana de Campinas
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RMVPLN	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
Seade	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEL	Sistema de Espaços Livres Públicos
SEL Ampliado	Sistema de Espaços Livres Ampliado
SEL Aproximado	Sistema de Espaços Livres Aproximado
SELI Pub	Sistema de Espaços Livres de Interesse Público
SESC	Serviço Social do Comércio
SFX	São Francisco Xavier
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SJC	São José dos Campos
SLO	San Luis Obispo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP	Estado de São Paulo
TO	Taxa de Ocupação
TOM	Taxa de Ocupação Máxima
UC	Unidade de Conservação
UCPI	Unidade de Conservação de Proteção Integral
Univap	Universidade do Vale do Paraíba
UPI	Unidades de Proteção Integral
UUS	Unidades de Uso Sustentável

ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPA – 4	Zona Especial de Proteção Ambiental 4
ZA – RFAR	Zona de Amortecimento da Reserva Florestal Augusto Ruschi
ZAI	Zona de Assentamento Informal
ZDCA	Zona de Domínio de Curso D’Água
ZUC – 5	Zona de Urbanização Controlada 5

Sumário

Introdução 28

Objetos	30
Premissas	31
A problemática	33
Objetivos	35
Hipótese	36
O método	38
Estrutura	40

Capítulo 1 – Bases conceituais: instrumento para a análise das políticas públicas e do poder público 43

Paisagem: o conceito	45
Análise do conceito: a formação da paisagem	50

Meio Ambiente sob o viés dos impactos ambientais	57
As adaptações promovidas sobre o suporte físico	64

Sistema de Espaços Livres de Interesse Público (SELI Pub)	69
Conceitos: a abordagem para o SELI Pub	69

Sistema de Espaços Livres Ampliado e Aproximado: conceitos criados	82
---	-----------

O papel e a atuação do poder público sobre a criação/produção do SELI Pub	84
Poder público: a presença e a ausência das políticas públicas	87
As Leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo: reflexos na qualificação do SELI Pub	87
A ausência das políticas públicas	92

Capítulo 2 – Caracterização, avaliação e
qualificação do SELI Pub 95

Apropriação do espaço	97
Dados físico-territoriais	97
O cenário socioeconômico e a organização do espaço	102
 Território, características e avaliações	 112
A inserção regional	112
As sub-bacias hidrográficas	122
 Regiões	 131
Regiões Centro, Leste, Sul e Oeste	138
Região Centro	139
Região Leste	147
Região Sul	154
Região Oeste	160
Análise das regiões de São José dos Campos	167

Capítulo 3 – Avaliações do ambiente e da
paisagem do SELI Pub 169

Espaços livres de lazer e conservação	171
 Os espaços livres de lazer	 174
Vistas notáveis, potenciais corredores e praças	174
Parques urbanos	180
 Os espaços livres de conservação	 224
Parques – Unidades de Conservação	226
Várzeas dos rios Paraíba do Sul e Jaguari	238

Capítulo 4 – A avaliação do papel do Estado
na produção do SELI Pub 245

A Periodização	247
Os períodos	256
A evolução da mancha urbana	260
As legislações urbanísticas: plano diretor e leis de zoneamento	263
As legislações ambientais	267
 Responsabilidades e práticas cotidianas do poder público	 274
Composição dos cargos administrativos	276
Instabilidade das equipes	278
Pressões externas	279
A não aprovação dos projetos nas casas de leis	280
Políticas superficiais	281
Escassez de recursos financeiros	282
Entraves burocráticos - licitações públicas	284
Os agentes externos	285
Conselhos e processos participativos	286
Os desvios das atribuições nos órgãos administrativos	288
O tráfico de influência	289

Capítulo 5 – Reflexões sobre a cidade e o
condado californiano 291

Dados físico-territoriais	293
Categorias, funções e distribuição dos espaços livres de interesse público	296
A qualidade dos espaços livres sob o viés aproximado e ampliado	303

O desenho do sistema	328
Espaços livres de lazer	328
Espaços livres de conservação	337
 Estruturas de gestão	 348
Estrutura de gestão da cidade	348
Composição da estrutura de gestão	348
Atribuições da estrutura de gestão	350
Estrutura de gestão do condado	354
Composição da estrutura de gestão	354
Atribuições da estrutura de gestão	355
 Capítulo 6 – São José dos Campos e San Luis Obispo: contribuições californianas	 361
 Dados físico-territoriais e socioeconômicos: contrastes e similaridades	 364
Físico-territoriais	364
Aspectos socioeconômicos	368
 As categorias	 372
Espaços livres de lazer	372
Espaços livres de conservação	373
As zonas de produção de vida aquática e as áreas com características geológicas	374
Produção e gestão	387
 Usos, frequências e qualidade	 392
Espaços livres de lazer: usos e frequências	392
San Luis Obispo: resultados	393
São José dos Campos: resultados	402
San Luis Obispo e São José dos Campos: análises	412

As estruturas de gestão (cidade e condado): contrastes	420
Estruturas de gestão: as diferenças nos níveis de governo	420
Os reflexos das diferentes culturas de gestão pública sobre o sistema	423

Conclusões.....	431
------------------------	------------

Referências.....	441
-------------------------	------------

Apêndice.....	468
----------------------	------------

Introdução

INTRODUÇÃO

A investigação realizada nesta tese iniciou-se com a dissertação de mestrado (2009) cujo tema envolvia o Sistema de Espaços Livres de Interesse Público¹ (SELI Pub) e o papel do Estado em sua produção, tendo como estudo de caso o município de Suzano.

Ter passado por cargos comissionados durante doze anos no poder público, como diretora de Saneamento e Gestão Ambiental (2007-2009), secretária de Meio Ambiente (2009-2012) e chefe da Divisão de Projetos Especiais (2012-2016), possibilitou-me vivenciar, principalmente na fase em que atuei como secretária, a forma como os interesses dos governos atuam sobre as políticas públicas que incidem sobre o território.

Nesta fase, as decisões políticas² do poder público executivo no encaminhamento das políticas públicas eram especialmente voltadas aos processos eleitorais imediatos, preterindo, em diversos momentos, os temas sob o viés ambiental e paisagístico.

Essas constatações se deram em razão da ausência de investimentos em planos e ações que interferiram na qualificação do sistema; da forma como as políticas ambientais e paisagísticas foram encaminhadas pelos projetos de leis desenvolvidos; da falta de recursos para estruturação dos órgãos públicos responsáveis pela temática ambiental; da importância inexpressiva que o próprio conjunto de secretarias, ou seja, que o governo dispendeu sobre as políticas

1 A pesquisa trata do SELI Pub. Onde se lê ‘espaços livres’, ‘espaços livres de lazer e conservação’, ‘espaços livres públicos’, ‘sistema’, ‘sistema de espaços livres’, ‘sistema de espaços livres público’, deve-se subentender que os espaços abordados são os de interesse público – de propriedade pública e/ou privada.

2 Compreende-se, aqui, que as decisões políticas são aquelas tomadas pelo poder público, baseadas em aspectos que envolvem política partidária, economia, disputa entre classes e poderes público e privado.

em apreço e do corpo técnico nem sempre qualificado.

Em São José dos Campos, a forma e o padrão do governo ao promover políticas públicas se repetiram.

Analisando os mesmos aspectos em relação ao condado e à cidade de San Luis Obispo, no Estado da Califórnia (EUA), verificou-se que o modelo e as prioridades eram distintos dos adotados nos municípios de Suzano e São José dos Campos, no Estado de São Paulo (BR), por priorizarem as políticas ambientais e paisagísticas, as estruturas administrativas responsáveis pela implantação e gestão dessas políticas e por serem mais técnicas, entre outros aspectos evidenciados ao longo desta tese. Todos esses fatores garantem ao SELI Pub ótima qualificação.

Objetos

Esta pesquisa contempla dois objetos empíricos: São José dos Campos (município) e San Luis Obispo (cidade e condado), situados, respectivamente, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), e na Costa Central Oeste da Califórnia. Ambos se destacam nos cenários brasileiro e americano em relação aos dados socioeconômicos e à qualidade de vida.

A Fundação João Pinheiro (FJP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base em dados do Censo 2010, apontam que o município paulista possui nível de desenvolvimento humano muito alto no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), entre 0,800 e 1. Com valor de 0,807, ocupa a 12ª posição entre os municípios paulistas e a 24ª entre os brasileiros (SÃO JOSÉ..., 2016).

San Luis Obispo foi classificada pela Forbes (2017) e a

National Geographic (2017), como a 5ª cidade mais feliz dos Estados Unidos. Para chegar a esse dado, a pesquisa foi aplicada considerando 16 questões relacionadas à vida social, comunitária, financeira e ao bem-estar, com base em quase 250 mil entrevistas conduzidas a adultos entre 2014 e 2015³.

Premissas

As premissas que norteiam o trabalho e justificam a escolha dos dois objetos são as seguintes:

1. São José dos Campos:

- possui bom sistema de espaços livres aproximado, que atende às necessidades da população em relação aos critérios de distribuição, diversidade de funções, dimensão, entre outros, apesar de apresentar algumas deficiências;
- contém diversos espaços livres públicos em estoque para ações futuras, possibilitando excelente base para a criação de conexões ambientais e urbanísticas capazes de qualificar o sistema;
- apresenta conflitos entre o padrão de ocupação do solo e os recursos naturais em função das ocupações diversas, com populações de diferentes faixas de renda, na várzea do rio Paraíba do Sul, nos mares de morros, entre outros espaços que deveriam ser conservados do ponto de vista do ambiente e da paisagem;

³ Disponíveis em: <<https://www.forbes.com/sites/laurabegleybloom/2017/10/19/ranked-the-25-happiest-cities-in-america/#-268885c7779f>>. Acesso em: 17 de setembro de 2018; e <<https://www.nationalgeographic.com/travel/destinations/north-america/united-states/happiest-cities-united-states-2017/>>. Acesso em: 17 de setembro de 2018.

- a produção dos espaços livres públicos está estabelecida a partir de bases políticas, não possibilitando dissociar o trabalho técnico de especialistas dos acordos políticos, o que implica em prejuízos físicos e sociais significativos para o território e a população;
- possui corpo técnico capaz e habilitado para lidar com o SELI Pub em muitos momentos, mas sem apoio político para implementar ideias sobre o tema de forma plena.

2. San Luis Obispo:

- possui ótimo sistema de espaços livres aproximado e ampliado, que atendem plenamente às necessidades da população em relação a critérios de distribuição, diversidade de funções, dimensão, manutenção, segurança, entre outros, com mínimas deficiências;
- não contém mais espaços para a implementação de parques devido às ações eficientes do poder público, que garantiram o máximo aproveitamento das áreas da cidade para a qualificação das políticas relacionadas aos equipamentos de lazer;
- apresenta conflitos mínimos entre o padrão de ocupação do solo e os recursos naturais, pois as políticas de uso e ocupação do solo garantem espaços para a implantação da moradia à população com faixas de renda inferior e por não permitirem que a população com faixa de renda superior se instale em áreas com características ambientais importantes para o provimento de recursos;

- a produção dos espaços livres públicos está assentada, principalmente, a partir de bases mais técnicas, uma vez que os chefes de departamento possuem qualificação técnica para ocupar essa posição, fator nem sempre presente nas secretarias municipais de São José dos Campos;
- as decisões de governo são tomadas de forma compartilhada, uma vez que, a gestão da cidade de San Luis Obispo é feita pelo prefeito e o Conselho da Cidade;
- possui corpo técnico capaz e habilitado para lidar com o SELI Pub, que conta com o apoio político para implementar ideias, já que a temática ambiental é prioritária na gestão de San Luis Obispo.

A problemática

Apesar da ênfase dada ao poder público executivo municipal, em função da própria experiência profissional da autora da tese quando reflete acerca da produção do SELI Pub, admite-se que outros órgãos, entidades, instituições e demais níveis de gestão também atuam, em maior ou menor grau, para sua produção.

Sob o viés do poder público, avalia-se que a falha quanto ao aproveitamento dos recursos potenciais – vários ligados aos recursos naturais – em parte está na gestão pública, que prioriza pedidos pontuais da população relacionados à implantação dos espaços livres públicos, atendidos quando convenientes a interesses políticos.

Em São José dos Campos e outros municípios, as solicitações da população comumente são direcionadas aos

vereadores, os quais intercedem junto ao Executivo, objetivando a construção do espaço livre. Com isso, a Secretaria Municipal responsável pelo desenvolvimento de determinada política ou ação cria projetos e planos que serão licitados e executados, atendendo a anseios específicos, o que facilitará, no futuro, a obtenção de votos, tanto para o Legislativo quanto para o Executivo.

Os estudos técnicos, muitos deles de qualidade, como os realizados em 2013 sob a coordenação da Secretaria de Planejamento Urbano, com o intuito de auxiliar os gestores públicos na escolha dos parques a serem implantados na gestão 2013-2016, levaram em conta critérios físico-territoriais e socioeconômicos. Embora eficientes e recomendáveis, estes estudos nem sempre conseguem atingir seu objetivo – de, realmente, contribuir para a qualificação do SELI Pub – por serem sistematicamente desprezados no momento da tomada de decisões.

Apesar dos inúmeros subsídios fornecidos pelas equipes técnicas como resultado prático do processo de produção de projetos dos espaços livres públicos, foram realizadas, de fato, obras pontuais, não prioritárias e até mesmo desnecessárias, que não possibilitam o aproveitamento pleno dos recursos existentes, muitas vezes ocorrendo o ‘engavetamento’ dos estudos.

Quando interesses políticos se sobrepõem a critérios técnicos, perdem-se oportunidades de ter espaços livres públicos indispensáveis à comunidade – conectados de maneira a qualificar o sistema – e ordens prioritárias, baseadas em critérios consistentes para a implantação desses espaços e associadas à política orçamentária prevista anualmente.

As escolhas públicas relacionadas à criação de novos espaços raramente são colocadas de forma clara, explí-

cita. Como resultado disso, embora o município se destaque no cenário brasileiro em relação a dados socioeconômicos e à qualidade do SELI Pub, a urbanização de São José dos Campos perdeu oportunidades para a qualificação do seu SEL no século XXI, quando se verifica o sistema de San Luis Obispo.

A qualidade do SELI Pub, portanto, decorre de processos sociais (culturais, econômicos e políticos), associados ao suporte físico, e as oportunidades perdidas e consolidadas na manutenção, conservação e implantação dos espaços livres de lazer e conservação.

Objetivos

São objetivos desta tese:

1. avaliar, no município paulista: a qualidade do SELI Pub ampliado e aproximado nas regiões⁴ de São José dos Campos; as legislações municipais, estaduais e federais ambientais - urbanísticas; e as estruturas de gestão e práticas cotidianas do poder público que interferem no processo de formação do SEL⁵;
2. avaliar, na cidade e no condado californiano, respectivamente: a qualidade do SELI Pub aproximado

⁴ O artigo n. 14 da Lei Complementar Municipal n° 306/2006 definiu para São José dos Campos 7 (sete) regiões (São Francisco Xavier, Norte, Centro, Leste, Sudeste, Sul e Oeste), as quais foram alteradas pelo artigo n. 125 da Lei Complementar n° 428/2010, conforme descrição perimétrica constante no anexo 7 e a delimitação presente no anexo 8 (mapa 2) da Lei Complementar.

⁵ A tese define como espaço livre “aproximado” para São José dos Campos, os espaços inseridos dentro da principal área urbanizada do município, e “ampliado” aqueles que estão fora desta mancha urbana em destaque.

e ampliado⁶;

3. avaliar, em ambos objetos:

- os usos e a frequência, entre outros aspectos relacionados aos espaços livres de lazer (parques), por meio de questionários conduzidos em São José dos Campos e San Luis Obispo;
- as estruturas de gestão e seus reflexos no SELI Pub;
- as políticas públicas ambientais e paisagísticas implantadas;
- as oportunidades consolidadas e os recursos potenciais para a qualificação do sistema.

Hipótese

Com base nas análises de São José dos Campos e San Luis Obispo, a hipótese central desta tese é demonstrar que ambos objetos, com situações privilegiadas sob o viés socioeconômico, respectivamente nos cenários brasileiro e estadunidense, possuem seus SELI Pub “aproximado” e “ampliado” com diferentes níveis de qualificação pautados em critérios de avaliação: São José dos Campos – bom nível; San Luis Obispo – ótimo nível.

As distintas condições, que a princípio parecem ser pautadas pelo Orçamento Municipal e o Produto Interno Bruto (PIB), são influenciadas por uma série de ações e fatores associados que incidem, de forma decisiva, sobre o município paulista, o condado e a cidade californiana, con-

⁶ A tese adota como espaço livre “aproximado” para San Luis Obispo, os espaços inseridos dentro da cidade e em suas bordas e “ampliado” aqueles que estão externos a cidade, e também no *waterfront* do condado de San Luis Obispo.

tribuindo para o nível da qualificação. Também há fatores que, apesar da aparente importância, efetivamente pouco influenciam.

Os fatores decisivos

A competência dos espaços livres de lazer e conservação destinados ao uso cotidiano da população para as práticas sociais, a forma como a população se relaciona com os espaços livres aproximado e ampliado, o cumprimento efetivo das leis direcionadas à proteção dos recursos ambientais, a capacidade de evitar conflitos entre os recursos ambientais e o uso do solo, a valorização e continuidade das políticas públicas ambientais entre as gestões de governo são decisivos. Agregam-se a esses a forma como os poderes Legislativo, Judiciário, Executivo, entre outros, atuam na produção do espaço através de suas práticas cotidianas.

Os fatores que contribuem

Contribuem para o aumento do nível de qualificação, as gestões mais compartilhadas, como aquelas formadas no primeiro nível de gestão do governo por um grupo de conselheiros, e não apenas pelo prefeito, uma vez que as decisões são partilhadas, provenientes da equipe.

Soma-se a esse aspecto, o fato de determinadas estruturas de gestão (San Luis Obispo) serem mais técnicas, em função dos processos de seleção realizados para que os cargos do terceiro nível de gestão possam ser ocupados.

Observa-se que o processo de seleção não garante a efetividade no cumprimento dos trabalhos e a ausência de pressão política para que determinados cargos sejam ocupados, considerando os interesses políticos. No entanto, trata-se de critério que contribui para o controle do nível do

conhecimento técnico nas gestões.

Os fatores que pouco influenciam

Outros aspectos, como o tipo do suporte físico, pouco influenciam nos diferentes níveis de qualificação dos sistemas, apesar dos contrastes. O que de fato interfere é a capacidade das gestões, à luz dos respectivos contextos socioculturais, em utilizar os recursos potenciais (ambientais e urbanísticos) para a qualificação do sistema.

O método

O método, estabelecido no capítulo 1, se desenvolve fundamentado nos conceitos voltados à paisagem, ao meio ambiente e ao SELI Pub. Tais conceitos dão suporte para a avaliação dos objetos empíricos – São José dos Campos e San Luis Obispo – e contribuem para determinar a classificação das categorias e subcategorias dos espaços livres de lazer e conservação, auxiliando na organização das análises na medida em que permitem identificar quais espaços compõem as duas categorias principais do SELI Pub: lazer e conservação.

Com o intuito de avançar na análise de São José dos Campos, soma-se à parte teórica a avaliação do território a partir de mapas temáticos com dois enfoques: físico-territorial (águas, matas, várzeas, parques, altitudes, entre outros) e socioeconômico (renda, IDHM e densidade demográfica).

Os mapas também são verificados a partir da interseção dos dados físico-territoriais e socioeconômicos, permitindo avaliar o município à luz dos dois enfoques e compreender como os dados socioeconômicos interferem na produção físico-territorial do SELI Pub.

Tabelas, linhas do tempo, questionários e quadros são elaborados visando à sistematização, à organização e o cruzamento de dados e ideias para posterior análise.

Nas tabelas do capítulo 3, organizam-se: datas de inauguração/criação dos parques; metragens; espaços onde estão situados nas regiões e nas zonas Urbana e Rural de São José dos Campos; a relação com a área urbanizada; as estruturas morfológicas e paisagísticas. Nas tabelas do capítulo 6, são contextualizadas informações sobre os dados socioeconômicos e físico-territoriais de San Luis Obispo e São José dos Campos.

As linhas do tempo apresentadas no capítulo 4 verificam: o número de habitantes em determinadas datas; o desenvolvimento industrial; a terceirização da economia; a evolução da mancha urbana; as legislações; o momento em que leis específicas e espaços livres de lazer e conservação se consolidaram no município.

O cruzamento das informações apresentadas nas tabelas do capítulo 3 e nas linhas do tempo do capítulo 4 possibilita compreender as principais fases de desenvolvimento dos espaços livres de lazer e conservação de São José dos Campos.

No capítulo 5 são utilizados organogramas para compreender as estruturas de gestão do condado e da cidade de San Luis Obispo, visto que a verificação do papel do Estado na produção do SELI Pub faz parte do procedimento metodológico associado à tese.

A utilização de diagramas se dá para organizar as categorias e identificar/criar as subcategorias dos espaços livres de lazer e conservação, levando em conta as bases conceituais expostas no capítulo 1.

Questionários de abordagem qualitativa são aplica-

dos nos parques das cidades de São José dos Campos e San Luis Obispo para o entendimento de como são utilizados, entre outros aspectos pertinentes aos espaços de lazer e práticas sociais.

Estrutura

A tese se divide em três partes e seis capítulos. A primeira é composta pelo capítulo 1, que apresenta as bases conceituais. A segunda desenvolve os capítulos 2, 3 e 4, relacionados ao município de São José dos Campos. A terceira, formada pelos capítulos 5 e 6, refere-se, respectivamente, a San Luis Obispo (cidade e condado) e às análises estabelecidas para o território californiano e o paulista.

Primeira parte

Capítulo 1 – estuda as bases conceituais com objetivo de entender e aprofundar os conceitos de meio ambiente, paisagem e SELI Pub, para subsidiar a avaliação dos sistemas de São José dos Campos e San Luis Obispo nos capítulos subsequentes. Apresenta os conceitos criados – Sistema de Espaços Livres Públicos Ampliado e Aproximado. Também elabora uma avaliação do papel e da atuação do poder público em relação à criação dos espaços livres de lazer e conservação, sob o viés da legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Segunda parte

Capítulo 2 – caracteriza e avalia o SELI Pub por meio da compreensão de dados físico-territoriais e socioeconômicos. Investiga o município no âmbito da organização territorial regional da Bacia Hidrográfica do Rio Para-

íba do Sul (BHRPS) e da RMVPLN. Avalia o SELI Pub das regiões de São José dos Campos, utilizando como critério a verificação das oportunidades consolidadas e dos recursos em potencial para a qualificação do sistema. É verificado que a qualidade do sistema de espaços livres nas regiões de São José dos Campos – para quase todos os casos – está diretamente relacionada aos níveis socioeconômicos.

Capítulo 3 – aprofunda a caracterização e as avaliações ambientais e paisagísticas dos espaços livres de lazer e conservação, compreendendo as características daqueles que se destacam no município, considerando as oportunidades consolidadas, e, portanto, os espaços livres implantados que compõem os sistemas aproximado e ampliado. Constata-se que a qualidade dos espaços livres, em especial os de lazer (parques), está vinculada aos níveis socioeconômicos das regiões para quase todos os espaços.

Capítulo 4 – avalia o papel do Estado na produção do SELI Pub, a partir do entendimento da periodização da constituição do sistema, na qual se evidencia, em determinados períodos, a concentração das políticas públicas ambientais e paisagísticas através da criação de legislações urbanísticas e ambientais, além da própria implantação dos espaços livres de lazer e conservação. A gestão pública é analisada segundo as práticas cotidianas do poder público e suas responsabilidades – como a composição de cargos administrativos, a instabilidade das equipes, as pressões externas durante a construção dos projetos de leis, entre outras.

Terceira parte

Capítulo 5 – apresenta, compreende e reflete sobre os SELI Pub da cidade e do condado californiano baseado em dados físico-territoriais. Evidencia categorias, funções,

distribuição e qualidade dos espaços livres sob o viés “aproximado” e “ampliado” e, também, o desenho do sistema de espaços livres de lazer e conservação. Verifica as estruturas de gestão da cidade e do condado de San Luis Obispo e estuda suas composições e atribuições.

Capítulo 6 – desenvolve análises para São José dos Campos e San Luis Obispo e contempla as contribuições do território californiano considerando: os contrastes e similaridades a partir de dados físico-territoriais e socioeconômicos; as categorias, subcategorias, funções, distribuição, produção e gestão dos espaços livres de lazer e conservação. Estuda o modo como a população se relaciona com os parques californianos e paulistas, compreendendo de que formas são usados, o quanto são frequentados e quais percepções possuem sobre os espaços livres de lazer. Aponta, à luz das políticas públicas da paisagem e do ambiente, os contrastes entre as gestões públicas de São José dos Campos e San Luis Obispo e como as diferenças incidem sobre o território.

Conclusões

Apresentam a síntese dos aspectos que propiciaram os diferentes níveis de qualificação para os dois objetos analisados na tese. Avalia-se que São José dos Campos possui recursos potenciais para ampliar a qualidade do SELI Pub, contanto que os procedimentos intrínsecos à cultura da produção do espaço sejam revistos, modificados. São expostas as contribuições californianas.

Bases conceituais: instrumento para a análise das
políticas públicas e do poder público

1 CAPÍTULO

O capítulo 1 discute o conceito de paisagem - compreendendo que sua formação é proveniente do processo social, onde as Leis de Uso e Ocupação do Solo são um dos elementos que interferem na sua constituição e qualificação.

O meio ambiente, sob o viés dos impactos ambientais, e as relações que ambos os conceitos possuem com o Sistema de Espaços Livres de Interesse Público (SELI Pub) são analisados.

Também aprofunda os conceitos de sistema, espaço, espaços livres de lazer e conservação, espaços livres públicos (EL Pub), privados (EL Priv) e espaços livres de interesse público, com o intuito de obter maior entendimento sobre o SELI Pub.

Avalia, ainda, o papel e a atuação do poder público sobre a criação/produção dos espaços livres de lazer e conservação e seus reflexos na qualidade do SELI Pub.

Paisagem: o conceito

O conceito de paisagem adotado nesta tese a define como resultado de processos provenientes da atuação do poder público e do setor privado, associado ao suporte físico existente – e não apenas como elemento representado por extensão de terra que guarda apropriações estéticas, sensoriais e visuais (YÁZIGI, 2002).

O poder público intervém na paisagem através de: a) legislações, como as urbanísticas e ambientais; b) relações estabelecidas com o Poder Legislativo e o Poder Judiciário; c) acordos firmados com o setor privado, que atua sobre a paisagem por intermédio dos capitais industrial e imobiliário, das instituições de ensino, classes dominantes, dos sindicatos, conselhos profissionais, entre outros.

Decisões políticas tomadas pelo poder público – baseadas em aspectos que envolvem política partidária, economia, disputa entre classes – também compõem os processos em questão.

Os processos que garantem a formação da paisagem ocorrem a partir da interação entre as características funcionais do suporte físico existente (clima, ecossistemas, solos, vegetação, águas e geologia) e os valores sociais (hábitos culturais, situações econômicas e decisões políticas). É a partir dessa intersecção que são estabelecidos o grau de processamento das estruturas ambientais e os padrões de ocupação antrópica, resultando na paisagem (MACEDO, 1993).

As condições físicas e sociais são pressupostos de todo o processo de produção, e a construção da paisagem evidencia, portanto, a interação entre ambos aspectos (MORAES, 1996). Nesse sentido, o conceito assumido por Santos

(2009) se aproxima da correlação entre as condições físicas e sociais ao expor que a paisagem é o conjunto de formas que, em dado momento, exprime as heranças representativas das sucessivas relações localizadas entre homem e natureza (SANTOS, 2009).

Em um paralelo entre Yázigi (2002), Macedo (1993), Moraes (1996) e Santos (2009), observa-se a importância que atribuem às relações estabelecidas entre os aspectos físicos e sociais na produção da formação da paisagem. Para os autores, a paisagem não consiste num objeto a ser apreciado em um único golpe de vista⁷, como “[...] apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão [...]” (SANTOS, 2009, p. 103).

As ações voltadas à materialidade, e, portanto, sobre o espaço, como as obras edificadas, sejam urbanísticas ou arquitetônicas, associadas a todos os elementos em suas formas visuais mais complexas ou simples, relacionadas a aspectos subjetivos, sejam simbólicos, culturais, políticos, de natureza individual ou coletiva, resultam na paisagem. Como coloca Queiroga (2012, p. 211), “[...] a paisagem se aproxima do espaço, pois as ações se manifestam – direta ou indiretamente – na paisagem”.

Santos (2009, p. 103) também relaciona os conceitos “paisagem” e “espaço”:

[...] paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.

⁷ Conforme enunciou Christofolletti (1999) em *Modelagem de sistemas ambientais*, a paisagem é o que o olhar abrange em um único golpe de vista. Macedo (1993) também traz a percepção da paisagem relacionada ao ponto de vista da apreciação quando comenta que a paisagem é lida pela percepção visual de cada observador – que a interpreta dentro da sua escala, de acordo com o seu campo visual e segundo suas limitações físicas, caracterizando-a como modo de ver projetado na superfície da terra.

Outros contrastes com relação aos conceitos são apresentados pelo autor:

- a paisagem é transtemporal, agrega objetos passados e presentes em uma construção transversal. Caracteriza-se pela distribuição de forma e objetos providos de um conteúdo técnico específico. Trata-se de um sistema material e relativamente imutável;
- o espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Resulta da intrusão nessas formas-objetos. É um sistema de valores que se transforma permanentemente (SANTOS, 2009).

Apesar de apresentar os contrastes, reconhece suas semelhanças, uma vez que, para o autor, “[...] espaço é a sociedade, e a paisagem também o é. No entanto, entre espaço e paisagem o acordo não é total, e a busca desse acordo é permanente; essa busca nunca chega ao fim” (SANTOS, 2009, p. 104).

A paisagem, assim, é produto das ações cotidianas que incidem sobre os espaços livres de edificação ou conservação, entre outros, produzidas pelos órgãos privados (empresas, instituições, organizações) e públicos (em todas as esferas, municipais, estaduais e federais), que transformam as paisagens continuamente, mediante interesses próprios em geral específicos.

O processo da formação da paisagem é ininterrupto, já que o ambiente construído estimula novas construções (MORAES, 1996). Consequentemente, a paisagem está em constante transformação, exprimindo mentalidades, manifestações contemporâneas ligadas a temas culturais, políticos e econômicos, revelando os anseios de organizações sociopolíticas específicas – governos municipais, estaduais, federais – e as aspirações e projetos das organizações da so-

cidade civil – como as associações de bairro, entidades de classe e conselhos gestores.

De acordo com Moraes (1996, p. 22): “As formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais), na contínua e cumulativa antropoformização da superfície terrestre.”

As organizações sociopolíticas específicas produzem paisagens que exprimem e espacializam suas decisões políticas e refletem interesses individuais e coletivos. Estes são mais que a materialização e produção imediata na superfície da terra: são resultados de múltiplas determinantes (MORAES, 1996).

Se, por um lado, existem agentes que atuam na produção da paisagem, por outro, há os que a recebem e apreendem, em suas variações, mostrando-se agradáveis, excepcionais, desejáveis, fracas, empobrecidas. Tal fato resulta do suporte físico, dos valores sociais ligados às decisões políticas (QUEIROGA, 2012).

Segundo Moraes (1996, p. 22) :

A paisagem humana é o resultado de uma dialética entre a matéria e a ideia. Não se trata de igualar estes planos tomando a ideia enquanto a energia (este materialismo rasteiro envolve um desvio anti-humanista e uma capitulação naturalista), mas de entender que o espaço criado (ao contrário do natural) é um fruto do trabalho que articula teologia e casualidade.

Geralmente, a ‘ideia’ da paisagem agradável presente no senso comum está ligada a predominância de rica arborização urbana, vegetação natural exuberante, extensas várzeas preservadas, ampla visualização do horizonte, rios e seus meandros, mares, belas formações geológicas representadas por mares de morros, colinas, sequências de montanhas, escarpas florestadas e picos vulcânicos.

Por outro lado, tem-se a ‘consolidação’ da ideia da paisagem indesejável, a qual se conecta a loteamentos com edifícios cujos estacionamentos se apresentam aflorados sobre o solo – transmitindo a noção de que as ruas e as calçadas estão entre muros –, aos espaços livres de circulação estreitos, sem vegetação e com alto tráfego, às ocupações irregulares e degradadas situadas ao longo de corpos d’água, topos de morro e avenidas.

As paisagens indesejáveis são pautadas em aspectos sociais, entre eles os econômicos, que representam determinados grupos, promovendo, por vezes, mudanças brutais na construção da paisagem (SANTOS, 2014), muitas em conformidade com as legislações.

Se comparada aos interesses políticos e econômicos envolvidos, que, quase sempre, priorizam os processos produtivos, o papel da legislação possui pouca relevância.

São muitos os exemplos encontrados em cidades brasileiras e em diversos países, situadas sobre suporte físico com maior ou menor grau de processamento, e que refletem, portanto, as economias, culturas e estruturas de gestão distintas, sobre as quais incidem as deliberações políticas.

Essas deliberações nem sempre ocorrem de maneira justa e uniforme, contemplando todas as faixas de renda, mas sim de maneira a priorizar os processos de produção que favorecem os governos e, portanto, aos seus interesses, em conjunto com os do mercado privado.

Análise do conceito: a formação da paisagem

A formação da paisagem, sob o viés da política pública, decorre de um processo social onde as leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Ambientais, de Mobilidade Urbana e Códigos de Obras, entre tantas outras, são alguns dos elementos que a compõem.

No caso de São José dos Campos, entende-se que, para o padrão da cidade brasileira, as políticas públicas implantadas por meio de legislações, principalmente nas regiões centro e oeste, conseguiram produzir em determinados espaços uma paisagem que garante qualidade de vida⁸ para a população, do ponto de vista da observação dos elementos aprazíveis e da convivência com os recursos naturais, visto que:

- os padrões de vias estabelecidas permitem a observação do horizonte, a exemplo dos separados por largos canteiros centrais arborizados, com espécies que florescem e trazem embelezamento. Há bons recuos entre os edifícios, facilitando a visualização dos elementos paisagísticos, tais como praças, mares de morros, e também do horizonte, dando às pessoas a oportunidade de apreciação ao nascer e ao pôr do sol. Existem, também, lugares como o Anel Viário, que, para além das características já consideradas, preserva parte de seus vales, contribuindo para o estabelecimento do sistema viário de forma mais ampla, facilitando a apreciação, ao fundo, de elementos aprazíveis, como a serra da Mantiqueira, a partir de determina-

⁸ Segundo Magnoli (1982, p. 55): “[...] a qualidade do espaço urbano, um dos fatores da qualidade de vida urbana é seriamente influenciada pela configuração física do espaço livre”.

dos pontos de vista;

- as ciclovias possuem percursos em ambientes que possibilitam vivenciar e apreciar recursos hídricos, como o rio Paraíba do Sul, os parques Ribeirão Vermelho, Vicentina Aranha e o Ambiente-Banhado.

Apesar dos acertos promovidos para as regiões comentadas, deve-se considerar, sem dúvida, os prejuízos ocasionados à paisagem por outras legislações, por exemplo, o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) – Lei Federal n. 11.977 de 7 de julho de 2009 (BRASIL, 2009)⁹ – na região sudeste de São José dos Campos, onde prevalece a garantia do lucro das empreiteiras em face da construção da cidade (ALVARENGA; RESCHILIAN, 2016).

Em São José dos Campos, esse empreendimento, assim como tantos outros no país para população de baixa renda, ocasiona paisagens indesejáveis em função da monotonia que um extenso conjunto habitacional proporciona, em virtude da presença da grande sequência de casas unifamiliares construídas onde o preço da terra é mais barato.

Os prejuízos na paisagem e no ambiente ocorrem de todas as formas, dentro e no entorno do empreendimento. Dentro, devido a vários fatores, como: ausência de espaços livres com qualidade; calçadas e vias estreitas; quase inexistência de arborização urbana e canteiros centrais; precariedade dos espaços destinados ao lazer e recreação; monotonia e falta de criatividade da concepção construtiva; falta de tecnologias avançadas; condições precárias de salubridade.

O entorno sofre com a perda da conexão dos recursos naturais, pois os conjuntos habitacionais, por vezes, se

⁹ A referida Lei dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

instalam entre os fragmentos de mata e, em muitos casos, parte deles é suprimida para a instalação dos programas habitacionais. Os prejuízos se estendem à apreciação e apreensão das paisagens naturais, que se depauperam em face da contaminação dos corpos d’água pelo esgoto *in natura*. Também acontecem em razão da ocupação dos mares de morros, que poderiam ser vivenciados e admirados no cotidiano, em momentos de passagem, caminhadas, deslocamentos no trânsito via transporte coletivo ou individual, em paradas para a contemplação a partir de pontos de vistas notáveis. Privações também ocorrem sob o viés econômico, visto que a degradação da paisagem expulsa os investimentos por causar insegurança, desconforto e afastamento do uso.

Somam-se a estes danos os sociais, fato comum em processos de degradação da paisagem, pois as habitações situam-se distantes dos espaços das cidades com infraestrutura adequada. Isto acentua o processo de espraiamento e o adensamento das áreas periféricas, que possuem serviços insuficientes e/ou ausentes de transporte público, saúde, educação, além de EL Pub que permitiriam diálogos políticos e culturais.

Como resultado de todos esses processos, do ponto de vista da paisagem tem-se o espaço exaurido, já que os interesses considerados se sobrepõem aos do cidadão comum – segundo Santos (2014), em função da ordem econômica e social estarem subordinados à ‘lei’ do lucro – muito mais que à da eficiência social.

A ordem econômica, imposta, resulta no distanciamento entre a moradia da população com faixa de renda inferior das atividades econômicas principais e comple-

mentares¹⁰. Para Santos a localização prejudicial à vida “[...] das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo” (SANTOS, 2014, p. 141).

Esse tipo de localização priva as comunidades da convivência com equipamentos de lazer, recreação, das atividades culturais, e as submete a situações de extremo desgaste físico e emocional por não possibilitar o acesso a bens e serviços públicos essenciais, como os voltados à saúde. Além disso, incentiva ocupações em áreas que deveriam ser preservadas em função dos recursos naturais existentes, promovendo a degradação de biomas como o Cerrado, áreas produtoras de água e paisagens significativas, que trazem prejuízos não só aos lugares onde ocorrem mas também para outros, dentro da organização territorial.

Todos esses fatores, que atingem grande parcela da população, são consequências de ações realizadas por incorporadoras, construtoras e agentes financiadores a partir do poder público, que cria políticas públicas, leis de financiamento, e aprova os loteamentos. Dessa forma, geram o comprometimento da organização do território, com desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, pois derivam do lugar onde cada cidadão se encontra. Como produto final, tem-se um território com distribuição desigual dos equipamentos voltados à saúde, à educação ao lazer e à paisagem desejável.

10 É o caso do programa MCMV para São José dos Campos. Especificamente, pode-se citar o Pinheirinho dos Palmares II, destinado às famílias do antigo Pinheirinho. O loteamento, construído para 1.461 famílias, fica na região sudeste, próximo ao limite da área urbana, ao longo da rodovia Carvalho Pinto. As 4.195 unidades habitacionais foram aprovadas dentro do programa MCMV – Faixa 1, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Programa Casa Paulista, do Governo do Estado de São Paulo (PREFEITURA..., 2016), (ALVARENGA; RESCHILIAN, 2016).

Em São José dos Campos, notamos que a principal distorção entre a concentração dos serviços públicos e equipamentos públicos ocorre entre as regiões centro e oeste – extremamente privilegiadas – em detrimento, principalmente, da região leste. Viver nesta região significa dispor de menor número de efetivos para atingir as fontes que levarão à qualidade de vida.

Todos esses aspectos, amplamente comentados e estudados por acadêmicos e gestores públicos, criam consequências graves à dinâmica da vida das pessoas, interferindo nos deslocamentos cotidianos em relação ao tempo e à distância, no alto custo das infraestruturas urbana e intraurbana, no enclausuramento e na alienação (QUEIROGA, 2012, p. 233).

O enfraquecimento da vida urbana, da vida pública, do meio ambiente e da paisagem ocorre também em espaços onde se concentra a população com faixa de renda superior, devido aos empreendimentos de acesso restrito – loteamentos fechados, horizontais e residenciais de caráter unifamiliar, como o caso do Urbanova, na região oeste, composta por vários loteamentos desse tipo, que, de certa forma, se encontram apartados da principal mancha urbana da cidade.

Observa-se que, além de terem sido instalados em espaços provedores de recursos naturais, como no caso do Serimbura e da Chácara Condomínio dos Eucaliptos, ambos sobre a várzea do rio Paraíba do Sul, os muros dos loteamentos geraram situações conflitantes, entre outras, o comprometimento das conexões ambientais, bastante debatido no município entre o Ministério Público da cidade, a Prefeitura Municipal e a população.

Trata-se do confinamento da fauna dentro das áreas verdes dos loteamentos (Morada da Serra, Eldorado, Recanto da Serra, Beija-Flor, Altos da Serra III, Altos da Serra II, Altos da Serra I e Portal da Serra).

Impedida de circular em outros espaços para se alimentar, devido aos muros, a fauna nativa morre, ou utiliza alimentos de animais domésticos. Além disso, por estar próxima das residências, animais peçonhentos são mortos, por vezes, pelos moradores.

Figura 1. O loteamento Altos da Serra V, situado na av. Possidônio José de Freitas, destina-se a famílias com faixa de renda superior. Os muros extensos, neste e em outros loteamentos, segregando o espaço público do privado, caracterizam os loteamentos do Urbanova.
Foto: Michele de Sá Vieira, 2019.

Figura 2. A região oeste, onde os loteamentos se localizam, possui recursos ambientais importantes também para a cidade, como o rio Paraíba do Sul e sua várzea, os fragmentos florestais e a fauna – todos impactados pela presença dos loteamentos. Fonte: Imagem produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2016. Baseada em imagem de satélite (PMSJC), 2014.

Em lugares com extrato social mais vulnerável, tem-se, a privação da paisagem adequada afetando a saúde da população. Por outro lado, naqueles com extrato social alto, ocorre à restrição do acesso da população aos espaços livres de lazer intramuros, o empobrecimento da leitura da paisagem, em razão da monotonia ocasionada pelas barreiras visuais, a valorização da vida privada. Tais situações remetem ao enfraquecimento da sociabilidade, à segregação entre espaço público e privado, produzindo sensação de insegurança para aqueles que transitam nas ruas e avenidas junto aos loteamentos fechados.

Meio Ambiente sob o viés dos impactos ambientais

O meio ambiente, urbano e rural, por ser referência para a qualidade do SELI Pub, é o segundo conceito analisado, para entender o território a partir da dinâmica ambiental. As características do meio ambiente e os seus confrontos com a urbanização são verificadas com o intuito de compreender a forma como a área urbanizada se relaciona com os recursos ambientais¹¹ do território através dos impactos gerados e dos benefícios aproveitados.

As interações que ocorrem entre a urbanização e o suporte físico no espaço geográfico se dão em função das adaptações, transformações e readaptações, que são constantes em razão das necessidades da criação de fontes de energia – como hidrelétricas, termoeletricas – e da urbanização que podem se instalar sem gerar grandes prejuízos à paisagem e ao ambiente, porém, por vezes, acarretam impactos que trazem prejuízos.

Impactos

De acordo com Turner (1995), os impactos provenientes da gestão humana que incidem sobre a mudança do uso da terra, afetam diretamente os solos, a dinâmica dos sedimentos e nutrientes que interferem na estrutura da comunidade das espécies, o que, consequentemente, acaba por promover alterações no meio ambiente e resultam em implicações consideráveis à biodiversidade.

Os impactos, entretanto, também podem ser gera-

¹¹ De acordo com o inciso V do art. 3, da Lei n. 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, considera-se como “[...] recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora” (BRASIL, 1981).

dos pelos próprios eventos naturais, como Turner (1995) expõe. Incêndios, inundações, tempestades de vento, deslizamentos de topos de morro são importantes geradores de transformações, pois afetam de maneira significativa o meio ambiente. Tais eventos atingem diretamente os organismos, os solos, a topografia e a direção dos cursos d’água, definindo futuras interações bióticas que podem gerar implicações para a biodiversidade.

Segundo Magnoli (2006b, p. 242), os impactos são representados pela poluição das águas, mudança do uso do solo das áreas, com perdas de espécies vegetais e minerais, poluição do ar, extinção de brejos e pântanos e obstrução de paisagens de alto significado.

Wack (2017)¹² expõe que a agricultura¹³, em especial, promove inúmeros impactos, como erosão e salinidade do solo, comprometimento do abastecimento de água, parcelamento e conversão do uso do solo. Tal fato ocorre por tratar-se de um setor econômico com alta capacidade para a geração de negócios, estimulando a ampliação do número de residências, comércios e vias para a produção e o escoamento de produtos agrícolas, e, dessa forma, a alteração do uso do solo e do meio ambiente.

Na contemporaneidade, os diálogos sobre os impactos gerados pelas ações humanas possuem destaque nas comunicações internacionais – principalmente quando abor-

12 Tradução nossa. Informação fornecida pelo Prof. PhD. Paul Wack, em 2017, na palestra Preserving Agricultural Land: the need for stewardship, para a disciplina CR336: Environmental Planning, ministrada pela Profa. PhD. Adrienne Greve, que compõe o conjunto de matérias do Departamento City & Regional Planning do College Architecture & Environmental Design da California Polytechnic State University (Cal Poly), San Luis Obispo/CA, 2017.

13 Em 2011, a agricultura na Califórnia gerou US\$ 43,5 bilhões de dólares e foi responsável, em média, por um a cada dez empregos gerados (WACK, 2017, tradução nossa).

dam o tema ‘mudanças climáticas’. Greve (2017)¹⁴ afirma que as mudanças climáticas¹⁵ acarretarão acidificação dos oceanos, mudanças no padrão das tempestades, dos ventos, do regime de precipitação das chuvas e das temperaturas. Enfatiza que as últimas três décadas – 1980, 1990 e 2000 – foram sucessivamente mais quentes do que qualquer década anterior há 1850.

Dados apontam que, na América do Norte, as alterações da temperatura ocasionaram redução da água e da neve, ampliação do inverno, diminuição das chuvas de verão, ondas de calor mais intensas e frequentes, perdas na produção da agricultura, aumento de pragas e incêndios¹⁶.

Estes ocorrem com muita frequência, atualmente, na Califórnia, dadas as altas temperaturas, ausência de chuvas e ventos fortes, que contribuem para a sua propagação, como os denominados Creek, Reye, Thomas e Skirball Fire, entre outros, nas cidades de Santa Rosa, Ventura, Los Angeles e Santa Barbara em 2017.

Os incêndios que aconteceram inicialmente nas colinas, ambientes com vegetação árida, se espalharam para áreas urbanizadas, gerando perdas de todas as formas (MEDINA; ÉREZ-PENÃ, 2017, tradução nossa): materiais, fi-

14 Tradução nossa. Informação fornecida pela Profa. PhD. Adrienne Greve, em 2017, na aula Climate Change & GHG Reduction, ministrada na disciplina CR336: Environmental Planning, que compõe o conjunto de matérias do Departamento City & Regional Planning do College Architecture & Environmental Design da California Polytechnic State University (Cal Poly), San Luis Obispo/CA, 2017.

15 De acordo com Newman, Beatley e Boyer (2009 *apud* Greve, 2017), a inovação tecnológica não será suficiente para vencer os impactos gerados pelas mudanças climáticas, que serão sentidos localmente.

16 Tradução nossa. Informação fornecida pela Profa. PhD. Adrienne Greve, em 2017, na aula Climate Change & GHG Reduction, ministrada para a disciplina CR336: Environmental Planning, que compõe o conjunto de matérias do Departamento City & Regional Planning do College Architecture & Environmental Design da California Polytechnic State University (Cal Poly), San Luis Obispo/CA, 2017.

nanceiras – considerando que atingiram vários hectares e estruturas, por exemplo, residências, comércios, pontos turísticos e de produção agrícola, como vinícolas centenárias. Perdas imateriais também ocorreram, consumindo a memória das pessoas – relacionadas a objetos pessoais como fotografias, documentos e hábitos relacionados à cultura do vinho, além da própria vida, o fator mais grave.

Agravos ambientais e paisagísticos, que afetam o cotidiano da população em função do comprometimento do suporte físico local natural também são observados. Relacionam-se à apreciação da paisagem, manutenção da biodiversidade, qualidade da água, florestas e ar, o que interfere diretamente na gestão de negócios – como a geração de energia, produção de alimentos, empreendimentos imobiliários, produção industrial – repercutindo na disponibilidade de emprego e renda, ainda que o Estado da Califórnia esteja preparado, do ponto de vista financeiro e estrutural, para lidar com impactos ambientais.

As consequências advindas desses impactos em países com menos capital, como o Brasil, são mais danosas, pois levam à redução das receitas municipais, o que requer claras medidas de adaptação direcionadas ao orçamento, através do corte ou extinção de políticas públicas. Consequentemente, ocasionam prejuízos ao atendimento dos serviços comunitários, como o desenvolvimento da educação, do conhecimento e da saúde, além dos direcionados à prevenção de desastres naturais – inundações e deslizamentos, por exemplo –, estimulando novos ciclos de impactos ambientais.

O setor privado, que encontra no poder público sustentação política para a implantar suas ações, contribui de maneira significativa para a ampliação dos impactos. O

transporte individual de massa, por meio da implantação de grandes estruturas viárias e facilitação na compra de veículos, fato bastante presente nos Estados Unidos (EUA), é um exemplo.

De acordo com Greve (2017)¹⁷, há outros fatores, provenientes do mercado privado, que contribuem para os impactos ambientais, como os métodos utilizados na produção industrial, que empregam em seus processos fontes de eletricidade primárias, por exemplo, o carvão. Tais métodos permitem a emissão de gases que contribuem para o efeito estufa (KENNEDY, *et al.*, 2009)¹⁸, além das altas densidades urbanas e formas de urbanização incompatíveis com a conservação e preservação dos recursos naturais, que degradam a paisagem e o ambiente.

A superação dos inúmeros impactos, atuais ou futuros, está vinculada à adoção de estratégias ligadas às gestões privada e pública, esta em específico, voltadas a temas como a mobilidade urbana, a partir da ampliação qualificada do

17 Tradução nossa. Informação fornecida pela Profa. PhD. Adrienne Greve, em 2017, na aula Climate Change & GHG Reduction, ministrada na disciplina CR336: Environmental Planning, que compõe o conjunto de matérias do Departamento City & Regional Planning do College Architecture & Environmental Design da California Polytechnic State University (Cal Poly), San Luis Obispo/CA, 2017.

18 Tradução nossa. Kennedy, *et al.*, (2009 *apud* Adrienne Greve, 2017) coloca que diversos gases contribuem para o efeito estufa. Entre eles, os Fluorados (Hidrofluorocarbonetos - HFCs, Perfluorcarbonetos - PFCs, Exafluoreto de Enxofre - SF6, Trifluoreto de Nitrogênio - NF3), utilizados nos sistemas de refrigeração e ar-condicionado, em equipamentos elétricos, espumas de isolamento, aerossóis e extintores de incêndio. A expansão do efeito estufa também é estimulada pelo Dióxido de Carbono (CO₂), em função da queima de óleo, carvão e desmatamento; Metano (CH₄), em decorrência da decomposição nos aterros, manejo de estrume, digestão do gado; Óxido Nitroso (N₂O), por efeito da gestão do solo agrícola, esterco animal e queima de combustíveis fósseis. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTURBANDEVELOPMENT/Resources/336387-1256566800920/6505269-1268260567624/KennedyComm.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

transporte público, considerando modais que contemplem tecnologias limpas e sejam acessíveis a todas as faixas de renda, bem como a gestão dos resíduos sólidos, através de programas de coleta seletiva, da gestão de resíduos sólidos e volumosos da construção civil, de ações direcionadas à educação ambiental, além da constante fiscalização do descarte irregular de resíduos em áreas ambientalmente frágeis.

Outros fatores contribuem para amenizar os danos causados pelos impactos, por exemplo, os processos adotados pela agricultura sustentável, ao prever a utilização de técnicas e procedimentos de fiscalização capazes de evitar a contaminação dos solos, das águas e a supressão dos fragmentos de mata.

As estratégias se relacionam, também, a outros procedimentos: a extinção de métodos adotados na produção industrial – uma vez que permitem a emissão de gases contribuintes para o efeito estufa –, a implantação de novas técnicas que priorizem a geração de energias eficientes e renováveis, como a solar e a eólica, e a construção de edifícios verdes, por contemplar a maximização da eficiência da energia através do controle interior das temperaturas – o que remete à redução dos gastos de energia. A forma como a área urbanizada se instala sobre o suporte físico, que provoca alterações no suporte físico, também integra o conjunto de temas. Nesse sentido, o uso da terra, passa por estratégias de gestão relacionadas ao conceito de *Greenways*.

De acordo com Hellmund e Smith (2006, p. XI, tradução nossa) vivemos em espaços fragmentados, onde as áreas naturais são penetradas pelo crescimento urbano. Consequentemente, os recursos florestais, hídricos, entre outros, são diminuídos em tamanho, divididos, expostos a produtos contaminantes e extintos.

Esta fragmentação não ocorre ao acaso. É produto da aplicação de instrumentos legais – como as Leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo –, da forma como a ciência opera, reduzindo o mundo a questões meramente gerenciáveis do ponto de vista econômico, nem sempre favorável ao viés ambiental e social, da segregação de raças e classes econômicas, dos turbulentos processos econômicos – que requerem relocações e migrações das populações (HELLMUND; SMITH, 2006, p. XI, tradução nossa).

A qualidade de vida das pessoas é diretamente afetada pela fragmentação, que as obriga a grandes deslocamentos, traz restrições relacionadas ao uso de equipamentos de lazer, atividades culturais, emprego, informação, saúde e educação, afetando diretamente as bases sociais.

Dessa forma, as estratégias para enfrentar as mudanças climáticas estão vinculadas à gestão das cidades, ligada a políticas públicas. Tais mudanças consomem 80% do fornecimento de energia global e produzem, aproximadamente, 75% das emissões globais do efeito estufa (NEWMAN; BEATLEY; BOYER, 2009 *apud* Greve, 2017). É por intermédio da aplicação de políticas locais que as estratégias relacionadas a diversos temas são implantadas, portanto, municípios e cidades são protagonistas desse processo.

As estratégias a serem adotadas relacionam-se a temas que se destacam em cada cidade ou país. Podem ser vinculadas, em função da alta pluviosidade, às águas das chuvas, à drenagem, às inundações, como no Brasil. Há, também, as que se referem ao clima seco, aos incêndios, como no Estado da Califórnia.

As adaptações promovidas sobre o suporte físico

Em São José dos Campos, o poder público permitiu adaptações do uso da terra incompatíveis com o suporte físico, como as ocupações que ocorreram ao longo da várzea do rio Paraíba do Sul para populações com faixas de renda extremas – inferiores e superiores¹⁹. Esse procedimento qualifica o poder público como gerador de impactos ambientais, por pactuar com situações que contribuem para a impermeabilização do solo da várzea. É possível observar o que ocorreu nos locais habitados pelas populações com renda superior e inferior:

- superior – instalação do loteamento Chácara Serimbura, na várzea do rio Paraíba do Sul, exclusivamente em função dos interesses de especulação da terra, e, portanto, políticos e econômicos²⁰. Isto se deu sob a influência de mecanismos legais, como o inciso XIX da Lei Complementar (LC) n. 165/97 (SÃO JOSÉ..., 1997), que permitiu a criação da Zona Especial de Proteção Ambiental Quatro (ZEPA-4)²¹ por meio de emenda proposta e aprovada pelo legislativo;

19 De acordo com a figura 38 (capítulo 2), São José dos Campos contém as seguintes faixas de renda: inferiores (R\$ 0,00 – R\$ 1.616,00 / R\$ 1.616,00 – R\$ 2.596,00), intermediária (R\$ 2.596,00 – R\$ 4.353,00) e superiores (R\$ 4.353,00 – R\$ 7.055,00 / R\$ 7.055,00 – R\$ 9.809,00).

20 Apesar de haver, em muitos momentos, a judicialização de processos como este pelo Ministério Público, por vezes o empreendedor conquista o direito de implantar o loteamento, já que foram avalizados pelo Poder Executivo.

21 De acordo com o inciso XIX da LC n. 165/97, que dispõe sobre a ordenação do território mediante controle do parcelamento, do uso e da ocupação do solo, a ZEPA-4 se constitui de áreas compreendidas por terrenos inseridos em APA IV, instituída pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado 2006, que em decorrência de suas características físicas, permite o uso residencial unifamiliar e atividades de lazer, com baixa taxa de ocupação e alta restrição quanto à impermeabilização do solo, devendo ser associada a um sistema de drenagem adequado, bem como a um sistema de disposição de efluentes domésticos, respeitando as diretrizes constantes na carta geotécnica elaborada em 1996 pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) em relação à Unidade Geotécnica Planície Aluvionar.

Figura 3. O loteamento Chácara Serimbura, próximo ao rio Paraíba do Sul, é um exemplo da forma como as legislações municipais são moldadas pelos poderes Legislativo e Executivo, objetivando atender grupos de interesses específicos.
Fonte: Imagem produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2016. Baseada em foto de Michele de Sá Vieira, 2016.

- inferior – dado ao fato de permitir por falta de políticas públicas de fiscalização e habitação, a ocupação da várzea do rio Paraíba do Sul, o que aponta a fragilidade do governo com relação à estas políticas públicas, essenciais ao bom encaminhamento da gestão pública.

Existem ocupações que transcorreram para favorecer o setor imobiliário, os empreendedores dos loteamentos e o setor da construção civil, como as do loteamento Parque Residencial Aquarius, que resultaram em verticalização desmedida para atender à população de renda superior.

Apesar de, aparentemente, não terem gerado grandes impactos ambientais locais, o intenso adensamento em áreas inadequadas, viabilizado pela LC n. 428/10 (SÃO JOSÉ..., 2010b), permitiu a construção de prédios com inúmeros pavimentos, implantados em ruas estreitas – com 12 metros (três metros de passeio e quatro de rolamento) – em forma de cul de sac, resultando em problemas de ventilação, insolação, privacidade entre os edifícios e privação da apreciação da paisagem em determinados momentos. Nesse caso, a LC n. 428/10 (SÃO JOSÉ..., 2010b)²², que classifica o Parque Residencial Aquarius principalmente como Zona de Urbanização Controlada 5 (ZUC - 5), para os usos Residencial Vertical 1 - RV1, Residencial Vertical 2 - RV2 e Residencial Vertical 3 - RV3, permitiu a ampla verticalização, através de²³:

- Índices Máximos - Coeficiente de Aproveitamento

22 A LC n. 428/10 foi consolidada com as alterações introduzidas pela LC n. 498/13, a qual contém o Anexo I, em que se encontram os índices máximos, mínimos, entre outros dados.
23 Os usos Residencial Vertical 1 - RV1, Residencial Vertical 2 - RV2 e Residencial Vertical 3 - RV3 não possuem gabarito de altura predefinido, ou seja, não estão sujeitos ao Gabarito (GA) de 8,7 metros, e sim ao definidos nos artigos 227, 229 e 230 da LC n. 428/10, que estabelecem a Zona de Proteção de Voo.

(CA)²⁴ = 3, Taxa de Ocupação (TO) = 0,65, e (N. Pav.) = 15;
• Índices Mínimos - Dimensões dos Lotes [área do lote (1.000,00 a 3.000,00 m²) e testada (20,00 metros)] e dos Recuos [frontal (5,00 metros), laterais (3,00 metros) e fundos (3 metros)].

Tabela 1. Síntese dos dados das características de Uso e Ocupação do Solo no loteamento Parque Residencial Aquarius

Características de Uso e Ocupação dos Lotes na Zona de Uso										
Zona	Atividades permitidas	Índices Máximos				Índices Mínimos				
		C.A.	T.O.	Gabarito	Número pavimentos	Dimensão do Lote		Recuos		
						Área do lote (m²)	Testada (m)	Recuo frontal	Recuo lateral até 2º pav.	Recuo fundo até 2º pav.
ZUC 5	R1	3,0	0,65	-	15	1.000,00	20,00	5,00	3,00	3,00
	RV2/RV3					3.000,00				

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2019, a partir do Anexo I da LC 498/13.

Outros podem ser comentados, por exemplo, as ocupações na região de São Francisco Xavier, em espaços como a várzea dos afluentes do rio do Peixe, por equipamentos do poder público, e em áreas da Zona Rural próximas a São Francisco Xavier, de altíssimo padrão, encravadas nas montanhas florestadas, que comprometem a vegetação nativa, os cursos d’água e a paisagem natural.

24 De acordo com o art. 28, parágrafo 10 da Lei n. 10.257/01, que estabelece o Estatuto da Cidade, o Coeficiente de Aproveitamento (CA) é a relação entre a área edificável e a área do terreno.

Figura 4. Projeto Residencial com aproximadamente 1.000 m², situa-se em São Francisco Xavier, com ampla vista panorâmica. Para a sua instalação, foi promovida movimentação de solo e desmatamento. Foto: Michele de Sá Vieira, 2013.

Assim, áreas que deveriam ter sido preservadas do ponto de vista paisagístico e ambiental foram ocupadas, gerando impermeabilização do solo, fragmentação de habitats, comprometimento das paisagens e, conseqüentemente, perda da biodiversidade. Duas espécies presentes na bacia do rio do Peixe – a maior bacia hidrográfica de São José dos Campos, com 4.843,00 hectares – estão ameaçadas de extinção: a jacutinga e o muriqui.

De acordo com Santos (2014, p. 64), os organismos públicos destinados a proteger a população e o ambiente não o fazem, tendo posturas incompreensíveis e inadequadas. Acadêmicos vêm produzindo, mundialmente, materiais relevantes sobre os temas ambientais, em específico sobre os impactos gerados por processos de desenvolvimento, ou seja, enquanto os materiais relevantes se “[...] avolumam e, ao mesmo, se enriquecem [...]” as ações públicas brasileiras se mantêm praticamente estáticas, com poucas ações significativas, “[...] e, afinal não protegem” (SANTOS, 2014, p. 64).

Sistema de Espaços Livres de Interesse Público (SELI Pub)

Conceitos: a abordagem para o SELI Pub

A análise do SELI Pub²⁵ objetiva entender – por meio de seus espaços livres de lazer, conservação e respectivas funções – padrões de qualidade e distribuição, como os diversos espaços livres do território se articulam para compor tal sistema, seja este proveniente de recursos naturais ou urbanos. Dessa forma, a abordagem conceitual é desenvolvida através dos seguintes conceitos: sistema, espaço, espaço livre, EL Pub, EL Priv e SELI Pub.

A. Sistema

Segundo Morin (2008, p. 157, *apud* MACEDO *et al.*, 2018, p. 17) “[...] o conceito de **sistema** exprime ao mesmo tempo unidade, multiplicidade, totalidade, diversidade, organização e complexidade [...]”. Todas essas características encontram-se presentes dentro do território (objeto complexo), que se consolida através de políticas públicas e privadas. De acordo com Queiroga (2012) Morin, em *O método*, afirma que o sistema possui:

- “organização;
- unidade global – ‘o todo’;
- emergência – qualidades e propriedades novas emergindo da organização e da unidade global”.

São as organizações (públicas e/ou privadas) que con-

²⁵ O conceito adotado nesta tese será Sistema de Espaços Livres de Interesse Público (SELI Pub). Entretanto, algumas vezes as palavras ‘público’ e ‘interesse’ serão subtraídas, com o objetivo de tornar o texto mais conciso.

têm as relações, técnicas, políticas e econômicas, que definem o sistema, transformando-o, alterando sua estrutura física e social, possibilitando sua permanência, transformação e dissolução. No caso do poder público, a forma como são implantadas as políticas públicas direcionadas aos espaços livres garante a qualidade do sistema. Espaços livres como:

- calçadas, ruas, avenidas, entre outros, que ligam as políticas públicas voltadas à saúde; educação, cultura, indústria, comércio, tornando-as inter-relacionáveis;
- rios, córregos e represas, que permitem o abastecimento de água;
- parques de lazer e/ou conservação, que contribuem para o lazer da população, a perpetuação da biodiversidade e o embelezamento da paisagem.

Implantar espaços livres de qualidade significa contribuir para a formação de um sistema possivelmente qualificado. Isto porque, para garantir a qualidade do sistema é preciso que os espaços também sejam qualificados.

B. Espaço

De acordo com Milton Santos (2014, p. 142) o **espaço** “[...] pode ser tratado como um conjunto de fixos e fluxos”. Os fixos²⁶, que podem ser tanto públicos como privados, são sociais (culturais, econômicos e políticos): pontos de serviço, pontos produtivos, processos imediatos de produção, ou

²⁶ Para Milton Santos (2014), caso se queira entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que se distinguir entre os fixos públicos e privados. Os fixos privados se localizam segundo a lei da oferta e da procura, enquanto os fixos públicos se instalam de acordo com os princípios sociais e funcionam independentemente das exigências de lucro.

seja, se constituem, como os equipamentos de saúde, educação, recreação, comércio, entre outros. Os fluxos relacionam-se à circulação, distribuição e consumo, isto é, podem ter relação de continuidade, como os recursos naturais. Por exemplo, o sistema hídrico e os ecossistemas das matas e do sistema viário.

Conforme Moraes o espaço produzido (fixos e fluxos) resulta da ação humana, representado pelas organizações públicas e privadas. Por trás dos padrões espaciais, dos usos do solo, das distribuições – criados pelas organizações –, estão concepções, valores e interesses que, muitas vezes, não priorizam as reais necessidades da população, mas representam movimentações executadas por atores que impõem a parcelas da população interesses específicos, interesses do mercado econômico, daqueles que ocupam os primeiros níveis de gestão dos governos, gerando desigualdades (MORAES, 1996, p.15-16). Para Santos (2014, p. 59), “[...] o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte um espaço sem cidadãos”.

Por essa razão, o SELI Pub produzido no Brasil, frequentemente atende mais às classes dominantes que às dominadas, consagrando as desigualdades, uma vez que os espaços livres que compõem este sistema nem sempre representam grande parte da população. Isto porque atendem a diferentes faixas de renda de modo desigual, são mal distribuídos no município, abrangendo funções incompatíveis com os desejos das pessoas, priorizando outros programas de governo e, também, em função das decisões políticas – que envolvem a política, a economia e a disputa de classes.

A análise desta tese aborda as questões colocadas por Santos (2009, 2014) sobre o espaço, relacionadas, entre outros tantos aspectos, às desigualdades, injustiças. Suas re-

flexões abarcam os **espaços livres**, essencialmente daqueles que estão, ou deveriam estar, sob o interesse público.

C. Espaço livre

O **espaço livre**, de acordo com Magnoli (1982, p. 48), é “[...] todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações e que as pessoas têm acesso”. Conforme as normas californianas, tais espaços possuem seis classificações, originalmente descritas pela autora.

As classificações foram estabelecidas de acordo com as funções exercidas pelos espaços livres, as quais se direcionam: 1) à produção de recursos; 2) à proteção de recursos naturais e culturais; 3) às atividades sanitárias e sociais; 4) à segurança pública; 5) aos que exercem a função de corredores, como as linhas de alta tensão, canais e canalizações diversas, vias rodoviárias e ferroviárias, e funções direcionadas à extensão urbana; 6) a zonas de comércio, à indústria, habitação e equipamentos públicos.

Magnoli aponta classificações para os espaços livres, denominando-os como:

1. Espaços Livres de Lazer:

- corredores, com potencial para serem incorporados à recreação (linhas de alta tensão, canais e canalizações diversas, vias ferroviárias desativadas), zonas de pontos de vistas notáveis, locais de monumentos históricos ou culturais, parques, praças e calçadas;

Figura 5. O Central Park, situado no centro de Manhattan, é o principal espaço livre de interesse público de lazer em Nova York.
Foto: Michele de Sá Vieira, 2013.

2. Espaços Livres de Conservação:

- espaços livres em função da produção de recursos – florestas extrativistas, terras agrícolas, zonas de extração de minerais, terrenos importantes para recursos hídricos, zonas de produção de vida aquática;
- espaços livres para proteção de recursos naturais – águas em todas as suas formas, brejos, pântanos servindo de habitação à forma aquática, bosques e florestas para reservas naturais, características geológicas²⁷, zonas de proteção de águas subterrâneas, zonas de regeneração de ar (conformações topográficas ou florestas). (MAGNOLI, 2006a, p.180-181).

Figura 6. O Redwood National and State Parks, considerado como espaço livre de conservação, situa-se na Califórnia/EUA. É composto por Sequoias Gigantes (*Sequoiadendron giganteum*) que podem alcançar até 300 metros de altura e 23 metros de diâmetro, trilhas para caminhada e corrida. Também se destina à realização de pesquisas científicas. Foto: Xin Li, 2018.

²⁷ Em San Luis Obispo, destacam-se como espaços livres de conservação com características geológicas: colinas, montanhas, picos vulcânicos, zonas de falhas geológicas, entre outros. Em São José dos Campos: mares de morros, montanhas, serra da Mantiqueira, entre outros.

D. Espaços livres públicos e privados:

Os espaços livres, por sua vez, podem ser públicos (EL Pub) e privados (EL Priv). Para Magnoli (1982, p. 55), “[...] **espaço livre público** é o espaço de todo o cidadão, é o espaço da vida comunitária, por excelência”.

Macedo *et al.* (2018, p. 14-15) estabelecem que o espaço livre público é todo espaço de propriedade pública. O principal espaço livre é a rua, elemento fundamental de conexão na cidade. Outros tantos são considerados EL Pub: praças, parques e imóveis pertencentes ao poder público, espaços onde se realizem ações com múltiplos papéis, voltados à circulação, drenagem urbana, atividades do ócio, imaginário, memória urbana, conforto ambiental, conservação, requalificação ambiental e convívio.

Queiroga (2012, p. 58), define o que é **espaço público** e discorre sobre formas de apropriação e uso: “[...] todos os bens de uso comum do povo, ainda que possam ser indevidamente apropriados, por este ou aquele grupo social”. O espaço público pode ser utilizado pela população intensamente, ou de modo restrito, o que não inviabiliza sua função pública. Queiroga exemplifica o modo restrito ao refletir sobre os espaços públicos de natureza ambiental:

[...] as reservas biológicas, ou as estações ecológicas, por exemplo, são unidades de conservação de proteção integral altamente restritiva a presença humana, por conseguinte inapropriadas para receberem, em si, sistemas de ações da esfera pública política²⁸; ainda assim, são espaços de grande interesse público, na medida que, preservam patrimônios ecológicos de alto valor ambiental (QUEIROGA, 2012, p. 59).

Os **EL Priv** são os inseridos dentro das áreas particulares, cujo acesso “[...] não é, em geral, possibilitado ao público, que só em casos especiais têm a permissão de usufruto de parcelas específicas de tais propriedades (MACEDO *et al.*, 2018, p. 15).

²⁸ Mais informações sobre esfera pública política em: Queiroga (2012).

E. Espaços livres de interesse público:

Pela importância da reflexão, nesta tese, sobre os espaços de **interesse público**, não se irá reduzir a questão somente aos espaços de propriedade pública. A abordagem incluirá, também, os espaços de propriedade privada, pois a análise aqui proposta reflete sobre o Sistema de Espaços Livres (SEL) e incide sobre os de natureza privada que possuem interesse público.

Conforme Macedo *et al.*, (2018, p. 50-51) os espaços livres com ênfase na proteção ambiental, de propriedade pública ou privada, se constituem em espaços capazes de prestar importante papel na conservação dos recursos naturais, desde sua contribuição para o sistema de drenagem pluvial até a preservação da biodiversidade, passando por benefícios microclimáticos e paisagísticos, entre outros.

Queiroga enfatiza o interesse público relacionado às áreas significativamente vegetadas, sobre o solo permeável de propriedade pública e privada, quando nelas incide algum instrumento legal de proteção ambiental: “Tal proposição permite valorizar a dimensão do interesse público sobre a proteção ambiental incidente, também, sobre imóveis privados.” (QUEIROGA, 2012, p. 79).

Como exemplo de espaços de interesse público, tem-se a várzea do rio Paraíba do Sul, por prover inúmeros serviços ambientais. Sobreposta à várzea, existe uma Área de Proteção Ambiental (APA) com espaços de propriedade pública e privada. Seus usos, em 2018, apresentam-se ora em conformidade com a legislação, ora em conflitos com a legislação, em função das habitações regulares e irregulares. Anteriormente, em razão das práticas voltadas à mineração, entre outras.

Figura 7. Mapa do Uso do Solo da várzea do rio Paraíba do Sul, indicando as áreas privadas, além dos usos em conformidade e em conflito com a legislação.
Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2018. Baseado no mapa (FANTIN; MIRANDA; MORELLI (2007, p. 5199-5206), e no mapa do Cadastro Imobiliário Municipal da Prefeitura de São José dos Campos, 2018.

F. Sistema de espaços livres públicos

De acordo com Macedo *et al.* (2018, p. 14), o conjunto de todos os espaços livres existentes no território seja de edificação ou livres de urbanização, constitui o **Sistema de Espaços Livres Públicos** (SEL). O SEL produzido são as representações estabelecidas pelo homem acerca do seu espaço. É o resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem, a materialização de projetos elaborados principalmente com capital político, inseridos em organizações públicas e privadas (MORAES, 1966, p. 15-16). As conexões físicas que permitem o desempenho de funções relacionadas aos fluxos de pessoas, lazer, mercadorias, águas, energia, informações e comunicações que ocorrem principalmente nas áreas urbanas também fazem parte do SEL (QUEIROGA, 2001, p. 83).

O SEL urbano é composto pelos elementos e as relações que organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de determinado recorte urbano – da escala intraurbana à regional (MACEDO *et al.*, 2018).

Como exemplo de espaços livres de lazer presentes na área urbanizada e que compõem o sistema de São José dos Campos, há o parque Ribeirão Vermelho, a praça Afonso Pena, o parque da Cidade, entre tantos outros, os quais contribuem para as conexões físicas, em especial as de lazer.

O SEL se constitui em elemento de conexão para a recreação ao ar livre, em função das atividades realizadas em parques, praças, picos vulcânicos, montanhas, morros, rios, cachoeiras, e para a mobilidade – relacionada à circulação de pedestres, ciclistas e motoristas.

Por isso, melhora a condição de vida da população, ao permitir que as relações cotidianas, esportivas, políti-

cas, culturais e artísticas se manifestem nos mais diversos ambientes e de diversas maneiras. Pode ser complexo, proveniente de grandes investimentos públicos, e privados – como o Central Park em Nova York, onde as pessoas correm, caminham, patinam no gelo, andam de carruagem, se casam – ou simples, como o Beco do Chicletes em San Luis Obispo, que possibilita hábitos divertidos, como colocar chicletes nas paredes do beco.

Em São José dos Campos, os espaços livres de conservação que contém estruturas ambientais, tais como solos, matas e águas, de grande contribuição para os serviços ambientais prestados, situam-se na Zona Rural e Urbana, como o Parque Natural Municipal Augusto Ruschi (PNMAR), as várzeas dos rios Paraíba do Sul e Jaguari e as extensas áreas florestadas, como as da serra da Mantiqueira²⁹.

De acordo com o inciso I, do art. 41, da Lei n. 12.651/12 (*Novo Código Florestal*), os serviços ambientais relacionam-se: à diminuição do fluxo de carbono; à conservação da beleza cênica natural, da biodiversidade, das águas e serviços hídricos; à regulação do clima; à valorização cultural, ecossistêmica; além da conservação do solo.

Nesse sentido, as Unidades de Conservação (UCs)³⁰ cumprem importante papel dentro do SEL por serem fundamentais na prestação dos serviços ambientais, e, consequentemente, no potencial econômico da sociedade.

29 Na atual administração pública (2018), ambas categorias de espaços livres estão sob a gestão da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade.

30 De acordo com o inciso I, do art. 2, da Lei n. 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a UC é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes. É legalmente instituído pelo poder público com objetivos de conservação e possui limites definidos, sob regime especial de administração. Garantias adequadas de proteção são aplicadas à UC.

Apesar da extrema importância, pouco se investe nessas Unidades no Brasil, a exemplo do que ocorre em São José dos Campos, onde existe a Unidade de Conservação de Proteção Integral (UCPI) denominada PNMAR, criado pela Lei n. 8.195/10. Em 2017, outra estava em processo de consolidação, o Parque Natural Municipal do Banhado (PNMB), criado pela Lei n. 8.756/12³¹.

Configura-se dessa forma a baixa efetividade de gestão relacionada às UCs, situação que se deve, em parte, ao fato de estarem situadas em espaços por vezes distantes da área urbanizada, o que ocasiona usos, acessos e convívio escassos por grande parte da população, não despertando interesse nas gestões com relação aos investimentos, como no caso da UC - Parque Natural Municipal Augusto Ruschi (PNMAR), situada na zona rural.

Por outro lado, a zona urbana também acaba por não receber investimentos – e, consequentemente, gestão eficiente –, mesmo havendo espaços com potencial para se relacionar de forma mais aproximada com os habitantes, como a UC - Parque Natural Municipal do Banhado (PNMB), situada na região Centro.

Estas UCs, caracterizadas como de grande interesse público, na medida em que preservam recursos ambientais de alto valor são preteridas pelo poder público em seus orçamentos, por não propiciarem ganhos políticos de forma imediata.

31 De acordo com informações da Secretaria Municipal de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

Sistema de espaços livres ampliado e aproximado: conceitos criados

Os conceitos de Sistema de Espaços Livres Ampliado (SEL Ampliado) e Sistema de Espaços Livres Aproximado (SEL Aproximado) são criados nesta tese, inicialmente, com o objetivo de contribuir para a análise dos capítulos 5 e 6, relacionados com a parte da tese que trata da cidade e do condado californianos. Após são utilizados, também, para a análise do município paulista.

Percebeu-se, preliminarmente, que a análise do SELI Pub não poderia se restringir apenas aos espaços presentes na cidade de San Luis Obispo, mas sim estender-se àqueles que fazem parte do *waterfront* (*front* do Oceano Pacífico) do condado de San Luis Obispo, em razão da alta frequência e qualidade. Tem-se, então, a criação do primeiro conceito – SEL Ampliado, por estar fora da área urbanizada da cidade, entre 15 e 20 quilômetros.

No desenvolvimento da pesquisa, foi constatada a baixa frequência de usuários nos espaços livres de lazer da cidade, apesar da qualidade dos parques em relação à distribuição, quantidade, segurança, manutenção, adequação dos equipamentos, funções e portes diversificados. Evidencia-se, nesse momento, a necessidade de compreender o uso dos parques da cidade, sendo criado, então, o conceito de SEL Aproximado para analisar os espaços livres existentes na cidade.

Observa-se que, a baixa frequência dos parques possui relação com a alta frequência dos espaços livres que estão no *waterfront* do condado, dada a alta capacidade de atrair usuários, em função dos ótimos espaços existentes, oferecendo aos usuários outras oportunidades relacionadas

ao lazer e práticas sociais.

Assim, a análise de San Luis Obispo passa a ser feita a partir da relação entre o sistema de espaços livres ampliado e aproximado, sendo, posteriormente, também utilizada para a análise de São José dos Campos.

Determina-se, portanto, na tese, uma forma distinta, a mais, de avaliação interescalar do uso do território, por não considerar apenas a relação que as cidades de San Luis Obispo e São José dos Campos possuem, respectivamente, no caso californiano, com o condado, e, no caso paulista, com o município, a bacia hidrográfica e a região metropolitana.

Dessa forma, o sistema de espaços livres ampliado é o conjunto de espaços presentes na área externa à principal mancha urbana, onde incidem inúmeras práticas sociais, entre as quais, o lazer. O sistema de espaços livres aproximado é o conjunto dos espaços livres que se situam na principal mancha urbana, onde ocorre a maior parcela das atividades socioeconômicas públicas e privadas presentes no cotidiano da população.

O papel e a atuação do poder público sobre a criação/produção do SELI Pub

A construção, manutenção e fiscalização, isto é, a produção do SELI Pub está, ‘principalmente’, sob responsabilidade do poder público – pois o poder privado também o influencia através do poder econômico e leis de mercado que regulam o solo e interferem na constituição do sistema.

O processo de produção do sistema se constitui, do ponto de vista técnico, nas estruturas de gestão (Secretarias Municipais) e ações de governo, sem que o conceito de Sistema seja pensado, apreciado e considerado. Em geral, a implantação dos espaços livres acontece de modo pontual, com o objetivo de atender aos interesses das Câmaras de Vereadores e dos mercados, mais precisamente à luz das Leis de Uso e Ocupação do Solo, que valorizam os loteamentos a partir da implantação dos parques e praças.

Magnoli (1982), analisando a implantação dos espaços livres sob a tendência dos mercados, expõe que o espaço livre coletivo exige um desenho que seja de interesse e reponsabilidade do coletivo, de tal forma que cada mínima parcela tenha, efetivamente, sua razão de ser. Para a autora, o desenho do espaço livre necessita ser proposto a partir de critérios definidos pelas necessidades humanas e sociais, ao invés de atender aos mercados consumidores. De acordo com Moraes (1996, p. 59) tais mercados são representados por “[...] uma sociedade rigidamente hierarquizada (onde há menos de cem anos havia trabalho escravo), uma cultura profundamente elitizada (hostil às perspectivas populares) e uma política que se realiza por consensos restritos”.

A proposição é que o SEL seja pensado a partir de critérios definidos pelas necessidades sociais (atividades com

características sociais, ligadas à coletividade) e físicas, ao invés de expressar apenas as determinações do mercado (ligadas a fatores econômicos, materiais e ao lucro) e políticas com interesses específicos.

Com raras exceções, no Brasil, o SELI Pub de lazer e conservação, entre outros, são provenientes de programas de governo direcionados; o planejar é raro. São José dos Campos, apesar de possuir espaços de lazer e conservação privilegiados para o padrão das cidades brasileira, de amplo significado, não contém o sistema planejado sob o viés das decisões políticas e técnico³².

O município paulista contém espaços pontuais que raramente se conectam, e, quando se conectam, isso ocorre de maneira espontânea, sem a intervenção técnica do poder público (através de planos, projetos e ações). Na verdade, deveriam ser desenvolvidos a partir da ideia da criação de um conjunto de EL Pub dentro da paisagem, de forma articulada e integrada, preferencialmente capaz de promover interações entre os sistemas sociais e físicos.

Apesar desta tese defender as conexões físicas (ambientais), admite-se que essas interligações são limitadas em relação ao cumprimento dos fluxos ambientais – ou seja, no trânsito das espécies, na proliferação de sementes, entre outros – em função das barreiras impostas pelos grandes eixos viários e ferroviários, pelas extensas áreas ocupadas por indústrias de grande porte, ou devido aos loteamentos residenciais.

Ainda assim, as conexões ambientais, por todo o território, representam importante estratégia para a constitui-

32 O resultado da falta de planejamento gerou pressões sobre os recursos ambientais e paisagísticos, ainda que diversos parques tenham se constituído.

ção do SELI Pub sob o viés do planejamento urbanístico-ambiental, pois contribuem para a qualificação do sistema através da inserção de parques e maciços vegetais, provendo de maneira significativa o lazer, os microclimas, contribuindo com a paisagem.

A gestão pública, no Brasil, especificamente para São José dos Campos, pouco trabalhou e trabalha com a ideia de ‘articulação e integração’, tanto do ponto de vista social quanto físico.

Explorou-se de modo acanhado o aspecto social, por exemplo, a mobilidade urbana relacionada à integração entre os parques por ciclovias, a pluralidade do uso dos espaços públicos e a possibilidade de reunir grupos de pessoas diversas, uma vez que o uso dos parques mostra significativa distinção ligada às faixas de renda inferior e superior. São raras as exceções, como o parque Vicentina Aranha, que agrega funções diversas.

As articulações físicas, a exemplo das ambientais, também foram e são contempladas de forma inexpressiva, ainda que São José dos Campos possua importantes recursos naturais, potenciais paisagísticos conservados e planos realizados para o município – como os de drenagem, arborização urbana e desenvolvimento rural.

A ausência de articulação social e física não acontece ao acaso. Resulta dos seguintes fatores:

- falta de conhecimento sobre a temática pela estrutura de gestão: as Secretarias Municipais que possuem interface com o tema, raramente dispõem de técnicos com domínio tanto do ponto de vista conceitual quanto prático direcionado ao SELI Pub;
- planos que contemplam apenas as conexões físicas, e somente para a Zona Rural, através de corredores

ambientais, que não são estendidos para a Zona Urbana. O Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) não propõe a integração dos corredores e fragmentos de mata das áreas rurais com os potenciais ambientais da área urbanizada.

Dessa forma, o padrão de gestão implantado propicia a consolidação de uma coleção³³ de espaços livres de interesse público, ainda que muitos sejam bem desenhados (parque da Cidade), tenham boa manutenção (parque Ribeirão Vermelho) e uso intenso (parque Vicentina Aranha), desprezando, portanto, a articulação entre os espaços livres de lazer e conservação.

Poder Público: a presença e a ausência das políticas públicas

As Leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo: reflexos na qualificação do SELI Pub

As Leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo são protagonistas na qualidade do SELI Pub. O fato de determinarem como será o padrão da verticalização através dos recuos frontais e laterais, o Coeficiente de Aproveitamento

33 Segundo Magnoli (1982, p. 54), a “[...] compatibilização de funções, no tempo e no espaço, formas, superfícies e tratamentos diversificados, segurança de (desenho), conforto, adequação às condições do tempo, desenho apropriado à manutenção, localização e acessibilidades não podem ser substituídos por uma coleção de equipamentos, por mais bem desenhados que sejam”.

(CA)³⁴, a Taxa de Ocupação Máxima (TOM)³⁵ e o tipo de uso (comercial, de serviços, habitacional ou misto) influenciará diretamente no uso cotidiano e, portanto, na qualidade do sistema. Tais leis têm as seguintes funções:

- garantir os recuos adequados entre os edifícios, favorecendo a visualização da paisagem a partir de pontos de vistas notáveis;
- estabelecer adensamentos compatíveis em relação à capacidade de suporte das ruas e avenidas, contribuindo com a fluidez dos diversos modais;
- resguardar adensamentos coerentes com os espaços livres de lazer, principalmente os direcionados a práticas de convívio e esportes coletivos, garantindo o uso adequado dos espaços por todos que desejarem aproveitá-los. Por vezes, o que se observa, são densidades demográficas, incompatíveis com a quantidade dos equipamentos existentes, ou seja, o número de pessoas que querem utilizá-los é muito maior que a capacidade.

Para além das formas de políticas públicas, como as Leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, a qualidade do SEL público também é resultado da eficiência de outros processos técnicos, como a construção de projetos de leis voltados aos temas ambientais, das decisões políticas, em função das políticas públicas adotadas como prioritárias pe-

34 De acordo com a Lei n. 428/10, que estabelece as normas relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo em São José dos Campos, Coeficiente de Aproveitamento (CA) é o índice pelo qual a área do lote deve ser multiplicada para se obter a área total de edificação permitida nesse lote.

35 A mesma lei estabelece que Taxa de Ocupação Máxima (TOM): é o índice pelo qual a área do lote deve ser multiplicada para se obter a máxima área de projeção horizontal de edificação permitida no lote.

los partidos em cada gestão e do movimento dialético entre as instâncias política e econômica.

Os meios técnicos definem as possibilidades de incremento, qualificação, avaliam as possibilidades de distribuição, lançam propostas para planos e projetos, operam, implantam e fazem a gestão, mas não têm, necessariamente, a decisão política de qualificar o SELI Pub.

Os meios políticos determinam se algum valor ou parte dos recursos orçamentários serão destinados ao SELI Pub, estabelecem quando e onde serão aplicados, sempre pensando nos ganhos políticos, não importando classe social, característica do local, nem mesmo a quantidade de pessoas beneficiadas.

Os econômicos, por sua vez, viabilizam a técnica e permitem a execução das tomadas de decisões, quando o orçamento é favorável, através da contratação de consultorias para a elaboração de planos e projetos, contratação de pessoal (técnicos comissionados e/ou concursados), implantação de serviços e execução de obras.

Observa-se, também, que as constantes oscilações políticas pelas quais o Brasil passa influenciam nas arrecadações econômicas locais, afetando a qualificação do SELI Pub municipal por meio da extinção e/ou diminuição dos investimentos nas políticas direcionadas aos espaços livres de interesse público.

A ausência e/ou redução da qualificação do SELI Pub implica em prejuízos no cotidiano das atividades da população relacionadas:

A. Ao lazer:

- por conter parques e praças com manutenção precária e programas incompatíveis com os desejos da

população, não há utilização extensiva dos espaços;

- com a distribuição e quantidades inadequadas dos espaços livres, a população é obrigada a se locomover para outros espaços do município ou privar-se das atividades de lazer devido à falta de tempo e disposição para se deslocarem.

B. À mobilidade urbana:

- sistemas viários estreitos, com canteiros centrais e calçadas laterais extremamente reduzidos, sem vegetação arbórea, comprometem a circulação das pessoas e a apreciação da paisagem;
- ciclovias desconectadas e insuficientes geram insegurança tanto para a prática de esportes quanto para a locomoção das pessoas que utilizam esses espaços para trabalhar, uma vez que são obrigadas a compartilhar a pista de rolamento com os carros para atingir seus destinos.

C. À manutenção dos recursos naturais:

- corpos d'água contaminados pelo lançamento de esgotos *in natura* ocasionam o empobrecimento do uso do espaço para atividades de lazer, recreação, e danos à saúde;
- mares de morros, serras e escarpas ocupados por assentamentos irregulares, ou até mesmo regulares, com a presença de condomínios de alto padrão, fazem com que se perca a capacidade de apreciação da paisagem natural, favorável ao bem-estar da população;
- margens de rios e córregos degradadas em função da retirada das matas ciliares para a instalação de moradias com faixas de renda superior ou inferior, e

também da agricultura, diminuem as conexões ambientais.

A construção e qualificação do SELI Pub está, portanto, atrelada aos processos técnicos, políticos, econômicos e à evolução da mancha urbana, na medida em que a cidade cresce, podendo ser criada a partir de situações diversas.

No caso de São José dos Campos, a concepção do SELI Pub voltado ao lazer e à conservação dos recursos naturais ocorre em função dos seguintes fatores:

- consolidação dos loteamentos através da implantação dos Sistemas de Lazer³⁶, como o parque Ribeirão Vermelho, a praça Ulisses Guimarães, entre outros;
- programas específicos de governo, como os parques Alberto Simões e Ribeirão Vermelho, previstos no Plano Diretor de 2006, edificadas entre 2015 e 2016 com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do orçamento municipal;
- novas adaptações relacionadas à dinâmica social e econômica do município e da população, como o que ocorreu com o parque Vicentina Aranha, antes sanatório e, a partir de 2007, destinado a atividades de lazer, e o parque da Cidade, que previamente compunha a área da Tecelagem Parahyba e transformou-se em parque destinado ao lazer e à conservação dos recursos naturais em 1996;

36 De acordo com a Lei n. 428/10, que estabelece as normas relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo em São José dos Campos, Sistemas de Lazer são espaços livres de uso público que desempenham funções recreativas, esportivas e de lazer, nos quais se admite a implantação de equipamentos de lazer, quadras esportivas, pista de skate, playgrounds, quiosques e mobiliários urbanos.

- oportunidades de conservar e recuperar espaços de extremo valor ambiental e paisagístico, através da criação de parques como o do Banhado e o Augusto Ruschi, elevados à categoria de UCPI;
- acordos políticos assumidos durante processos eleitorais, com vereadores, financiadores de campanhas políticas, tanto por meio de pessoas físicas quanto jurídicas, coligações partidárias e até compromissos estabelecidos com determinadas comunidades e associações.

A ausência das políticas públicas

Como visto, a implantação de políticas públicas que possuem interface com o SELI Pub, como o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, interfere na sua qualificação. Entretanto, a ausência de políticas específicas no município também intervém na qualificação do sistema nas Zonas Urbana e Rural pelos fatores elencados a seguir.

A. Zona Urbana:

- A escassez ou a implantação parcial do saneamento básico, ao longo dos corpos d’água, impedem qualquer possibilidade adequada em relação à consolidação dos espaços livres de lazer (parques lineares) em suas extensões, além de comprometer as matas ciliares e a biodiversidade ao longo do sistema hídrico devido à contaminação das águas.

B. Zona Rural:

- A falta de políticas públicas e legislações relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, ou seja, que permitem a exploração dos recursos naturais dentro da capacidade de suporte, ligadas às práticas voltadas à agricultura, agropecuária e extração de minério, comprometem a exploração legalizada, das áreas rurais, provocando inúmeros conflitos relacionados ao uso da terra.

A ausência ou a presença, a forma como as políticas públicas se desenvolvem no Brasil e em São José dos Campos têm bases pautadas nas práticas patrimonialistas³⁷ e clientelistas³⁸ controladas pelas elites, grupos que possuem interesses próprios e utilizam as estruturas de gestão para benefícios privados/particulares, comprometendo os interesses coletivos, o que resulta em territórios e benefícios assimétricos.

Esta assimetria ocorre sob o viés das faixas de renda, uma vez que a população com rendas superiores se beneficia muito mais da distribuição, qualidade e acessibilidade dos melhores equipamentos públicos dispostos no território.

Também são consideradas as indicações para a composição dos cargos, observando que as elites dominantes exercem forte influência na composição dos governos, mesmo que, por vezes, os movimentos sociais também a exer-

37 Sobre o conceito de “patrimonialismo” conforme Faoro (2008, p. 823-824), Rezende (2002, p. 111-112), Pollitt; Boukaert (2011, p. 73) (tradução nossa).

38 Nunes (2010) expõe que entre as características do clientelismo, está o fato de manter as velhas oligarquias políticas no poder, objetivando garantir as trocas de apoios internas ao sistema partidário, como as articulações para a conquista da presidência dos partidos; e as trocas de benefícios dentro das estruturas de gestão, a exemplo, das aprovações de projetos de interesse nas casas de leis e nomeações para cargos de expressão dentro do poder executivo.

çam, conseguindo ocupar posições nas estruturas de gestão.

Outro aspecto é a consolidação de determinadas políticas públicas, pois as que mais beneficiam as elites dominantes são tomadas como prioritárias nas decisões políticas. Somam-se a isso os contrastes do desenvolvimento econômico, que resultam em espaços de alta qualidade, mas também ocasionam espaços de exclusão e de usos inadequados.

Caracterização, avaliação e qualificação do SELI Pub

2

CAPITULO

Neste capítulo, faz-se a caracterização, avaliação e análise dos recursos existentes e potenciais para a qualificação do SELI Pub, tendo em vista a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (BHRPS) e o município de São José dos Campos, em especial suas regiões.

Para a avaliação de São José dos Campos, são verificados dados físico-territoriais (sistema viário, altitudes, sub-bacias hidrográficas e vegetação) e socioeconômicos – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), densidade demográfica – número de habitantes por hectare (hab./ha) – e renda domiciliar média. As principais instituições e empresas do município também são contextualizadas.

Objetivando aprofundar a análise do SELI Pub no município, quatro regiões foram selecionadas para estudo entre as sete existentes. O critério de seleção baseou-se nos contrastes de desenvolvimento socioeconômico: duas delas (Centro e Oeste) apresentam ótimos índices, em contraposição às outras (Leste e Sul). A análise final, aponta que os índices socioeconômicos superiores e inferiores, refletem diretamente na qualidade do SELI Pub.

Apropriação do espaço

Dados físico-territoriais

São José dos Campos possui 1.099,60 km²: 353,90 km² ocupados pela área urbana e 745,70 km² pela área rural, que representam, respectivamente, 32,20% e 67,80% da área total (SÃO JOSÉ..., 2016).

Ricas estruturas ambientais, diversos recursos naturais, paisagísticos e urbanísticos compõem o SELI Pub do município, formado por espaços livres de lazer e espaços livres de conservação³⁹.

A principal subcategoria de espaços livres de lazer que se destaca em São José dos Campos, por sua qualidade, configuração, uso intenso, distribuição e diversidade de funções, são os parques urbanos. Outros espaços, como as praças distribuídas pelos loteamentos que compõem a área urbanizada e aqueles com valor cultural, se evidenciam. A linha de transmissão também se apresenta de forma marcante, devido à sua dimensão, extensão, e pelo fato de estar em todo o eixo latitudinal.

O conjunto desses espaços de lazer faz parte do cotidiano da população em suas mais diversas atividades, relacionadas ao estar, às práticas esportivas, ao convívio com amigos e familiares, à apreciação da paisagem ou ao seu uso apenas como oportunidade para transitar entre determinados loteamentos, como é o caso da faixa de servidão da linha de transmissão.

³⁹ O diagrama que apresenta as categorias e subcategorias dos espaços livres de lazer e conservação de São José dos Campos consta no capítulo 6, no qual se estabelecem comparações com os espaços livres de San Luis Obispo/CA.

Figura 8. Espaços livres destinados à passagem da Linha de Transmissão, cortando a cidade de leste a oeste, com 100 metros de largura.
Foto: Acervo Quapá, 2016.

Figura 9. O Parque da Cidade fez parte da antiga fazenda da Tecelagem Parayba. Contém importante patrimônio paisagístico.
Foto: Acervo Quapá, 2016.

Figura 10. Praça João Mendes. Conhecida também como praça do Sapo, passou por processo de requalificação após ter sido completamente ocupada por camelôs.
Foto: João Roberto Quaggio Barreto, 2015.

Figura 11. Praça Afonso Pena. Situada em frente à igreja São Benedito, importante patrimônio histórico de São José dos Campos.
Foto: João Roberto Quaggio Barreto, 2015.

12

13

As subcategorias relacionadas aos espaços livres de conservação, com importantes funções destinadas à produção e proteção dos recursos naturais, são representadas não só pela zona de produção de vida aquática nos rios Paraíba do Sul⁴⁰ e Jaguari, mas também, por exemplo, pelo rio do Peixe, localizado na maior Bacia Hidrográfica de São José dos Campos, e terrenos importantes para os recursos hídricos, como a várzea dos rios Paraíba do Sul e Jaguari.

Outras subcategorias destacam: as áreas florestadas que se exibem de maneira exuberante tanto pelas manchas de vegetação disseminadas pelo município quanto pelo extenso volume na serra da Mantiqueira, as características geológicas da serra da Mantiqueira e dos mares de morros próximos à área urbanizada e os parques classificados como UCs presentes na Zona Urbana (parque do Banhado) e na Rural (parque Augusto Ruschi).

O SELI Pub de São José dos Campos, portanto, contém vários espaços livres que contribuem para a qualidade de vida, interferindo na melhoria do habitat, do ambiente, da produção de recursos naturais, e atividades de lazer.

O fato de conter inúmeros espaços qualificados para o padrão da cidade brasileira, garante benefícios diretos do ponto de vista do uso, uma vez que contribuem para que a população possa desfrutá-los em seu cotidiano, percursos e estares. Aos finais de semana, observa-se na cidade grande movimentação de pessoas correndo, caminhando, andando de bicicleta, praticando esportes coletivos, descansando e usufruindo das paisagens cênicas. Essas situações são estimuladas pelo suporte físico, pelas decisões políticas, pelo cenário socioeconômico privilegiado de São José dos Campos, comparado a outros municípios brasileiros.

⁴⁰ De acordo com Santos (2002), o rio Paraíba do Sul é, sem dúvida, o mais importante para São José dos Campos, pelo porte e pela especial localização, que auxiliaram a balizar a posição e distribuição da urbanização.

Figura 12. Mares de morros, montanhas florestadas e serra da Mantiqueira, ainda preservados em determinadas regiões de São José dos Campos, diferentemente de outros locais.

Foto: Acervo Quapá, 2016

Figura 13. Várzea do rio Paraíba do Sul. Em sua maior parte, é bastante conservada, apesar de conter algumas ocupações, cultivos voltados à rizicultura e áreas destinadas à pecuária.

Foto: Acervo Quapá, 2016.

Figura 14. Mapa com as principais empresas e instituições de São José dos Campos.
Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2016. Baseado em dados da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de São José dos Campos, 2014.

O cenário socioeconômico e a organização do espaço

Os aspectos socioeconômicos refletem no SELI Pub de São José dos Campos, que possuía 629.921 pessoas residentes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos ao Censo (INSTITUTO..., 2010), colocando o município paulista na sétima posição em relação ao tamanho populacional no Estado de São Paulo. Recentemente a estimativa populacional contava com 713.943 habitantes (INSTITUTO..., 2018).

Do ponto de vista financeiro, o município possuía orçamento de R\$ 2,44 bilhões (administração direta) em 2016, o oitavo Produto Interno Bruto (PIB) de São Paulo e 19º do Brasil. Além disso, é o quinto maior exportador do país: em 2014, enviou para o exterior U\$ 4,6 bilhões em produtos, principalmente aviões e equipamentos aeronáuticos (SÃO JOSÉ... 2016). Os indicadores econômicos favoráveis provêm, entre outros fatores do qualificado setor tecnológico e industrial de porte, o qual contribui com 22% dos empregos formais no município.

O Parque Tecnológico⁴¹ fomenta o desenvolvimento de novas empresas, com viés inovador, e promove trocas e conexões com as existentes, através de quatro universidades, 44 empresas, instituições de pesquisa, dois laboratórios e centros de desenvolvimento tecnológico divididos em cinco áreas: aeronáutica, saúde, água e saneamento ambiental, construção civil, tecnologia da informação e comunicação (SÃO JOSÉ..., 2016, p. 60).

41 O Parque Tecnológico, inaugurado em 2009, foi idealizado pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos (PMSJC) e viabilizado com recursos dos governos municipal, estadual e federal.

15

16

O setor industrial estrutura-se em sete seguimentos: 1) petrolífero – Refinaria Henrique Lage (Revap); 2) óleo e gás – Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras); 3) telecomunicações (Ericsson); 4) farmacêutica (Jonhson & Jonhson); 5) eletroeletrônico (Panasonic); 6) automotivo (General Motors – GM); 7) aeroespacial – Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (Embraer). (SÃO JOSÉ..., 2016). Avalia-se que o alto potencial industrial do município paulista se apoia em políticas de ensino e pesquisa de ponta, associados à ótima infraestrutura.

Em relação ao ensino, o conjunto de instituições de pesquisas científicas, como o Instituto Tecnológico Aero-náutico (ITA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), contribui para a atuação qualificada de profissionais que atuam junto ao desenvolvimento da indústria, por suas iniciativas transformadoras.

A infraestrutura colabora para o potencial industrial de São José dos Campos por possuir aeroporto e linha férrea (MRS Logística⁴²) que possibilitam o escoamento de cargas e proximidade com os portos de Santos e São Sebastião, situados a 150 quilômetros do município aproximadamente.

Apesar da importante contribuição do aeroporto e dos portos, a infraestrutura relacionada às rodovias atua, predominantemente, no desenvolvimento da indústria de São José dos Campos. Algumas das principais indústrias e instituições do município situam-se ao longo da rodovia federal Presidente Dutra (BR-116) no sentido São Paulo – Rio de Janeiro, como a Johnson & Johnson, o DCTA, a Revap e

Figura 15. Instalações da Embraer, situadas na região sudeste. Foto: Acervo Quapá, 2016.

Figura 16. A Refinaria Henrique Lage (Revap) é a terceira maior do país. Situa-se na região leste do município, ao longo da rodovia Presidente Dutra, em uma área de 10.000.000 m² com capacidade para processar 40 mil m³/d (252 mil barris/dia) – o que equivale a 14% da produção nacional de derivados de petróleo. Foto: Acervo Quapá, 2016.

⁴² De acordo com Santos (2002), após o processo de concessão da malha sudeste da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) em 1996, a malha passou para o domínio do consórcio representado pela MRS Logística. Uma das linhas encontra-se ativa para o transporte de cargas; a outra, desativada.

a GM. Além da Dutra, existem:

- a rodovia estadual SP-50, que liga São José dos Campos a Campos do Jordão e ao sul de Minas Gerais (MG);
- a rodovia dos Tamoios (rodovia estadual SP-99), que interliga São José dos Campos a Caraguatatuba, com conexão para os demais municípios do litoral norte do Estado e ao porto de São Sebastião através da rodovia Doutor Manoel Hypólito Rego (SP-55);
- a rodovia Carvalho Pinto (SP-70), ligando a Região Metropolitana do Vale do Paraíba à Região Metropolitana de São Paulo.

Interligado ao sistema rodoviário, tem-se sistema viário municipal, com boa infraestrutura, permitindo rápidos deslocamentos. Neste sistema, destaca-se a avenida Florestam Fernandes (anel viário), com seis pistas de rolamento, cuja função básica é minimizar o trânsito nas áreas centrais e auxiliar nos deslocamentos evitando as rodovias, principalmente a Dutra (SANTOS, 2002, p. 103).

O fato de São José dos Campos conter diversos aspectos favoráveis – infraestrutura adequada, potenciais voltados à indústria, comércio, serviço, pesquisa e ensino, propicia ao município bom desenvolvimento econômico, o que reflete no orçamento municipal – privilegiado –, possibilitando investimentos direcionados à implementação de espaços livres, como os parques que qualificam o SELI Pub.

Figura 17. O anel viário promove a integração e a circulação entre as regiões centro e as regiões sul, leste e norte, oferecendo condição viária mais rápida e direta entre estas, sem a utilização da malha intraurbana e da rodovia Presidente Dutra, Foto: Acervo PMSJC, 2011.

Sistema Viário

Figura 18. Mapa com as redes ferroviárias, principais ruas, avenidas e rodovias com suas interligações. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2016. Baseado em mapa da Hierarquia Viária da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de São José dos Campos, 2010.

Figura 19. Rua Senador Teotônio Vilela (anel viário), implantada ao longo do córrego canalizado Lava Pés. Este sistema viário se estrutura mantendo parte de seus vales sem ocupações, característica que traz valorização à paisagem de São José dos Campos. Foto: Acervo Quapá, 2016.

20

Figura 20. A rodovia federal Presidente Dutra, liga os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo e estrutura o município de São José dos Campos através dos usos que se instalaram ao longo deste sistema viário. Foto: Acervo Quapá, 2016

Figura 21. A rodovia federal Presidente Dutra (BR-116), apesar de conter intensa urbanização em seu eixo, possui fragmentos de matas conservados ao longo do seu percurso e áreas desocupadas. Foto: Acervo Quapá, 2016.

21

22

Figura 22. A rodovia dos Tamoios, principal ligação entre o Vale do Paraíba e o litoral norte, protagoniza a conexão entre São José dos Campos e Caragatatuba, atravessando os municípios de Jambeiro e Paraibuna. Contém espaços urbanizados ao longo do sistema viário e diversos fragmentos do bioma Cerrado em sua extensão. Foto: Acervo Quapá, 2016.

Figura 23. A serra da Mantiqueira que está parcialmente inserida no município de São José dos Campos possui rica biodiversidade, clima e elevações favoráveis a realizações esportivas, como o alpinismo, além de práticas relacionadas à bicicleta e caminhadas. Próximo a ela fica o distrito de São Francisco Xavier, conhecido pelas atividades turísticas que oferece.
Fonte: Acervo PMSJC, 2012.

Território, características e avaliações

A inserção regional

No cenário regional, o município de São José dos Campos⁴³ está inserido na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) e na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (BHRPS), entre duas matrizes⁴⁴ de vegetação (serras da Mantiqueira e do Mar).

⁴³ Localiza-se na sub-bacia do Médio Vale Superior do Paraíba (ASSOCIAÇÃO..., 2006).
⁴⁴ De acordo com Metzger (2001, p.8) o conceito de matriz, corresponde a unidade de paisagem que controla a dinâmica da paisagem. Em geral essa unidade pode ser reconhecida por recobrir a maior parte da paisagem, sendo a unidade dominante em termos de recobrimento espacial.

Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

Figura 24. Mapa mostrando o posicionamento de São José dos Campos em relação à RMVPLN e à BHRPS.
Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2018. Baseado nos mapas da Agência Nacional de Águas (2014), do Projeto de Recuperação de Matas Ciliares – Inventário Florestal de Vegetação Natural do Estado de São Paulo (2001), RMVPLN – Uso do Solo e Ocupações Físicas do Atlas de Unidades de Informações Territorializadas (2013) e em imagem do Google Earth, 2018.

A RMVPLN, apesar da intensa urbanização ao longo da via Dutra, possui extensos remanescentes de vegetação natural, que correspondem a 80% da área do seu território, composta por mata, vegetação de várzea, capoeira, campo – o que evidencia o significativo patrimônio ambiental e paisagístico dos municípios que constituem a região (GOVERNO..., 2013). São José dos Campos contém grande porção deste patrimônio ambiental e paisagístico, entretanto, se beneficia apenas em parte, de forma planejada, dos remanescentes de vegetação natural em seu SELI Pub – ao considerarmos que as políticas públicas ambientais os incorporam em algumas oportunidades.

Há três parques a serem implantados como forma de proteção dos remanescentes e contribuição ambiental urbana, entretanto, ainda não foram consolidados: o parque do Cerrado – onde existe grande concentração de vegetação secundária da floresta ombrófila densa, o parque do Banhado, com agrupamentos da vegetação secundária de floresta estacional semidecidual, e o parque da Divisa, com concentração de savana.

Também se destaca a Zona Rural, situada ao norte das várzeas dos rios Paraíba do Sul e Jaguari, detentora de diversos remanescentes de vegetação secundária da floresta ombrófila densa. Embora apresente alto potencial para o fortalecimento de políticas públicas ambientais, estas não foram implantadas conforme o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) elaborado em 2014.

Por outro lado, há oportunidades fixadas sob o viés da incorporação da vegetação em espaços livres de lazer e conservação, como no parque Augusto Ruschi, que contém parte da floresta ombrófila densa e vegetação secundária da floresta ombrófila densa e do parque da Cidade – onde se

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - Cobertura Vegetal

Figura 25. O mapa aponta que, embora as ocupações ao longo da via Dutra tenham suprimido parte da vegetação da RMVPLN, esta ainda predomina na região. Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2018. Baseado nos mapas da Cobertura Vegetal elaborado pela Emplasa – VCP/UDI (2013), da Agência Nacional de Águas, 2014 (data do acesso) e do Projeto de Recuperação de Matas Ciliares – Inventário Florestal de Vegetação Natural do Estado de São Paulo (2001).

Figura 26. Mapa apresentando a distribuição dos remanescentes de vegetação natural em São José dos Campos, classificados por fitofisionomia. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2019. Baseado nos mapas do Inventário Florestal do Estado de São Paulo (2010) e de Áreas Urbanas de Interesse Ambiental (Anexo XII do Plano Diretor de São José dos Campos), 2018, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Sustentabilidade de São José dos Campos.

concentra uma parcela da vegetação secundária de floresta estacional semidecidual.

Evidenciam-se ainda, os remanescentes sobre a serra da Mantiqueira (floresta ombrófila densa, vegetação secundária da floresta ombrófila mista, vegetação secundária da floresta ombrófila densa e vegetação secundária da floresta estacional semidecidual), por contribuírem com as atividades turísticas em São Francisco Xavier, principalmente pela sua apreciação.

A vegetação (mais ou menos) significativa em São José dos Campos, ainda que ausente em determinados espaços, está em todo o município. De forma planejada ou natural, contribui para aspectos relacionados ao microclima, à drenagem urbana, às práticas sociais, ou como fator de embelezamento urbano (QUEIROGA, 2012, p. 79).

Entretanto, existe a necessidade premente da implantação de políticas públicas envolvidas nesse tema em função dos recursos potenciais e conflitos existentes – já reconhecidos pelas gestões administrativas, uma vez que os Planos de Desenvolvimento Rural e Arborização Urbana apontam as questões colocadas.

Bacia Hidrográfica

A BHRPS, formada por 13 (treze) sub-bacias hidrográficas, possui área de drenagem estimada em 5.5563 Km² e é considerada uma das 3 (três) maiores bacias secundárias do país, correspondendo a 0,7% do território nacional e 6% da região sudeste (ASSOCIAÇÃO..., 2006, p. II. 3)

Esta bacia, que se localiza parcialmente na RM-VPLN⁴⁵, extrapola o território paulista e engloba os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Entre os seus destaques, inclui-se o fato de estar entre as mais desenvolvidas bacias hidrográficas do país, com grande densidade demográfica e expressiva produção industrial, estimada em 10% do PIB nacional (BEVILACQUA, 2011, p. 71).

Os recursos hídricos provenientes da BHRPS, amplamente distribuídos pelo município de São José dos Campos e subdivididos por 40 sub-bacias hidrográficas, enriquecem e qualificam o SELI Pub por proporcionarem usos diversificados, através de: abastecimento de água à população, indústria e comércio; produção de vida aquática; conexão física e visual estabelecida nas atividades de lazer ao comporem o desenho dos espaços livres; drenagem urbana; passagens intraurbanas com passeios e vias laterais aos córregos e rios.

Percebe-se que, apesar de a BHRPS e a RMVPL incorporarem certas dimensões das ações humanas, através da ilegalidade, irregularidade ou clandestinidade, processando e transformando os atributos naturais (SANTOS, E., 2002, p. 33) – em função das ocupações, dos descartes irregulares resíduos sólidos e volumosos da construção civil, da po-

45 Cinco regiões compõem a Macrometrópole Paulista: RMVPLN, Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), Região Metropolitana de Campinas (RMC) e Aglomerações Urbanas de Piracicaba (AUP) e de Jundiaí (AUJ).

luição dos corpos d’água – ainda assim a BHRPS e a RMVPLN mantêm muitos atributos naturais que contribuem para a qualificação do SELI Pub.

Figura 27. Mapa apresentando a BHRPS e suas sub-bacias. Fonte: Desenho de Michele de Sá Vieira e Cyntia Basso, 2014. Baseado no mapa da Agência Nacional de Águas (ANA), 2006. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/20061114160322_Bacia_Rio_Paraiba_do_Sul_Sub_Bacias.pdf>. Acesso em: 1 de outubro de 2014.

Figura 28. Rio Paraíba do Sul no trecho de São Paulo. A área da BHRPS se estende pelos Estados de São Paulo (13.605 km²), Rio de Janeiro (22.600 km²) e Minas Gerais (20.500 km²), abrangendo 41 municípios no total, distribuídos por: São Paulo (16 municípios), Minas Gerais (oito municípios) e Rio de Janeiro (17 municípios) (ASSOCIAÇÃO..., 2006, p. II. 3). Foto: Acervo Quapá, 2016.

As sub-bacias hidrográficas

Apesar de as sub-bacias hidrográficas trazerem benefícios ao SELI Pub através do potencial hídrico, percebe-se que, devido ao alto grau de processamento e transformação do solo⁴⁶ – muito distante do natural –, em determinados ambientes de São José dos Campos, o potencial foi alterado (comprometido/diminuído) em função da contaminação industrial, do despejo de esgotos *in natura*, das ocupação precárias nas margens dos rios e córregos, dos loteamentos fechados de alto padrão situados em áreas com potencial hídrico e florestal e da retirada dos fragmentos florestais na Zona Rural.

Em razão do elevado grau de ocupação, a margem direita do Paraíba do Sul, situada ao sul do município, com 23 sub-bacias, sofreu alto grau de processamento e, portanto, comprometimento maior quando comparada com a margem esquerda, composta por 17 sub-bacias concentradas ao norte, com pouco e médio grau de processamento.

Nas margens esquerda e direita do rio Paraíba do Sul, existem diferentes graus de processamento em função da urbanização, do cultivo agrícola, da pastagem e da mineração:

- Na margem esquerda:
 - três delas possuem alto grau de processamento – Ribeirão Vermelho (nº 11), Pinheirinho (nº12) e Alto da Ponte (nº 14);
 - uma contém médio grau de processamento – Var-

46 De acordo com Santos (2002), há três situações morfológicas encontradas no município: com aparência muito próxima do natural, portanto, muito pouco ou quase nada processadas; com aparência medianamente próxima do natural, com grau médio de processamento; com aparência muito distante do natural, ou seja, com alto grau de processamento e artificialidade.

Sub-bacias do Rio Paraíba do Sul

Sub-bacias (lado esquerdo)

- 1 Rio do Peixe
- 2 Ribeirão da Fatura / Rio das Tábuas
- 3 Córrego Terra Boa
- 4 Rio das Cobras
- 5 Córrego Claro
- 6 Rio Turvo
- 7 Rio Buquira
- 8 Ribeirão Piúva
- 9 Reservatório do Jaguari
- 10 Rio Jaguari
- 11 Ribeirão Vermelho
- 12 Pinheirinho
- 13 Caiçara
- 14 Alto da Ponte
- 15 Vargem Grande
- 16 Ribeirão do Cascudo
- 17 Ribeirão do Cabuçu

Sub-bacias (lado direito)

- 18 Córrego Barro Branco
- 19 Córrego Tijuco Preto / Córrego Bueirinho
- 20 Córrego Nossa Senhora da Ajuda do Bom Retiro
- 21 Rio Pararangaba
- 22 Córrego Ponte Alta
- 23 Eugênio de Melo
- 24 Córrego dos Veados
- 25 Rio Alambari
- 26 Vila do Tesouro
- 27 Jardim Ismênia
- 28 Vila Industrial
- 29 Ribeirão dos Putins
- 30 Ribeirão Lavapés
- 31 Banhado
- 32 Santa Rita
- 33 Porto de Areia
- 34 Jesus Peres
- 35 Córrego Jardim das Industrias I
- 36 Córrego Jardim das Indústrias II
- 37 Córrego Ressaca
- 38 Córrego Vidoca
- 39 Rio Comprido
- 40 Rio das Pedras

Figura 29. Mapa contempla às principais sub-bacias hidrográficas existentes em São José dos Campos. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2016. Baseado em mapa da Macrodrenagem de São José dos Campos, 1997.

Figura 30. O córrego Senhorinha, embora contenha fragmentos de mata conservados, apresenta alto grau de processamento ao longo de suas margens. Foto: Michele de Sá Vieira, 2016.

Figura 31. O rio do Peixe possui médio grau de processamento, com baixa contaminação dos corpos d’ água e poucas ocupações ao longo do seu percurso. Foto: Gilberto Cunha, 2013.

Figura 32. Mapa exibindo as diversas altitudes de São José dos Campos. A área urbanizada se localiza, principalmente, nas menores altitudes. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2016. Baseado no mapa do Plano de Desenvolvimento Rural, 2014, que contém o mapa de Altitude de São José dos Campos, 2014.

- gem Grande (n° 15);
- uma pouco grau de processamento – Caiçara (n° 13).
- Na margem direita:
- doze alto grau – córrego Vidoca (n° 38), rio Pararangaba (n° 21), rio Alambari (n° 25), Vila do Tesouro (n° 26), Jardim Ismênia (n° 27), ribeirão dos Putins (n° 30), ribeirão Lavapés (n° 30), Banhado (n° 31), Santa Rita (n° 32), córrego Jardim das Indústrias I (n° 35), Porto de Areia (n° 33) e rio Comprido (n° 39);
 - sete médio grau – córrego Tijuco Preto / córrego Bueirinho (n° 19), córrego Ponte Alta (n° 22), córrego Jardim das Indústrias II (n° 36) e córrego Ressaca (n° 37), córrego Barro Branco (n° 18), Eugênio de Melo (n° 23) e Vila Industrial (n° 28);
 - duas baixo grau – córrego dos Veados (n° 24) e Vertente Jesus Peres (n° 34).

Entre os fatores que ocasionaram o alto grau de processamento, está o padrão de ocupação de São José dos Campos, em loteamentos e habitações regulares e irregulares, avenidas, viadutos, ruas, calçadas, parques e praças, entre outros, que se instalaram sobre as altitudes mais baixas (0 – 595 metros e 595 – 687 metros), com topografia favorável e sistema hídrico riquíssimo (córregos Senhorinha, Vidoca, ribeirão dos Putins e rio Alambari) em diversos pontos envolvidos pela malha urbana⁴⁷.

⁴⁷ Em cidades como San Luis Obispo/CA, a malha urbana contém pequenos corpos d’água, entretanto, não incorpora os grandes rios em seu traçado, deixando-os de ‘fora’ da área urbanizada, diferentemente do que ocorre comumente no Brasil, como os rios Tietê e Paraíba do Sul, entre outros.

Figura 33. Mapa indicando os principais corpos d'água de São José dos Campos. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2016. Baseado em mapa da Bacia Hidrográfica da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de São José dos Campos, 2008.

As condições favoráveis à ocupação das sub-bacias, principalmente na margem direita (ao sul do município), contribuíram para que as da margem esquerda (ao norte do município), e todas as outras desse mesmo lado, fossem mais bem conservadas, com pouco grau de processamento do ponto de vista ambiental. Consequentemente, tal situação garantiu a predominância dos espaços livres de conservação, nesta porção.

O parque Augusto Ruschi e a serra da Mantiqueira, com extensos fragmentos florestais, são exemplos que refletem a situação de conservação. Por sua vez, os espaços livres de lazer, como parques e praças, encontram-se principalmente na margem direita, na Zona Urbana⁴⁸, distribuídos pelas regiões de São José dos Campos.

Associada às questões vinculadas ao suporte físico, tem-se as legislações ambientais, que incidem sobre as quatro Macrozonas de Proteção Ambiental (MPA), contribuindo para a manutenção dos espaços livres de conservação. Estas legislações são tratadas de maneira específica no capítulo 4.

Objetivando esclarecer a posição dos espaços livres de lazer e conservação sobre as três divisões que organizam o município de São José dos Campos, estabelecidas no PDDI (SÃO JOSÉ..., 2006), seguem mapas com:

- 1. Macrozonas de Proteção Ambiental (principalmente espaços livres de conservação);
- 2. Zona Urbana (principalmente espaços livres de lazer) e Zona Rural (principalmente espaços livres de conservação);
- 3. Regiões (principalmente espaços livres de lazer).

⁴⁸ O artigo n. 8 da Seção I da LC n. 306/2006 (SÃO JOSÉ..., 2006) que definiu que para a ordenação do uso e ocupação do solo, o município de São José dos Campos fica dividido em Zona Rural e Zona Urbana.

Figura 34. A Área de Proteção Ambiental III, no extremo sul do município, contém parte do bioma Cerrado existente em São José dos Campos. Próximo a ele, há inúmeras ocupações irregulares que tendem a avançar, comprometendo sua conservação.
Foto: Acervo PMSJC, 2015.

Figura 35. Mapa identificando as Macrozonas, Zona Rural e Zona Urbana. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2016. Baseado no mapa da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, 2010, que contém as MPA.

Figura 36. Mapa identificando as sete regiões de São José dos Campos.
Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2016. Baseado em mapa das regiões de São José dos Campos, 2010.

Regiões

Com o intuito de aprofundar a análise desta etapa da tese, selecionou-se a divisão territorial referente às regiões⁴⁹, a fim de entender suas características (socioeconômicas e físico-territoriais) e como influenciam nos espaços livres de lazer e conservação.

Em relação aos dados socioeconômicos, foram avaliadas as densidades demográficas (hab./ha), os rendimentos domiciliares médios – de acordo com o Censo 2010 – e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁵⁰, os quais possuem as seguintes variações:

- densidades demográficas (nº hab./ha): baixas densidades: até cinco hab./ha e de cinco a 30 hab./ha; médias densidades: de 30 a 80 hab./ha e de 80 a 110 hab./ha; altas densidades: de 110 a 150 hab./ha e mais de 150 hab./ha;
- rendimento domiciliar médio: faixas inferiores de renda: de R\$ 0 a R\$ 1.616,00 e de R\$ 1.616,00

⁴⁹ As divisões das regiões de São José dos Campos, que “[...] contêm os setores socioeconômicos, que por sua vez abrangem os setores censitários [...]” foram criadas pela Secretaria de Planejamento Urbano em 2006 para “[...] manter a integridade e a perfeita associação das informações obtidas através dos censos e das pesquisas sociais da Prefeitura, para melhor definição das políticas públicas” (PREFEITURA..., 2006, p. 34).

⁵⁰ De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro – FJP (2015, p. 38): “o IDHM é composto pelas mesmas dimensões adotadas pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global: longevidade, educação e renda. O componente longevidade é medido pela expectativa de vida ao nascer; o de educação adota dois indicadores, o percentual de pessoas com 18 anos ou mais com ensino fundamental completo e a média aritmética do percentual de crianças de cinco a seis anos frequentando a escola; o percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental; o percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e o percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. Por último, o componente renda, que compreende a renda municipal *per capita*”.

- a R\$ 2.596,00; faixa intermediária de renda: de R\$ 2.596,00 a R\$ 4.353,00; faixas superiores de renda: de R\$ 4.356,00 a R\$ 7.055,00 e de R\$ 7.055,00 a R\$ 9.809,00;
- IDHM: médio: de 0,600 a 0,699; alto: de 0,700 a 0,799; muito alto: de 0,800 a 1.

A análise geral dos dados socioeconômicos, considerando todas as regiões, como aponta a tabela 2, demonstra que:

- as baixas densidades demográficas predominam, entretanto, a média também se evidencia;
- as faixas inferiores de renda são superiores às demais, porém a intermediária aparece com certo destaque;
- o IDHM, entre todos os dados socioeconômicos, é o que se apresenta de maneira mais uniforme entre seus níveis de classificação no conjunto das regiões, uma vez que não se verifica a predominância discrepante entre eles, ou seja, observa-se a presença dos níveis médio, alto e muito alto de forma similar.

Tabela 2. Síntese dos dados socioeconômicos

Densidades Demográficas		Rendimento Domiciliar Médio		IDHM	
Baixas densidades	• até cinco hab./ha	Faixas inferiores de renda	• de R\$ 0 a R\$ 1.616,00	Médio	• de 0,600 a 0,699
	• de cinco a 30 hab./ha		• de R\$ 1.616,00 a R\$ 2.596,00		
Médias densidades	• de 30 a 80 hab./ha	Faixa intermediária de renda	• de R\$ 2.596,00 a R\$ 4.353,00	Alto	• de 0,700 a 0,799
	• de 80 a 110 hab./ha				
Altas densidades	• de 110 a 150 hab./ha	Faixas superiores de renda	• de R\$ 4.356,00 a R\$ 7.055,00	Muito alto	• de 0,800 a 1
	• mais de 150 hab./ha		• de R\$ 7.055,00 a R\$ 9.809,00		

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2019, a partir dos mapas produzidos pela Divisão de Pesquisa da Secretaria Municipal de Urbanismo e Sustentabilidade, 2016 e 2017.

Figura 37. Mapa apresentando as diferentes densidades demográficas e parques de São José dos Campos distribuídos pelas regiões. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseado em mapa elaborado pela Divisão de Pesquisa da Secretaria Municipal de Urbanismo e Sustentabilidade, 2017, a partir de fonte de dados do Censo Demográfico (INSTITUTO..., 2010).

Figura 40. Mapa apresenta as ZDCAs, ACIs e principais corpos d'água de São José dos Campos distribuídos pelas regiões.

Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseado em mapa do Plano Diretor que contém a Macro drenagem Urbana, 2006.

Os aspectos físico-territoriais são aqui avaliados com base nos critérios de distribuição, recurso potencial (lazer e conservação) para a fruição pública, conexão ambiental, proteção ambiental e aproveitamento paisagístico. Entre os critérios, também está a qualidade, que envolve intervenções urbanísticas, uso dos espaços livres públicos – sob o viés social e biofísico –, equipamentos para lazer e práticas sociais, manutenção, segurança, frequência, funções e uniformidade adequada da qualidade dos espaços nas regiões. Em especial, são considerados na avaliação os seguintes espaços e recursos potenciais com seus respectivos tipos:

i) Espaços livres de lazer:

- praças e parques;

ii) Espaços livres de conservação:

- várzea do rio Paraíba do Sul;

iii) Recursos potenciais para lazer e conservação:

- faixas de servidão das linhas de transmissão;
- Zonas de Domínio de Curso D'Água (ZDCAs).

O art. 66 do Plano Diretor (PREFEITURA, 2006, p. 21):

“Com o objetivo de estabelecer parâmetros necessários à manutenção da permeabilidade do solo, à proteção dos fundos de vale dos córregos urbanos, e garantir um melhor controle do escoamento das águas pluviais, definiu para o território de São José dos Campos em seus incisos:

I - a Planície Aluvionar dos Rios Paraíba, do Sul e do Jaguari;

II - as Zonas de Domínio do Curso D'Água (ZDCA), que se constituem de áreas lindeiras aos cursos d'água sujeitas à inundação, compostas por áreas de preservação permanente (APPs), definidas no Código Florestal vigente e/ou áreas de várzeas; áreas remanescentes de vegetação nativa e áreas de interesse;

III - as Áreas de Controle à Impermeabilização (ACIs) que se constitui de áreas com restrições urbano-ambientais visando a recarga dos aquíferos e a permeabilidade das cabeceiras, de forma a garantir a qualidade das águas e a prevenção de enchentes e inundações na malha urbana consolidada;

IV - Pontos de Retenção, local geográfico onde será executado o barramento da bacia de retenção”.

Macro drenagem Urbana

Entre os espaços evidenciados no art. 66 do Plano Diretor, como recurso potencial para contribuir com a qualificação do SELI Pub – em especial para fruição pública destinada a lazer e práticas sociais –, destacam-se as ZDCAs, por se localizarem, principalmente, em áreas urbanas, ao longo dos corpos d’água, possibilitando a implantação de parques lineares e conexões ambientais.

Apesar do potencial para qualificação, nota-se, que a maior parte das ZDCAs não estão qualificadas de modo a oferecer atividades à população, ainda que parte delas estejam previstas, no Plano Diretor de 2006, para se tornarem parques, à exceção do Senhorinha e Ribeirão Vermelho, já implantados.

Regiões Centro, Leste, Sul e Oeste

Neste recorte da tese foram selecionadas para avaliação as regiões: centro, leste, sul, e oeste, por apresentarem contrastes socioeconômicos entre si, o que reflete na qualificação do SELI Pub das regiões.

Região Centro

Caracterização

A região centro, detentora de 1.861,30 hectares, caracteriza-se por ter diferentes densidades demográficas na área urbanizada; a que se evidencia, no entanto, é a média, embora possua baixas e altas densidades. A população contém três classificações de rendimento domiciliar médio: uma faixa intermediária de renda e duas superiores. Há o predomínio do IDHM muito alto, embora existam nesta região três áreas com IDHM médio, possuindo, portanto, boas condições socioeconômicas.

Referente aos aspectos físico-territoriais, esta região possui SELI Pub de lazer formado por: praças (Afonso Pena, João Mendes, Cônego Lima, Padre João e o largo São Benedito) com importância histórica e cultural; parques urbanos (Santos Dumont e Vicentina Aranha), via-verde ao longo do ribeirão Lavapés (canalizado), perímetro do Ambiente-Banhado urbanizado, com ciclovias e ambientes de estar, além de área destinada à faixa de servidão da linha de transmissão.

O SELI Pub de conservação é representado principalmente pelo Ambiente-Banhado, onde se situa o parque natural do Banhado – Unidade de Conservação de Proteção Integral (UCPI) –, ainda não consolidado.

Essa região conta com dois outros espaços livres de conservação: a várzea do rio Paraíba do Sul e a área existente ao longo do ribeirão Putins, classificada como ZDCA, na divisa entre a região centro e a leste, onde parte desse eixo está previsto para tornar-se o futuro parque Cambuí.

Aparece como forte conflito nessa região a presença de famílias de baixa renda da Comunidade Jardim Esperança, no futuro parque do Banhado, em ZEIS.

Avaliação

A avaliação dessa região aponta que os espaços livres de interesse público de lazer, como os parques, possuem boa qualificação em função da quantidade e qualidade adequadas para atender a população – entretanto, a distribuição privilegia principalmente está principalmente nas áreas em que predominam faixas superiores de renda.

Nota-se, principalmente aos finais de semana, que a média densidade demográfica da região, associada à boa qualidade dos espaços livres de lazer, traz para essa porção da região centro muita vivacidade e dinamismo, ligados aos esportes, as caminhadas e passeios, práticas incorporadas ao cotidiano de todas as faixas etárias. Em especial, percebe-se que as áreas que apresentam maior expressividade com relação aos seus usos são as dos parques Vicentina Aranha e Santos Dumont.

Apesar das potencialidades, os conflitos são percebidos na região pela degradação social, em função da prostituição e utilização do uso de drogas, especificamente nas praças Afonso Pena e Matriz, e a profunda falta de critérios para intervir na paisagem de parte do perímetro do Ambiente-Banhado, devido à implantação de quiosques de alimentação em intervenção recente (2016), que resultaram em obstáculos visuais à apreciação da paisagem. Intervenções anteriores a 2016 também prejudicaram a apreciação do ambiente, uma vez que a LC n. 428/2010, que trata do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, permitiu a ocupação de parte do seu perímetro.

Entre todos os espaços livres, o futuro parque do Banhado é o que apresenta maior recurso potencial para ser qualificado e incorporado ao cotidiano da população.

Figura 41. Mapa com características dos espaços livres de lazer e conservação da região centro. Destaca-se o Ambiente-Banhado, que contém o futuro parque do Banhado. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseado em mapa da região centro elaborado pelo Ipplan, 2016, o qual aponta a localização dos espaços livres de São José dos Campos.

Figura 42. Mapa destacando e diferenciando os espaços livres consolidados e os recursos potenciais para a qualificação da região centro. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseado em mapa da região centro elaborado pelo Ipplan, 2016, o qual aponta a localização dos espaços livres de São José dos Campos.

Entretanto, a presença de núcleos habitacionais irregulares em parte do parque precisa ser solucionada através de alternativas oferecidas por políticas de habitação e/ou da compatibilização dessa comunidade ao futuro parque, sanando conflitos existentes em relação à degradação ambiental, segurança e moradia.

A várzea do rio Paraíba do Sul é uma das grandes potencialidades paisagísticas e ambientais dessa região, pois tem grande extensão, beleza e provisão de recursos ambientais. Apesar disso, deve-se refletir sobre os diversos usos que incidem sobre a várzea.

Em algumas áreas, os usos estão em conformidade com a legislação em função das práticas agrícolas compatíveis com o espaço e a presença das matas. Em outras, apresentam-se em desconformidade, dada a existência dos cultivos agrícolas incompatíveis, dos passivos da mineração, das pastagens e dos usos urbanos (MORELLI *et al.*, 2007, Figura 3.3).

Em relação aos usos urbanos, é grande a pressão em função de situações já consolidadas, como os de determinados loteamentos situados muito próximos ao rio Paraíba do Sul, prejudicando a provisão de recursos devido à impermeabilização ocasionada ao solo, refletindo na drenagem urbana.

O único eixo de ZDCA presente ao longo do ribeirão dos Putins possui grande extensão e ultrapassa a região centro em direção às regiões leste e sudeste. Na região centro, o ribeirão é confrontante com as áreas urbanizadas. Por isso, trata-se de importante estoque de terra para a implantação de atividades direcionadas ao lazer, principalmente avaliando que essa área não apresenta parques.

Figura 43. Av. Manoel Borba Gato contém em sua extensão edificações e muros, impedindo que motoristas, ciclistas e pedestres vislumbrem a paisagem do Ambiente – Banhado, apreciada somente a partir da av. Anchieta, por se localizar em patamar superior.
Foto: Michele de Sá Vieira, 2019.

Figura 44. Mapa apresentando o SELI PUB da região centro contemplando os espaços livres consolidados e os recursos potenciais para serem qualificados.
Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseado em mapa da região centro elaborado pelo Ipplan, 2016, o qual aponta a localização dos espaços livres de São José dos Campos.

Qualificação

A ampliação do nível de qualificação do SELI Pub da região centro está vinculada à implementação de novos espaços de interesse público (praças, parques, ambientes de estar, entre outros), a fim de alcançar melhor distribuição nas áreas periféricas da região e a recuperação das praças Afonso Pena e da Matriz, do ponto de vista social.

O aproveitamento urbanístico e paisagístico de todo o perímetro do Ambiente-Banhado é medida oportuna para a qualificação, principalmente nos espaços que possuem relação com a área urbanizada, considerando-se que, em 2019, apenas uma parte é urbanizada, de forma a possibilitar o uso e a apreciação do espaço.

Espaços livres consolidados e em potencial para qualificação

- Parques urbanos, praças, áreas verdes e ambientes de estar existentes e previstos
- Várzeas
- Rio Jaguari

Rio Paraíba do Sul

- Perímetro da Várzea do Rio Paraíba do Sul
- Espaço livre destinado à faixa de servidão da linha de transmissão
- Áreas existentes ao longo dos corpos d'água classificadas como Zona de Domínio de Curso D'Água - ZDCA (Lei Complementar 306/06 - PDDI)

Sistema hídrico

- Rio Paraíba do Sul
- Sistema viário
- Corpos d'água
- Ribeirão dos Putins
- Ribeirão Lavapés
- Córrego do Vidoca
- Rio Jaguari

Delimitações

- Rodovia Federal Presidente Dutra (BR-116)
- Delimitação das regiões
- Delimitação da Região Centro
- Ambiente-Banhado

Zonas de uso

- Zona Especial de Interesse Social - ZEIS

O Parque Municipal do Banhado, que existe apenas em lei, é uma das mais importantes estratégias para a qualificação do SELI Pub na região centro, pois interfere diretamente na implantação e recondução das políticas públicas habitacionais de baixa renda da região, podendo trazer novos direcionamentos às ocupações (comunidade Jardim Esperança) que existem no local, qualificando-as e possibilitando a recuperação da área, hoje ambientalmente degradada, e a implantação de novas atividades de lazer no espaço.

Com relação à várzea do rio Paraíba do Sul, que se estende por outras regiões (oeste, centro, norte e leste), sua qualificação está vinculada ao controle do uso do solo para impedir e minimizar as pressões conflituosas voltadas à presença de condomínios de alto padrão, favelização, passivos ambientais relacionados à mineração de areia e contaminação do solo pela atividade industrial (MORELLI *et al.*, 2007, Figura 3.3).

O eixo de ZDCA presente ao longo do ribeirão dos Putins contém características capazes de contribuir com a qualificação do SELI Pub. Possui significativos fragmentos de mata preservados, que podem contribuir com as conexões ambientais e a drenagem urbana e faz fronteira com a área urbanizada. Portanto, possibilita a mobilidade pedonal entre as regiões centro e leste ao consolidar-se, no futuro, como parque linear urbano. No Plano Diretor (2006) para este eixo de ZDCA está prevista a implantação do parque Cambuí.

Região Leste

Caracterização

A região leste, com 13.657,50 hectares, caracteriza-se pela baixa densidade demográfica em sua área urbanizada, entretanto, contém áreas com densidades médias e altas. Sua população tem três classificações de rendimento domiciliar médio: duas faixas inferiores de renda e uma intermediária. Há predomínio de dois níveis de IDHM, médio e alto; o muito alto concentra-se em área próxima à via Dutra.

Por apresentar deficiências voltadas às ocupações irregulares, à mobilidade urbana, ao saneamento básico, à qualidade da oferta de lazer, comércio, serviços, emprego e presença de instituições de ensino, evidencia-se como a região de maior vulnerabilidade do município.

O SELI Pub caracteriza-se por quatro parques instalados (Sérgio Sobral de Oliveira, Alambari, Pousada do Vale e Maestro Sérgio Weiss), extensa área verde destinada à faixa de serviço da linha de transmissão, existência da maior porção da várzea do rio Paraíba do Sul no município e seis eixos de ZDCAs.

Figura 45. Situado em área colinosa, o loteamento irregular Capão Grosso I, está neste momento (2019) em processo de regularização fundiária. A fase atual concentra-se na análise dos documentos entregues pelos moradores e relatórios de constatação da posse de cada imóvel de acordo com a Secretaria Municipal de Gestão Habitacional e Obras. Foto: Acervo PMSJC, 2015.

Avaliação

A avaliação dessa região aponta que os parques existentes estão distribuídos de forma adequada. Apesar disso, a implantação dos sete parques – Itapuã, Novo Horizonte, Divisa, Universitário, Pararangaba, Campestre e Cambuí – indicados no Plano Diretor de 2006 é uma estratégia prevista pelo poder público que contribuiria para a qualificação do sistema. As áreas verdes e praças, situadas principalmente ao norte da região, não possuem boa distribuição.

Outros aspectos devem ser superados nas políticas públicas relacionadas ao SELI Pub, como a ausência de efetividade no cumprimento das políticas ambientais para a preservação dos córregos e rios, que se configura como um dos principais conflitos, e a precariedade no encaminhamento das políticas públicas habitacionais.

Figura 46. Mapa com características dos espaços livres de lazer e conservação da região leste. Destacam-se os vários eixos de ZDCA e a ampla várzea do rio Paraíba do Sul. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseado em mapa da região leste elaborado pelo Ipplan, 2016, o qual aponta a localização dos espaços livres de São José dos Campos.

Figura 47. A av. 16 do loteamento irregular Santa Cecília II possui inúmeras deficiências, como ausência de infraestrutura relacionada ao saneamento ambiental, falta de pavimentação, iluminação precária e atividades comerciais ilegais. Foto: Michele de Sá Vieira, 2019.

Figura 48. Mapa destacando e diferenciando os espaços livres consolidados e os recursos potenciais para a qualificação da região leste. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseado em mapa da região leste elaborado pelo Ipplan, 2016, o qual aponta a localização dos espaços livres de São José dos Campos.

A concentração de ocupações em ACIs, a falta de políticas direcionadas à regularização fundiária e ao parcelamento regular do solo impossibilitam a criação de espaços livres de lazer na região e comprometem espaços livres de conservação como os corpos d’água.

Apesar dos recursos potenciais existentes, pouco é explorado em benefício da população. Em especial, destacam-se três espaços que contribuiriam para a qualificação do sistema: a várzea do rio Paraíba do Sul, as ZDCAs e a área destinada à faixa de serviço da linha de transmissão.

Ainda que contenha grande potencial, a várzea do rio Paraíba do Sul não é explorada em relação à sua visualização, já que os diversos loteamentos situados em sua borda não foram planejados de modo que permitissem a apreciação da paisagem.

As ZDCAs, com amplas extensões, contemplam poucos parques, apesar do alto potencial relacionado aos estoques de terras na região. Dessa forma, perdem-se oportunidades direcionadas à fruição pública, às possíveis conexões ambientais e à proteção ambiental.

A área destinada à faixa de servidão da linha de transmissão, presente em toda a extensão da região, ou seja, de leste a oeste, não exerce nenhuma função direcionada a práticas sociais, ainda que contenha potencial para abrigar atividades de circulação e favorecer a integração dos loteamentos existentes e futuros que venham a surgir ao longo da linha, entre outros.

Figura 49. O futuro parque Cambuí, previsto no Plano Diretor (2006), visto nesta imagem a partir da região centro em direção à leste, situa-se ao longo do ribeirão dos Putins e próximo à Via Cambuí em construção (2019). A Zona de Domínio de Curso d'Água ao longo desse ribeirão está entre os recursos potenciais, previstos para serem qualificados como parque. Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2019 – baseada em imagem do acervo Quapá, 2016.

Figura 50. Mapa apresentando o SELI Pub da região leste contemplando os espaços livres consolidados e os recursos potenciais para serem qualificados. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseado em mapa da região leste elaborado pelo Iplan, 2016, o qual aponta a localização dos espaços livres de São José dos Campos.

Qualificação

A qualificação da região leste passa, portanto, pela consolidação dos parques previstos pelo Plano Diretor de 2006, inserção de novas praças, a fim de garantir boa distribuição, qualificação dos recursos potenciais, como as ZD-CAs ao longo ribeirão dos Putins, dos rios Alambari e Pararangaba, contribuintes do Pararangaba, ribeirão da Divisa e a área verde da faixa de servidão da linha de transmissão.

É relevante para o sistema o encaminhamento de políticas públicas habitacionais capazes de promover a regularização dos loteamentos, criando possibilidades para que futuros espaços livres de interesse público de lazer sejam implantados em conformidade com as políticas de controle à impermeabilização.

Figura 51. Mapa com características dos espaços livres de lazer e conservação da região sul. Destacam-se os eixos de ZDCA, a extensa área destinada à faixa de servidão da linha de transmissão, o futuro parque do Cerrado e o parque Senhorinha. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseado em mapa da região sul elaborado pelo Ipplan, 2016, o qual aponta a localização dos espaços livres de São José dos Campos.

Região Sul

Caracterização

A região sul, com 5.671,50 hectares, caracteriza-se por ter, principalmente, alta e média densidades demográficas e, junto com a região centro, tem a maior densidade. Sua população concentra três classificações de rendimento domiciliar médio: duas faixas inferiores de renda e uma intermediária. Dois níveis de IDHM se destacam, o alto e o muito alto, embora pequena parcela contenha o médio.

O SELI Pub de lazer nessa região é composto por: áreas verdes (canteiros centrais, praças, pequenos ambientes de estar, entre outros, que se encontram bem distribuídos pela região), parques (Senhorinha, parcialmente implantado, Ayrton Senna da Silva, já implantado, e o do Cerrado, não implantado) e área verde destinada à faixa de servidão da linha de transmissão.

O SELI Pub de conservação é formado por: quatro eixos de ZDCAs: o primeiro, na divisa com o município de Jacareí, ao longo do rio Comprido; o segundo possui parte do Parque Senhorinha implantado; o terceiro situa-se na extensão do córrego do Vidoca; o quarto, com menor área, próximo da divisa da região sudeste.

Entre todos os espaços livres de interesse público de lazer existentes, o parque Senhorinha apresenta maior destaque, devido à extensa configuração linear, ainda que esteja parcialmente implantado (fase 1) e com poucos equipamentos, parcialmente degradados.

Figura 52. Mapa destacando e diferenciando os espaços livres consolidados e os recursos potenciais para a qualificação da região sul.
Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseado em mapa da região sul elaborado pelo Ipplan, 2016, o qual aponta a localização dos espaços livres de São José dos Campos.

Avaliação

A avaliação dos espaços livres de lazer como praças e parques indica que estes possuem boa distribuição na região. As praças e áreas verdes estão disseminadas por quase toda a região, enquanto os parques Senhorinha e Ayrton Senna da Silva contemplam as duas manchas urbanas existentes.

Mesmo tendo inúmeros recursos potencias, pouco foram explorados. Estão entre eles: as ZDCAs, o bioma Cerrado e a fase dois do parque Senhorinha – estoques de terras considerados como recursos potenciais para fruição pública, conexão e proteção ambiental. A falta de manutenção e segurança impossibilitam a melhor utilização do parque Senhorinha (fase 1).

A região sul é uma das que apresentam os maiores problemas, por ser altamente ocupada por população com faixa inferior de renda e apresentar inúmeros conflitos do ponto de vista social e ambiental. O parque Senhorinha apresenta parte desses conflitos em função do tráfico de drogas, das constantes queimadas, do descarte de resíduos sólidos e lançamento de esgoto *in natura* em seu córrego.

Também há extenso recurso potencial para incorporar atividades de fruição pública, como a área verde destinada à faixa de servidão da linha de transmissão que se conecta ao parque Senhorinha (fase 2). A presença do bioma Cerrado no extremo sul da região é importante recurso potencial para a proteção ambiental, com extensa área e rica biodiversidade, o que justifica a proposta de implantação do parque do Cerrado.

Figura 53. Mapa apresentando o SELI Pub da região sul, contemplando os espaços livres consolidados e os recursos potenciais para serem qualificados.
Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseado em mapa da região sul elaborado pelo Ipplan, 2016, o qual aponta a localização dos espaços livres de São José dos Campos.

Qualificação

A qualificação do SELI Pub da região sul está vinculada à atribuição de funções paisagísticas e/ou urbanísticas para a área destinada à faixa de serviço da linha de transmissão, à qualificação das ZDCAs através de intervenções urbanísticas e/ou paisagísticas e à implantação efetiva do parque do Cerrado.

Observa-se que, entre todos os espaços livres de interesse público existentes, o parque Senhorinha (fases 1 e 2) configura-se como significativa oportunidade para a requalificação e qualificação urbanística, paisagística e ambiental da região, em razão da grande extensão linear, infraestrutura parcialmente instalada, capacidade de favorecer conexões voltadas à mobilidade urbana – principalmente para os pedestres que ali circulam, entre os loteamentos existentes em seus arredores, o que já ocorre em 2019, porém de maneira precária – e dos fragmentos de mata existentes.

Outro importante aspecto a ser considerado é o fato de a região possuir padrão de parcelamento do solo com malha viária bem estruturada, principalmente em xadrez, assentado sobre suporte físico com baixa declividade. Isso é bastante favorável à criação de eixos de arborização urbana capazes de promover interligação entre os elementos existentes e a serem qualificados, como: as áreas verdes designadas aos canteiros centrais, as praças e pequenos ambientes de estar, o parque Senhorinha, o futuro parque do Cerrado, a área verde destinada à faixa de servidão da linha de transmissão e as ZDCAs que contemplam o rio Comprido, o córrego Senhorinha, o córrego do Vidoca e corpos d’água de menor extensão.

Figura 54. Mapa com características dos espaços livres de lazer e conservação da região oeste. Destacam-se a várzea do rio Paraíba do Sul e o parque Ribeirão Vermelho. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseado em mapa da região oeste elaborado pelo Ipplan, 2016, o qual aponta a localização dos espaços livres de São José dos Campos.

Região Oeste

Caracterização

A região oeste, com 4.419,50 hectares, possui duas concentrações de áreas urbanizadas separadas pela várzea do rio Paraíba do Sul, caracterizando-se por ter, principalmente, baixa densidade demográfica. Sua população concentra três classificações de rendimento domiciliar médio: faixa de renda inferior, intermediária e superior. A região contém a maior área do município com rendimento domiciliar médio superior. Há predomínio de dois níveis de IDHM: o médio, que incide em grande parte sobre a área da várzea do rio Paraíba do Sul, e o muito alto, nas áreas urbanizadas.

O SELI Pub é composto por: praças, pequenos ambientes de estar, o parque Ribeirão Vermelho, já implantando e com espaços ainda a serem complementados e a área verde destinada à faixa de servidão da linha de transmissão.

É formado também por três eixos de ZDCA: um ao longo do ribeirão Vermelho, outro situado em parte do rio Comprido e o terceiro localizado próximo ao loteamento Jardim Limoeiro.

Avaliação

A avaliação das praças, ambientes de estar, canteiros centrais, aponta que os espaços estão em quantidade adequada e bem distribuídos por toda a área urbanizada. Entretanto, grande parte deles fica restrita aos loteamentos fechados e seus moradores.

A boa fração de espaços livres na região ocorre devido à aplicação dos regramentos vinculados à LC n. 428/2010, que trata do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, estabelecendo a porcentagem adequada de áreas verdes que os loteamentos precisam ter para o seu cumprimento.

O fato de essa região conter uma série de espaços livres confinados entre os muros dos loteamentos ocasiona conflitos e perdas relacionadas à fauna, como comentado no capítulo 1.

O padrão de parcelamento do solo que permite o confinamento de espaços livres é prática do poder público, visando considerar os interesses de uma parcela da população com faixa de renda superior para atender a critérios de segurança pública.

Entretanto, nas aprovações dos loteamentos pelos setores administrativos, como a Divisão de Parcelamento do Solo, não são levadas em conta as necessidades relacionadas ao fluxo das espécies na procura de alimentos, demonstrando total falta de integração entre as políticas públicas ambientais e de parcelamento do solo.

Soma-se ao sistema o ribeirão Vermelho, único parque acessível à população na região oeste. Sua implantação garantiu boa distribuição dos espaços livres de lazer para a Zona Urbana de São José dos Campos, uma vez que apenas essa região não possuía parque.

Apesar disso, sua consolidação é contestável, uma vez que, há inúmeros espaços livres distribuídos pelos loteamentos fechados capazes de garantir o lazer da população local. Além disso, o espaço onde o ribeirão Vermelho se insere não apresenta conflitos socioambientais. Outras regiões do município, como a leste e a sul, possuem problemas relacionados aos espaços livres de interesse público, tanto sob o viés ambiental quanto social, demandando mais investimentos.

Em relação aos eixos de ZDCA da região oeste, o destaque se encontra no que fica ao longo do córrego Ribeirão Vermelho, por possuir significativos fragmentos de mata, contribuindo para conexões ambientais.

A várzea do Paraíba do Sul é o principal recurso ambiental e paisagístico da região, devido à grande extensão, beleza e provisão de recursos ambientais, podendo ser visualizada, em determinados trechos, a partir de ciclovias e pistas de caminhada implantadas em seu perímetro.

Figura 55. A calçada e a ciclovia localizadas ao longo da av. Major Miguel Naked, junto ao perímetro da várzea do rio Paraíba do Sul, oferecem aos pedestres e ciclistas percurso que possibilita a apreciação visual desse ambiente, diferentemente do que ocorre em outros trechos do perímetro, onde edificações impossibilitam a apreciação da paisagem.
Foto: Michele de Sá Vieira, 2019.

Qualificação

A qualificação do SELI Pub da região oeste vincula-se, principalmente: à adequação das políticas públicas de parcelamento do solo relacionadas às políticas ambientais para permitir o fluxo da fauna pelas áreas verdes dos loteamentos; às ações do Ministério Público, impondo medidas aos loteamentos capazes de garantir a sobrevivência da biodiversidade local através da retirada das barreiras impostas (muros) a fim de garantir a segurança dos moradores, mas que, entretanto, impedem a circulação dos animais na busca de alimentos.

Interliga-se, ainda, à finalização do parque Ribeirão Vermelho (fase 2), compreendendo que não há necessidade de implantar novos parques, em razão da baixa densidade populacional existente na região, às medidas de proteção ambiental da várzea do rio Paraíba do Sul e à qualificação do seu perímetro através da inserção de novos espaços cicloviários – que, em alguns trechos já existem, contribuindo para a apreciação e fruição pública.

Em pequenos trechos dessa região, a paisagem da várzea do rio Paraíba do Sul oferece razoável grau de fruição pública, pois já existem ciclovias implantadas em seu perímetro e em outros pontos, possibilitando momentos de passeio e atividade física conectados com a várzea.

No entanto, verifica-se que a fruição pública relacionada à paisagem da várzea pode ser ampliada de forma considerável, desde que a administração pública invista em intervenções urbanísticas capazes de trazer a população para este espaço. Sem tais iniciativas, este importante recurso paisagístico é aproveitado de forma restrita, por apenas alguns instantes.

Figura 56. Mapa destacando e diferenciando os espaços livres consolidados e os recursos potenciais para a qualificação da região oeste. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseado em mapa da região oeste elaborado pelo Ipplan, 2016, o qual aponta a localização dos espaços livres de São José dos Campos.

Análise das Regiões de São José dos Campos

A análise do SELI Pub de São José dos Campos mostra que ele se apresenta bem qualificado no contexto regional da RMVPLN e da BHRPS, quando visto sob o viés do padrão da cidade brasileira e de critérios como distribuição, qualificação dos espaços livres de lazer e conservação, recursos potenciais para fruição pública, conexão e proteção ambiental.

No entanto, aprofundando a escala de avaliação para as regiões, verifica-se que há uma série de espaços com recursos potenciais para serem qualificados, que não o foram, por exemplo, as diversas ZDCAs, que poderiam ser utilizadas para implantação de parques lineares e conexões ambientais.

A várzea do rio Paraíba do Sul, com amplo potencial vinculado à paisagem, é aproveitada ainda com deficiência em determinados momentos nas regiões centro e oeste, pois em inúmeros percursos a visualização é bloqueada por elementos construtivos. Nas demais regiões, o aproveitamento é muito inferior, já que não há praticamente incentivo algum para sua apreciação. Existem usos em desconformidade, que degradam e comprometem os recursos ambientais desse espaço.

Além disso, nota-se que, em várias regiões, as praças e áreas verdes possuem má distribuição, concentrando-se em determinados espaços, em detrimento de outros. Tem-se a faixa de servidão da linha de transmissão, que se evidencia como potencial espaço a ser incorporado ao SELI Pub de lazer, no entanto, é apenas uma área verde sem qualquer qualificação específica para a fruição pública. Existem situações conflitantes a serem solucionadas, como a falta de

Figura 57. Mapa apresentando o SELI Pub da região oeste, contemplando os espaços livres consolidados e os recursos potenciais para serem qualificados. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseado em mapa da região oeste elaborado pelo Ipplan, 2016, o qual aponta a localização dos espaços livres de São José dos Campos.

manutenção e segurança nos espaços livres de lazer.

Somado a tais aspectos, observa-se que em regiões com melhores condições socioeconômicas (em especial, renda), como na oeste e no centro, a qualificação do SELI Pub é muito boa; onde são intermediárias e inferiores, como nas regiões sul e leste, a qualidade é média e ruim. O sistema da cidade, portanto, não possui nível de qualificação uniforme.

Avaliações do ambiente e da paisagem do SELI Pub

3

CAPÍTULO

Este capítulo se aprofunda sobre determinados espaços livres de lazer, como aqueles que possuem vistas notáveis e são potenciais corredores. Também analisa as praças, e, em especial, os parques, compreendendo características físico-territoriais e socioeconômicas, e suas funções, relação com a área urbanizada, estruturas morfológica e paisagística.

Além disso, se avalia a qualidade dos parques urbanos, relacionada a dados socioeconômicos do entorno onde os espaços livres de lazer estão inseridos. Observa-se que o poder público considera esses dados para determinar o nível de qualidade dos parques e para a maioria dos espaços.

A investigação acerca dos espaços livres de conservação enfatiza os parques classificados como UCs e as várzeas dos rios Paraíba do Sul e Jaguari. Isto por possuírem recursos potenciais para a fruição pública, relação com a área urbanizada em maior ou menor grau e áreas submetidas a impactos ambientais.

Espaços livres de lazer e conservação

O SELI Pub de lazer de São José dos Campos é composto por duas categorias: espaços livres de lazer e espaços livres de conservação. Ambos contam com respectivas subcategorias, beneficiando o município por meio de diversas funções. Entre elas, proporcionar a contemplações das paisagens, contribuir com os corredores de infraestrutura, brincadeiras, passeios, práticas esportivas, provimento de recursos ambientais, perpetuação da biodiversidade, entre outras.

Segue a relação dos espaços livres:

A. Categoria – espaços livres de lazer, composta pelas subcategorias:

- vistas notáveis – várzea do rio Paraíba do Sul, Ambiente-Banhado e rio Paraíba do Sul, várzea do rio Jaguari;
- corredores com potencial para lazer – ZDCAs do rio Pararangaba, córrego Senhorinha, ribeirão Vermelho, rio Pararangaba e ribeirão dos Putins, entre outras, e faixa de servidão da linha de transmissão;
- praças disseminadas pelos loteamentos e praças com valor cultural – Afonso Pena, Dr. João Mendes, Cônego Lima e Padre João;
- parques – Santos Dumont, Vicentina Aranha, Natural Municipal do Banhado, da Cidade, Alberto Simões, Maestro Sérgio Weiss, Sérgio Sobral de Oliveira, Caminho das Graças, Pousada do Vale, Alambari, Senhorinha (fase 1), Ayrton Senna da Silva e Ribeirão Vermelho.

Figura 58. Mapa evidenciando o SELI Pub de lazer e conservação de São José dos Campos, em específico os existentes e previstos.
Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2016. Baseado em mapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) que contém os Parques Urbanos, 2006.

B. Categoria – espaços livres de conservação, composta pelas subcategorias:

- parques (UCs) – parques Natural Municipal do Banhado e Natural Municipal Augusto Ruschi;
- zonas de produção de vida aquática – rios Paraíba do Sul e Jaguari;
- terrenos importantes para os recursos hídricos – várzeas dos rios Paraíba do Sul e Jaguari;
- terras agrícolas – várzea do rio Paraíba do Sul;
- áreas florestadas – manchas disseminadas pelo município, como as do parque Augusto Ruschi, e matrizes de vegetação, por exemplo, na as da serra da Mantiqueira;
- áreas com características geológicas – mares de morros, montanhas, serra da Mantiqueira, várzea do rio Paraíba do Sul, entre outras.

Evidencia-se que as áreas com características geomorfológicas destacadas na tese, no caso de São José dos Campos são aquelas que apresentam estruturas geológicas que se destacam na paisagem por sua relevante beleza e/ou conflitos existentes, como a várzea do rio Paraíba do Sul e os mares de morros.

Em relação aos espaços livres categorizados, observa-se que alguns deles – como a várzea do rio Paraíba do Sul – fazem parte de diferentes categorias (espaços livres de lazer e conservação) e subcategorias (vistas notáveis, terrenos importantes para os recursos hídricos, terras agrícolas e áreas com características geológicas) por cumprirem múltiplas funções. O mesmo ocorre com outros espaços destacados.

Especificação dos Parques e Unidades de Conservação nas Regiões

Figura 59. Loteamento Vila Cristina (região norte): vista do rio Paraíba do Sul a partir do deck, um dos raros exemplos onde se vê a implantação de equipamento público para a apreciação de vistas notáveis. Foto: João Roberto Quaggio Barreto, 2014.

Figura 60. Av. Anchieta (região centro). Situado em ponto estratégico, o deck posiciona-se de forma favorável à apreciação da paisagem do Ambiente-Banhado. A visualização é possível em razão dos regramentos estabelecidos pela LC. 428/10, que proíbe edificações que impossibilitem a apreciação. Foto: Michele de Sá Vieira, 2019.

Figura 61. Av. São José (região centro). Algumas iniciativas, como as realizadas de 2013 a 2016 – a exemplo da implantação de quiosques de alimentação ao longo deste espaço –, são consideradas conflitantes em relação à apreciação do Ambiente-Banhado por obstruírem parcialmente a visualização da paisagem. Foto: Acervo PMSJC, 2016.

Os espaços livres de lazer

Vistas notáveis, potenciais corredores e praças

Os pontos de vistas notáveis, apesar da enorme quantidade de vistas com ampla beleza paisagística a serem exploradas em São José dos Campos – como as várzeas do rio Paraíba do Sul e do Ambiente-Banhado, que poderiam ser amplamente apreciadas a partir das regiões norte, leste, oeste e centro – pouco foram explorados pelas gestões públicas municipais através de intervenções urbanísticas. Há raras exceções pontuais, como as ocorridas na Vila Cristina, avenidas Anchieta e São José, além da Vila Dirce.

Perde-se, assim, a oportunidade de oferecer à população a apreciação das vistas notáveis – sempre apreciadas e valorizadas nos momentos de ir e vir, paradas para reflexões, nas horas em que os grupos se reúnem para desfrutar dos amigos e conversas informais. Perde-se, portanto, a oportunidade de valorizar o município e a qualidade de vida das pessoas.

Entre os corredores com potencial para lazer, destaca-se a faixa de servidão da linha de transmissão nas regiões leste, sul, centro e oeste. Apesar de ter potencial para fruição pública – com aproveitamento da área para caminhada, plantio, lazer e travessias entre os loteamentos que a cercam, principalmente nas regiões Leste e Sul – não é utilizada.

Outros potenciais corredores previstos no Plano Diretor (2006) para serem qualificados como parques, por exemplo, o rio Pararangaba e o ribeirão dos Putins, também não foram utilizados. Contrariamente, os corredores ao longo do córrego Senhorinha e do ribeirão Vermelho são exceções e foram qualificados como parques.

Figura 62. Loteamento Vila Dirce (região norte). Vista a partir do mirante José de Moraes, que possibilita a apreciação de vários espaços que compõem a paisagem, como parte do loteamento Altos de Santana (em primeiro plano) a várzea do Paraíba do Sul, com concentrações de fragmentos florestais, e, ao fundo, parte da região centro, com a verticalização do Ambiente-Banhado ao fundo. Foto: Acervo Quapá, 2016.

Figura 63. Faixa de servidão da linha de transmissão. Esse potencial corredor, que atravessa toda a cidade, de leste a oeste, possui 100 metros de largura. Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2016. Baseada em foto do acervo Quapá, 2016.

Figura 64. O parque Senhorinha encontra-se parcialmente implantado ao longo da avenida Salinas. Mesmo sendo importante eixo estruturador do SELI Pub, contém inúmeros conflitos relacionados à segurança e ao saneamento ambiental. Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2016. Baseada em foto do acervo Quapá, 2016.

As 426 praças de São José dos Campos apresentam variedade de tipologia, tamanhos, formas e ampla diversidade de usos, cumprindo diferentes funções: áreas de lazer, passagem de pedestres, convivência – além de estar inserida em importante contexto histórico e cultural (SÃO JOSÉ..., 2016).

Apesar do grande número, como observado na análise das regiões municipais, há má distribuição desse equipamento pelo município. Em determinadas regiões, como a leste, estão concentrados basicamente nos loteamentos ao longo da via Dutra.

Os espaços livres públicos (praças), junto com o sistema viário, parques e calçadas, fazem parte do conjunto de elementos estruturadores do processo de produção da cidade. A distribuição desigual das praças é reflexo do processo de produção desigual na cidade. Nesse sistema de desigualdades, determinados espaços tornam-se preteridos em benefício de outros. Em São José dos Campos, os extremos podem ser exemplificados pelas regiões leste e oeste, que recebem, respectivamente, os piores e os melhores investimentos.

Se uma parte da população é extremamente bem atendida por tais equipamentos, outra deixa de usufruir de várias funções que cabem às praças: eventos da vida pública, manifestações políticas, encontros, namoros, brincadeiras de criança, apreciação das espécies arbóreas, movimento dos espelhos d’água que ficam debaixo das fontes, entre outras sutilezas que guardam.

Dessa forma, consolidam-se as desigualdades socioespaciais relacionadas aos espaços livres de lazer denominados como praças.

Figuras 65. As praças Afonso Pena e da Matriz, se destacam pelo valor histórico e cultural. Fotos: João Roberto Quaggio Barreto, 2015, e acervo PMSJC, 2013.

Figuras 66. As praças 1º de Maio e Mário César Porto se destacam pela diversidade de funções, com inúmeros equipamentos. Fotos: João Roberto Quaggio Barreto, 2015.

Parques urbanos

Os parques, bens de uso comum do povo, compõem, junto com as praças, corredores e afins, a estrutura principal do SELI Pub de lazer em São José dos Campos, ocupando papel de destaque nesta formação.

O objetivo deste item é entender as relação dos parques com as área urbanizada, as características morfológicas, ambientais e paisagísticas, a relação entre os dados socioeconômicos (faixa de renda, IDHM e densidade demográfica) e a qualidade dos parques, e como as decisões políticas incidem sobre os espaços livres de lazer considerando os diferentes níveis dos dados socioeconômicos.

Os temas abordados seguem detalhados em doze tabelas, uma para cada parque, contemplando dois itens principais:

- relação dos parques com a área urbanizada – local, entorno, renda, IDHM⁵¹, infraestrutura, atividades e observações;
- estrutura morfológica, paisagística e ambiental – origem, parcelamento do solo, densidade demográfica, forma, vegetação e observações.

A sequência do estudo dos parques é feita na seguinte ordem:

1. Região centro – parques Santos Dumont e Vicentina Aranha;
2. Região norte – parques da Cidade e Alberto Simões;
3. Região leste – parques Maestro Sérgio Weiss, ecoló-

- gico Sérgio Sobral, Alambari e Pousada do Vale;
4. Região sul – parques Senhorinha e Ayrton Senna da Silva;
 5. Região sudeste – parque Caminho das Garças;
 6. Região oeste – parque Ribeirão Vermelho.

Figuras 67. O Ribeirão Vermelho está entre os parques de São José dos Campos que possuem os melhores níveis de qualificação, em razão da excelente infraestrutura, com diversos equipamentos. Observa-se, entretanto, que a boa frequência (notada nesta figura) ocorre principalmente nos finais de semana. Foto: Michele de Sá Vieira, 2019.

⁵¹ De acordo com o PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro (2010), há cinco níveis de IDHM: muito baixo (entre 0 e 0,499), baixo (entre 0,500 e 0,599), médio (0,600 e 0,699), alto (0,700 e 0,799) e muito alto (0,800 e 1).

Tabela 3. Parque Santos Dumont

Parque		Implantação	Área	Zona	Região
1. Santos Dumont		1971	46.500,00 m²	Urbana	Centro
Relação com a área urbanizada			Estrutura morfológica e paisagística		
Local	Localizado na parte oeste da região centro, no loteamento Jardim São Dimas, próximo ao Serviço Social do Comércio (SESC) e ao parque Vicentina Aranha.		Origem	A partir dos regramentos estabelecidos pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (SÃO JOSÉ, 1971).	
Entorno	Bastante dinamizado em razão do uso misto (residencial, comercial, serviços), com ocupações horizontais e verticais. Por encontrar-se em área com alta densidade demográfica e próximo a outros equipamentos de lazer, concentra diversas práticas sociais.		Parcelamento	Com malha viária em xadrez.	
Renda / IDHM / Densidade	O entorno do parque possui: <ul style="list-style-type: none">• faixa superior de renda (R\$ 4.353,00 – R\$ 7.055,00);• IDHM muito alto (0,800 – 1);• alta (mais de 150) e baixa (5-30) densidades demográficas hab./ha⁵²;• parte do perímetro é composto por áreas verticalizadas.		Imagem do Parcelamento
Infraestrutura	Boa infraestrutura, voltada ao saneamento ambiental, à iluminação pública e ao sistema viário.		Forma	Formato geométrico; assenta-se sobre suporte físico plano.	
Atividades	Atividades direcionadas principalmente ao público infantil, devido à existência de brinquedos diferenciados, projetados exclusivamente para este parque e faixa etária específica. Possui a pré-escola municipal Zenaide Vilalva de Araújo, o que possibilita aos alunos usufruírem dos equipamentos deste espaço.		Vegetação	Embora haja maciços de vegetações, também apresenta espaços com clareiras e áreas ajardinadas.	

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2017.

52 Neste capítulo, os dados socioeconômicos (renda, IDHM e densidade demográfica) presentes nas tabelas que detalham informações sobre os parques foram retirados dos mapas de renda, IDHM e densidade demográfica, apresentados no capítulo 2.

Tabela 4. Parque Vicentina Aranha

Parque		Implantação	Área	Zona	Região
2. Vicentina Aranha		1924 - inaugurado como sanatório	84.500,00 m ²	Urbana	Centro
		2007 - inaugurado como parque			
Relação com a área urbanizada			Estrutura morfológica e paisagística		
Local	Porção oeste da região centro, na Vila Higienópolis.		Origem	Inaugurado em 1924, funcionou por 83 anos como sanatório; o parque foi inaugurado em 2007.	
Entorno	Possui intensa relação com a área urbanizada por encontrar-se em local com alta densidade demográfica e possuir entorno bastante dinamizado em razão do uso misto (residencial, comercial, serviços) com ocupações horizontais e verticais.		Parcelamento	Parcelamento com malha viária em xadrez.	
Renda / IDHM / Densidade	O entorno do parque possui: <ul style="list-style-type: none">• duas faixas superiores de renda, R\$ 4.353,00 – R\$ 7.055,00 e R\$ 7.055,00 – R\$ 9.809,00;• IDHM muito alto (0,800 – 1);• alta (mais de 150) e baixa (5-30) densidades demográficas hab./ha.		Imagem do Parcelamento
Infraestrutura	Possui boa infraestrutura, voltada ao saneamento ambiental, à iluminação pública e ao sistema viário.		Forma	Formato geométrico; assenta-se sobre suporte físico plano.	
Atividades	Voltadas à cultura: apresentação de bandas musicais e corais, exposição e venda de artesanato. Contém o Centro de Formação Profissional de Artes e Ofícios e biblioteca itinerante, que integram ações literárias. Possui atividades relacionadas a prática de esportes e convívio comunitário.		Vegetação	Áreas ajardinadas, entremeadas a maciços de vegetação, constituindo-se como importante fragmento de mata implantado no centro da cidade.	
Observações	Primeiro sanatório construído em São José dos Campos, com projeto do arquiteto Ramos de Azevedo, o Vicentina Aranha foi instalado porque a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo não possuía capacidade para comportar a quantidade necessária de doentes tuberculosos, e, também, pelo fato de os pacientes portadores da doença necessitarem de isolamento ⁵³ .		Observações	Em 28 de agosto de 1996, o sanatório foi preservado pela Lei Municipal n. 4.928/96, através do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (Comphac). Em 25 de julho de 2001, foi assinada a resolução n. 44, tornando o sanatório um bem tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) ⁵⁴ .	

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2017.

53 Prefeitura de São José dos Campos (2012).
54 Prefeitura de São José dos Campos (2012).

Figura 70. Loteamento Jardim Apolo I. Confrontante ao parque Vicentina Aranha, constituía com o parque um único espaço na fase sanatorial. Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017. Baseada em imagem de satélite, PMSJC, 2014.

Figura 71. Parque Vicentina Aranha. Os exemplares arbóreos deste espaço, somados aos do Ambiente-Banhado, parque Santos Dumont e loteamentos do entorno, constituem importante conjunto de vegetação para a região centro. Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017. Baseada em imagem do acervo Quapá, 2016.

Figura 72. Parque Vicentina Aranha, no loteamento Vila Adyana, foi construído na da fase sanatorial (1900 a 1950). Na época, o município recebeu diversos investimentos do Estado, que propiciaram intenso crescimento à cidade, através da construção de sanatórios, pensões, e melhorias voltadas ao saneamento básico e demais infraestruturas, que favoreceram a vinda das indústrias posteriormente. Foto: Acervo PMSJC, 2009.

Figura 73. Parque Vicentina Aranha: pavilhões (central, São João, São José, cozinha/refeitório pequeno para mulheres pensionistas, pequeno para homens pensionistas, Paulista), capela e gruta. Foto: Acervo PMSJC, 2009.

Figura 74. Parque Vicentina Aranha. Em 2016, abrigava inúmeros eventos culturais, como as apresentações da Orquestra Sinfônica de São José dos Campos (OSSJC). Foto: Acervo PMSJC, 2013.

Tabela 5. Parque da Cidade

Parque		Implantação	Área	Zona	Região
3. Parque Municipal Roberto Burle Marx (Parque da Cidade)		1996	962.844,43 m²	Urbana	Norte
Relação com a área urbanizada			Estrutura morfológica e paisagística		
Local	Situado no extremo sul da região norte, fica entre as avenidas Olivo Gomes e Engenheiro Sebastião Gualberto, vizinho aos loteamentos Vila Maria, Vila Rossi, entre outros. Localiza-se próximo ao Ambiente-Banhado, ao rio Paraíba do Sul e à ferrovia da MRS Logística SA, que está em funcionamento.		Origem	Originou-se a partir de uma declaração de utilidade pública para fins de desapropriação, transformando a área da antiga Tecelagem Parahyba em parque.	
Entorno	Composto por uso misto, comerciais, institucionais, com predomínio do residencial, principalmente horizontal, mas também vertical.		Parcelamento	Assentado sobre extenso espaço apresenta área urbanizada confrontante ao parque, com parcelamento principalmente em xadrez.	
Renda / IDHM / Densidade	O entorno do parque possui: <ul style="list-style-type: none">• duas faixas de renda: inferior (R\$ 1.616,00 – R\$ 2.596,00) e intermediária (R\$ 2.596,00 – R\$ 4.353,00);• IDHM principalmente alto (0,700 – 0,799);• médias (30-80) e (80-110) densidades demográficas hab./ha.		Imagem do Parcelamento
Infraestrutura	Boa infraestrutura voltada ao saneamento ambiental, à iluminação pública e ao sistema viário. Apesar disso, compreende-se que pode ser melhorada em relação aos últimos dois aspectos.		Forma	Praticamente geométrico, assenta-se sobre suporte físico plano.	
Atividades	Atividades permitem o uso cotidiano pela população, através de áreas destinadas para piquenique, pista de caminhada e campo de futebol. Entre todos os seus atributos, o patrimônio paisagístico, cultural e arquitetônico é o mais relevante.		Vegetação	Está entre os parques de São José dos Campos que possui os maiores remanescentes de vegetação nativa.	
Observações	Mesmo com muitos potenciais, recebe poucos investimentos, tanto em seu próprio espaço, por parte da administração pública, quanto pela iniciativa privada no seu entorno. Enquanto os parques Vicentina Aranha e Santos Dumont possuem restaurantes, lanchonetes, nos seus arredores, o parque da Cidade não dispõe de atividades suficientes voltadas ao comércio que possam servir de apoio.		Observações	Há diversas edificações, como: anfiteatro, viveiro de mudas, galpão de beneficiamento (Casa do Café), cocheira e Casa da Ilha. Possui a Vila Adyana, obras arquitetônicas assinadas por Rino Levi, como o Galpão Gaivotas e a residência Olivo Gomes ⁵⁵ .	

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2017.

⁵⁵ São José dos Campos (2012).

Figura 75. Parque Municipal Roberto Burle Marx (parque da Cidade). Apesar dos arredores apresentarem ampla urbanização, em função dos diversos loteamentos consolidados, como Vila Maria, Jardim Boa Vista, Vila Rossi, entre outros, a administração pública pouco investiu no entorno imediato do parque, visando à valorização e qualificação ligadas referentes à infraestrutura.

Fonte: PMSJC— imagem de satélite, 2014 Vila Adyana. Organizada por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017.

Figura 76. O parque da Cidade se origina da declaração de utilidade pública para fins de desapropriação de área total de 516.130 m², resultante de quatro imóveis de propriedade da Tecelagem Parahyba S/A (193.600,00 m², 1.750,00 m², 500,40 m² e 2.187,50 m²) e dois de propriedade da Fazenda São José Agropecuária Ltda. (238.935,00 m² e 79.167,10 m²), através do Decreto n. 9.003 de 9 de maio de 1996 (PREFEITURA..., 2014).
Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017. Baseada em imagem do acervo Quapá, 2016.

Figura 77. Casa Olivo Gomes. Vista aproximada do lago que compõe o paisagismo da residência, entremeado a espécies arbustivas e arbóreas. Bastante utilizado pelo público para atividades de lazer e práticas sociais. Foto: Acervo PMSJC, 2013.

Figura 78. A Casa Olivo Gomes possui jardins projetados por Roberto Burle Marx, compostos por gramados, lagos, maciço de arbustos e vegetação arbórea. Foto: Acervo PMSJC, 2013.

Figura 79. O parque da Cidade possui diversos remanescentes de vegetação nativa e espécies arbóreas exóticas entremeadas entre as nativas. Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017. Baseada em imagem do acervo Quapá, 2016.

Tabela 6. Parque Alberto Simões

Parque		Implantação	Área	Zona	Região
4. Parque Alberto Simões		2016	125.000,00 m²	Urbana	Norte
Relação com a área urbanizada			Estrutura morfológica e paisagística		
Local	Instalado na posição oeste-sul da região norte no loteamento Altos de Santana.		Origem	Consolidado em 2017, tem origem na desapropriação da fazenda Boa Vista. Posteriormente, foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de aproximadamente R\$ 12 milhões.	
Entorno	Possui uso principalmente residencial com ocupações horizontais. Mais distante, na parte inferior, fica a várzea do rio Jaguarí; na superior, predomina a sequência de mares de morros.		Parcelamento	Instalado sobre parcelamento com malha viária orgânica e concêntrica.	
Renda / IDHM / Densidade	O entorno do parque possui: <ul style="list-style-type: none">• faixa de renda inferior (R\$ 1.616,00 – R\$ 2.596,00);• IDHM alto (0,700 – 0,799);• alta (mais de 150) densidade demográfica hab./ha.		Imagem do Parcelamento
Infraestrutura	Boa infraestrutura voltada ao saneamento ambiental, à iluminação pública e ao sistema viário, com ruas estreitas.		Forma	Orgânica. Situa-se sobre suporte físico colinoso com grandes desníveis, o que possibilitou adotar programa voltado a esportes radicais.	
Atividades	Principais atividades relacionam-se ao lazer devido aos equipamentos existentes, pista de caminhada, pista de skate, tirolesa, pista de downhill, arborismo e parede de escalada. É bastante frequentado por situar-se em loteamento com alta densidade demográfica e ótimos equipamentos.		Vegetação	Contém grande maciço de eucaliptos, onde foram instaladas passarelas metálicas com o objetivo de incentivar a apreciação da paisagem. Também se encontram fragmentos de espécies nativas.	

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2017.

Figura 80. Parque Alberto Simões localiza-se em espaço com vista privilegiada, próximo ao Rio Jaguarí. Conjuntamente com o Parque da Cidade, também situado na Região Norte, traz qualidade de vida a esta porção do município, em razão das diversas possibilidades relacionadas ao lazer que proporcionam à comunidade. Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017 – baseada em imagem de do acervo QUAPÁ, 2016.

Figuras 81. Parque Alberto Simões. Possui passarela entremeada aos eucaliptos, parede de escalada e a antiga sede da fazenda Boa Vista, com novas funções adaptadas ao parque.
Foto: Acervo PMSJC, 2016.

Tabela 7. Parque Maestro Sérgio Weiss

Parque		Implantação	Área	Zona	Região
5. Parque Maestro Sérgio Weiss		2017	60.648,00 m²	Urbana	Leste
Relação com a área urbanizada			Estrutura morfológica e paisagística		
Local	Implantado na área do Centro Integrado de Educação, próximo ao loteamento Vila Industrial.		Origem	A partir dos regramentos estabelecidos pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (SÃO JOSÉ, 2010b).	
Entorno	O entorno do parque possui uso misto (residencial, comercial, serviços) com ocupações principalmente horizontais, mas também verticais. Destaca-se a presença de intensa atividade comercial e de serviços próximo ao parque.		Parcelamento	Sobre parcelamento com malha viária em xadrez.	
Renda / IDHM / Densidade	O entorno do parque possui: <ul style="list-style-type: none">• faixa de renda intermediária (R\$ 2.596,00 – R\$ 4.353,00);• IDHM muito alto (0,800 – 1);• Médias (30 - 80) / (80 -110) e alta (mais de 150) densidade demográfica hab./ha.		Imagem do Parcelamento		
Infraestrutura	Boa infraestrutura voltada ao saneamento ambiental, à iluminação pública e ao sistema viário.		Forma	Forma ortogonal com recortes sobre suporte físico praticamente plano.	
Atividades	Caminhadas, academia ao ar livres e ambientes de estar posicionados sob as árvores.		Vegetação	Representada por indivíduos arbóreos de grande porte situados de modo a proporcionar espaços de sombra ao espaço.	

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2019.

Figura 82. Parque Maestro Sérgio Weiss. Possui baixa frequência e é utilizado principalmente para pequenas caminhadas, já que sua pista possui 300 metros de comprimento. Foto: Michele de Sá Vieira, 2019.

Figura 83. Parque Maestro Sérgio Weiss. Compõe o Centro Integrado de Educação, que compreende o Centro de Ciências, o ginásio multiuso, com capacidade para 4.500 pessoas, creche e trilha do conhecimento. Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2019. Baseada em imagem de satélite, 2014.

Tabela 8. Parque Ecológico Sérgio Sobral de Oliveira

Parque		Implantação	Área	Zona	Região
6. Ecológico Sérgio Sobral de Oliveira		2004	50.000,00 m²	Urbana	Leste
Relação com a área urbanizada			Estrutura morfológica e paisagística		
Local	Situa-se no centro da região leste, no loteamento Jardim Santa Inês I.		Origem	A partir dos regramentos estabelecidos pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (SÃO JOSÉ, 1990).	
Entorno	Uso predominantemente residencial com ocupações horizontais. Paralelamente ao parque, fica o espaço destinado à faixa de servidão da linha de transmissão da EDP Bandeirante e glebas vazias. Há concentrações de fragmentos de matas próximas ao espaço.		Parcelamento	Instalado sobre parcelamento com malha viária principalmente em xadrez.	
Renda / IDHM / Densidade	O entorno do parque possui: <ul style="list-style-type: none">• faixa de renda inferior (R\$ 1.616,00 – R\$ 2.596,00);• IDHM alto (0,700 – 0,799);• baixa (5-30), média (80-110) e alta (110-15) densidade demográfica hab./ha.		Imagem do Parcelamento
Infraestrutura	Boa infraestrutura voltada ao saneamento ambiental, à iluminação pública e ao sistema viário.		Forma	Localizado sob suporte físico plano, possui forma mista, ou seja, orgânica e ortogonal.	
Atividades	Há diversos equipamentos com usos destinados a atividades de recreação: pista para caminhada, equipamentos infantis, campo de futebol, duas pistas de skate, duas quadras – uma de areia e uma de concreto –, local para apresentações e eventos.		Vegetação	A pouca vegetação distribuída em seu espaço não possui expressividade paisagística, pois contém apenas 300 espécies inseridas pontualmente.	

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2017.

Figura 84. Parque Ecológico Sérgio Sobral de Oliveira, situado no loteamento Jardim Santa Inês, com equipamentos direcionados à prática de esportes. Foto: Michele de Sá Vieira, 2018.

Figura 85. O parque ecológico Sérgio Sobral de Oliveira, apesar de conter a palavra “ecológico” em seu nome, não se caracteriza como espaço para receber esta denominação. Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017. Baseada em imagem de satélite, 2014.

Tabela 9. Parque Alambari

Parque		Implantação	Área	Zona	Região
7. Alambari		2008	117.000,00 m²	Urbana	Leste
Relação com a área urbanizada			Estrutura morfológica e paisagística		
Local	Situa-se na porção sul da região leste, em dois loteamentos: Campos de São José e Jardim Mariana I.		Origem	A partir dos regramentos estabelecidos pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (SÃO JOSÉ, 1990).	
Entorno	Composto por grandes glebas desocupadas e áreas urbanizadas, principalmente a leste do parque, com uso predominantemente residencial horizontal.		Parcelamento	Sobre parcelamento com malha viária principalmente em xadrez.	
Renda / IDHM / Densidade	O entorno do parque possui: <ul style="list-style-type: none">• duas faixas de renda inferior (R\$ 0,00 – R\$ 1.616,00) e (R\$ 1.616,00 – R\$ 2.596);• IDHM composto por dois níveis de classificação, médio (0,600 – 0,699) e alto (0,700 – 0,799);• média (80-110) e alta (110-15) densidade demográfica hab./ha.		Imagem do Parcelamento
Infraestrutura	Razoável infraestrutura voltada ao saneamento ambiental, à iluminação pública e ao sistema viário.		Forma	Implantado ao longo do córrego Alambari, é seccionado pelo sistema viário e tem forma linear e orgânica.	
Atividades	Alguns equipamentos de lazer, trilhas para caminhada, playground, estações de ginástica, campo de futebol, vestiário e quadra.		Vegetação	Extensos fragmentos preservados em parte da extensão, o que favorece a manutenção da drenagem do corpo d'água.	

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2017.

Figura 86. Parque Alambari, próximo ao parque da Pousada do Vale e à Revap, situa-se em núcleo urbanizado fora da principal malha urbana do município.
Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017. Baseada em imagem de satélite, 2014.

Figura 87. Parque Alambari. No primeiro plano, observa-se um dos poucos equipamentos implantados; ao fundo, constata-se parte da mata ciliar ainda preservada.
Foto: Acervo PMSJC, 2011.

Tabela 10. Parque Pousada do Vale

Parque		Implantação	Área	Zona	Região
8. Pousada do Vale		2015	174.417, 96 m²	Urbana	Leste
Relação com a área urbanizada			Estrutura morfológica e paisagística		
Local	Situa-se no loteamento Chácara Pousada do Vale na porção sul da região leste.		Origem	A partir dos regramentos estabelecidos pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (SÃO JOSÉ, 2010b).	
Entorno	Uso residencial horizontal e glebas que ainda contemplam remanescentes de mata nativa.		Parcelamento	Parcelamento com malha viária sinuosa, principalmente nos espaços limítrofes ao parque.	
Renda / IDHM / Densidade	O entorno do parque possui: <ul style="list-style-type: none">• faixa de renda inferior, (R\$ 1.616,00 – R\$ 2.596);• IDHM médio (0,600 – 0,699);• baixa (5-30) densidade demográfica hab./ha.		Imagem do Parcelamento	Sem escala	
Infraestrutura	Frágil infraestrutura voltada à iluminação pública, ao sistema viário e ao saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana); em especial com relação à drenagem, pois, ainda que tenha a lagoa de retenção, há muitos problemas relacionados ao escoamento das águas superficiais.		Forma	Instalado em espaço com suporte físico principalmente plano, mas também acidentado, o espaço livre em apreço contém forma orgânica.	
Atividades	O amplo espaço de caráter contemplativo possui poucos equipamentos, como bancos e pista de caminhada.		Vegetação	Considerável presença de remanescentes de vegetação nativa.	

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2017.

Figura 88. O parque Pousada do Vale situa-se em espaço onde ainda há muitos fragmentos de mata conservados. Porém, as ocupações que se assentam cotidianamente de forma irregular promovem a retirada de parte dos maciços florestais. Apesar da recente qualificação (2016), as intervenções foram insignificantes por não atenderem às demandas de lazer da população.
Foto: Acervo PMSJC, 2013.

Figura 89. O parque Pousada do Vale, como o Alambari, se localiza fora da principal malha urbanizada da cidade.
Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017. Baseada em imagem de satélite, 2014.

Tabela 11. Parque Senhorinha (fase 1)

Parque		Implantação	Área	Zona	Região
9. Senhorinha (fase 1)		2007	294.565,33 m²	Urbana	Sul
Relação com a área urbanizada			Estrutura morfológica e paisagística		
Local	Situado de forma longitudinal, praticamente no centro da região sul, fica em diversos loteamentos, como o Jardim Oriente, Bosque dos Eucaliptos e Conjunto Residencial Sol Nascente. Previsto para ser implantado em duas fases (1 e 2), encontra-se consolidado somente com relação à primeira etapa.		Origem	A partir dos regramentos estabelecidos pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (SÃO JOSÉ, 1990).	
Entorno	Uso predominantemente residencial com ocupações principalmente horizontais, mas também vertical. Destaca-se o fato de possuir ocupações regulares, portadoras de infraestrutura adequada, mas também irregulares, situadas em áreas de risco, muito próximas ao córrego Senhorinha.		Parcelamento	Sobre parcelamento com malha viária principalmente em xadrez, com exceção de algumas situações, ao se apresentar de forma sinuosa, principalmente nos espaços limítrofes ao parque. O padrão de parcelamento do solo de um dos loteamentos que contém parte do Senhorinha, o Bosque dos Eucaliptos, possui característica relevante devido ao fato de conter em sua malha ortogonal inúmeros espaços livres públicos, com potencial contribuição à qualificação do sistema.	
Renda / IDHM / Densidade	O entorno do parque possui: <ul style="list-style-type: none">• faixas de renda inferior (R\$ 0,00 – R\$ 1.616,00) e intermediária (R\$ 2.596 – R\$ 4.353,00);• IDHM composto por,00 dois níveis de classificação, médio (0,600 – 0,699) e alto (0,700 – 0,799);• médias (30-80), (80-110) e altas (110-150), (mais de 150) densidades demográficas hab./ha.		Imagem do Parcelamento
Infraestrutura	A infraestrutura voltada à iluminação pública e ao saneamento ambiental não atende de maneira eficiente a área. Há lançamento de esgoto <i>in natura</i> no córrego Senhorinha e descarte contínuo dos resíduos da construção civil e volumosos. Há problemas recentes relacionados à drenagem urbana, uma vez que, em 2013, a ponte Guadalupe desabou, causando grandes transtornos à mobilidade urbana local e às construções lindeiras ao corpo d'água.		Forma	Por ser implantado ao longo do córrego Senhorinha, possui forma linear, estreitando-se em determinados locais e alargando-se em outros.	
Atividades	Parte de suas atividades são voltadas ao estar. Possui pista de caminhada, equipamentos de ginástica e brinquedos. Dada a baixa manutenção e deficiência relacionada à segurança, não possui alta frequência.		Vegetação	Apesar dos inúmeros conflitos com relação às ocupações, ainda possui fragmentos de mata preservados ao longo do corpo hídrico, mas também áreas desprovidas de vegetação. Ainda que contenha recursos potenciais para estabelecer conexões ambientais, a ausência de políticas públicas acabou por não permitir a ampliação dessa potencialidade.	

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2017.

Figura 90. Parque Senhorinha (fase 1). Embora possua topografia razoavelmente plana em seu extremo norte, ao longo dos sete quilômetros de extensão (fase 1 e 2), o espaço tem grande declividade em determinadas partes, o que contribui para os processos de assoreamento e, consequentemente, para os problemas de drenagem local. Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017. Baseada em imagem do acervo Quapá, 2016.

Figuras 91. Córrego Senhorinha. Apesar do potencial existente no entorno, as gestões pouco investiram em políticas públicas que valorizassem seus recursos ambientais e sua relação com a área urbanizada. A ausência de investimentos pode ser observada em diversos momentos. Em 2013, com os danos causados pela queda da ponte Guadalupe (foto acima à esquerda); em 2019, pela ausência de saneamento ambiental. Fotos: Acervo PMSJC, 2013 e 2016.

Tabela 12. Parque Ayrton Senna da Silva

Parque		Implantação	Área	Zona	Região
10. Ayrton Senna da Silva		2008	69.458,24 m²	Urbana	Sul
Relação com a área urbanizada			Estrutura morfológica e paisagística		
Local	Situa-se no extremo sul da Região Sul, no loteamento Extremo sul da região sul, no loteamento Parque Interlagos, em Área de Proteção Ambiental Federal (APAF) da Bacia Hidrográfica do Córrego do Vidoca (BHCV).		Origem	A partir dos regramentos estabelecidos pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (SÃO JOSÉ, 1990).	
Entorno	Uso residencial principalmente horizontal, mas também vertical. Mais distante há glebas com remanescentes de vegetação nativa.		Parcelamento	Sobre parcelamento com malha viária sinuosa.	
Renda / IDHM / Densidade	O entorno do parque possui: <ul style="list-style-type: none">• faixa de renda inferior (R\$ 1.616,00 – R\$ 2.596,00);• IDHM alto (0,700 – 0,799);• principalmente baixa (5-30) densidade demográficas hab./ha.		Imagem do Parcelamento	Sem escala	
Infraestrutura	Voltada ao saneamento ambiental, à iluminação pública e ao sistema viário, atende de forma adequada ao local.		Forma	Geométrica, alongada no sentido longitudinal.	
Atividades	Possui lagoa, pista de caminhada e quadra de futebol. Há equipamentos ao redor do parque: quadra poliesportiva, playground, academia ao ar livre e campo de futebol. Tem boa frequência em função das atividades de pesca, realizadas principalmente aos finais de semana.		Vegetação	Algumas espécies implantadas de forma isolada.	

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2017.

Figura 92. Parque Ayrton Senna da Silva. Em função da lagoa, é utilizado para atividades de pesca e lazer contemplativo.
Foto: Acervo PMSJC, 2015.

Figura 93. Parque Ayrton Senna da Silva. Situado em espaço principalmente com baixa densidade demográfica, atende apenas aos loteamentos situados em seu entorno.
Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017. Baseada em imagem de satélite, 2014.

Tabela 13. Parque Caminho das Garças

Parque		Implantação	Área	Zona	Região
11. Caminho das Garças		2004	28.000,00 m²	Urbana	Sudeste
Relação com a área urbanizada			Estrutura morfológica e paisagística		
Local	Ao longo da av. João Rodolfo Castelli, próximo aos loteamentos Parque Interlagos, ao Jardim do Lago e ao Centro Técnico Aeroespacial (CTA).		Origem	A partir dos regramentos estabelecidos pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (SÃO JOSÉ, 1990).	
Entorno	Uso misto (residencial, comercial, industrial, serviços) com ocupações principalmente horizontais; destaque para os galpões industriais. A sul e a oeste há predomínio de glebas pouco ocupadas, com remanescentes de vegetação nativa.		Parcelamento	Parcelamento com malha viária sinuosa.	
Renda / IDHM / Densidade	O entorno do parque possui: <ul style="list-style-type: none">• faixa de renda inferior (R\$ 1.616,00 – R\$ 2.596,00);• IDHM alto (0,700 – 0,799);• principalmente média (30-80) e baixa (5-30) densidade demográficas hab./ha.		Imagem do Parcelamento
Infraestrutura	Voltada ao saneamento ambiental, à iluminação pública e ao sistema viário, atende de forma razoável o local.		Forma	Parcialmente orgânica e também ortogonal.	
Atividades	Direcionadas às práticas coletivas. Há quadra de futebol de areia, poliesportiva, playground e academia ao ar livre, entremeados a fragmentos de mata.		Vegetação	Bastante arborizado e próximo a corpos d'água. Conecta-se a amplos fragmentos de mata, possibilitando a valorização da área do ponto de vista ambiental.	

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2017.

Figura 94. Parque Caminho das Garças. Embora haja equipamentos, boas áreas sombreadas e localização próxima às áreas comerciais, é pouco frequentado devido à presença de usuários de drogas e manutenção deficiente.
Foto: Acervo PMSJC, 2010.

Figura 95. Parque Caminho das Garças. O maciço de vegetação presente neste espaço livre é contíguo a outros externos a ele.
Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017. Baseada em imagem de satélite, 2014.

Tabela 14. Parque Ribeirão Vermelho

Parque		Implantação	Área	Zona	Região
12. Ribeirão Vermelho		2016 – início da obra com entrega parcial	250.000,00 m²	Urbana	Oeste
Relação com a área urbanizada			Estrutura morfológica e paisagística		
Local	Apenas a primeira fase do parque foi implantada próxima a espaços com remanescentes florestais.		Origem	A partir dos regramentos estabelecidos pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (SÃO JOSÉ, 2010b). Posteriormente financiado pelo BID no valor de aproximadamente R\$ 12 milhões	
Entorno	Uso predominantemente residencial horizontal, com inúmeros loteamentos de alto padrão, como Reserva do Paratehy, Altos da Serra, entre outros.		Parcelamento	Sobre parcelamento com malha viária sinuosa, devido ao o fato de parte do seu entorno assentar-se sobre suporte físico colinoso.	
Renda / IDHM / Densidade	O entorno do parque possui: <ul style="list-style-type: none"> faixa de renda superior (R\$ 7.055,00 – R\$ 9.809,00); IDHM muito alto (0,800 – 1); baixas (até 5) e (5-30) densidades demográficas hab./ha. 		Imagem do Parcelamento		
Infraestrutura	Por abrigar loteamentos de alto padrão, é provido de excelente infraestrutura voltada ao saneamento ambiental, à iluminação pública e ao sistema viário.		Forma	Orgânica, em função do parcelamento em que se insere.	
Atividades	Programas direcionados a práticas esportivas, contendo três quadras (duas de tênis e uma poliesportiva), pista de skate, espaço para caminhadas e culturais em função da existência do anfiteatro.		Vegetação	Composta por remanescentes florestais; próximo a estes há equipamentos de lazer.	

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2017.

Figura 96. Parque Ribeirão Vermelho. Na lateral esquerda à quadra poliesportiva, observa-se o loteamento Reserva do Paratehy, com ocupações de alto padrão. Na lateral direita, há fragmentos de mata bem conservados.
Foto: Acervo PMSJC, 2016.

Figuras 97. O parque Ribeirão Vermelho possui inúmeros equipamentos para várias faixas etárias. Embora haja boa infraestrutura, é bem frequentado apenas aos finais de semana.
Foto: Acervo PMSJC, 2016.

Figura 98. Parque Ribeirão Vermelho. Situado na região oeste, única que ainda era desprovida de equipamento Classificado como parque até 2017, abriga importante maciço florestal e curso d'água a serem conservados, cumprindo importante função ambiental dentro do Urbanova.
Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017. Baseada em imagem de satélite, 2014.

Analisando a relação dos parques com a área urbanizada, verifica-se que a grande maioria tem seu entorno ocupado por população com rendas domiciliares médias inferiores, intermediárias e superiores, atendendo a todas as faixas.

A proximidade da área urbanizada na grande maioria dos parques contribui para o constante uso dos espaços livres de lazer, mesmo quando não possuem boa qualidade. Percebe-se, por meio da pesquisa⁵⁶ aplicada aos parques, que fazem parte do cotidiano das pessoas – algumas os frequentam todos os dias, estando presentes neles por várias horas.

Nem todos os espaços livres de lazer têm qualidade adequada, o que limita o potencial de uso. O saneamento ambiental deficiente nos parques Senhorinha e Pousado do Vale, associado à falta de infraestrutura, manutenção e segurança, desestimula o uso, ainda que frequentados para a realização de algumas práticas de lazer.

As atividades entre eles são diversificadas, o que acaba por conferir diferentes funções: alguns são mais ativos, dinâmicos, com quadras de esportes, pistas de skate, áreas para caminhadas e corridas, como o Ribeirão Vermelho e o Sérgio Sobral de Oliveira. Outros guardam dupla função, contemplativos e ao mesmo tempo dinâmicos, como o parque da Cidade.

Os que possuem atividades inseridas em ambientes que apresentam maior manutenção, segurança e diversidade de equipamentos são mais bem frequentados, como os parques da Cidade, Ribeirão Vermelho, Boa Vista, Vicenti-

⁵⁶ A pesquisa aplicada nos parques de São José dos Campos está detalhada no capítulo 6. Especificamente, a questão 1 verifica a frequência com que os usuários se utilizam dos parques.

na Aranha e Santos Dumont. Os demais, embora utilizados, não são intensamente usufruídos, ainda que inseridos em áreas com médias e altas densidades demográficas, como no caso do parque Senhorinha.

As características das atividades dos parques⁵⁷ estão relacionadas à sua origem. Os espaços que compõem o sistema de lazer⁵⁸ do município, em sua grande maioria (dos 14, nove), são produtos das Leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Alguns originaram-se de outros instrumentos: o Vicentina Aranha, a partir da transformação do sanatório Vicentina Aranha em parque; o parque da Cidade, por intermédio da declaração de utilidade pública, que converteu parte da antiga área da Tecelagem Parahyba em parque.

As diferentes origens são pressupostos para as atividades que ocorrem nos espaços livres de lazer, que podem ser contemplativas, como no parque da Cidade, por se destacar, entre outros aspectos, em relação aos remanescentes de vegetação nativa, às palmeiras imperiais e aos jardins projetados por Burle Marx.

Outros contêm potencial para desempenharem conexões ambientais, como o Ribeirão Vermelho e o Senhorinha, situados ao longo de APPs. Os que proporcionam novos usos e utilidades para áreas e edifícios relacionados ao patrimônio cultural (parques da Cidade e Vicentina Ara-

⁵⁷ O inciso XLI do art. 3º da LC 428/10 coloca que os parques de lazer são áreas de posse e domínio públicos ou privados, destinados ao lazer da população, comportando equipamentos para a recreação e que possuam área mínima de dois hectares e, no mínimo, 25% de área com cobertura vegetal de porte arbustivo-arbórea nativa ou exótica, e taxa de impermeabilização máxima de 30%.

⁵⁸ O inciso LV do art. 3º da LC 428/10 define que, sistemas de lazer são espaços livres de uso público que desempenham funções recreativas, esportivas e de lazer, nos quais se admite a implantação de equipamentos de lazer, quadras esportivas, pistas de skate, playgrounds, quiosques, praças e mobiliários urbanos.

nha) se vinculam a atividades culturais, mas também a outras práticas sociais.

Os parques Alberto Simões e Ribeirão Vermelho, originários do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, proporcionam práticas dinâmicas e específicas através de oportunidades implementadas para o desfrute de esportes radicais e brincadeiras com fontes de água. Os demais (Sérgio Sobral de Oliveira, Ayrton Senna da Silva, Caminho das Garças, Alambari e Pousada do Vale), também originários do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, estão dentro dos padrões convencionais e contam com quadras de futebol, espaços para caminhada, corrida e playground. Não há, portanto, inovação em seus desenhos, atividades, equipamentos e usos. Mesmo assim, com razoável qualidade, contribuem para a distribuição equilibrada dos espaços livres de lazer na cidade.

O desequilíbrio dos parques de São José dos Campos está relacionado muito mais do que a quantidade e distribuição, à qualidade dos espaços *versus* faixas de renda, embora a análise dentro do recorte das regiões aponte que inúmeros recursos potenciais para fruição pública são perdidos na qualificação do SELI Pub de São José dos Campos.

A análise dos dados expostos mostra que as maiores discrepâncias quanto à qualidade dos espaços livres de lazer ocorrem entre os parques existentes nas regiões sul, sudeste e leste e os parques nas regiões oeste e centro.

Os primeiros, Senhorinha, Ayrton Senna da Silva, Caminho das Garças, Alambari, Pousada do Vale e Sérgio Sobral de Oliveira, estão instalados em áreas com, principalmente:

- faixas inferiores e intermediária de renda;
- médias e altas densidades demográficas;
- IDHM médio, alto e muito alto.

O Ribeirão Vermelho, Vicentina Aranha e Santos Du-

mont, situam-se em áreas com, principalmente:

- faixas superiores de renda;
- altas e baixas (principalmente) densidades demográficas;
- IDHM, muito alto.

A exceção, relacionada aos desequilíbrios, se dá apenas na região norte, onde na área urbanizada há predomínio da faixa de renda inferior. Mesmo assim, existem dois parques bem qualificados: o parque da Cidade e o Alberto Simões.

Quadro 1. Condição socioeconômica e nível de qualificação dos parques

Regiões	Parques	Densidade demográfica	Faixa de renda	Qualidade
Oeste	Ribeirão Vermelho	• baixa	• superior	Ótima
Centro	Santos Dumont	• alta e baixa (principalmente)	• superior	Boa
	Vicentina Aranha	• alta e baixa (principalmente)	• superior	
Norte	Alberto Simões	• alta	• inferior	Muito Boa
	Parque da Cidade	• média	• inferior	
Sul	Senhorinha	• média e alta	• intermediária • inferior	Razoável
	Ayrton Senna	• baixa	• inferior	Ruim
Leste	Alambari	• média e alta	• inferior	
	Pousada do Vale	• baixa	• inferior	
	Sérgio S. de Oliveira	• baixa média e alta	• inferior	
	Sérgio Weiss	• média e alta	• intermediário	Ruim
Sudeste	Caminho das Garças	• média e baixa	• inferior	Ruim

* Os dados apontados referem-se ao entorno imediato dos parques.
Fonte: Michele de Sá Vieira, 2019.

Dessa forma, São José dos Campos segue a regra do padrão da maioria das cidades brasileiras, beneficiando os setores ocupados pelas elites e atendendo com restrições à população com menos recursos financeiros e disponibilidade para a circulação urbana (QUEIROGA, 2012, p. 98).

Figura 99. Mapa evidenciando o SELI Pub de conservação de São José dos Campos, especificamente os parques classificados como UCs e as várzeas. Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Morais, 2016. Baseado em mapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) que contém os Parques Urbanos, 2006.

Os espaços livres de conservação

Entre os espaços livres de interesse público de conservação existentes na estrutura do SELI Pub, os parques Natural Municipal Augusto Ruschi e do Banhado (UCPIs⁵⁹) e as várzeas dos rios Paraíba do Sul e Jaguari, na Zona Urbana, se destacam por serem espaços com ampla biodiversidade, rico sistema florestal e importantes terrenos para os recursos hídricos.

Evidencia-se, também, a relação de proximidade que tanto as várzeas quanto o parque do Banhado, em maior e menor grau, possuem com a área urbanizada, conferindo a esses espaços maiores impactos ambientais e aproveitamento das oportunidades geradas através dos espaços de conservação pela cidade e a população.

A várzea trata-se de espaço provedor de oportunidades para fruição pública e ambiental, pois contém o futuro Parque Natural Municipal do Banhado (PNMB) – importante espaço destinado à conservação dos recursos naturais na região centro – área com médias e altas densidades demográficas.

O PNMB irá compor após sua consolidação e junto com o parque Natural Municipal Augusto Ruschi, importante estratégia de política pública direcionada à conservação dos recursos naturais para o município de São José dos Campos, por serem espaços de extrema relevância ambiental.

59 A Lei n. 9.985/2000 (BRASIL, 2000), que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), define, no art. 7, duas categorias de UCs: Unidades de Proteção Integral (UPI), cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais e Unidades de Uso Sustentável (UUS), tendo como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

Parques - Unidades de Conservação e Várzeas do Paraíba do Sul e Jaguari

Parques – Unidades de Conservação

O intuito deste item, que analisa os parques classifi-
cados como UCs, é similar ao dos parques urbanos. O obje-
tivo é entender: a relação que possuem com a área urbaniza-
da, características morfológicas, ambientais e paisagísticas,
relação com dados socioeconômicos e como o poder públi-
co atua na gestão destes espaços. Soma-se a este objetivo a
contextualização do tema ligado às UCPIs.

60 São José dos Campos (2012).
61 São José dos Campos (2012).
62 São José dos Campos (2012).
63 São José dos Campos (2012).

Tabela 15. Parque Natural Municipal Augusto Ruschi

Parque - UC		Implantação	Área	Zona	Região
1. Natural Municipal Augusto Ruschi		2010	2,5 milhões de m²	Rural	-
Relação com a área urbanizada			Estrutura morfológica e paisagística		
Local	Único parque situado ao norte do município, fora da Zona Urbana, localiza-se próximo aos loteamentos clandestinos denominados Costinha e Chácara Boa Vista, a 17 quilômetros do centro, e está inserido na APA da BHRPS.		Origem	Quatro legislações justificam a origem, criação e regramentos de proteção voltados ao parque: 1) 1979 a Lei Municipal n. 2.163 transforma sua área em reserva florestal; 2) 2004: a LC Municipal n. 280 cria a Zona de Amortecimento da Reserva Florestal Augusto Ruschi (ZA-RFAR); 3) 2008: inicia-se o estudo técnico para criação da UCPI ⁶⁰ ; 4) 2010: a Lei Municipal n. 8.195 (SÃO JOSÉ, 2010a) transforma a reserva ecológica Augusto Ruschi no parque Natural Municipal Augusto Ruschi, quando o parque passa a integrar o SNUC, submetendo-se a critérios, normas de implantação e gestão específicas ⁶¹ .	
Entorno	Ocupações irregulares, mares de morros e fragmentos de matas.		Parcelamento	Área com parcelamento clandestino; portanto, não segue regramentos relacionados à malha viária ou qualquer outro padrão de ocupação.	
Renda / IDHM / Densidade	Por localizar-se fora do perímetro urbano e estar inserido em espaço próximo a aglomerados urbanos irregulares, não há dados levantados pelo Censo 2010 quanto à renda. Apesar disso, sabe-se que o entorno do é constituído por: <ul style="list-style-type: none">• população com faixa inferior de renda;• IDHM médio (0,600 – 0,699);• Baixa (até 5) densidade demográficas hab./ha.		Imagem do Parcelamento
Infraestrutura	Extremamente precária: o sistema viário de acesso possui pavimentação parcial, a iluminação praticamente inexistente e não há saneamento ambiental no local.		Forma	Orgânica e topografia inclinada em razão de assentar-se sobre suporte físico constituído por mares de morros.	
Atividades	Direcionadas à educação ambiental e atividades científicas ⁶² .		Vegetação	Sua mancha contínua de vegetação faz parte de um maciço florestal maior. Distribuída de forma escalonada, em função da topografia, e situada em importante remanescente de mata atlântica ⁶³ .	
Observações	Apesar de conter grande potencial ambiental e paisagístico, é pouco utilizado em função dos baixos investimentos empregados pelo poder público.		Observações	Em 2015, foi desenvolvido o Plano de Manejo apresentando a forma como a UC deve ser gerida e estabelecendo os locais onde determinadas atividades e usos serão permitidos (Ipplan, 2014, p. 8).	

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2017.

Figura 100. Parque Augusto Ruschi. Situado na Sub-Bacia Hidrográfica do rio Buquira tem nascentes no alto da serra da Mantiqueira e drena área de aproximadamente 400 km². O espaço possui grande potencial como floresta extrativista a ser explorada de forma regular, porém, a ausência de políticas públicas destinadas à sua gestão propicia constante degradação através da caça ilegal de animais, retirada de árvores nativas, extração de palmito, criação de trilhas secundárias e queimadas.
Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2016. Baseada em foto do acervo PMSJC, 2014.

Figura 101. A ampla Zona de Amortecimento estabelecida no entorno do parque Natural Augusto Ruschi contém diretrizes específicas para a conservação do espaço.
Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2016. Baseado em imagem do Google Earth, 2017.

Figura 102. Fazenda Boa Vista, onde teve origem o parque Augusto Ruschi. Incorporada ao patrimônio público do município em 1902 com o objetivo de utilizar os mananciais como reservatório para captação e distribuição de água para a cidade. Foto: Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural Cas-siano Ricardo, 1930.

Figura 103. Parque Natural Augus-to Ruschi. Possui políticas públicas ambientais relacionadas à educação ambiental, através da execução de trilhas pelos visitantes, objetivando sensibilizar a população em relação à importância dos recursos naturais. Foto: Acervo PMSJC, 2014.

Tabela 16. Parque Natural Municipal do Banhado

Parque – UC		Implantação	Área	Zona	Regiões
2. Parque Natural Municipal do Banhado		2012 - criação da Lei	1.555.755,77 m²	Urbana	Centro/Norte
Relação com a área urbanizada			Estrutura morfológica e paisagística		
Local	Situa-se dentro do Ambiente-Banhado, com seis milhões de m².		Origem	Criado por meio dos dispositivos legais previstos na legislação urbanística e ambiental (Lei Municipal nº 8.756/2012).	
Entorno	A leste do futuro parque do Banhado fica a área urbanizada, densamente ocupada, com uso misto, comercial, institucional e residencial com ocupações horizontais e verticais. A oeste tem-se a continuidade da extensa planície, caracterizada como várzea e o rio Paraíba do Sul.		Parcelamento	O parcelamento confrontante ao parque possui principalmente malha viária em xadrez.	
Renda / IDHM / Densidade	O entorno do parque possui: <ul style="list-style-type: none">• três faixas de renda, duas inferiores R\$ 0,00 – R\$ 1.616,00 e R\$ 1.616,00 – R\$ 2.596,00 e uma intermediária R\$ 2.596,00 – R\$ 4.353,00;• IDHM composto três níveis de classificação: médio (0,600 – 0,699), alto (0,700 – 0,799) e muito alto (0,800 – 1);• Médias (30 - 80) e (80 -110) densidades demográficas hab./ha.		Imagem do Parcelamento
Infraestrutura	A região é provida por boa infraestrutura voltada ao saneamento ambiental e à iluminação pública, embora existam deficiências em determinados pontos. Destaca-se o sistema viário da 'orla', que abriga pontos de ônibus, objetivando atender ao transporte coletivo existente nas avenidas São José e Madre Tereza. Para o futuro, estão previstas estações do <i>Bus Rapid Transit (BRT)</i> . Os conflitos, entretanto, se evidenciam na área do futuro parque, onde há problemas relacionados ao saneamento ambiental em função dos assentamentos precários.		Forma	O futuro parque possui forma orgânica a leste, contrapondo-se à sua delimitação a oeste, que se apresenta de forma ortogonal.	
Atividades	Por não estar implantado, não possui atividade. Entretanto, cotidianamente a população se utiliza da 'Orla do Banhado', que corresponde à parte do perímetro do Ambiente-Banhado, como ambiente de estar para apreciação da paisagem e espaço para circulação de pedestres, ciclistas e corredores.		Vegetação	Os fragmentos de mata, constantes no Ambiente-Banhado, situam-se, principalmente, na área do futuro parque, classificados em três estágios de sucessão: inicial, médio e avançado.	
Observações	Parte da 'Orla do Banhado' foi requalificada em 2016. A intervenção recebeu críticas por parte da sociedade, principalmente pelo fato de terem implantado ao longo do espaço quiosques de alimentação e segurança que obstruem a visualização da várzea do rio Paraíba do Sul.		Observações	Duas outras legislações têm a função de garantir a proteção do parque, impondo restrições de uso e ocupação do solo: Lei Municipal n. 2.792/84, que classifica o Banhado como APA, e a Lei Estadual n. 11.262/02, que estabelece a Área Estadual de Proteção Ambiental do Banhado e do Jaguari.	

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2017.

Figura 104. Ambiente-Banhado. Constitui-se em anfiteatro que, após declive abrupto, estende-se até o rio Paraíba do Sul, mantendo as feições de extensa planície, caracterizando-se como várzea do rio Paraíba do Sul. A faixa da encosta possui aproximadamente 30% de declividade; o patamar onde está a área urbanizada se localiza a mais de 50 metros de altura do patamar, onde fica a várzea. A área do parque reserva-se à área da planície.
Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017. Baseada em imagem de satélite, PMSJC, 2014, no mapa de Macrodrenagem Urbana da PMSJC, 2006, e na figura oito do Atlas Ambiental de São José dos Campos (MORELLI, 2000).

Figura 105. Parque Natural Municipal do Banhado. Apesar de o espaço estar regulamentado como parque, na prática, não se efetivou.
Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017. Baseada em imagem de satélite, PMSJC, 2014, no mapa de Parques Urbanos da PMSJC, 2006, e na figura oito do Atlas Ambiental de São José dos Campos (MORELLI, 2000).

Figura 106. A comunidade Jardim Nova Esperança está situada em parte da área na qual se pretende consolidar o futuro parque do Banhado. Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2017. Baseada em imagem de satélite, PMSJC, 2014, o mapa de Parques Urbanos da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2006.

No grupo das informações evidenciadas nas tabelas relativas aos parques (UCs) verifica-se que, enquanto o parque do Banhado tem em seu entorno loteamentos com população de rendas intermediária e inferior, o parque Augusto Ruschi possui, em seus arredores imediatos, mares de morros com extensos fragmentos de mata. Não existem loteamentos em suas divisas, mas sim a dois quilômetros de distância, representados pelos núcleos Costinha e Chácara Boa Vista.

Embora, não haja precisão de dados sobre a renda da comunidade do Jardim Nova Esperança e dos núcleos Costinha e Boa Vista, sabe-se que estas ocupações são providas de condições socioeconômicas de extrema pobreza, associadas à falta de infraestrutura.

Figura 107. O Ambiente-Banhado exerce função ambiental que beneficia direta e indiretamente a cidade, seja como condicionante climático, refúgio da vida silvestre, reserva da biodiversidade. Também possui funções socioculturais ligadas diretamente à apreciação da paisagem. Foto: Acervo PMSJC, 2014.

Tais situações impactam de modo negativo ambas UCs. A área do parque do Banhado é impactada com lançamento de esgotos *in natura*, prática de queimadas em área de agricultura e pasto, retirada de fragmentos florestais e impermeabilização do solo, enquanto o Augusto Ruschi, para fins de subsistência econômica da população, sofre com a extração ilegal de madeira e compra de palmito, caça predatória e contaminação dos recursos hídricos por efluentes sem tratamento adequado.

O fato de o Parque do Banhado não ter sido realmente implantado, e o parque Augusto Ruschi conter inúmeras ameaças e estresses, compromete a qualidade desses ambientes, impedindo e limitando o potencial de uso mesmo que as pessoas exerçam práticas contemplativas a partir da apreciação do Ambiente-Banhado e das atividades direcionadas à educação ambiental no Augusto Ruschi.

A classificação desses parques como UCs, com o objetivo de proteger amostras ecossistêmicas, promover sequestro de carbono, proteger recursos hídricos, abastecer o lençol freático, atuar na ciclagem de nutrientes, criar oportunidades de lazer e educação ambiental, realizar pesquisas científicas e turismo ecológico é um avanço legal, criado por meio de dispositivos legais previstos nas legislações urbanística e ambiental a partir de estoques expressivos de espaços livres ambientalmente frágeis. Entretanto, a administração adequada das UCs, em função dos problemas de gestão, como a falta de recursos para manutenção, não priorização de políticas públicas ambientais pelos governos, somados às discontinuidades administrativas, tem se mostrado inviável no caso brasileiro (COELHO, 2015).

São José dos Campos está entre os municípios no país que não conseguem fazer a gestão apropriada das Uni-

dades de Conservação. As legislações são criadas, os técnicos, concursados ou comissionados, aplicam seu conhecimento na elaboração dos trabalhos, os planos de manejo para a gestão das UCs são desenvolvidos, na maioria das vezes por consultorias especializadas, a população dentro dos processos participativos, participa da construção destes planos, assim como as instituições acadêmicas, associações de bairro, entre outras, mas de fato pouco é concretizado.

Figura 108. O plano de manejo do parque Natural Municipal Augusto Ruschi apontou inúmeras potencialidades existentes, entre elas, a hídrica. Entretanto, também mostrou ameaças, como a presença de áreas sujeitas à pesquisa mineral, com potencial para abertura de cavas para extração.
Foto: Acervo PMSJC, 2014.

Figura 109. O loteamento Residencial Jardim Esplanada do Sol situa-se junto aos meandros do rio Paraíba do Sul. Em áreas externas aos loteamentos, há extensas áreas com solo exposto e ocupações entremeadas à vegetação de mata ciliar. Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2016. Baseada em foto do acervo Quapá, 2016.

Várzeas dos rios Paraíba do Sul e Jaguari

A várzea do rio Paraíba do Sul, que se estende de leste a oeste e está presente em quatro regiões de São José dos Campos (leste, norte, centro e oeste), possui conformidade e desconformidade de usos tanto na área da várzea como em seu perímetro. Evidencia-se que, do ponto de vista legal, há diversos usos na área da várzea em conformidade com a legislação, como os loteamentos Serimbura, comentado no capítulo 1, e Jardim Esplanada do Sol, ambos edificadas sobre a várzea. Apesar de legalizados, promovem impactos ambientais sobre o suporte físico.

Além disso, a ausência de ações por parte do poder público, visando à adequação ao ambiente e/ou à retirada do assentamento Jardim Nova Esperança, contribui para a perpetuação de impactos ambientais, como o lançamento de esgoto *in natura*. Soma-se a esses aspectos, a falta de ações efetivas para a implantação do parque do Banhado.

Além disso, a ausência de ações por parte do poder público visando à implantação do parque do Banhado, onde se prevê a retirada de assentamentos informais, contribui para a perpetuação de impactos ambientais, como o lançamento de esgoto *in natura* proveniente do assentamento Jardim Nova Esperança. Dessa forma, perde-se a possibilidade de promover a ampliação de melhorias no ambiente e no cotidiano da população, já que a efetiva implantação do parque criaria oportunidades ampliadas de lazer e conservação, qualificando o SELI Pub da cidade sob o viés ambiental, paisagístico e social.

Em relação ao uso do perímetro da várzea do rio Paraíba do Sul e sua interface com a paisagem, a região centro é a que possui mais possibilidades para o desfrute da paisagem, pois contém a área urbanizada diante do Ambiente-Banhado e relativamente afastada do seu perímetro em determinados trechos, como o da avenida São José. Isto possibilita aos que vivem, passam e visitam o lugar, a visualização de cenários como o pôr-do-sol, fato intrínseco aos hábitos culturais da cidade.

Outras regiões também aproveitam tal oportunidade, como a oeste, em parte da avenida Prof. Alfredo Fernandes de Almeida, onde existem apenas intervenções urbanísticas providas de pistas para caminhada, corrida e ciclovia no perímetro da várzea.

Figura 110. Av. Prof. Alfredo Fernandes de Almeida. Em determinado trecho, não contém ocupações, apenas intervenções urbanísticas que não impedem a visualização da várzea. Este padrão de urbanização, que possibilita a visualização da paisagem da várzea, se repete no município, em outros momentos.

Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2016. Baseada em foto do acervo Quapá, 2016.

Na mesma região, entretanto, há situações contrárias, que não permitem a integração da área urbanizada com a várzea, como a que ocorre no Jardim das Indústrias, onde se tem habitações unifamiliares instaladas no perímetro da várzea, impedindo a visualização do ambiente.

Figura 111. Loteamento Jardim das Indústrias. Implantado de forma a permitir a instalação de residências no perímetro da várzea, impossibilita a visualização da paisagem pela maioria da população. Não há equipamentos instalados, como decks, que permitiriam a apreciação da várzea. Apenas os moradores dos edifícios e os que vivem em casas confrontantes ao espaço se beneficiam. Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2016. Baseada em foto do acervo Quapá, 2016.

Constata-se, portanto que não há padrão definido para o uso do perímetro da várzea do rio Paraíba do Sul, por alternar-se em diversos trechos. Ora não é possível visualizá-la, ora sim. Em determinados espaços, está totalmente ocupado, atendendo aos interesses do mercado; em outros, apenas com intervenções urbanísticas que permitem a visualização. Ou seja, de fato a política pública não estabeleceu critérios e diretrizes que garantissem a visualização da várzea a partir de seu perímetro.

A várzea do rio Jaguari, em sua totalidade na região norte, situa-se entre dois conjuntos de mares de morros entre as Zonas Rural e Urbana. Mesmo com a proximidade

Figura 112. Loteamentos Residencial Jaguar, Colinas do Paratehy e Reserva do Paratehy, posicionados de forma usufruir a paisagem da várzea do rio Jaguari e a dos mares de morros.
Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2016. Baseada em foto do acervo Quapá, 2016.

da área urbanizada, não existem tantos conflitos como na várzea do rio Paraíba do Sul.

Na fronteira com a Zona Rural, não há qualquer tipo de ocupação, regular ou irregular. Na Zona Urbana, estão instalados loteamentos regulares de alto padrão, como o Colinas do Paratehy, a Reserva do Paratehy e o Residencial Jaguar.

Entre os aspectos que contribuem para que os impactos ambientais não sejam tão expressivos, está a baixa densidade demográfica no entorno da várzea e a falta de ocupações irregulares sobre ela.

Entretanto, assim como em outros lugares do país, em São José dos Campos os espaços com ampla beleza acabam atraindo loteamentos de alto padrão, modificando a topografia através de cortes e aterros de caráter duvidoso.

Neste caso, os loteamentos foram posicionados sobre os mares de morros, permitindo a visualização da várzea. O impacto não foi diretamente sobre a várzea, mas o fato de proporcionar visualização aprazível incentivou e incentiva a ocupação desses morros, e, consequentemente, a degradação. O fato de serem murados enfraquece a interação pública nos espaços livres, como a própria percepção e apropriação da várzea pelas pessoas que ali vivem.

Observa-se que o fato de ambas as várzeas terem sido instituídas “[...] APAs – áreas de proteção ambiental – como forma de garantir padrões de ocupação e uso naquelas situações que parecem de maior fragilidade e as de maior vulnerabilidade [...]” não garantiu usos em conformidade com o ambiente (SANTOS, 2002, p. 50).

Assim como os parques classificados como UCs, as várzeas possuem regramentos jurídicos que incidem sobre os espaços – não cumpridos em função das deficiências constituídas e conhecidas pelo poder público e, também, pelas pressões exercidas pelo mercado privado.

A cidade, portanto, provida de bons recursos orçamentários e ambientais, se estabeleceu de diversas formas, compondo-se por loteamentos com diversas faixas de renda, regulares e irregulares, e núcleos clandestinos irregulares, que concentram espaços de exclusão e segregação da pobreza, forçando convivências de compatibilidade e incompatibilidade, usufruindo constante e incansavelmente do seu rio e da sua várzea principal (SANTOS, 2002).

As compatibilidades existem e são diversas, como

Figura 113. A várzea do rio Paraíba do Sul possui regramentos jurídicos, neste momento (2019), os quais não são cumpridos, em maiores proporções, quando comparada com a várzea do rio Jaguari. Entretanto, não se pode afirmar que, futuramente, em decorrência das pressões exercidas pelas possíveis ocupações urbanas, os regramentos jurídicos voltados à várzea do Jaguari continuarão sendo cumpridos.

Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2019. Baseada em foto do acervo Quapá, 2016.

constatadas neste e em capítulos anteriores, quando se compreende que São José dos Campos possui um bom SELI Pub, vinculado aos espaços livres de lazer e conservação. Os resultados que beneficiam a cidade e sua população são efeitos dos bons trabalhos técnicos, legislações produzidas pelo poder público, decisões políticas e atuações do setor privado.

Por meio da relação dialética entre os setores público e privado, se espera, a princípio, que o poder público defenda os interesses da sociedade e do ambiente. Porém, nem sempre isso ocorre, resultando em desconformidades, desequilíbrios e incongruências

A avaliação do papel do Estado na produção do SELI Pub

4

CAPÍTULO

Este capítulo apresenta a periodização da constituição do SELI Pub de São José dos Campos, à luz dos períodos (sanatorial, industrial e terceirização da economia) da evolução da mancha urbana, das legislações urbanísticas e ambientais, evidenciando os principais momentos de destaque na constituição do sistema.

O foco, na avaliação das legislações, vincula-se às que contemplam aspectos direcionados à paisagem e ao ambiente, considerando as todas as esferas, em especial a municipal.

As inúmeras práticas cotidianas do poder público e os responsáveis pela produção do SELI Pub são analisados. Neste contexto, os agentes externos – associações, instituições acadêmicas, conselhos, empreendedores imobiliários, classes dominantes, capital industrial – também são considerados, pois possuem a capacidade de influenciar nas decisões da administração pública.

A Periodização

São José dos Campos, cidade⁶⁴ de porte médio que teve seu início no ciclo do algodão, passando pelo ciclo do café, fase sanatorial e período industrial⁶⁵ (CHUSTER, 2000), é industrial entre 1910 e 2011.

A partir de 2011, passa a destacar-se o período da terceirização econômica, uma vez que nesse ano o PIB dos serviços – R\$ 10.938.465 – superou o PIB industrial – R\$ 8.615.541, perpetuando-se durante os anos seguintes, como em 2016: PIB dos Serviços – R\$16.557.438 e PIB industrial – R\$13.165.283 (INSTITUTO..., 2016, Tabela 5938).

O orçamento previsto para 2016 foi de R\$ 2,44 bilhões para a administração direta e de R\$ 318,4 milhões para a administração indireta e autarquia, apresentando total de R\$ 2,76 bilhões. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) foi orçado em 2016 no valor de R\$ 857 milhões, e o índice de participação no ICMS paulista (2014) perfaz 2,5% do valor total (SECRETARIA DA FAZENDA DA PMSJ, 2016 *apud* SÃO JOSÉ..., 2016).

64 Os dados indicados neste item, relacionados ao número de habitantes da cidade de São José dos Campos, possuem as seguintes fontes: 1872 – Censo Geral do Império do mesmo ano base; 1910 – Diretoria Geral de Estatística, que identificou a População do Brasil por Estados e municípios entre 1907-1912; 1920 – Fundação Seade do mesmo ano base – Censo; 1930 – não foram realizadas operações censitárias; 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 – Censos Demográficos realizados pelo IBGE dos mesmos anos base; 2016 – IBGE do mesmo ano base – Censo.

65 De acordo com Santos (1993), até 1980, três são os períodos industriais de São José dos Campos: Primeiro Período Industrial (1910-1930), Segundo Período Industrial (1930-1960) e Terceiro Período Industrial (1960- 1980). O Quarto Período Industrial (1980-2011) e o Período da Terceirização Econômica (2011-2017) são definições adotadas nesta tese.

A importância do setor econômico direcionado aos serviços se confirma quando analisadas as taxas de emprego formal para 2015. Enquanto a indústria apresenta 22%, os serviços possuem 50,7% (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2015 *apud* SÃO JOSÉ..., 2016).

Com o objetivo de compreender o desenvolvimento do SELI Pub de São José dos Campos em relação aos períodos, à evolução da mancha urbana, às legislações que incidem sobre os espaços livres de lazer e conservação e à forma como estes se relacionam, seguem três linhas do tempo sistematizando esses temas.

A avaliação do desenvolvimento do SELI Pub no contexto das três linhas do tempo ressalta preliminarmente que:

1. nos períodos, o sistema se inicia na fase sanatorial, mas se sobressai principalmente na industrialização e na terceirização da economia;
2. nas evoluções da mancha urbana, o sistema se evidencia entre 1980 e 2017;
3. as legislações relacionadas às LC n. 306/2006 (SÃO JOSÉ..., 2006) e n. 428/2010 (SÃO JOSÉ..., 2010b) se destacam na constituição do SELI Pub.

O SELI Pub de São José dos Campos, ao longo de sua periodização, se desenvolveu em relação à quantidade de espaços construídos e à qualidade, ainda que alguns espaços livres de lazer e conservação não contenham bons níveis de qualificação.

Sem dúvida, os dados econômicos favoráveis do município, resultantes do período industrial e da terceirização da economia, contribuíram e contribuem para o seu orçamento privilegiado, favorecendo, conseqüentemente, a implantação dos espaços livres.

Figura 114. O Sanatório Vicentina Aranha, importante edificação estabelecida na Fase Sanatorial, consolida-se, posteriormente, como parque Vicentina Aranha, com inúmeras atividades relacionadas a lazer e práticas sociais.
Fonte: João Ferraz Amaral, 1930.

Figura 115. Linha do Tempo 1.
 Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017.

Figura 116. Linha do Tempo 2.
Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017.

Figura 117. Linha do Tempo 3.
Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017.

Os períodos

São quatro os momentos em que os espaços livres que compõem o SELI Pub de lazer e conservação se constituem em São José dos Campos:

I. Fase Sanatorial (1920-1950):

Em 1920, o município possuía aproximadamente 30.681 mil habitantes (Fundação Seade, 1920). Nesta etapa foi inaugurado o sanatório Vicentina Aranha (1924), transformado posteriormente no parque Vicentina Aranha (2007). Tem-se aqui a primeira iniciativa para o começo da implementação dos espaços de lazer em São José dos Campos.

II. Terceiro Período Industrial (1960-1980):

De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 1960), em 1960, o município possuía aproximadamente 77.533 mil habitantes. Neste momento, foi inaugurado o primeiro parque – o Santos Dumont (1971), quando a cidade já apresentava importantes instituições e centros de estudo direcionados aos avanços tecnológicos, significativo desenvolvimento industrial – devido à existência de fábricas de grande porte – e redes viárias bem estruturadas.

III. Terceiro Período Industrial (1960-1980) e Quarto Período Industrial (1980–2011):

Na transição destes períodos (1980), o município possuía aproximadamente 287.513 mil habitantes (IBGE,

1980). Neste momento, quando o parque industrial de São José dos Campos se expandiu, através da consolidação da Embraer e da infraestrutura viária, começaram a ser instituídas legislações – entre 1979 e 1986 – para proteger áreas que, no futuro, se consolidariam como parques (Augusto Ruschi e Banhado).

IV. Quarto Período Industrial (1980-2011) e Período da Terceirização da Economia (2011-2017):

Na transição destes períodos (2011), o município possuía aproximadamente 629.921 mil habitantes (IBGE, 2010). Nesta etapa, a cidade avançou no desenvolvimento da indústria e da tecnologia por meio da implantação da refinaria Henrique Laje (Revap), do Parque Tecnológico e da infraestrutura viária. Este é o principal momento da implantação dos parques, entre 1996 a 2017.

O desenvolvimento da indústria e dos serviços – consequentemente da economia⁶⁶ – no Quarto Período Industrial e no Período da Terceirização da Economia teve papel importante na constituição dos parques, considerando que tais fatores impactam diretamente no orçamento municipal e no investimento de políticas públicas relacionadas aos espaços livres.

A implantação dos parques nestes dois momentos, com suas distinções em relação à origem, quantidade, metragem quadrada e nível de qualificação, contribuiu para a qualificação do sistema (tabela 16).

66 Nesta etapa, foram registrados diversos momentos de elevação do PIB: em 2000 – R\$13.771,89; 2004 – R\$ 17.338,39; 2009 – R\$22.018,04 (SÃO JOSÉ..., 2012a); 2013 – 27.401,02 (SÃO JOSÉ..., 2016); 2015 – R\$ 36.398.100,00 (IBGE, 2015, Tabela 5938).

Tabela 17. Características dos parques nos períodos

Nº	Ano	Parque	Origem	Área	Região	Período	Áreas por período
1	1971	Santos Dumont	1ª Lei de Zoneamento	46.500 mil m²	Centro	Terceiro Período Industrial	46.500 mil m²
1	1996	Parque da Cidade	Desapropriação com alteração de uso	960 mil m²	Norte	Quarto Período Industrial	2,6 milhões m²
2	2004	Caminho das Garças	3ª Lei de Zoneamento	28 mil m²	Sudeste	Quarto Período Industrial	
3	2004	Sérgio Sobral de Oliveira	3ª Lei de Zoneamento	50 mil m²	Leste	Quarto Período Industrial	
4	2007	Senhorinha (fase 1)	3ª Lei de Zoneamento	300 mil m²	Sul	Quarto Período Industrial	
5	2007	Vicentina Aranha	Alteração de uso	84.500 mil m²	Centro	Quarto Período Industrial	
6	2008	Ayrton Senna da Silva	3ª Lei de Zoneamento	70 mil m²	Sul	Quarto Período Industrial	
7	2008	Alambari	3ª Lei de Zoneamento	120 mil m²	Leste	Quarto Período Industrial	
8	2010	Augusto Ruschi	Leis ambientais	2,5 milhões m²	Zona Rural	Quarto Período Industrial	2,5 milhões m²
1	2012	Parque do Banhado	Leis ambientais	1,5 milhões m²	Centro	Terceirização da Economia	1,5 milhões m² (não consolidado)
2	2015	Pousada do Vale	4ª Lei de Zoneamento	175 mil m²	Leste	Terceirização da Economia	1,2 milhões m²
3	2016	Alberto Simões	Desapropriação com alteração de uso	125 mil m²	Norte	Terceirização da Economia	
4	2016	Ribeirão Vermelho	4ª Lei de Zoneamento	250 mil m²	Oeste	Terceirização da Economia	
5	2017	Maestro Sérgio Weiss	4ª Lei de Zoneamento	60.500 mil m²	Leste	Terceirização da Economia	

Fonte: Michele de Sá Vieira, 2019.

O Quarto Período Industrial (1980-2011) representa à etapa em que ocorreu o maior número de implantação de parques (oito unidades), o que corresponde a 2,6 milhões m² e 2,5 milhões m² implantados, destinados, respectivamente, aos parques urbanos e ao parque Augusto Ruschi. Com origem principalmente na Lei n. 3.721/90 (3ª Lei de Zoneamento), os espaços livres possuem níveis de qualidade distintos, variando entre razoável e bom.

No período caracterizado pela terceirização da economia (2011-2017), quatro espaços livres de lazer foram implantados, o que corresponde a 1,2 milhões m² destinados aos parques urbanos. Com origem principalmente na Lei n. 428/10 (4ª Lei de Zoneamento), os níveis de qualidade são contrastantes, diversificados entre razoável e ótimo.

Embora a maior parte dos parques tenha origem nas leis de zoneamento, a desapropriação com transformação de uso contribuiu de maneira significativa para a qualidade do sistema, considerando que os espaços desapropriados foram os que resultaram em parques com boa e ótima qualificação.

Admite-se, portanto, que as políticas públicas implantadas sob o viés da destinação de novos usos foram eficientes. Por outro lado, embora tenha havido iniciativas relacionadas à criação de espaços livres à luz das leis ambientais, não se concretizaram de forma a trazer contribuições significativas para o município.

Tal fato se repercute pelo país, ou seja, as práticas direcionadas ao ambiente estão postas em inúmeras cidades, municípios e estados, entretanto, a escala em que as ações realmente se consolidam, é questionável, apesar dos potenciais hídrico, florestal e paisagístico existentes. As realizações ocorrem de maneira a conservar parte das oportunidades que possuem, preterindo, em muitos momentos, espaços de extrema relevância – em geral, pela priorização de políticas públicas externas ao meio ambiente.

A evolução da mancha urbana

A cidade de São José dos Campos apresenta as primeiras configurações de mancha urbana até o final das décadas de 1910 e 1930, próximas ao rio Paraíba do Sul, no perímetro do Ambiente-Banhado.

Sua primeira evolução aparece no final da década de 1960, predominantemente no eixo norte-sul e de forma preliminar no eixo leste-oeste. É quando ocorre a implantação do CTA e do ITA, empresas de grande porte e infraestrutura viária (via Dutra e rodovia dos Tamoios).

A segunda evolução se intensifica, principalmente, no eixo leste-oeste, no final da década de 1980. Nessa etapa, acontece a instalação da Embraer e a inauguração do primeiro parque de São José dos Campos, o Santos Dumont, em 1971.

Na terceira fase de evolução da mancha urbana, no final de 2017, o eixo-leste oeste se expande novamente, junto com o eixo norte-sul. Destaca-se, sobretudo, a ocupação a oeste acima do rio Paraíba do Sul.

No período de 1980 a 2017, em função da expansão industrial e dos serviços que estimularam o crescimento da população – variando entre 287.513 mil habitantes (INSTITUTO..., 1980) e 703.219 mil habitantes (INSTITUTO..., 2017) – e, conseqüentemente, da mancha urbana, o poder público criou leis objetivando planejar o município, como as que instituíram os parques Augusto Ruschi e do Banhado, as APAs, por meio do 4º Plano Diretor (2006), e as ZDCAs, previstas no mesmo Plano e na 4ª Lei de Zoneamento (Lei n. 428/10).

No Quarto Período Industrial e no período que

se caracteriza pela Terceirização da Economia, a evolução agrega o maior conjunto de parques consolidados na mancha urbana de São José dos Campos: Cidade, Caminho das Garças, Ecológico Sérgio Sobral, Vicentina Aranha, Ayrton Senna da Silva, Alambari, Pousada do Vale, Alberto Simões, Ribeirão Vermelho e Maestro Sérgio Weiss.

Os futuros parques, previstos no Plano Diretor (2006), seguem apontados na mancha urbana consolidada, mas não há previsão de implantação de parques novos em futuras áreas de expansão urbana para São José dos Campos.

Evolução da Mancha Urbana

As legislações urbanísticas: plano diretor e leis de zoneamento

O estudo da legislação urbanística, seu papel na regulamentação e ocupação do município, e consequentemente, na constituição do SELI Pub, é realizado nesta tese por meio da interpretação das legislações que incidem sobre o município.

São José dos Campos, até 2017, elaborou cinco planos diretores e quatro leis de zoneamento (figura 117). Este item se deterá no PDDI de 2006, instituído pela Lei Complementar n. 306/2006 (SÃO JOSÉ..., 2006) – por ser o plano diretor que vigorou até 29 de novembro de 2018 – e no Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, instituído pela LC n. 428/2010, em vigor em 2019 (SÃO JOSÉ..., 2010b).

Considerando os espaços livres de lazer e conservação apontados no capítulo 3, a abordagem da legislação contempla a análise dos artigos das leis que possuem relação com esses espaços livres, sobretudo, os de maior destaque no município, como os parques urbanos e as várzeas.

Os parques urbanos, especificamente os lineares⁶⁷ situados ao longo dos corpos d’água, relacionam-se com o inciso II, do art. 66 do Plano Diretor (2006). Nele são destacadas as ZDCAs previstas na política de macro-

⁶⁷ De acordo com o inciso XLII, do art. 3, da LC 428/10, parques lineares “[...] são áreas de posse e domínio públicos ou privados, ao longo de corpos d’água, em toda a extensão dos mesmos, que visam garantir a qualidade ambiental dos fundos de vale, podendo conter outras unidades de conservação dentro de sua área de abrangência, admitindo atividades e equipamentos de lazer e educação ambiental, com taxa de impermeabilização máxima de 20% (vinte por cento)”.

Figura 118. Os mapas evidenciam a evolução da mancha urbana em diversos momentos: a partir de 1910 até 2017.

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2017. Baseados em mapas elaborados por Santos, (1993, p. 78-79, 123, 149 e 161) e mapas desenvolvidos pelo arquiteto da Secretaria de Planejamento Urbano da PMSJC, Gilberto Cunha, 2016

drenagem urbana⁶⁸. Estas zonas definidas no Plano Diretor constituem-se de áreas lindeiras aos cursos d’ água sujeitas à inundação e possuem como objetivo estabelecer parâmetros necessários à manutenção da permeabilidade do solo, à proteção dos fundos de vale dos córregos urbanos, além de garantir melhor controle do escoamento das águas pluviais (SÃO JOSÉ..., 2006, inciso II, art. 66).

Nas ZDCAs, é permitido a construção de espaços livres de lazer, uma vez que está entre as diretrizes da Lei Complementar n. 306/2006 implantar sistemas de lazer e recreação públicos, como os parques lineares, em especial ao longo dos cursos d’água e das APAs, com o objetivo de proporcionar maior conforto ambiental urbano (SÃO JOSÉ..., 2006, inciso I, art. 67).

Evidencia-se que a esfera federal, no *Novo Código Florestal*, prevê as APPs⁶⁹ com suas respectivas delimitações para estabelecer a preservação das áreas que estão no entorno dos corpos d’ água (BRASIL, 2012, inciso I, art. 4). As ZDCAs cumprem funções semelhantes às das APPs ao contribuir para a proteção dos recursos naturais.

68 De acordo com o art. 64, da Lei 306/2006 “[...] a política de Macrodrenagem Urbana consiste em criar mecanismos de gestão de infraestrutura urbana relacionados com o escoamento das águas pluviais e dos rios em áreas urbanas da cidade, tendo como meta planejar a distribuição da água pluvial no tempo e no espaço, com base na tendência de ocupação urbana, compatibilizando o desenvolvimento e a infraestrutura para evitar prejuízos econômicos e ambientais e tendo como mecanismos para atingir essa meta o controle ambiental, o esgotamento sanitário, disposição de material sólido e tráfego, a não ampliação do escoamento natural nos eventos de chuvas, o controle da drenagem urbana para não transferência de impactos, a minimização do impacto ambiental no escoamento pluvial, o gerenciamento preventivo das consequências econômicas e sociais futuras e a utilização de medidas estruturais e não estruturais para o controle das cheias”.

69 De acordo com o inciso II, do art. 3 da Lei nº 12.651/2012 (*Novo Código Florestal*), a APP refere-se à “[...] área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2012).

Soma-se a este aspecto o fato de o Plano Diretor (2006) contemplar o município de forma mais direcionada nos objetivos relacionados ao ambiente urbano da cidade, à fruição dos recursos potenciais e às necessidades apontadas no Plano de Macrodrenagem de São José dos Campos, uma vez que reflete, de fato, a abrangência das áreas a serem protegidas para o município.

O Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo também contempla as ZDCAs no âmbito da aprovação e/ou implantação de empreendimentos e/ou atividades, referenciando-se às APPs e ressaltando que a legislação federal é contemplada.

De acordo com a LC n. 428/2010:

I - s áreas de lotes e/ou glebas situadas integralmente e/ou parcialmente em ZDCA, cujos terrenos estejam localizados abaixo da cota de inundação, poderão compor áreas verdes para atender à necessidade paisagística do empreendimento, como a implantação de parques, desde que não venha a proporcionar a impermeabilização do solo, nem caracterizar a sua ocupação permanente; devem ainda ser respeitadas as restrições ambientais da legislação vigente, em especial no que se refere às áreas de Preservação Permanente - APPs (SÃO JOSÉ..., 2010b, inciso I, art. 240).

Na medida em que as ZDCAs são utilizadas por parques lineares, contribuem com as conexões ambientais, as atividades de lazer relacionadas a práticas esportivas, como corridas, a implantação do sistema cicloviário e drenagem urbana.

Dois parques urbanos, Senhorinha e Ribeirão Vermelho, que seguem instalados sobre as ZDCAs, possuem as funções comentadas. Outros tantos, como os parques Cambuí e Pararangaba, estão previstos no Plano Diretor (2006) para serem construídos sobre estas zonas (SÃO JOSÉ..., 2006).

O Ribeirão Vermelho atende aos regramentos do *Novo Código Florestal*, que prevê faixas florestadas. Já o Senhorinha, por conter inúmeros conflitos, como ocupações irregulares, descarte de resíduos sólidos e queimadas ao longo do corpo d’ água, está em desconformidade com a legislação.

Apesar das iniciativas já consolidadas, a avaliação apresentada no capítulo 2 aponta que inúmeras oportunidades relacionadas às áreas onde incidem as ZDCAs são perdidas, ainda que medidas como a elaboração do plano de macrodrenagem e leis específicas que estabelecem essas zonas tenham sido desenvolvidas.

As legislações ambientais

A avaliação da legislação ambiental, em São José dos Campos, contempla aquelas que incidem em especial, sobre as várzeas dos rios Paraíba do Sul e Jaguari, classificadas como APAs⁷⁰, pela relação que estes espaços possuem com a área urbanizada e por serem espaços livres de conservação de alta representatividade ambiental e paisagística.

Verifica-se que, no município, há áreas ambientalmente protegidas por legislações municipais, estaduais e federais (PREFEITURA..., 2006). São elas:

- áreas protegidas no âmbito municipal – São José dos Campos possui quatro APAs municipais estabelecidas pela LC n. 306/06: APA da serra da Mantiqueira, APA do rio do Peixe, APA da serra do Jambeiro e APA que corresponde às planícies aluviais dos rios Paraíba do Sul e Jaguari;
- áreas protegidas no âmbito estadual – existem duas APAs estabelecidas pela Lei Estadual n. 11.262/02: APA de São Francisco Xavier e Área Estadual de Proteção Ambiental do Banhado e do Jaguari (PREFEITURA..., 2006);

⁷⁰ O Capítulo III, da Lei n. 9.985/2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), discorre sobre as Categorias de Unidades de Conservação. No art. 7, divide as UCs em dois grupos com seus respectivos objetivos. São elas: UPI (preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei) e UUS (compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais). De acordo com o inciso I do art. 14, a APA constitui o Grupo das Unidades de Uso Sustentável. O art. 15. Define essa categoria como uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, tendo como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, podendo ser constituída por terras públicas ou privadas.

Figura 119. Mapas indicando, primeiramente, o cruzamento das APAs em todas as esferas de governo, e, após, em separado nas esferas municipal, estadual e federal.

Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2016. Baseado em mapas produzidos pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – PMSJC, 2006.

- áreas protegidas no âmbito federal – há cinco APAs estabelecidas pelo Decreto Federal n. 87.561/82, que dispõe sobre as medidas de recuperação e proteção ambiental da BHRPS: APA da Bacia Hidrográfica do rio do Peixe, APA da represa do Rio Jaguari, APA da Bacia Hidrográfica do rio Buquira, APA da Bacia Hidrográfica do córrego do Vidoca (BHCV) e APA da Bacia Hidrográfica do Ribeirão dos Putins (SÃO JOSÉ..., 2006).

Figura 120. A APA da represa do Jaguari, na Zona Rural de São José dos Campos, contém a represa do Jaguari, que apresentou, visivelmente em 2017, problemas relacionados ao nível da água. Outros problemas se evidenciam na borda da represa, como ocupações irregulares através de parcelamentos clandestinos em suas margens e proximidades.

Foto: Jornal O Vale, 2017.

Figura 121. O mapa evidencia o conjunto de APAs em todo o município. Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2016. Baseado em mapas produzidos pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - PMSJC, que identificam as APAs municipais, estaduais e federais, 2006.

Ao identificar todas as APAs sobre o município, observa-se que aproximadamente 68% deste está protegido por legislação ambiental. As Zonas Urbana e Rural contêm, respectivamente, 37% e 90% de suas áreas ambientalmente protegidas.

A incidência das legislações nas três esferas gera sobreposições, o que lhes confere, a princípio, gestão e proteção mais eficazes. O art. 26 da Lei n. 9.985/2000 que institui SNUC, coloca que:

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (BRASIL, 2000).

Com isso, há benefícios do ponto de vista das interações que podem ocorrer entre os órgãos gestores das três instâncias, ou duas delas, dependendo do número de sobreposições das legislações. Estas, entretanto, acarretam longos processos de diálogos para que decisões políticas possam ser tomadas, e, conseqüentemente, as ações também se estendem. Além disso, há a concentração de múltiplos interesses de grupos específicos direcionados ao uso do solo, ampliando ainda mais os conflitos nas decisões das políticas públicas.

Os conflitos relacionados ao uso do solo refletem discordâncias no que concerne à flexibilização das legislações por parte dos governos municipais, que tendem a implementar usos incompatíveis em relação à natureza do espaço, através da permissão de loteamentos residenciais, entre outros, sobre espaços como a várzea, provedora de serviços ambientais.

O acesso dos agentes privados às administrações municipais – facilitado quando comparado com o estadual e o federal – contribui para a consolidação dos interesses específicos e pontuais, acentuando discordâncias com o estado e

a administração federal, em determinados momentos, indo muitas vezes na direção contrária aos princípios defendidos nas outras esferas.

Dessa forma, as inúmeras concessões permitidas no município ao longo dos anos, em várias gestões de governos, geram comprometimentos difíceis de serem revertidos, prejudicando a conservação dos recursos naturais.

Várzeas do Paraíba do Sul e Jaguari

Sobre as várzeas dos rios Paraíba do Sul e Jaguari, recursos ambientais⁷¹ tão ricos, incidem a:

- I. LC Municipal n. 306/06: no art.13, define a APA IV (APA da Planície Aluvionar dos rios Paraíba do Sul e Jaguari) – (SÃO JOSÉ..., 2006);
- II. Lei Estadual n. 11.262/02: no art. 1, define a APA do Banhado e do Jaguari (SÃO PAULO, 2002).

Ambas trazem recomendações referentes à ocupação do solo:

- a Municipal, em função das características do solo e condições hídricas, apresentando alta restrição à implantação de atividades urbanas, necessitando de normas específicas de uso e ocupação, com o objetivo precípuo da proteção (SÃO JOSÉ..., 2006);
- a Estadual expõe que é vedado o parcelamento do solo para fins urbanos, a instalação de indústria poluente, a ampliação da área das indústrias existentes,

71 O inciso IV do art. 2 da Lei n. 9.985/2000, que institui o SNUC, define como recurso ambiental: “[...] a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora” (BRASIL, 2000).

o uso de técnicas de manejo do solo capazes de provocar a erosão das terras ou o assoreamento dos cursos d’água, a remoção da cobertura vegetal existente, a exploração mineral e utilização da área para chácaras de recreio (SÃO PAULO, 2002).

A várzea do rio Jaguari, na porção inserida em São José dos Campos, não contém ocupações. Por outro lado, apesar da existência das legislações que visam à proteção da várzea do rio Paraíba do Sul, há diversas ocupações em desconformidade com esse ambiente.

Os impactos gerados sobre a várzea pelas ocupações não ocorrem por falta de legislação, mas por aspectos como a ausência de fiscalização em todas as esferas, a extrema pobreza que impede as populações de constituírem suas habitações em áreas regulares e adequadas do ponto de vista urbanístico, a falta de interesse do poder público em investir em políticas públicas ambientais, ao entender que não geram retorno imediato nos períodos eleitorais.

Ainda que esteja previsto certo grau de ocupação humana nas APAs, o que se vê, muitas vezes, é o alto grau de processamento, excedendo a capacidade de suporte do local, e o não respeito das normas e restrições estabelecidas para a utilização de uma propriedade (BRASIL, 2000).

Com isso, a finalidade dessas áreas é diminuída, e passam a não cumprir suas funções como: contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais, proteger as paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica, resguardar as características relevantes de natureza geológica, arqueológica e cultural, além de contribuir para a pesquisa científica.

Responsabilidades e práticas cotidianas do poder público

O SELI Pub é resultado de um conjunto de influências, interesses públicos e privados, pressões políticas, ações e práticas cotidianas. Em parte, a responsabilidade pelo seu processo de produção cabe:

- a todos os níveis do Poder Executivo, que, nas últimas décadas, investiram na consolidação de leis, criação de estruturas de gestão direcionadas as políticas públicas ambientais e paisagísticas, implantação de espaços livres de lazer e conservação;
- à estrutura de gestão, uma vez que a forma como se constitui e opera, por meio de políticas partidárias e Secretarias – Urbanismo e Sustentabilidade, Serviços Municipais, Obras, entre outras –, com o intuito de cumprir seus objetivos e atribuições, direciona o percurso a ser seguido na produção do sistema;
- ao Poder Legislativo (vereadores, deputados estaduais e federais), responsável por legitimar os interesses coletivos da população e encaminhá-los para as casas de leis. Apesar das responsabilidades intrínsecas a esse poder, em determinados momentos atende a conveniências próprias – muitas contrárias à manutenção dos recursos naturais –, objetivando consolidar políticas partidárias e interesses de grupos específicos. Com isso, bons projetos, que beneficiariam a população, não são aprovados, trazendo prejuízos para o município (VIEIRA, 2012);
- ao Poder Judiciário, encarregado através do Minis-

tério Público⁷² e da Defensoria Pública⁷³ a exercer papel fiscalizador sobre o Executivo e o Legislativo, verificando o encaminhamento e o cumprimento das políticas urbanas, ambientais, entre tantas outras que interferem na qualidade do SELI Pub;

- à iniciativa privada⁷⁴, através do capital industrial, das classes dominantes, dos sindicatos, conselhos profissionais, incorporadoras, construtoras, agentes financiadores, associações de engenheiros e arquitetos, empresas imobiliárias, empresas de loteamentos, comerciais e industriais, e pessoas físicas de grande poder aquisitivo, financiadoras de campanhas eleitorais;
- aos movimentos sociais, movimentos populares, entidades profissionais acadêmicas e de pesquisa, conselhos de classe e organizações não governamentais.

Entre as práticas cotidianas sob responsabilidade dos diversos agentes, setores e esferas que comprometem o

⁷² De acordo com o art. 127 da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público é a instituição permanente, responsável pela “[...] defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (BRASIL, 1988)

⁷³ De acordo com a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (LONDP), LC n. 80, de 12 de janeiro de 1994, a Defensoria Pública é uma “[...] instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos (artigo 1º), incluindo, dentre seus objetivos, a primazia da dignidade da pessoa humana, a redução das desigualdades sociais e a prevalência e efetividade dos direitos humanos” (BRASIL, 1994).

⁷⁴ Carnoy (1994) coloca que, para exercer seu controle, alguns segmentos da iniciativa privada se utilizam da vasta representação na direção das instituições fundamentais, como as detentoras de altos recursos financeiros (construtoras e incorporadoras), dos meios de comunicação e das importantes organizações formadoras de opinião, objetivando assegurar a promoção de seus interesses em detrimento de outros grupos sociais, não detentores do poder do capital.

desenvolvimento de políticas públicas, estão: a composição dos cargos administrativos, a instabilidade das equipes, as pressões externas na construção dos projetos de leis, a não aprovação dos projetos nas casas de leis, as políticas superficiais, a escassez de recursos financeiros, os entraves burocráticos – licitações públicas, os agentes externos, os conselhos e processos participativos, os desvios das atribuições nos órgãos administrativos e, o tráfico de influência.

Composição dos cargos administrativos

A composição e o preenchimento dos cargos administrativos de confiança, que por muitas vezes remetem à estruturação da administração pública com deficiências técnicas, estão inseridos nos hábitos das contratações pelo poder público. São feitos para atender a diversos objetivos, em determinados momentos pautadas no conhecimento técnico. Entretanto, em outros, os interesses políticos são claramente privilegiados. Tais fatos influenciam estruturalmente os resultados da gestão e, conseqüentemente, o processo de formação do município. Objetivando atender a demandas políticas, os dirigentes possuem o hábito de indicar pessoas que não possuem conhecimento técnico suficiente sobre temáticas específicas para o preenchimento de cargos nas Coordenadorias, Supervisões, Divisões, Diretorias e Secretarias (VIEIRA, 2012).

Também existe ausência de temperança e capacidade de articulação, atributos esperados em líderes, às voltas com complexos desafios, como os Planos Diretores e as Leis de Zoneamento. A falta de tais atributos impõe ao gestor uma única saída: utilizar-se do seu cargo para pressionar os técnicos capacitados a cumprirem tarefas da Secretaria que

deveriam ser executadas pelo próprio dirigente.

A ausência de conhecimento e habilidade de gestão daqueles que ocupam o primeiro e segundo escalões – secretários e diretores – traz diversos conflitos para as Secretarias: distorções de atribuições, falta de interligação entre temas em andamento, desentendimentos entre as equipes, divergências com órgãos externos. Por exemplo, com associações de engenheiros e arquitetos, ONGs (Organizações Não Governamentais), ambientalistas e instituições universitárias, por não aceitarem falta de competência técnica, processos pouco participativos, imposição de ideias, criação de leis que favorecem determinados grupos em detrimento da maioria da população e os resultados produzidos pelo poder público.

Na teoria, os projetos políticos partidários existem para unir em torno de um núcleo ideias, valores e princípios para atender as necessidades da população. Na prática, o assunto com o qual estão prioritariamente preocupados são, não raramente, as nomeações para cargos comissionados e funções públicas, visando ao fortalecimento da política partidária.

Agregado a esse fato, há também ambições exclusivamente pessoais: indivíduos com baixo ou nenhum nível de formação e sem ideais partidários se inserem nos processos de contratação, por enxergarem a política como atalho para posições de destaque que raramente teriam no setor privado.

Se, por um lado, vemos os altos cargos e, até mesmo, espaços inexpressivos serem ocupados por funcionários sem conhecimento técnico, por outro, há gestões que se preocupam em ter na sua composição técnicos altamente competentes e qualificados na sua formação, com pós-dou-

torado, doutorado, mestrado, especialização e graduação em áreas de conhecimento e prática profissional afins a suas práticas de trabalho na administração pública.

Além do acúmulo teórico, diversos contam com ampla experiência na implantação de políticas públicas em diversas áreas – ambiental, urbanística, educacional, desenvolvimento social, entre outras.

Assim, têm-se técnicos que, por possuírem capacidades conceituais e empíricas, contribuem para a implantação de políticas públicas, já que associam suas habilidades à promoção e potencialização das políticas.

Instabilidade das equipes

Em relação às continuidades e descontinuidades, comuns ao poder público, a instabilidade das equipes técnicas em razão das trocas de governo é comum. As finalizações de mandatos interferem na elaboração de planos, projetos e ações que, por vezes, são definitivamente ou momentaneamente paralisados em decorrência da falta de profissionais, desestruturando o desenvolvimento de atividades nos órgãos administrativos (VIEIRA, 2012). Em face disso, o poder público busca outras formas de contratação para vencer entraves, por exemplo, a contratação de empresas visando à terceirização de serviços e mão-de-obra, o que traz maior mobilidade na execução de planos e projetos.

Em função destes fatos, incorpora-se a cultura de trabalhos técnicos vinculado à gestão pública por intermédio de empresas terceirizadas, através de estratégias que busquem resolver processos burocráticos, retirando da gestão pública a oportunidade de acumular experiência e conhecimento.

Pressões externas

Apesar dos progressos democráticos no plano político, o clientelismo⁷⁵ se mantém nos partidos, ainda que a sociedade estabeleça críticas a esse comportamento (NUNES, 2010). Em 2019, observa-se em São José dos Campos a presença dessa prática, principalmente na contratação de empreiteiras e construtoras para a execução de obras, em função do aporte financeiro que fornecem aos partidos políticos durante campanhas eleitorais.

Para além dos momentos vinculados às campanhas, há também pressões externas que o setor privado exerce sobre o Poder Executivo, utilizando-se do Legislativo, para que intercedam junto aos secretários municipais e prefeitos, objetivando a valorização de suas propriedades durante o processo de construção dos projetos de leis, como os de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, por órgãos administrativos responsáveis pelo desenvolvimento urbano dos municípios.

As pressões ocorrem para que determinadas zonas de uso sejam modificadas com o intuito de valorizar as áreas dos proprietários por meio da transformação dos usos, alterando o uso residencial para comercial, ampliando o potencial construtivo e flexibilizando a legislação ambiental.

⁷⁵ Segundo Nunes (2010, p. 32): “O clientelismo trata-se de um instrumento de legitimidade política e faz parte da tradição brasileira, por possuir como uma de suas características a manutenção das velhas oligarquias políticas no poder, ser responsável pela constituição de importantes relações políticas e sociais no país, bem como por arranjos que permanecem integrados ao capitalismo.”

A não aprovação dos projetos nas casas de leis

Planos e projetos a serem analisados pelo legislativo percorrem inúmeras etapas para chegar ao seu último destino: levantamentos de campo e coleta de dados para o entendimento do município; superação de entraves, barreiras, dificuldades técnicas, científicas, burocráticas e econômicas da gestão pública no Poder Executivo; mobilização e sensibilização da sociedade, desenvolvimento de seminários junto com as demais secretarias, diálogos voltados à construção dos planos com as equipes técnicas das prefeituras e conversas com consultorias.

Apesar do intenso trabalho, o desfecho nem sempre é favorável à sociedade e ao ambiente, pois o destino final significa a chegada de todo o processo descrito anteriormente às Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, ao Congresso e o Senado, para que os projetos de lei sejam votados.

Em função das questões políticas partidárias, das influências de agentes externos interessados e da dispersão do poder decisório, muitas vezes, de forma perniciosa e autoritária, bons projetos de interesse da população não são aprovados nestas instituições, podendo trazer prejuízos para o município e a sociedade.

Nas gestões municipais, as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo, são claros exemplos desse processo, pois expressam interesses relacionados à valorização do uso da terra, onde pequenas parcelas ou grandes extensões do solo podem ter supervalorizações, ou desvalorizações.

Políticas superficiais

A ausência de políticas estruturantes, por falta de real interesse das administrações em implantá-las, é hábito consolidado no poder público, na medida em que planos, projetos e ações que realmente possuem capacidade de intervir na vida da população, com ampla habilidade para trazerem transformações reais, acabam sendo deixados de lado em função de prioridades que promovem apenas embelezamento visual e atendem à pequena parcela da população.

Políticas superficiais, que ganham espaço no investimento da administração pública, são representadas por simples intervenções urbanísticas: inserção de lixeiras, pinturas realizadas nos prédios públicos e nas faixas de trânsito, plantio de espécies (forrações e plantas arbustivas) inseridas nas vias, praças, parques, viadutos, calçadas e ambientes de estar.

Em contrapartida, projetos que realmente deveriam receber atenção por serem estruturantes, como os que criam novos espaços de recreação (praças, parques), requalificam as calçadas, preveem a restauração ambiental de áreas ambientalmente significativas, muitas em zonas rurais, que possuem vegetação exuberante e precisam ser recuperadas, acabam não sendo priorizados, porque não são vistos nem usufruídos pela população de forma direta. Outros exemplos são os planos e ações de restauração ambiental que contemplam todo o município, visando à recuperação de áreas degradadas, proteção de corpos d'água através da regeneração de matas ciliares, promoção da conectividade de fragmentos de mata através de corredores ambientais contribuindo para a qualificação do SELI Pub.

Escassez de recursos financeiros

Além dos objetivos previstos nas legislações, a exemplo da Lei de Diretrizes Orçamentárias⁷⁶ (LDO) e do Plano Plurianual⁷⁷ (PPA), em que é feita a previsão orçamentária, diversos aspectos são considerados na distribuição prioritária de recursos aos órgãos administrativos que compõem os governos:

- enfrentamento dos grandes temas em andamento nos governos, em geral ligados a transporte, saúde, educação e segurança;
- garantia de que as obras definidas nos orçamentos participativos e acordadas com a população ou com segmentos influentes da sociedade sejam cumpridas;
- encaminhamento dos projetos e programas que possuam interligação com obras e ações vinculadas ao governo estadual e federal;
- alta capacidade de determinadas ações influenciarem na obtenção de votos.

76 A Lei nº 9.553/17, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018 de São José dos Campos, “[...] tem como objetivo estabelecer as diretrizes, prioridades e metas da administração, orientando a elaboração da proposta orçamentária de cada exercício financeiro, formado pelos orçamentos fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social, compatibilizando as políticas, objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual e as ações previstas nos orçamentos para a sua consecução, promovendo, em prazo compatível, um debate sobre a ligação e a adequação entre receitas e despesas públicas e as prioridades orçamentárias” (SÃO JOSÉ..., 2018).

77 A Lei nº 9.070/13, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017 para São José dos Campos, “[...] é o instrumento de planejamento orçamentário no qual deverão ser estabelecidos os objetivos e as metas quadrienais da administração para as despesas de capital, estas definidas pelo art. 12 da Lei n.. 4320/64, compondo-se pelos Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital, e para as despesas relativas aos programas de duração continuada, conforme dispõe o § 1º do inc. I do art. 165 da Constituição Federal” (SÃO JOSÉ..., 2013).

Diante desse contexto, por inúmeras vezes as agendas ambientais, voltadas a mudanças climáticas, educação ambiental, resíduos sólidos, restauração ambiental, fiscalização e monitoramento dos recursos naturais, importantes para a qualificação do SELI Pub, não são contempladas com recursos suficientes para a sua implantação.

O objetivo dos tribunais de contas durante os mandatos é verificar se o poder público efetuou as despesas da maneira como determinado pelo orçamento e normas legais gerais, como os limites para endividamento, a vinculação orçamentária à determinadas áreas etc. Não são fiscalizados, portanto, trâmites habituais nas prefeituras que prejudicam o conjunto de ações a serem aplicadas em determinadas temáticas (ARANTES *et al.*, 2010).

Os temas ambientais têm recursos estabelecidos nas peças orçamentárias, porém tais documentos são desenvolvidos para o cumprimento de formalidades. Na realidade, as secretarias responsáveis pela temática ambiental têm seus recursos previstos reencaminhados para outras secretarias, na medida em que demais políticas são consideradas prioritárias, como as de comunicação em fases próximas às campanhas eleitorais, onde se considera fundamental a divulgação das ações de governo.

A revisão orçamentária também ocorre em momentos de situações extremas, quando remanejamentos acontecem para atender a eventualidades como os desastres ambientais, por exemplo, grandes deslizamentos de terra, enchentes e rompimentos de barragens, que acabam por serem coerentes, à medida que visam atender as necessidades essenciais da população. Entretanto, verifica-se que os novos encaminhamentos nas finanças da administração se dão, justamente, pelo fato de as políticas públicas não terem sido executadas, anteriormente, de maneira eficiente.

Entraves burocráticos - licitações públicas

Ainda que mudanças e avanços no desempenho governamental tenham ocorrido, verifica-se que as ineficiências persistem por meio dos entraves burocráticos existentes, por exemplo, nas licitações públicas.

Comentam-se os resultados advindos da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública (BRASIL, 1993). Nesta, alguns elementos são fundamentais para a compreensão dos entraves burocráticos recorrentes, por exemplo, do art. 1, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços (inclusive de publicidade), compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No entanto, em relação às obras, observa-se que, embora essa lei tenha objetivos – transparência, garantia do princípio da isonomia, seleção de propostas mais vantajosas, preservação da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, levando em consideração os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa – permitindo processos licitatórios abertos –, muitas vezes o critério que trata das propostas mais vantajosas, referente a custos, gera dificuldades para a execução de obras e serviços, não atingindo os objetivos de qualidade pretendidos e necessários.

Ressalta-se que, apesar da existência dos princípios da isonomia, por vezes, há direcionamentos nos processos de licitação, que acabam garantindo benefícios a determinados grupos, em detrimento de outros, da própria população

e dos resultados sobre o município.

Tais resultados, por vezes, comprometem o cotidiano da população em razão da falta de qualidade das obras voltadas a políticas de transporte, habitação, infraestrutura, saneamento, entre outras, comprometendo a circulação, a forma de morar, a iluminação, a coleta de esgotos, o abastecimento de água e o lazer, ao não conseguirem atender requisitos importantes na execução das obras.

Os agentes externos

Apesar da grande influência exercida pelo Poder Executivo municipal sobre a produção do solo, seja sob o viés urbanístico e/ou ambiental, fica claro que outras instâncias interferem no processo. Alguns pensando e atuando em benefício dos interesses coletivos; outros com o único intuito de terem suas terras valorizadas na construção de projetos de leis, como as de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Como o objetivo principal de determinados representantes do poder público é se manter no poder, acabam atendendo, inúmeras vezes, às exigências de agentes imobiliários, associações de construtoras, sindicatos das indústrias da construção civil e incorporadoras, que querem ter seus ganhos econômicos ampliados. Assim, a qualidade, maior ou menor, do SELI Pub é estabelecida pelo poder público, mas também por uma série de agentes externos a ele.

Entre os resultados desses processos, ocorre o adensamento de áreas que não possuem espaços livres compatíveis, gerando danos ao cotidiano de grande parcela da população, como os direcionados à mobilidade urbana.

Conselhos e processos participativos

Determinadas gestões possuem a prática de estabelecer conselhos para participar sobre importantes temas junto com a gestão pública – como saneamento, habitação e planejamento urbano –, mas de forma apenas consultiva e não deliberativa, ou seja, a decisão final fica sob a responsabilidade, e principalmente voltada aos interesses do Poder Executivo. É necessário refletir sobre a capacidade dos conselhos e processos realmente incorporarem os desejos da população nos planos, projetos de lei e ações fundamentais para a gestão do município.

Soma-se a isso a prática constante de colocar o próprio secretário do órgão administrativo que faz a gestão da política pública em apreço como o presidente do conselho, fragilizando ainda mais os conselhos participativos. Como exemplo, pode-se citar a gestão de São José dos Campos de 2013 a 2016, momento em que os próprios secretários da Secretaria de Planejamento Urbano foram nomeados como presidentes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), órgão responsável em diversos momentos pelas discussões relacionadas à construção da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Com isso, o Poder Executivo mantém o completo comando sobre as políticas públicas em andamento em seus governos com o intuito de manter o controle das obras, dos recursos a serem investidos e sobre as decisões referentes, a inúmeros projetos de leis. Para os conselheiros resta a participação de forma apenas consultiva, e, devido à essa fragilidade, muitos interesses coletivos são completamente descartados da política pública.

Dessa forma, a população é duplamente prejudica-

da, pois suas escolhas são preteridas, e a rica experiência dos conselheiros – pautada em conhecimento acadêmico, práticas profissionais, vivências cotidianas sobre o espaço em que vivem, além da diversidade de renda e cultura – são desconsideradas.

O setor acadêmico, a população e até outras secretarias acabam por participar dos processos de forma restrita, ainda que sejam ouvidos e tenham parte de suas ideias incorporadas. Assim, a sociedade perde a oportunidade de colocar-se realmente de forma atuante e deliberativa, garantindo sua verdadeira participação nos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais.

As imperfeições, do ponto de vista da participação da população, também existem. Comumente são levados para os processos participativos temas externos ao contexto a ser dialogado, ou até solicitações pontuais com interesses únicos e pessoais, desconectados dos interesses coletivos, mas que, certamente, não causam tantos prejuízos à população como os impostos pelo poder público.

Consolidam-se, assim, gestões autoritárias, que não consideram o desejo popular, incapazes de garantir os interesses diversos da população, vinculados, entre outros, ao saneamento ambiental precário em inúmeras áreas, onde não há abastecimento de água adequado e esgoto tratado, ainda que dados divulgados pelos meios de comunicação apresentem bons índices por não contabilizarem informações referentes a loteamentos irregulares.

Ou seja, passa-se a impressão de que a prestação desse serviço é melhor do que se configura na realidade, o que ocorre porque somente os dados das habitações regulares são computados e transmitidos.

Os desvios das atribuições nos órgãos administrativos

Prática recorrente na administração pública, algumas secretarias são fortalecidas pela gestão para assumir determinadas demandas que não lhes cabem, por não estarem em suas atribuições.

Esse fato ocorre por inúmeras razões: relação de confiança entre o chefe do executivo e o secretário municipal, acordos políticos partidários, desejo de vincular determinados projetos a pessoas estratégicas para a gestão, anseio de obter projeção em marcas de governo (trabalhos específicos) que tragam projeção para reeleições, ou eleições dos sucessores.

Nesse processo, as capacidades técnicas e atribuições das secretarias são por vezes ignoradas na realização do trabalho. Assim, planos, projetos e obras são transferidos de uma secretaria à outra sem critérios relacionados ao conhecimento e à experiência do corpo técnico.

O resultado dessas ações gera comprometimentos referentes ao desenvolvimento e à qualidade das políticas públicas oferecidas à população em atendimentos essenciais, como os direcionados à mobilidade urbana, às práticas sociais e de lazer, à qualificação urbana, entre outras.

Há, portanto, inversão de valores e princípios nas gestões públicas, uma vez que o poder público passa a atuar em favor dos próprios interesses, e, quase sempre, para interesses de grupos privados específicos, e não para os interesses da população.

Isso mostra parte das deficiências existentes nas estruturas de gestão, manipuladas para atender benefícios pontuais, quando, de fato, deveriam se direcionar aos interesses coletivos, expressos por emergências habitacionais, desastres ambientais, carências explícitas na área da saúde e degradação do sistema educacional, em todos os seus níveis.

O tráfico de influência

Uma das práticas mais comuns no poder público é o tráfico de influência⁷⁸, estabelecido por assessores públicos para o desenvolvimento de projetos de interesse pessoal, de determinado grupo político e/ou empresarial.

Por meio da abertura de consultorias externas que atuam no poder público, estes funcionários utilizam os cargos para operar de forma particular em áreas comuns ao setor público e privado. As propostas vindas do setor privado são analisadas pelos próprios servidores em suas tarefas rotineiras, como nos processos de Licenciamento Ambiental⁷⁹, o que caracteriza conflito de interesses e, muitas vezes, aprovação de projetos que não atendem de fato às necessidades do município.

Em razão de todas essas práticas, as dificuldades na concretização de novos padrões pautados em princípios e valores que não beneficiem grupos ou indivíduos – como os estabelecidos nas estruturas patrimonialistas, nos cenários municipal, estadual e federal –, contribuem para a continuidade de modelos ineficientes para o desenvolvimento das políticas públicas.

Muitos são os obstáculos para concretizar novos formatos gerenciais, uma vez que o êxito das propostas de

78 O art. 1º da Lei n. 9.127/1995, que altera a redação art. 332 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, define como Tráfico de Influência o ato de “Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função”.

79 De acordo com o inciso I do Art. 1º da Resolução CONAMA n. 237/1997, o Licenciamento Ambiental é um “[...] procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso”.

mudança das regras depende da complexa construção de coalizões políticas que envolvem múltiplos atores, como os presentes no Legislativo, nas elites burocráticas e partidos políticos.

O fato do novo modelo necessitar envolvimento de diversos atores em um processo que demanda tempo, ação coletiva e capacidade política para coordenar o conflito de interesses dos atores em torno dos objetivos programáticos, traz complexidade ao processo, tornando-o, na maioria das vezes, inviável (REZENDE, 2002).

Reflexões sobre a cidade e o condado californiano

5

CAPÍTULO

A tese, que contém contribuições de San Luis Obispo, neste capítulo se apropria e analisa principalmente a cidade e o condado californiano, contemplando dados físico-territoriais, desenho, funções, distribuição, categorias e qualidade do SEL sob duas perspectivas: “aproximado” e “ampliado”. Evidenciam-se as características físico-territoriais (político-administrativas), em determinados aspectos distintas às de São José dos Campos.

No último item, são expostos dois organogramas com as respectivas estruturas de gestão da cidade e do condado detalhadas em três níveis de governo – por compreender que o setor público possui papel central na produção do (SELI Pub).

As estruturas de gestão são avaliadas com o intuito de compreendê-las, considerando aspectos, dados e variáveis, para estabelecer análises que contemplem São José dos Campos e San Luis Obispo, no capítulo 6, observando especificamente os resultados gerados em seus sistemas.

Dados físico-territoriais

San Luis Obispo (condado e cidade) localiza-se entre San Francisco e Los Angeles, na Califórnia. O Estado é composto por dez regiões: Northern California, Sacramento Valley, Bay Area, San Joaquin Valley, Central Sierra, Southern California, Inland Empire, Southern Border e Central Coast.

A Costa Central possui quatro condados: San Benito, Monterey, Santa Barbara e San Luis Obispo – composto por cinco distritos (1, 2, 3, 4 e 5) e cinco cidades: Paso Robles, Atascadero, Morro Bay, Arroyo Grande e San Luis Obispo.

Estado da Califórnia

Figura 122. Mapa do Estado da Califórnia, com suas oito regiões. O condado e a cidade de San Luis Obispo estão na região da Costa Central, cercados três outras: Bay Area, San Joaquin Valley e Southern California. Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseado no Sistema de Informação Geográfica (SIG) do Estado da Califórnia, 2018.

Condado de San Luis Obispo

Figura 123. Mapa do condado de San Luis Obispo, com a delimitação dos cinco distritos. A Highway 101 e a ferrovia se situam no sentido longitudinal, cortando por todo o condado. Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseado nos SIGs do Estado da Califórnia, do condado e da prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

Categorias, funções e distribuição dos espaços livres de interesse público

San Luis Obispo, cidade de pequeno porte que possuía 47.541 habitantes em 2017 (United States Census Bureau, 2017), contém espaços livres de interesse público subdivididos em duas categorias principais – espaços livres de lazer (33 unidades) e espaços livres de conservação (dez unidades)⁸⁰.

A primeira categoria se subdivide em cinco; a segunda contém apenas uma subcategoria, cada qual com diferentes funções. Segue a especificação dos espaços livres identificadas no General Plan⁸¹:

1. Espaços livres de lazer:

- A. parques comunitários – são equipamentos que geralmente possuem características únicas, usos específicos, diversas instalações e ampla capacidade de atrair usuários de toda a cidade (CITY..., 2015, p. 7-12, tradução nossa);
- B. parques de vizinhança – definidos como áreas que

80 Esta tese adota a definição de que San Luis Obispo possui duas categorias de espaços livres principais (lazer e conservação), com suas respectivas subcategorias. O General Plan de 2015, estabelece seis classificações de espaços livres, com suas respectivas funções, para San Luis Obispo: parques comunitários, parques de vizinhança, miniparques, centros de recreação e espaços com características especiais, equipamentos de uso compartilhado e espaços abertos (CITY..., 2015).

81 O General Plan é o plano que direciona o desenvolvimento da cidade de San Luis Obispo baseado nas propostas da comunidade para proteger os vários recursos existentes, sejam de natureza econômica, social ou natural. Por isso, reflete o consenso entre as diversas preferências expostas pela população no processos de participação popular. O General Plan, é composto por oito elementos: Land Use Element, Circulation Element, Housing Element, Noise Element, Safety Element, Conservation and Open Space Element, Parks and Recreation Element e Water and Wastewater Element (CITY..., 2015, p. 1-11, tradução nossa).

possuem recreação ativa e passiva, com a incorporação, por vezes, de características naturais e/ou culturais. Em alguns momentos, podem ser desenvolvidos de forma compartilhada com outras entidades públicas. São destinados a residentes em uma área de serviço prescrita (CITY..., 2015, p. 7-12, tradução nossa);

C. miniparques – pequenos ambientes de estar com áreas que variam entre 2.600 mil m² a cinco mil m², com o intuito de promover atividades passivas, atendendo, principalmente, moradores de áreas imediatas (CITY..., 2015, p. 7-10, tradução nossa);

D. centros de recreação e espaços com características especiais – possuem atributos específicos, destinados a atividades como golfe e natação. Alguns contam apenas com áreas edificadas, comportando múltiplas atividades, como salas para jogos, musculação, cerâmica etc.; (CITY..., 2015, p. 7-13, tradução nossa);

E. equipamentos de uso compartilhado – instalações (campos esportivos e ginásios) das escolas disponíveis para atividades de recreação da cidade aos finais de semana. Destaca-se o fato, de esses espaços não estarem entre muros, constituindo-se, portanto, em áreas com livre acesso (CITY..., 2015, p. 7-15, tradução nossa).

2. Espaços livres de conservação:

Espaços abertos – espaços que permanecem em estado predominantemente natural, geralmente livres de estrutura edificada, podendo estar em qualquer propriedade, pública ou privada (CITY..., 2015. p. 7-14, tradução nossa).

Tal designação não fornece proteção oficial para terras fora dos limites da cidade, a menos que sejam de propriedade da cidade ou tenham espaço aberto de servidão

Figura 124. Mapa do Uso do Solo de San Luis Obispo, destacando os espaços livres de interesse público de lazer e conservação. Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseado nos SIGs do condado e da Prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

sobre eles. Seu objetivo é propiciar oportunidades dirigidas ao estudo da natureza, proteger e preservar recursos naturais e históricos da comunidade, definir o limite urbano e fornecer alívio visual. Podem incluir: solos agrícolas, riachos, pântanos, bacias hidrográficas, recursos cênicos, habitat de plantas e animais, recursos históricos, arqueológicos e áreas de recreação passiva (CITY..., 2015, p. 6-44, tradução nossa).

Distribuição dos espaços livres

Em relação à distribuição, enquanto os espaços livres de lazer se encontram dentro dos limites da cidade, os espaços de conservação estão dentro e/ou fora.

Os espaços de lazer estão bem distribuídos pela área urbanizada. Embora, possuam concentração pouco mais acentuada em determinados pontos, contemplam todas as faixas de renda e usos residenciais: rural, suburbano, baixa densidade, média densidade e alta densidade, e consequentemente a todas as classes de renda.

Os espaços de conservação, além de pontuados na área urbanizada, também se localizam em todo o entorno do limite da cidade, resguardando importantes características de lazer e cênicas de San Luis Obispo, isto é, seus **recursos naturais verticais**⁸² (montanhas, colinas e picos vulcânicos), para que sejam usufruídos em atividades de recreação e lazer – uso de trilhas para práticas voltadas a caminhadas, corridas, uso de bicicleta e apreciação da paisagem.

82 Esta tese utiliza a definição de recursos naturais verticais como os representados por montanhas, colinas e picos vulcânicos.

Espaços Livres de Interesse Público

- A. Parques Comunitários**

 - A1 Santa Rosa Park
 - A2 Meadow Park & Neighborhood Center
 - A3 Sinsheimer Park
 - A4 Damon Garcia Sports Complex
 - A5 Laguna Hills Park
 - A6 Laguna Lake Park

B. Parques de Vizinhança

 - B1 Throop Park
 - B2 Anholm Park
 - B3 Emerson Park
 - B4 Mitchell Park
 - B5 Johnson Park
 - B6 French Park
 - B7 Islay Hill Park
 - B8 Vista Lago Park

C. Miniparques

 - C1 Buena Vista Park
 - C2 Ellsford Park
 - C3 Triangle Park
 - C4 Stoneridge Park
 - C5 Las Praderas Park
 - C6 Priolo Martin Park

Legenda

 - Cidade de San Luis Obispo
 - Downtown
 - Highway 101
 - Higuera Street
 - South Higuera Street
 - Los Osos Valley Road
 - San Luis Obispo Creek
 - Picos Vulcânicos
 - Cal Poly
 - Trilhas
 - San Luis Obispo County Regional Airport
- D. Centros de Recreação e Espaços com Características Especiais**

 - D1 Ludwick Community Center
 - D2 Mission Plaza
 - D3 Jack House & Gardens
 - D4 Parks & Recreation Offices
 - D5 Senior Citizens Center
 - D6 Laguna Lake Golf Course

E. Equipamentos de Uso Compartilhado

 - E1 Bishop Peak/Teach Elementary School
 - E2 Pacheco Elementary
 - E3 San Luis Obispo High School
 - E4 Sinsheimer Elementary
 - E5 Hawthorne Elementary
 - E6 C. L. Smith Elementary
 - E7 Laguna Jr. High School

Espaços Livres de Conservação

F. Espaços Abertos

 - F1 Bishop Peak Natural Reserve
 - F2 Cerro San Luis Obispo Natural Reserve
 - F3 Bowden Ranch Open Space
 - F4 Reservoir Canyon Natural Reserve
 - F5 Terrace Hill Open Space
 - F6 Railroad Recreation Trail
 - F7 Islay Hill Open Space
 - F8 South Hills Natural Reserve
 - F9 Laguna Lake Natural Reserve
 - F10 Irish Hills Natural Reserve

Figura 125. SELI Pub de San Luis Obispo, composto pelos espaços livres de interesse público, de lazer e de conservação. Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseado em Dickerson (2016, p. 8-9) e nos SIGs da Cal Poly, do condado e da Prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

Figura 126. O French Park possui diversos equipamentos. Entre eles, campo de beisebol, utilizado principalmente aos finais de semana para a prática esportiva. Apesar da ótima manutenção, segurança e diversidade de equipamentos, não possui intensa frequência.
Foto: Michele de Sá Vieira, 2018.

A qualidade dos espaços livres sob o viés aproximado e ampliado

A cidade de San Luis Obispo possui parques com ótima qualificação, devido aos inúmeros equipamentos, à manutenção, acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, às funções, aos portes diversos, à segurança, entre outros. Apesar da ótima qualidade, não têm frequência razoável em seu uso cotidiano.

Preliminarmente, deve-se isso ao fato de existirem outros espaços livres de qualidade tanto no SEL Aproximado – aqueles inseridos na cidade e em suas bordas⁸³ – quanto no SEL Ampliado, composto pelos espaços externos à cidade e no *waterfront* (Morro Bay, Avila Beach, Pismo Beach e Port San Luis) do condado.

Além dos atributos dos espaços livres de interesse público, reconhece-se que a qualidade, também presente nas atividades de serviço, comerciais e culturais – que possuem relação direta com os espaços livres – incentiva a população a frequentar outros espaços, e não só os parques.

⁸³ As bordas são consideradas porque alguns espaços, como o pico vulcânico Bishop Peak e a colina Irish Hills, estão dentro e fora dos limites da cidade.

Sistema de Espaços Livres Aproximado

Figura 127. Mapa do SELI Pub Aproximado de San Luis Obispo.
Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseado nos SIGs da Cal Poly, do condado e da Prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

Sistema de Espaços Livres Ampliado

Figura 128. Mapa do SELI Pub Ampliado, destacando importantes espaços na costa da Califórnia.
Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseado em Dickerson (2016, p. 8-9) e nos SIGs do Estado da Califórnia, do condado e da Prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

Figura 129. Mapa do Downtown da cidade de San Luis Obispo, com os diversos edifícios públicos e privados, transposições intraquadras ligando as principais ruas, espaços livres públicos (EL Pub), entre outros equipamentos. Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseado nos SIGs do condado e da Prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

Seguem os espaços livres de interesse público aproximado:

- Downtown: situado no centro da cidade, com diversas áreas comerciais e de serviços;

Figuras 130. San Luis Obispo (cidade): Downtown é o principal lugar público⁸⁴ de San Luis Obispo. Devido à sua multifuncionalidade, atrai grande número de pessoas com diferentes interesses. Trata-se de área de uso misto com excelente urbanização. Possui calçadas acessíveis, ruas arborizadas, mobiliário urbano adequado, lojas, bares, hotéis, restaurantes e cinemas. Tais características conferem ao espaço intensa utilização, principalmente aos sábados. Fotos: Michele de Sá Vieira, 2018.

84 Para Santos (2005, p. 158 *apud* QUEIROGA, 2012, p. 214), o lugar é uma área relacionada à dimensão espacial da cotidianidade, necessária para a realização de tarefas comuns, ainda que o projeto dos diferentes agentes seja distinto. Queiroga (2012, p. 215) define como “lugar público” todo aquele em que se estabelece a esfera pública – geral ou estrita – independentemente de tratar-se de propriedade(s) pública(s) ou privada(s), visto que o lugar público se estabelece com frequência combinando espaços das propriedades pública e privada.

Figuras 131. San Luis Obispo (cidade): Downtown também se distingue pelas atividades relacionadas à agricultura. Em todas as quintas-feiras, na Higuera Street, entre a Osos e Nipomo Streets, ocorre o Farmers' Market, feira noturna com a comercialização de produtos locais – frutas e verduras – e shows musicais. Fotos: Nick Lucero (The Tribune), 2017, e Michele de Sá Vieira, 2018.

Figuras 132. San Luis Obispo (cidade): a Mission Plaza é um centro de recreação com característica especial, situada em Downtown. Nele fica a igreja Mission San Luis Obispo de Tolosa, considerada monumento histórico da cidade. A praça possui ampla frequência em função das atividades da Mission, e por estar próxima a espaços amplamente utilizados – lojas, restaurantes, bares, entre outros. Fotos: Michele de Sá Vieira, 2017.

Figuras 133. San Luis Obispo (cidade). O San Luis Obispo Creek se destaca em Downtown por relacionar-se de forma direta com a população. Ao seu lado, em patamar superior, há bares, lojas e restaurantes. No mesmo nível do rio, em função do espaço urbanizado, é possível interagir com a água. Tais possibilidades são oferecidas à população graças à existência de políticas de saneamento que asseguram a convivência entre o recurso hídrico e as pessoas.
Fotos: Michele de Sá Vieira, 2018.

Figuras 134. San Luis Obispo (cidade): em Downtown, há quatro transposições entre as principais ruas comerciais. Uma refere-se à passagem entre a Monterey e Palm Street, onde estão situados em sua entrada dois pontos comerciais: a Mint + Craft (loja de alimentação) e a Williams Sonoma (loja de presentes).
Fotos: Michele de Sá Vieira, 2018

Figuras 135. San Luis Obispo (cidade), passagens entre a Higuera e Monterey Street: a primeira (fotos à esquerda) está no nível superior com entrada ao lado da Sephora (loja de produtos cosméticos); a segunda (fotos à direita), situa-se no mesmo nível das ruas citadas, onde se concentram lojas de produtos alimentícios – restaurante, café – entre outras, como a Aveda.
Fotos: Michele de Sá Vieira, 2018.

Figuras 136. San Luis Obispo (cidade). A passagem entre a Marsh e Higuera Street possui entrada demarcada no sistema viário. Nela concentram-se cinema, livraria, lojas de produtos alimentícios, como restaurantes e cafés. Fotos: Michele de Sá Vieira, 2018.

Downtown revela a vida pública bem-sucedida na região central de San Luis Obispo, onde há práticas sociais, convívio público cotidiano, manifestações políticas, atividades de lazer, comércio, festas religiosas e memória. As políticas e investimentos públicos empregados nesse recorte da cidade contribuíram para:

- a acessibilidade, com especial destaque para as transposições que interligam duas ruas paralelas através de passagens intraquadras, onde o pedestre pode usufruir de diversos tipos de comércio, lojas, lanchonetes, cafés;

Figuras 137. San Luis Obispo (cidade), Beco dos Chicletes na Higuera Street. Trata-se de um corredor com aproximadamente 20 metros de comprimento e 1,50 metros de largura, onde as pessoas passaram a colocar chicletes mastigados nos anos 1970. O espaço, destinado à expressão da arte comunitária, é considerado atração turística, atraindo inúmeros visitantes aos finais de semana. Fotos: Michele de Sá Vieira, 2018.

- a fruição da paisagem, uma vez que a predominância da baixa altura das construções garante a possibilidade de vislumbrar os picos vulcânicos, montanhas e colinas;
- o estímulo aos ambientes de negócio, por atrair e dinamizar os EL Pub em todos os períodos, do matutino ao noturno, importante aspecto a ser considerado quando se avalia o fator ligado à segurança.

Todos esses aspectos agrupados amplificam as relações de sociabilidade adequadas, como encontros com familiares, amigos, e encontros de negócios.

O diálogo colocado, no que se refere à pertinência do investimento público e das políticas públicas se replica também para os espaços livres de interesse público ampliado. São eles:

- Morro Bay (cidade), Avila Beach (distrito), Pismo Beach (cidade), Port San Luis (distrito): compõem o *Waterfront* de San Luis Obispo – áreas urbanizadas

do condado, próximas a ambientes de praia com ampla infraestrutura, que permitem desfrutar da paisagem litorânea, praticar esportes aquáticos e trilhas⁸⁵;

Figuras 138. San Luis Obispo (condado). Na cidade de Morro Bay, o pico vulcânico Morro Rock qualifica o espaço do ponto de vista paisagístico. Também possui área urbanizada com restaurantes e lojas bastante frequentados aos finais de semana e espaços que possibilitam práticas aquáticas. Fotos: Kim Romero e Robert Myers, 2017.

⁸⁵ Nos EUA, emprega-se conceito de cidade quando a porção territorial possui administração e representação política próprias. Os distritos, por exemplo, não as possuem: são geridos pelo Conselho de Supervisores do condado.

Figuras 139. San Luis Obispo (condado). No distrito de Avila Beach, o Avila Pier é utilizado desde 2001 pelo Centro de Ciências Marinhas Costeiras da Cal Poly, o qual apoia pesquisas direcionadas à vida marinha local a fim de proteger ecossistemas, sustentar a pesca local, mapear correntes oceânicas na Costa Central e estimular práticas educacionais. Possui área urbanizada com residências de médio e alto padrão, lojas e restaurantes, tornando-o importante lugar público no *waterfront* de San Luis Obispo.
Fotos: Paula Moreno e Michele de Sá Vieira, 2017.

- Montaña de Oro (parque estadual), situado ao longo do oceano Pacífico, com trilhas, espaços para cavalgadas ao longo da praia e áreas para banhos;

Figuras 142. San Luis Obispo (condado). O Parque Estadual Montaña de Oro é um importante patrimônio ambiental composto por grandes penhascos, desfiladeiros, colinas, inúmeras formações rochosas afloradas dentro e fora do mar e diversos animais selvagens. Fotos: Michele de Sá Vieira, 2017 e 2018.

Figuras 140. San Luis Obispo (condado). A cidade de Pismo Beach é bastante utilizada para a prática do surfe. O Pier possibilita atividades turísticas, sendo aberto à população. A área é urbanizada, com atividades direcionadas ao comércio. Fotos: Ted Fletcher, 2016, e Michele de Sá Vieira, 2017.

Figuras 141. San Luis Obispo (condado): O distrito Port San Luis possui atividades vinculadas ao lazer, como esportes aquáticos direcionados à pesca, entre outros, e trilhas, por exemplo, da Pecho Coast Trail. O Port possui instalação sobre o mar, o Hardford Pier, utilizado para caminhadas, apreciação da paisagem e refeições em função da existência de restaurante. Além disso, tem ampla infraestrutura para o estacionamento de trailers, que permite a permanência das pessoas no local por longas temporadas, desfrutando paisagens e atividades oferecidas. Fotos: Michele de Sá Vieira, 2018.

Figuras 143. San Luis Obispo (cidade): os picos vulcânicos Cerro San Luis Obispo (em primeiro plano) e o Bishop Peak (em segundo plano) estão entre os mais utilizados pela população para práticas de lazer, dada a proximidade da área urbanizada. Foto: Joe Johnston, 2017.

- Picos vulcânicos culturalmente muito utilizados para atividades e lazer, como as caminhadas realizadas em suas trilhas. Com o interesse de consolidar trilhas que incidem sobre as propriedades privadas, adota-se como medida as áreas de servidão, pois em alguns casos os picos vulcânicos possuem terras públicas e privadas⁸⁶.

Figuras 144. San Luis Obispo (condado e cidade): sequência de picos vulcânicos. No primeiro plano, o Bishop Peak; em seguida, o Chumash Peak, Cerro Romauldo e Hollister Peak. Ao fundo, a Santa Lucia Range. Foto: William Rumbler, 2017.

143

144

86 As áreas de servidão estão previstas como estratégia de política pública no capítulo 6 (Conservation and Open Space) do General Plan, com o intuito de contribuir para o acesso e uso dos espaços abertos como picos vulcânicos, entre outros (CITY..., 2015, p. 6-50, tradução nossa).

A estratégia adotada em relação às áreas de servidão, como política pública visando ao acesso e à potencialização do uso dos espaços, sem dúvida é uma oportuna medida que possibilita às pessoas usufruírem desses espaços. Sem elas, os picos e as montanhas estariam contribuindo para o embelezamento da paisagem, entretanto, não permaneceriam de maneira tão intrínseca na cultura de lazer da população de San Luis Obispo.

Figuras 145. San Luis Obispo (cidade). O Bishop Peak, com uma das entradas situada na Patricia Street, é bastante utilizado para práticas de corrida, caminhada, bicicleta e apreciação da paisagem por público de todas as idades. A entrada para as trilhas do pico se localiza em área com ampla infraestrutura e casas de alto padrão. Fotos: Michele de Sá Vieira, 2018.

O desenho do sistema

Espaços livres de lazer

O SEL ampliado (*waterfront*) evidencia-se por seus pontos de vistas notáveis, enquanto o SEL aproximado (cidade de San Luis Obispo) possui destaque relacionado a seus parques e instalações recreativas. Conforme a classificação adotada na tese, existem seis subcategorias de espaços livres de interesse público de lazer – sendo os parques três dessas categorias:

1. pontos de vistas notáveis: Morro Bay, Montaña de Oro, Port San Luis, entre outros;
2. parques comunitários (seis unidades): Laguna Hills Park, Laguna Lake Park, Santa Rosa Park, Meadow Park & Neighborhood Center, Sinsheimer Park e Damon-Garcia Sports Complex;
3. parques de vizinhança (oito unidades): Vista Lago Park, Throop Park, Anhoim Park, Emerson Park, Mitchell Park, Johnson Park , French Park e Islay Hill Park;
4. miniparques (seis unidades): Priolo-Martin Park, Stoneridge Park, Las Praderas Park, Triangle Park, Ellsford Park e Buena Vista Park;
5. centros de recreação e espaços com características especiais (seis unidades): Laguna Lake Golf Course, Ludwick Community Center, Mission Plaza, Jack House & Gardens e Senior Citizens Center;
6. equipamentos de uso compartilhado (sete unidades): Laguna Jr. High School, C. L. Smith Park Elementary, Bishop Peak/Teach Elementary School, Pacheco Elementary, Hawthorne Elementary,

Sinsheimer Elementary School e Parks & Recreation Office.

Na contemporaneidade, apesar de os parques de San Luis Obispo atentarem para as questões de distribuição, diversidade de funções, porte, equipamentos, manutenção, segurança, iluminação, entre outros aspectos que os qualificam como ótimos espaços, fica claro que, ao compará-los com outros do mesmo Estado, como o Tongva Park em Santa Mônica/Los Angeles, o design, a linguagem paisagística mostram-se, pouco inovadores no caso de San Luis Obispo.

Isto traz uma reflexão sobre as decisões políticas: investir em tantos parques é a política mais pertinente ou a opção mais adequada seria ter uma quantidade menor, com projetos mais qualificados e, portanto, mais atrativos à população.

Segundo Queiroga (2012, p. 98), “[...] os investimentos públicos para a implantação e manutenção de parques não são simplesmente função do tamanho das cidades, ou de seus orçamentos públicos, mas são, antes de tudo, decisões políticas”.

Seguem ilustrados o Tongva e doze⁸⁷ parques dos vinte existentes, em San Luis Obispo, com o intuito de evidenciar equipamentos, características e áreas.

87 Os espaços ressaltados neste item foram selecionados por se tratarem dos parques onde quarenta e cinco entrevistas foram conduzidas com o intuito de avaliar o uso e a frequência das pessoas.

Figuras 146. Los Angeles – Santa Mônica: situado em região com entorno extremamente qualificado, o parque Tongva possui diversas esculturas metálicas, áreas com espelhos d'água, mirantes, anfiteatro e vegetação. A área para as crianças, com escorregadores, duchas, entre outros elementos para diversão, é muito utilizada. Fotos: Michele de Sá Vieira, 2018.

Tabela 18. Parques – Sinsheimer, Mitchell e Santa Rosa

Imagens	Parques	Áreas
Sinsheimer Park	98.554,20 m²
Parque com o maior número de equipamentos de San Luis Obispo, possui diversas quadras de tênis, quadras de beisebol, piscinas, playground, áreas para piquenique e ciclovias. O que se destaca neste parque, diferentemente dos outros na cidade, é a alta frequência de usuários no playground e em outras atividades.		
Foto: Michele de Sá Vieira, 2018
Mitchell Park	13.272,24 m²
Equipado com coreto, banheiros, brinquedos para crianças, mesas para piquenique e amplo gramado. Nota-se, em especial, a alta frequência de moradores de rua, fato que também ocorre em outros espaços, como o da Mission Plaza, dada a existência de banheiros públicos.		
Foto: Michele de Sá Vieira, 2017
Santa Rosa Park	44.534,98 m²
Possui diversos equipamentos, como campo de beisebol, quadra múltiplo-uso equipada para jogos de basquete e roller hockey, área para jogos de ferradura, playground, mesas coletivas e individuais para piquenique, extensa área gramada para realização de atividades diversas e pista de skate com grande infraestrutura.		
Foto: Michele de Sá Vieira, 2017		

Tabela 19. Parques – Laguna Lake, Islay Hill e French Park

Imagens	Parques	Áreas
LagunLake Park	56.909, 54 m ²
	Situa-se ao longo da margem direita da lagoa artificial; a margem esquerda é ocupada por residências unifamiliares. Nele fica o início da trilha que conduz ao espaço livre denominado Laguna Lake Open Space. Tem espaço para caminhadas e área apropriada para cães bastante frequentada.	
Foto: Michele de Sá Vieira, 2017
Islay Hill Park	50.657,74 m ²
	Situado na base do pico vulcânico Islay Hills, possui quadras de beisebol, vôlei de areia e basquete, playground rodeado por mesas de piquenique, amplo gramado, espaço para caminhadas e corridas conectado ao início da trilha do pico vulcânico.	
Foto: Michele de Sá Vieira, 2018
French Park	43.303,49 m ²
	Possui ampla infraestrutura, composta por quadras de beisebol, vôlei de areia, tênis, miniquadra de basquete, jogo de ferraduras, mesas para piquenique, churrasqueiras, playground e amplo gramado. Trata-se de um dos maiores parques de San Luis Obispo.	
Foto: Michele de Sá Vieira, 2018		

Tabela 20. Parques – Throop, Triangle e Johnson

Imagens	Parques	Áreas
Throop Park	12.308,37 m²
	Compartilha a mesma quadra com uma das escolas de San Luis Obispo (High School), que, por sua vez, tem campo de futebol com acesso livre à população. É equipada com playground, extensa área gramada, mesas para piquenique e área para andar de bicicleta.	
Foto: Michele de Sá Vieira, 2017
Triangle Park	2.660,04 m²
	Espaço remanescente de uma das quadras próxima da estação de trem de San Luis Obispo, extremamente dinamizado em relação à presença de comércio. O miniparque é composto por área gramada, arborização em seu perímetro, duas mesas para piquenique e bancos.	
Foto: Michele de Sá Vieira, 2017
Johnson Park	13.610,24 m²
	Extenso e contíguo à área residencial, apresenta grande gramado, pequena quadra de basquete circular, playground e mesas para piquenique. Posicionado de modo a possibilitar a visualização da Santa Lucia Range, situação que se repete em outros parques.	
Foto: Michele de Sá Vieira, 2018		

Tabela 21. Parques – Emerson, Meadow e Laguna Hills

Imagens	Parques	Áreas
Emerson Park	11.074,14 m²
Possui mesas para piquenique, pequeno bosque com áreas de estar, playground, bocha, quadra de basquete, amplo gramado, horta comunitária e academia ao ar livre. Com grande porte, ocupa toda a quadra.		
Foto: Michele de Sá Vieira, 2018
Meadow Park	75.588,36 m²
Extenso parque linear contíguo a residências unifamiliares e multifamiliares. Equipado com quadras de vôlei de areia, basquete, campo de beisebol, mesas de piquenique, jogo de ferraduras, playground, horta comunitária, pistas de caminhada e centro comunitário. Foto: Michele de Sá Vieira, 2018.		
Foto: Michele de Sá Vieira, 2018
Laguna Hills Park	15.620,32 m²
Contíguo a algumas residências de alto padrão, contém extenso gramado e poucos equipamentos. Há apenas algumas mesas para piquenique e playground. Situa-se em área que possibilita ampla apreciação dos picos vulcânicos e da montanha Santa Lucia Range.		
Foto: Michele de Sá Vieira, 2018		

Em San Luis Obispo (cidade), três parques se destacam em relação a seus desenhos: Laguna Hills Park e Meadow Park & Neighborhood Center, ambos classificados como parques comunitários, e Johnson Park, especificado como parque de vizinhança. Sendo contíguos às residências, tratam-se de extensões das unidades habitacionais, como se fossem seus jardins. Esse desenho interfere na qualidade do espaço e na vida das pessoas.

Figura 147. San Luis Obispo (cidade) – Meadow Park & Neighborhood Center. Possui grande área (75.588 mil m²) inserida internamente nas unidades habitacionais unifamiliares. As áreas residenciais se configuram de modo contíguo ao parque. Fonte: Produzida por Michele de Sá Vieira e Amanda Mesquita de Moraes, 2018. Baseada no SIG da Prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

Figuras 148. San Luis Obispo (cidade): o Damon - Garcia Sports Complex é intensamente frequentado por crianças aos finais de semana, e pelos adultos durante a semana no período noturno. Apesar da alta frequência em determinados períodos, o complexo esportivo não possui uso durante as manhãs e tardes de segunda à sexta-feira.
Foto: Michele de Sá Vieira, 2017.

Outro padrão de espaço de lazer aparece com relevância: os espaços unifuncionais. Eles possibilitam somente uma categoria de esporte, evidenciando uma das características dos espaços livres nos EUA. Por vezes, há uma série de quadras de basquetebol; em outras, os campos de futebol dominam amplos espaços, como é o caso do Damon - Garcia Sports Complex, destinado à recreação, com inúmeros campos de futebol.

Espaços livres de conservação

No contexto dos espaços livres de conservação, San Luis Obispo apresenta cinco categorias principais com diferentes formas e funções, cumprindo papéis diversos, extremamente ricos no cotidiano da população e da paisagem. São elas:

- 1. zonas de produção de vida aquática junto ao oceano Pacífico;
- 2. terras agrícolas situadas em extenso vale;

Figura 149. Mapa evidenciando as principais áreas que possuem cultivos agrícolas dentro e fora da cidade de San Luis Obispo. Também se verificam corpos d'água no vale entre as montanhas Irish Hills e Santa Lucia Range.
Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseada nos SIGs do condado e da Prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

Figura 150. San Luis Obispo (condado). O principal produto agrícola cultivado no condado é a uva. No entorno da cidade de San Luis, têm-se inúmeros vinhedos, entre eles o Edna Valley. Ao fundo, observa-se a Santa Lucia Range e o Islay Peak. Foto: Amy Joseph, 2017.

Próximo à fronteira da cidade San Luis Obispo, assim como em outras regiões da Califórnia, há extensas áreas agrícolas direcionadas a diversos cultivos. O cultivo da uva predomina, interferindo nos aspectos econômicos de San Luis Obispo (condado e cidade) em decorrência da produção de vinho nas vinícolas, com destaque para as de Paso Robles, ao norte do condado.

3. características geológicas, bastante evidenciadas no contexto paisagístico:
i) colinas e montanhas – localizam-se à direita da cidade a La Panza Range, Temblor Range, Caliente Range e Santa Lucia Range e à esquerda Irish Hills e Newsom Ridge;

Figura 151. Mapa das altitudes do condado, evidenciando que a cidade de San Luis Obispo está inserida entre ricas estruturas geológicas formadas por morros, colinas e montanhas. As mais próximas são a Irish Hills e a Santa Lucia Range. Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseada nos SIGs do condado e da Prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

Picos Vulcânicos

ii) picos vulcânicos – importantes estruturas geológicas que afloram no extenso vale situado entre a Santa Lucia Range e a Irish Hills, com exceção do Davidson Seamount, localizado no oceano Pacífico (DICKERSON, 2016, p. 8-9);

Situados no sentido diagonal e principalmente ao norte da cidade de San Luis Obispo, parte dos 15 picos contém remanescentes de vegetação que aparecem principalmente nos topos, entremeados às formações rochosas vulcânicas e, posteriormente, se interligam à arborização urbana, em alguns casos através de corredores ambientais. Essas formações possuem diferentes alturas e suas propriedades variam entre privadas, públicas (cidade) e públicas (estadual), em conjunto ou separadamente, como aponta a tabela 21.

Figura 152. Mapa evidenciando os picos vulcânicos e a propriedade das áreas, com variações entre as públicas e privadas, em conjunto ou separadamente.
Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseada em Dickerson (2016, p. 8-9) e nos SIGs do condado e da Prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

Tabela 22. Relação dos picos vulcânicos – alturas e definições de propriedade.

Número	Pico Vulcânico	Altura (m)	Propriedade
1	Pico Vulcânico 1	121	Privada
2	Islay Peak	236	Privada
3	Mine Hill	171	Privada
4	Orcuit Knob	173	Privada
5	Terrace Hill	152	Pública (cidade)
6	Cerro San Luis ou San Luis Mountain	394	Principalmente privada, mas também pública (cidade).
7	Bishop Peak	475	Pequena área privada, pequena área pública (cidade), maior área pública (estadual).
8	Chumash Peak	383	Privada e pública (estadual).
9	Pico Vulcânico 9	410	Pública (estadual)
10	Cerro Romauldo	398	Privada e pública (estadual).
11	Hollister Peak	428	Privada e pública (estadual).
12	Cerro Cabrillo	278	Privada e pública (estadual).
13	Black Hill	203	Pública (estadual)
14	Morro Rock	176	Privada e pequena área pública (cidade).
15	Davidson Seamount	2.378 m (975 m abaixo do nível da água).	Federal (faz parte do santuário Marinho Nacional da baía de Monterey)

Fonte: Michele de Sá Vieira, 2018. A partir de dados extraídos de Dickerson (2016, p. 8-9, tradução nossa), dos SIGs do condado e da Prefeitura de San Luis Obispo, 2018, e do site <<https://sevensistersrealty.com/about-the-seven-sisters>>. Acesso em: 20 set. 2018.

iii) zonas das falhas geológicas – San Simon, Estero, Los Osos, próxima à cidade de San Luis Obispo e San Andreas, bastante conhecida por sua extensão e possibilidade de ocasionar terremotos;

Figura 153. Mapa mostrando as falhas geológicas. As falhas Estero e Los Osos situam-se próximas à cidade de San Luis Obispo. Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseada nos SIGs do condado e da Prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

4. Áreas cobertas por vegetação – embora não tenham a exuberância da vegetação de São José dos Campos, se evidenciam através de bosques, florestas e arbustos localizados em áreas de grande altitude, e herbáceas, situadas em área de baixa altitude;

Figura 154. Mapa com as classificações da vegetação do condado. A grande quantidade de arbustos situada sobre morros, colinas e montanhas na maior parte do ano é seca, dando à paisagem aparência árida. Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseada nos SIGs do Estado da Califórnia, do condado e da Prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

5. Espaços Abertos

Em sua maioria, os espaços abertos cumprem importante função em relação à conservação dos habitats naturais. Observa-se que estes estão intrinsecamente presentes na cultura da população, no que se refere à utilização das trilhas para caminhadas, corridas e uso da bicicleta. Dentro da subcategoria espaços abertos, há outras três classificações⁸⁸:

1. trilha (uma unidade): Railroad Recreation Trail;
2. espaço aberto (cinco unidades): South Hills Open Space, Islay Hills Open Space, Terrace Hill Open Space, Laguna Lake Open Space e Bowden Ranch Open Space;
3. reservas (quatro unidades) – Cerro San Luis Natural Reserve, Reservoir Canyon Natural Reserve, Irish Hills Natural Reserve e Bishop Peak Natural Reserve.

No caso de San Luis Obispo, torna-se claro que o papel dos espaços livres de conservação é contribuir para proposições mais amplas, não limitadas à regulação climática, drenagem e biodiversidade. As zonas de produção de vida aquática, as terras agrícolas e os espaços com características geológicas que se destacam na paisagem são importantes estímulos para a economia, pois contribuem para as atividades turísticas.

O setor público reconheceu e tem reconhecido o potencial dos espaços abertos, em especial o vertical, como

⁸⁸ Esta tese entende que a definição da subcategoria ‘espaços abertos’ se subdivide em três outras classificações. Não se trata de denominação específica adotada pelo General Plan, 2015 (CITY..., 2015).

elemento paisagístico e espaço a ser utilizado para atividades lazer. Por essa razão, adota procedimentos como a compra de áreas privadas, consideradas estratégicas, através do mercado imobiliário. Um exemplo é a compra de 62,32 hectares de terra em fevereiro de 2017, que em 2019 se encontram em fase de planejamento para compreender, primeiramente, os valores estratégicos da área, como potencialidades relacionadas ao ambiente, à paisagem e à biodiversidade. Posteriormente, serão definidos os seus usos, entre eles, o posicionamento das trilhas e pontes a fim de evitar impactos no ecossistema⁸⁹. Observa-se também que, apesar de a área urbana estar junto a esses recursos naturais, existe compatibilização de usos, já que:

- as ocupações urbanas não geram impactos aos recursos verticais, principalmente por não estarem implantadas sobre os mares de morros, montanhas e picos vulcânicos, e sim em suas bases;
- as políticas públicas adotadas estabeleceram trilhas extremamente usufruídas para caminhadas nesses locais.

89 Informações extraídas da entrevista com Robert Hill (Natural Resources Manager), realizada em 20 de setembro de 2017 no Departamento de Administração da Prefeitura de San Luis Obispo.

Tabela 23. Espaços Abertos – Railroad Recreation Trail, Terrace Hills e Reservoir Canyon Natural Reserve

Imagens	Parques	Áreas
Railroad Recreation Trail	67.335,06 m²
Foto: Michele de Sá Vieira, 2017
Terrce Hills Open Space	88.988,56 m²
Foto: Michael Soliman, 2017
Reservoir Canyon Natural Reserve	2.312.084,10 m²
Foto: Amanda Olafsson, 2017		

Fonte: Michele de Sá Vieira, 2018.

Estruturas de gestão

Ao refletir sobre o SELI Pub, compreende-se que o modelo das estruturas de gestão interfere na produção e qualidade do sistema.

Os EUA possuem quatro diferentes níveis de governo: federal, estadual e os direcionados a condados e cidades. No Estado da Califórnia, há 58 condados. O de San Luis Obispo, que contém a cidade de San Luis Obispo, compõe o conjunto de condados. Dessa maneira, dois níveis de governo atuam de forma direta na cidade de San Luis Obispo: condado e cidade. Por isso, a análise das estruturas de gestão se dá sobre esses dois níveis.

Este capítulo também analisa o SEL ampliado, ou seja, para além dos limites da cidade, uma vez que os espaços livres externos são amplamente desejados e utilizados pela população – fato que reafirma a necessidade da análise da estrutura de gestão do condado.

Estrutura de gestão da cidade

Composição da estrutura de gestão

San Luis Obispo é considerada uma Cidade Charter, isto é, a gestão opera conjuntamente com o prefeito, o Conselho da Cidade e o gerente da cidade, portanto, de forma mais descentralizada quando analisada em relação ao sistema de gestão de São José dos Campos. Outro aspecto a ressaltar é o fato de o Poder Legislativo não compor a estrutura de gestão.

Enquanto o prefeito e os quatro conselheiros ocupam suas posições por intermédio dos processos eleitorais,

o gerente da cidade passa por processo de seleção⁹⁰ para ocupar seu cargo. Os chefes dos departamentos, que são subordinados ao gerente da cidade, também passam por processo de seleção. Seguem especificados o período e as formas pelas quais os cargos são ocupados na estrutura de gestão da cidade:

- prefeito – eleito para mandato de dois anos. A reeleição é autorizada, entretanto, não é permitido ocupar o cargo por mais de oito anos consecutivos (CITY..., 2019);
- conselho da cidade – quatro conselheiros são eleitos para mandatos de quatro anos. A reeleição é autorizada, entretanto, não podem ocupar os cargos por mais de oito anos consecutivos (CITY..., 2019);
- órgãos consultivos – os membros são nomeados pelo Conselho da Cidade, através do processo de seleção, para a realização de trabalho voluntário de dois a quatro anos;
- assessoria jurídica – o assessor jurídico é nomeado pelo Conselho das Cidades, por tempo indeterminado, através do processo de seleção da cidade;
- administração, finanças e tecnologia da informação, recursos humanos, proteção policial, utilidades, desenvolvimento comunitário, segurança ambiental e fogo, parques e recreação e trabalhos públicos – os chefes desses departamentos são nomeados pelo gerente da cidade, por tempo indeterminado, através do processo de seleção da cidade.

⁹⁰ O processo de seleção – tanto da cidade quanto do condado – estabelece que para o candidato estar apto à vaga e ocupar a posição desejada, seu conhecimento e habilidades devem ser comprovadamente compatíveis com o cargo por meio de documentos que certifiquem a graduação, especialização, entre outras formações, e atestem experiência nas funções exigidas, preferencialmente, em ambientes de governo, de acordo com o tempo exigido.

Atribuições da estrutura de gestão

As atribuições do prefeito se direcionam a representar a cidade em eventos oficiais, comunicar decisões da maioria do Conselho da Cidade ao gerente da cidade, presidir e atuar com os conselheiros nas reuniões⁹¹, cumprir incumbências definidas pelo conselho em apreço.

O Conselho da Cidade possui as seguintes funções: nomear os órgãos consultivos da cidade, conduzir as políticas públicas a serem desenvolvidas, aprovar programas, direcionar recursos financeiros para os departamentos da prefeitura, estabelecer orçamentos e aprovar contratos. Sob a condução do prefeito e do Conselho da Cidade estão os órgãos consultivos, a assessoria jurídica e a gerência da cidade.

Catorze órgãos consultivos compõem a estrutura da gestão, dividindo-se entre conselhos, comitês e comissões. Estes possuem como objetivo assessorar a gestão da cidade em temas que influenciam o encaminhamento das políticas públicas através de trabalhos voluntários.

Por sua vez, a assessoria jurídica tem as atribuições de prestar aconselhamento jurídico ao Conselho da Cidade e aos diversos órgãos consultivos, defender a cidade contra reclamações e litígios, iniciar ações judiciais civis e administrar os programas de Ação Legislativa e Advocacia Legal.

Sob a condução da gerência da cidade está o terceiro nível da gestão, composto por nove departamentos: Administração, Finanças e Tecnologia da Informação, Recursos Humanos, Proteção Policial, Utilidades, Desenvolvimento Comunitário, Segurança Ambiental e Fogo, Parques e Re-

⁹¹ O prefeito possui direito e dever de votar quando presente, mas não possui poder de veto.

criação, Trabalhos Públicos.

As políticas públicas direcionadas aos EL Pub concentram-se, principalmente, em quatro departamentos: Administração, Desenvolvimento Comunitário, Parques e Recreação, Trabalhos Públicos.

Os responsáveis pelas estruturas de gestão em apreço são:

- 1** eleito (prefeito) para mandato de dois anos;
- 2** eleitos (conselheiros da cidade) para mandato de quatro anos;
- 3** nomeado (gerente da cidade) pelo Conselho da Cidade, através do processo de seleção da cidade, por tempo indeterminado;
- 4** nomeados (membros dos órgãos consultivos) pelo Conselho da Cidade, através do processo de seleção da cidade, para realização de trabalho voluntário por período de dois a quatro anos;
- 5** nomeado (assessor jurídico) pelo Conselho da Cidade, através do processo de seleção da cidade, por tempo indeterminado;
- 6** nomeados (chefes dos departamentos) pelo gestor da cidade, através do processo de seleção da cidade, por tempo indeterminado.

Cidade de San Luis Obispo

- Departamentos**
- Atribuições**
- Departamentos responsáveis pela implantação das políticas públicas direcionadas aos espaços livres públicos.**

Figura 155. Organograma da estrutura de gestão da cidade de San Luis Obispo. Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018, a partir das entrevistas realizadas em 2017 com os funcionários da cidade – Robert Hill (Departamento de Administração), Rebeca Gershow (Departamento de Desenvolvimento Comunitário), Teresa Purrington (Conselho da Cidade) – e da análise do organograma da prefeitura de San Luis Obispo, 2017, que contém a organização dos departamentos da cidade de San Luis Obispo.

Estrutura de gestão do condado

Composição da estrutura de gestão

O condado de San Luis Obispo possui a mesma linha de gestão da cidade, entretanto, com diferenças. A principal a ser destacada é o fato de não existir a posição que o prefeito ocupa na cidade. Também não possui o Poder Legislativo em sua estrutura, assim como na cidade. Essa instância da gestão, da mesma forma como na cidade, opera de maneira compartilhada. Nesse caso, a administração é feita pelo Conselho de Supervisores e o administrador do condado, ocorrendo novamente de maneira mais descentralizada quando se analisa o sistema de São José dos Campos.

Cada um dos cinco distritos que formam o condado de San Luis Obispo é gerenciado por seus cinco respectivos conselheiros, escolhidos pelo processo eleitoral. Juntos, compõem o Conselho de Supervisores, que elege, entre eles, o presidente.

Já o administrador do condado é nomeado a partir de processo de seleção, como nos procedimentos adotados para a cidade. O mesmo ocorre com parte dos chefes de departamento do condado, selecionados para conduzir as políticas públicas na terceira instância de gestão.

Com o objetivo de evidenciar o processo de composição da estrutura de gestão, segue a especificação quanto à forma pela qual as posições são ocupadas no condado:

- conselho de supervisores – os conselheiros são eleitos pela população dos cinco distritos para um período de quatro anos, podendo ser reeleitos mais de uma vez. O presidente do Conselho é eleito entre os supervisores a cada ano (COUNTY..., 2019);

- administração do condado – o administrador do condado é nomeado pelo Conselho de Supervisores, por tempo indeterminado, através do processo de seleção do condado;
- órgãos consultivos – seus membros são nomeados pelo Conselho de Supervisores, através do processo de seleção do condado, para realização de trabalho voluntário em períodos de dois a quatro anos;
- cooperativa da Cal Poly – seus membros são nomeados através do processo de seleção do condado ou da própria universidade. A maior parte dos trabalhos realizados são liderados por voluntários;
- planejamento e edificações, parques e recreação – os chefes desses departamentos são nomeados pelo diretor administrativo do condado, por tempo indeterminado, através do processo de seleção.

Atribuições da estrutura de gestão

O Conselho de Supervisores possui diversas atribuições: decretar as leis do condado, estabelecer orçamentos, nomear funcionários, aprovar contratos formais, constituir políticas de governo para os cinco distritos, instituir regimentos no Plano Geral do Condado quanto a questões voltadas ao Uso e a Ocupação do Solo (entre outras), designar conselhos, comissões e comitês necessários para prestar serviços de forma adequada aos departamentos do condado e promover a nomeação dos membros que os conduzirão – mediante processo de seleção do condado.

Os órgãos consultivos, a Cooperativa da Cal Poly e a administração do condado ficam sob a gestão do Conselho de Supervisores. Tais órgãos possuem como principal

atribuição promover aconselhamento, auxílio e recomendações ao Conselho de Supervisores para o encaminhamento de planos, políticas públicas, recursos financeiros, entre outros.

A cooperativa, constituída através de recursos federais, estaduais, municipais e privados, tem como atribuições promover a conexão entre os acadêmicos e as questões locais do condado, em relação a temas voltados à agricultura, aos recursos naturais, à nutrição e ciência do consumidor. Também auxilia os agricultores a desenvolver métodos de cultivo mais eficientes, resolver problemas de manejo de pragas, aprimorar culturas e métodos de irrigação estratégica ligada ao consumo dos recursos hídricos elaborar estudos visando contribuir com a preservação das áreas naturais e agrícolas.

A administração do condado, por sua vez, desenvolve a gestão através do administrador do condado. Entre suas atribuições, estão: fazer recomendações relacionadas a operações dos departamentos ao Conselho de Supervisores, promover a administração de todas elas junto com os departamentos, coordenar as relações do trabalho junto com os Recursos Humanos, supervisionar projetos de relevância e preparar o orçamento.

Sob a condução do administrador do condado fica o terceiro nível de gestão, com seis eixos estruturantes (Uso do Solo, Proteção Pública, Saúde e Serviços Humanos, Serviços Comunitários, Suporte Interno, Fiscal e Administrativo) onde se distribuem os 24 departamentos. Observa-se que a educação não se encontra entre eles, pois fica sob a jurisdição do Estado da Califórnia por meio do Escritório de Educação.

As políticas públicas direcionadas aos EL Pub se concentram principalmente em dois departamentos: Planejamento e Edificações e Parques e Recreação, que compõem, respectivamente, os eixos direcionados ao uso do solo e aos serviços comunitários.

Os responsáveis pelas estruturas de gestão em apreço são:

- 1 eleitos (cinco conselheiros) pela população dos cinco distritos para o período de quatro anos; o presidente do Conselho é eleito entre os supervisores a cada ano;
- 2 nomeado (administrador do condado) pelo Conselho de Supervisores através do processo de seleção do condado por tempo indeterminado;
- 3 nomeados (membros dos órgãos consultivos) pelo Conselho de Supervisores, através do processo de seleção do condado, para realização de trabalho voluntário, por período de dois a quatro anos;
- 4 nomeados (membros da cooperativa), através do processo de seleção do condado ou da Universidade Politécnica da Califórnia; a maior parte dos trabalhos realizados é desenvolvida por trabalhos voluntários;
- 5 nomeados (chefes dos departamentos) pelo Conselho de Supervisores, através do processo de seleção do condado, por tempo indeterminado;
- 6 nomeados (chefes dos departamentos) pelo administrador do condado, através do processo de seleção do condado por tempo indeterminado;
- 7 nomeado (chefe do departamento) pela Cal Fire, Agência Estadual da Califórnia, através do processo de seleção da própria agência, a qual funciona como Departamento de Bombeiros do condado, sob contrato com o condado de San Luis Obispo;
- 8 eleitos oficialmente pela população pelo período de quatro anos;
- 9 nomeado (chefe do departamento) pelo Tribunal Superior da Califórnia, através do processo de seleção do mesmo, para o período de um ano;
- 10 nomeado (chefe do departamento), através do processo de seleção do condado, pelo Conselho de Supervisores para o período de quatro anos;

Figura 156. Organograma da estrutura de gestão do condado de San Luis Obispo.
Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018, a partir das entrevistas realizadas em 2017 com os funcionários do condado – Trevor Keith (Escritório Administrativo), Tessa Cornejo (Escritório Administrativo), Micki Oliger (Conselho de Supervisores), Katherine Soule (Cooperativa da Cal Poly) – e do A Guide to Government San Luis Obispo County (SAN LUIS COUNTY..., 2016).

Portanto, a estrutura de gestão da cidade de San Luis Obispo apresenta diferenças em relação à de São José dos Campos, em função: dos três níveis de gestão, da gestão compartilhada no primeiro nível de governo, de haver um interlocutor e gestor entre o primeiro nível e o terceiro nível de governo, das atribuições dos departamentos, do processo de seleção para determinadas posições, das prioridades relacionadas às políticas públicas e da ausência do Legislativo.

Esses contrastes – associados a aspectos como suporte físico, realidade socioeconômica, forma de atuação dos órgãos consultivos interligados ao primeiro nível de gestão, agentes externos ao poder público executivo – interferem em maior ou menor grau na produção do espaço e no nível da qualificação do SEL Pub.

São José dos Campos e San Luis Obispo:
contribuições californianas

6
CAPÍTULO

Este capítulo aprecia San Luis Obispo (cidade e condado) californiano e o município paulista à luz das suas distintas realidades. Considera ainda, as contribuições que o território californiano pode trazer para a análise do território paulista, mais especificamente de San Luis Obispo para São José dos Campos.

Preliminarmente, observa-se que as diferenças relacionadas ao porte populacional e à dimensão entre a cidade de San Luis Obispo e o município de São José dos Campos, a princípio já impõem cuidados nas análises. Justifica-se o estudo em face das ótimas condições do SELI Pub da cidade e do condado californiano, garantindo importantes contribuições para a análise do município paulista.

Os dados físico-territoriais e socioeconômicos são analisados a partir de indicadores físicos, econômicos e sociais essenciais. Sendo assim, atenta-se para os grandes contrastes e algumas semelhanças existentes entre San Luis Obispo e São José dos Campos, possibilitando analisar como esses aspectos interferem na produção do siste-

ma de espaços livres públicos. As categorias, subcategorias, funções, distribuição, produção e gestão são contempladas, buscando entender seus reflexos sobre a cidade, o condado e o município.

As diferenças entre os SELI Pub, tanto sob o viés aproximado quanto ampliado são abordadas. A amplitude de seus potenciais, enquanto capacidade de atender à população em maior e menor escala, é também analisada através de questionário aplicado em São José dos Campos e São Luis Obispo, com o intuito de compreender usos, frequências e qualidade desses espaços.

Evidenciam-se as correlações e os contrastes entre as estruturas de gestão, em três níveis de governo. Outros órgãos governamentais que possuem inserção na estrutura do Poder Executivo são comentados.

Figuras 157. San Luis Obispo (cidade e condado): na Highway 101, os veículos de passeio são muito mais presentes que os de transporte de carga, em função de este ser realizado principalmente através da linha férrea, ao contrário do que ocorre na via Dutra, que possui intenso tráfego de caminhões. A primeira imagem à esquerda mostra a Highway 101 na cidade; a da direita, de grande beleza paisagística, está próxima ao Hearst Castle. Fotos: Michele de Sá Vieira, 2017 e 2018.

Figura 158. San Luis Obispo (condado): este trecho de praia, situado ao longo da Highway 101, entre as cidades de San Luis Obispo e São Francisco, é um espaço livre destinado à produção de vida aquática. Inúmeros elefantes marinhos o utilizam para sua reprodução. Foto: Michele de Sá Vieira, 2018.

Dados físico-territoriais e socioeconômicos: contrastes e similaridades

Físico-territoriais

As duas cidades analisadas possuem malhas urbanas estruturadas por sistema viário principal, entretanto, há contrastes em relação a suas formas. Enquanto a cidade de San Luis Obispo possui 33,50 km² (Census, 2010), é orgânica e compacta, com densidade demográfica de 1.346,83 hab./km² (Census, 2010), São José dos Campos (município) contém 1.099,409 km² possui forma linear, espaiada – ‘tentacular’ – e densidade equivalente a 572,96 hab./km² (INSTITUTO..., 2010).

O condado californiano contém parte da Highway 101, a maior estrada costeira da Califórnia, conhecida por cortar paisagens praianas em sua extensão, conectando São Francisco a Los Angeles.

Figuras 159. San Luis Obispo (cidade): a maior parte das áreas urbanizadas que fazem fronteira com a linha férrea na cidade não está separada por muros ou grades. A cidade incorpora a linha aos SELI Pub, a exemplo do Railroad Recreation Trail, que possui pista asfaltada paralela à linha de trem, onde as pessoas caminham, correm e andam de bicicleta. Fotos: Michele de Sá Vieira, 2017.

Instalada no mesmo sentido da Highway 101, tem-se a linha férrea, utilizada principalmente para transporte de carga e turismo.

Apesar de ambos possuírem linhas de trem para o transporte de carga, fica claro que o Estado da Califórnia a utiliza com muito mais intensidade, pois o fluxo de caminhões circulando pela Highway 101 é menor que na rodovia Presidente Dutra.

Figura 160. São José dos Campos contém parte da rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo. Possui linha férrea, apenas para o transporte de cargas. Foto: Acervo Quapá, 2016.

Aspectos socioeconômicos

San Luis Obispo (cidade) com PIB *per capita* de U\$ 54.597,00 possui economia pautada em serviços, comércio, agricultura e turismo (SAN LUIS CITY..., 2017). São José dos Campos apresenta PIB *per capita* de U\$ 15.586,45 contém economia pautada na indústria, entre outros, com evidência para os serviços (INSTITUTO..., 2015)⁹².

Outros dados econômicos comprovam a posição de destaque que San Luis Obispo possui em relação a São José dos Campos, por exemplo, seus respectivos orçamentos (*per capita*), como informam os órgãos públicos americano e brasileiro: U\$ 1.986,49 e U\$ 975,51.

A situação privilegiada de San Luis Obispo também aparece quando se confronta a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total. San Luis Obispo contém praticamente o dobro: 61,3% (SAN LUIS COUNTY, 2016), contra 31,3% em São José dos Campos (INSTITUTO..., 2016).

Em relação ao número de parques, a cidade californiana possui melhores condições por abarcar 20 unidades, e São José dos Campos, 12 em 2017. Esse fato se reafirma considerando que San Luis possui 24,59 m² de parques urbanos implantados *per capita*, e São José dos Campos, 3,21 m².

As condições socioeconômicas se revelam ainda mais desfavoráveis para o Brasil quando se verificam as taxas de crescimento da população total entre 2000 e 2017. Enquanto a taxa de San Luis Obispo é de 5,3% (Census 2010-

92 Com o intuito de uniformizar as informações, os valores referentes a São José dos Campos foram dolarizados. Os valores da moeda utilizados no cálculo da conversão seguem especificados nos dados da Tabela 24.

2017), a de São José dos Campos é 10,84% (INSTITUTO..., 2010-2017), praticamente o dobro. Constatase, então, que o município paulista cresceu mais em termos populacionais e investiu menos em políticas direcionadas ao lazer. Isso significa que, ao adentrar em perspectivas futuras, relacionadas à quantidade de espaços livres de lazer, a tendência é que, proporcionalmente, São José dos Campos as tenha em desvantagem a San Luis Obispo.

Os dados socioeconômicos elevados e as opções de políticas públicas adotadas pela gestão (priorização no investimento nas políticas relacionadas aos parques) são, portanto, decisivos para a constituição do ótimo sistema da cidade – em números e qualidade.

Tabela 24. Síntese dos dados socioeconômicos e físico-territoriais de San Luis Obispo e São José dos Campos

Dados	San Luis Obispo (cidade)	Ano	São José dos Campos (município)	Ano
Áreas das unidades	33,50 km² (1)	2010	1.099,40 km² (A)	2010
PIB <i>per capita</i>	US\$ 54.597,00 (2)	2017	US\$ 15.586,45 (B) ©	2015
Número de habitantes total	45.119 (3)	2010	629.921 (A)	2010
	47.541 (1)	2017	703.219 (B)	2017
Taxa de crescimento da população total	5,3% (1)	2010 - 2017	10,84% (B)	2010 - 2017
Porcentual de pessoas pobres	1,4% (3) Percentual da população pobre com rendimento de US\$ 1 até US\$ 9.999,00 (por ano), o que equivale a US\$ 833,25 (por mês)	2010	37,39 % (A) Percentual da população com rendimento nominal mensal de até meio salário mínimo, considerando os ‘sem rendimento’. Observa-se que meio salário mínimo (R\$ 255), para esta data, corresponde a US\$ 145,00 @.	2010
	3,1% (4) Percentual da população pobre com rendimento de US\$ 1 até US\$ 9.999,00 (por ano), o que equivale a US\$ 833,25 (por mês)	2016	Os dados relacionados ao porcentual de pessoas pobres para 2016 constam no IBGE apenas para capitais e regiões metropolitanas.	2016
Densidade demográfica	1.346,83 hab./km² (3)	2010	572,96 hab./km² (A)	2010
	1.419,13 hab./km² (1)	2016	639,61 hab./km² (B)	2017
Orçamento 2015 – 2016	US\$ 80.720.334,00 (2)	2016	US\$ 800 milhões (C) ©	2016
Orçamento 2016 – 2017 (Administração Direta – órgãos de governo)	US\$ 94.440.157,00 (2)	2017	US\$ 686 milhões (C) ©	2017
Orçamento 2016 – 2017 <i>per capita</i>	US\$ 1.986,49 (2)	2017	US\$ 975,51 (C) ©	2016
Proporção de pessoas ocupadas em relação à população total	61,3% (4)	2016	31,3 % (B)	2016
Número de parques urbanos implantados	20 unidades	2017	12 unidades	2017
Somatória em m² dos parques urbanos	1.169.246,07 m² observação: para este cálculo foram considerados os parques comunitários, de vizinhança e miniparques.	2017	2.262.933,00 m² observação: para este cálculo não foram considerado o parque do Banhado e o parque Augusto Ruschi.	2017
Metragem quadrada dos parques urbanos implantados <i>per capita</i>	24,59 m² (<i>per capita</i>)	2017	3,21 m² (<i>per capita</i>)	2017

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2019.

I. Dados referentes à cidade de San Luis Obispo⁹³:
(1) De acordo com o United States Census Bureau (as dadas específicas das informações seguem descritas na tabela).
(2) De acordo com o San Luis Obispo, California Comprehensive Annual Financial Report Fiscal Year Ended June 30, 2017, produzido pelo Departamento Financeiro da Prefeitura de San Luis Obispo e do site de transparência da Prefeitura de San Luis Obispo.
(3) De acordo com o United States Censu Bureau, 2010.
(4) De acordo com o United States Census Bureau [Fonte: American Community Survey – estimativa (2012 -2016)].

II. Dados referentes a São José dos Campos⁹⁴:
(A) De acordo com os Censos Demográficos do IBGE, 2010.
(B) De acordo com o IBGE (as dadas específicas das informações seguem descritas na tabela).
(C) De acordo com a Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2016 e 2017.
© A conversão do PIB - 2015 e dos Orçamentos de São José dos Campos (2016 e 2017) de real para dólar foi realizada levando-se em consideração a média da cotação para compra da moeda americana do Banco Central, no último dia de cada mês dos anos de 2015, 2016 e 2017, o que correspondeu aos respectivos valores: US\$ 3,3913 – US\$ 3,4493 e US\$ 3,2025.
® A conversão do meio salário mínimo de São José dos Campos (2010) de real para dólar foi realizada levando-se em consideração a média da cotação para compra da moeda americana do Banco Central no último dia de cada mês dos anos de 2010, o que correspondeu ao valor de US\$ 1,7580.

93 Tabela criada a partir de dados extraídos dos sites da Prefeitura de San Luis Obispo (<https://sanluisobispoca.opengov.com/transparency#/2351>), United States Census Bureau (<https://www.census.gov/quickfacts/fact/table/sanluisobispocitycalifornia/IPE120216#viewtop>), entre outros.

94 Tabela criada a partir de dados extraídos dos sites do IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama>; <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1384#resultado>), Prefeitura Municipal de São José dos Campos (http://servicos2.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia_id=28474), entre outros.

As categorias

Espaços Livres de Lazer

Ao analisar as subcategorias e as funções dos espaços livres de lazer de San Luis Obispo e São José dos Campos, observa-se que, tanto na abordagem do General Plan 2015 quanto na implementação dos parques em San Luis Obispo, as funções e subcategorias são muito mais específicas quando verificadas no Plano Diretor 2006 – e, consequentemente, nos parques implementados em São José dos Campos.

Do ponto de vista empírico, os parques do município paulista apresentam funções relativamente definidas ao analisá-las sob o viés das seis regiões:

- as regiões sul, sudeste e leste, onde se concentra principalmente a população com faixas inferior e intermediária de renda, possui parques cuja função é atender aos moradores dos loteamentos vizinhos. Tais parques não possuem funções específicas, diversidade e alta qualidade de equipamentos, espaços e ambientes;
- as regiões oeste, centro e norte, onde estão as populações de renda superior e intermediária (oeste e centro) e inferior (norte), possuem equipamentos com funções específicas, ótima qualidade e diversidade de equipamentos, espaços e ambientes com ampla capacidade de atrair usuários de toda a cidade e da região do Vale do Paraíba.

O fato de os equipamentos de alta qualidade estarem concentrados nas regiões oeste, centro e norte, as qualifica. Entretanto, essa situação impõe à população das regiões sul, sudeste e leste – onde predominam faixas de renda me-

nores – deslocamentos para outros pontos da cidade, caso queiram utilizar equipamentos mais qualificados, diferentemente de San Luis Obispo, que possui espaços de ótima qualidade distribuídos por toda a cidade.

Espaços Livres de Conservação

Em suas subcategorias, os espaços livres de conservação apresentam contrastes muito evidentes e algumas semelhanças, como as terras agrícolas, já que tanto San Luis Obispo quanto São José dos Campos possuem cultivos agrícolas em seus vales e várzeas. As outras subcategorias se evidenciam com ‘pesos’ muito distintos nos dois territórios.

Em San Luis Obispo, é extremamente presente a Zona de Produção de Vida Aquática ligada ao oceano Pacífico, diferentemente de São José dos Campos, que se vincula à água doce (rios Paraíba do Sul e Jaguari). As áreas florescidas, pouco expressivas em San Luis Obispo, mostram-se com extrema exuberância em São José dos Campos.

Parte dos espaços com características geológicas⁹⁵ que se destacam na paisagem de San Luis Obispo (picos vulcânicos, montanhas e colinas) e São José dos Campos (várzeas, mares de morros, montanhas e colinas) se distinguem em função das características físicas, da maneira como se relacionam com a área urbanizada e da forma como a população as utiliza em suas práticas sociais.

⁹⁵ Esta tese considera como áreas com características geológicas as que se destacam na paisagem. No caso de San Luis Obispo, picos vulcânicos, montanhas e colinas; no de São José dos Campos, várzeas dos rios Paraíba do Sul e Jaguari, mares de morros, montanhas e colinas, entre outras.

As zonas de produção de vida aquática e as áreas com características geológicas

As zonas de produção de vida aquática e as áreas com características geológicas, para os espaços livres de conservação, são, portanto, objetos de análise em San Luis Obispo (cidade/condado) e São José dos Campos, por esta tese compreender que as categorias mencionadas são as mais relevantes para se avaliar nos dois territórios.

Zonas de produção de vida aquática

San Luis Obispo está a 10 quilômetros do oceano Pacífico, tendo relação com a produção da vida aquática através da Cal Poly, que possui píeres direcionados a pesquisas instalados no *waterfront*.

Mesmo possuindo relação com o litoral norte, tal fato é encontrado em outra escala em São José dos Campos, uma vez que Caragatatuba fica a 86 quilômetros pela rodovia dos Tamoios. Sendo assim, a relação de proximidade com as zonas de produção de vida aquática, entre outros aspectos relacionados ao mar, é muito mais intensa entre San Luis Obispo e o oceano Pacífico do que entre São José dos Campos e o Atlântico.

Verificando as zonas de produção de vida aquática direcionadas à água doce, observa-se que as cidades do condado de San Luis Obispo se instalaram principalmente fora das áreas de abrangência dos principais rios: Nacimiento, Estrella, Salinas, Huasna, Santa Maria e Cuyama, o que, sob o aspecto da conservação dos recursos naturais, é condição favorável, pois, por estarem afastados da área urbanizada, não recebem os possíveis impactos provenientes da urbanização.

Figura 161. Mapa do condado de San Luis Obispo com os principais rios e lagoas. Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseado nos SIGs do Estado da Califórnia, do condado e da Prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

Figura 162. San Luis Obispo (cidade). Pequeno corpo d'água na área urbanizada, com vegetação nativa de grande porte ao longo. Na cidade, geralmente o sistema hídrico é sempre inexpressivo do ponto de vista do volume de água.
Fotos: Michele de Sá Vieira, 2017.

Na cidade de San Luis Obispo, o San Luis Obispo Creek se destaca pela relação com a área urbanizada, e não pelo seu porte. Sua expressividade deve-se ao fato de, ao longo, possuir diversos bares e restaurantes que se conectam ao espaço livre público através de seus Espaços Livres Privados (EL Priv), fato que propicia momentos de lazer e práticas sociais.

Nesse contexto, na cidade de San Luis Obispo não existem corpos d'águas de grandes proporções, não havendo, portanto, presença significativa de produção de vida aquática – bem como na paisagem da malha urbana, como é o caso do rio Paraíba do Sul em São José dos Campos.

O município paulista, por sua vez, contém parte do rio Paraíba do Sul, corpo d'água de grandes proporções. Por estar inserido dentro da área urbanizada recebe os diversos impactos da urbanização, gerados pelas ocupações regulares e irregulares, cultivo agrícola e indústrias.

Também se destacam os benefícios que o rio Paraíba do Sul incorpora à paisagem de São José dos Campos, já que seus meandros são observados a partir de diversos pontos de vista notáveis – fato inexistente na cidade californiana.

Áreas com Características Geológicas

Ambas as cidades situam-se entre espaços livres de interesse público de conservação com alto significado. San Luis Obispo fica sobre parte de extenso vale, em meio às elevações Santa Lucia Range e Irish Hills, próxima ao oceano Pacífico. São José fica no vale do rio Paraíba do Sul, entre as serras da Mantiqueira e do Mar.

Apesar das semelhanças relacionadas ao posicionamento da área urbanizada, existem diferenças na forma como as cidades se relacionam com as montanhas, serras, colinas e mares de morros:

- as colinas e montanhas de San Luis Obispo estão muito mais próximas da área urbanizada em relação a São José dos Campos;
- as colinas, montanhas e serras de São José dos Campos estão mais distantes da área urbanizada principal e próximas de São Francisco Xavier;
- parte dos mares de morros de São José dos Campos estão ocupados por habitações familiares, regulares e irregulares, diferentemente de San Luis Obispo.

San Luis Obispo (cidade) soube se beneficiar das suas áreas com características geológicas que se destacam na paisagem mediante a implantação, em especial, de três políticas públicas:

1. fiscalização – impedindo o surgimento de ocupações irregulares;
2. lazer – possibilitando a convivência direta das pessoas com as colinas, montanhas e picos vulcânicos através das trilhas implantadas;
3. uso e ocupação do solo – garantindo a fruição da paisagem por possibilitar à população a visualização das colinas, montanhas e picos vulcânicos.

162

162

Tal fato favorece a proteção dos espaços livres, pois quando vivenciados pelas pessoas, surge o interesse em preservá-los. A intenção é mudar a percepção das pessoas de teórica para experimental, tornando mais fácil sensibilizá-las em relação à importância dos espaços (GERSHOW, 2017)⁹⁶.

⁹⁶ Informação fornecida por Rebecca Gershow (Associate Planner) durante entrevista realizada em 2017 no Departamento de Desenvolvimento Comunitário de San Luis Obispo.

Figuras 163. San Luis Obispo: vistas da cidade a partir do estacionamento vertical em Downtown (foto superior à esquerda) e dos topos dos espaços livres Terrace Hill (foto superior à direita) e Madonna Mountain (foto inferior), mostrando a cidade situado em vale – entre montanhas e picos vulcânicos. Fotos: Michele de Sá Vieira (superiores), 2017, e Toya Robinett (inferior), 2017.

Figuras 164. San Luis Obispo: vista da Santa Lucia Range a partir da Irish Hills Natural Reserve (foto superior). A área urbanizada da cidade de San Luis Obispo fica entre as duas elevações. Por vários percursos é possível visualizar a Santa Lucia Range, seja a partir do sistema viário, por exemplo, da Santa Rosa Street (foto inferior à esquerda), ou de Downtown (foto inferior à esquerda), visto que as edificações possuem em média de 1 (um) a 2 (dois) pavimentos. Fotos: Michele de Sá Vieira, 2018.

Figura 165. San Luis Obispo (cidade): ao fundo, o pico vulcânico Cerro San Luis, atrás do centro comercial California Market na Foothill Street. Assim como em outros espaços da cidade, é possível observar os recursos naturais verticais, que qualificam a paisagem de San Luis Obispo. Foto: Michele de Sá Vieira, 2018.

Figuras 166. San Luis Obispo vista a partir da Irish Hills Natural Reserve (fotos à esquerda). Observa-se que a área urbanizada está bem próxima à reserva, entretanto, se mantém em sua base. A proximidade desse espaço em relação à urbanização estimula práticas de caminhada e bicicleta pelo espaço livre em função do fácil acesso, da segurança e da boa manutenção.
Foto: Michele de Sá Vieira, 2017

Figuras 167. São José dos Campos. Em dois espaços distintos, observam-se as ocupações irregulares de baixa renda na primeira foto (Canindú); na segunda, as ocupações regulares de alta renda (loteamento Residencial Alphaville). Fotos: Acervo Quapá, 2016.

Se, por um lado, San Luis Obispo aplicou de maneira adequada diversas políticas públicas, valorizando a cidade, São José dos Campos mostra-se com eficiência restrita na forma como trata e utiliza as áreas com características geológicas quando analisadas as seguintes políticas:

1. de fiscalização – não atua de forma adequada, permitindo que os mares de morros sejam ocupados por habitações irregulares;
2. habitação – não existem políticas públicas habitacionais eficazes suficientes, que permitam à população com faixa de renda inferior viver em espaços regularizados, com infraestrutura e bem localizados em relação ao comércio, serviços e lazer⁹⁷;
3. lazer – não há estratégias e planos destinados ao lazer que façam uso desses locais⁹⁸;
4. uso e ocupação do solo – permite a ocupação dos mares de morros por habitação de alta e baixa renda.

⁹⁷ Observa-se que as escalas das cidades são diferentes. San Luis Obispo possui crescimento demográfico muito menor e conta com mais recursos – relacionados ao PIB e ao orçamento público – o que facilita a condução e implementação de políticas habitacionais.

⁹⁸ Em São Francisco Xavier, ocorrem atividades de lazer em trilhas muito mais pela espontaneidade dos visitantes do que, de fato, pela implantação de políticas públicas.

Produção e gestão

Em San Luis Obispo e São José dos Campos, a produção do SELI Pub para os espaços livres de lazer e conservação é respaldada em suas subcategorias, principalmente, por várias estâncias de gestão com diferentes composições.

No município paulista:

- Secretarias Municipais de Urbanismo e Sustentabilidade⁹⁹, Manutenção da Cidade e Obras;
- Secretaria Estadual de Meio Ambiente;
- Ministério do Meio Ambiente.

Na cidade californiana:

- Departamentos da cidade: Administração, Desenvolvimento Comunitário, Parques e Recreação, Trabalhos Públicos;
- Departamentos do condado: Planejamento e Edificações, Parques e Recreação.

Dessa forma, a produção e gestão dos espaços livres, tanto no município brasileiro quanto na cidade americana, em tela é desenvolvida entre várias estâncias de gestão que interferem na qualificação do SELI Pub através das legislações, disponibilização de recursos financeiros, entre outros aspectos.

⁹⁹ A fusão das Secretarias de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, a partir de 2017, criou a Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade.

Sistema de Espaços Livres de Interesse Público: São José dos Campos

Figura 169. Diagrama do SELI Pub Público ampliado e aproximado de São José dos Campos.
Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018.

Usos, frequências e qualidade

Espaços livres de lazer: usos e frequências

Com o intuito de se aproximar de usuários dos parques de San Luis Obispo e São José dos Campos, entender as formas de uso, como os frequentadores, avaliam, qualitativamente, os parques, e compreender os motivos da baixa e alta frequência nos espaços de lazer foi aplicada pesquisa qualitativa na cidade e no município em análise.

Esta pesquisa é composta por três itens – faixa etária, sexo e cidade em que os usuários residem – e treze questões que abordam: a frequência com que vão aos parques, como vão (acompanhados e/ou sozinhos), o que normalmente fazem nos espaços livres de lazer, atividades que mais gostam e menos gostam nos parques.

As questões também abordam o fato de San Luis Obispo e São José dos Campos possuírem parques suficientes ou não, serem bem frequentados em relação ao número de pessoas, encontrarem normalmente outras pessoas, como descreveriam os parques a quem nunca os utilizou e o que consideram necessário ser feito nos espaços de maneira geral.

Foi perguntado ainda sobre a distância entre a casa dos usuários e os parques, quanto tempo permaneciam no local, que outros lugares normalmente frequentam – incluindo espaços situados tanto na cidade quanto no condado de San Luis Obispo.

San Luis Obispo: resultados

A apropriação preliminar da cidade apontou que esses espaços são pouco frequentados, apesar das inúmeras qualidades que possuem, como boa distribuição, manutenção, equipamentos adequados para prática de esportes, playground com diversos tipos de brinquedos para crianças, segurança, serem familiares e amigáveis.

Por essa razão, quarenta e cinco entrevistas foram conduzidas em doze parques: 1) Sinsheimer Park – quatro entrevistas; 2) Mitchell Park – três; 3) Santa Rosa Park – seis; 4) Laguna Lake Park – seis; 5) Islay Hill Park – três; 6) French Park – cinco; 7) Throop Park – quatro; 8) Triangle Park – uma; 9) Johnson Park – quatro; 10) Emerson Park – três; 11) Meadow Park – três; 12) Laguna Hills Park – três.

Os questionários foram realizados entre os meses de abril e junho de 2018, por se tratar de período compatível com temperaturas climáticas capazes de estimular os californianos a usar os EL Pub, facilitando, dessa forma, encontrar usuários para serem entrevistados. Mesmo assim, foi necessário retornar em determinados parques, em função da falta destes, ainda que as entrevistas tenham sido concentradas nos finais de semana.

Após a condução dos questionários, os dados foram sistematizados em duas etapas: 1) foram gerados 12 quadros (ver apêndice) para a consolidação dos dados de cada um dos parques; 2) gerou-se a tabela final, que agregou as informações de todas as parciais. Alguns dos dados identificados – como manutenção inadequada, bebedouros velhos, grama seca, mesa de piquenique inadequada, bancos sem manutenção – foram aglutinados em um único item, denominado ‘manutenção’, objetivando facilitar a organização das informações.

Tabela 25. Síntese dos questionários aplicados em San Luis Obispo (dados iniciais e questões 1 e 2)

San Luis Obispo - dados iniciais e questões (1 e 2)									
Idade	N. de pessoas	Sexo	N. de pessoas	Residência	N. de pessoas	Questão 1	N. de pessoas	Questão 2	N. de pessoas
46-55	10	M	26	San Luis Obispo/ CA	32	Semanalmente	18	Acompanhados por familiares	23
36-45	9	F	19	Clóvis/ CA	2	Raramente	8	Sozinhas	8
15-25	9			San Diego/ CA	2	Algumas vezes por mês	8	Acompanhados por amigo	4
66-75	7			Paso Robles/ CA	2	Visitando	6	Acompanhados por familiares e amigos	3
56-65	5			Morro Bay/ CA	1	Todos os dias	5	Acompanhados por seus cachorros	3
26-35	5			Berkley/ CA	1			Acompanhadas ou sozinhas	2
76-85	0			Santa Maria/ CA	1			Acompanhado pela criança da qual é babá	1
				Pismo Beach/CA	1			Acompanhado pelo namorado	1
				Los Osos/ CA	1				
				Los Angeles/CA	1				
				Exeter/CA	1				

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2018.

Tabela 26. Síntese dos questionários aplicados em San Luis Obispo (questões 3 a 5)

San Luis Obispo - questões (3 a 5)					
Questão 3	N. de pessoas	Questão 4	N. de pessoas	Questão 5	N. de pessoas
Trazer meu(s) filho(s) para o playground	18	Playground	9	Nada incomoda	17
Desfrutar do espaço ao ar livre e da paisagem	17	Estruturas para jogos e prática de esportes	9	Manutenção inadequada	6
Caminhar	16	Gramados, árvores e suas sombras	7	Proximidade com o sistema viário	5
Encontrar com amigos	10	Localização	6	Moradores de rua	5
Praticar esportes (tênis, skate e beisebol)	7	Tranquilidade	6	Vento intenso	2
Caminhar com o cachorro	5	Apreciação da paisagem (morros e colinas)	4	Pouca sombra	2
Andar de bicicleta	3	Áreas livres / abertas	4	Ausência de flores	2
Fazer piquinique ou churrasco	3	Manutenção	4	Há árvores somente nas bordas / mais árvores	2
Participar de uma festa	2	Espaços para andar de bicicleta	3	Próximo a dois postos de combustíveis	1
Usar o espaço do parque destinado exclusivamente aos cachorros	1	Clima	2	Há cachorros	1
		Lago	2	Falta de churrasqueira	1
		Dimensão	1	Poucas atividades	1
		Agradar aos filhos	1	Falta de iluminação	1
		Curso d’água	1	Está em área urbanizada	1
		Diferentes atividades	1	Poucas áreas de estar para adultos	1
		Espaço para caminhar	1		
		Beleza	1		
		Espaço para cachorro	1		
		Encontrar com amigos	1		

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2018.

Tabela 27. Síntese dos questionários aplicados em San Luis Obispo (questões 6 a 9)

San Luis Obispo – questões (6 a 9)							
Questão 6	N. de pessoas	Questão 7	N. de pessoas	Questão 8	N. de pessoas	Questão 9	N. de registros
Sim	31	Sim	39	Sim	22	Boa manutenção	17
Não	13	Não	6	Não	17	Tranquilidade e silêncio	7
N/A	1			Algumas vezes	6	Bons equipamentos (playground e área para praticar esportes)	7
						Belas paisagens em seu entorno; é possível apreciar as montanhas e as colinas	6
						Bons parques (bonitos, charmosos e bem projetados)	6
						Amistosos/familiares	6
						Bons gramados	6
						Boa quantidade de atividades de lazer	3
						Agradáveis e divertidos	2
						Seguros	2
						Grandes áreas abertas	2
						Diversidade de funções entre os parques	2
						Sem resposta	2
						O clima (temperatura) é favorável para usufruir os parques	1
						A cidade possui vários parques	1
						Árvores interessantes	1
						Acessíveis	1
						Os parques são pouco frequentados	1
						As instalações são regulares	1
						Há moradores de rua	1
						Pouco amigáveis	1
						Há sempre lascas de madeira no chão	1

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2018.

Tabela 28. Síntese dos questionários aplicados em San Luis Obispo (questões 10 a 13)

San Luis Obispo – questões (10 a 13)							
Questão 10	N. de registros	Questão 11	N. de pessoas	Questão 12	N. de pessoas	Questão 13	N. de registros
Nada	16	1 milha (20 min.)	13	15 a 45 min.	12	Avila Beach	61
Investimento na manutenção (gramados, mobiliário urbano e banheiros)	6	½ milha (10 min.)	7	1 hora	11	Morro Bay	49
Criar mais espaços sombreados	5	3 milhas (60 min.)	7	1 a 2 horas	11	Pismo Beach	45
Promover mais atividades para todas as idades (exemplo: concertos musicais)	4	Vivem em outra cidade	5	Algumas horas	4	Montana de Oro	40
Ampliação de equipamentos (splash pad, pista de skate e estrutura para jogos)	3	2 milhas (40 min.)	4	3 a 10 min.	3	Downtown	30
Retirar os moradores de rua	2	1/8 milha (2 min.)	3	2 horas	2	Outros Parques	4
Ampliar a quantidade de caminhos	1	40 milhas	3	30 min. a 2 horas	1	Irish Hills	1
Colocar mais lixeiras recicláveis	1	10 milhas	2	30 min. a 1 hora	1	Arroyo Grande	1
Aumentar o número de espaços destinados para os cachorros	1	5 milhas	1			Total	231
Inserir mais ambientes de estar (famílias e amigos)	1	12 milhas	1				
Plantar mais árvores	1						
Implantar mais parques	1						
Parar de cortar as árvores	1						
Churrascos	1						
Lascas de madeira nos parques	1						
Mais áreas verdes	1						

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2018.

Objetivando destacar os dados mais comentados pelos usuários, foram identificados principalmente os 3 (três) registros mais relevantes de cada um dos itens e questões. Seguem as informações no que se refere:

- Às idades

Variam entre 15 e 75 anos, com predominância para aqueles que possuem entre 46 e 55 (10 pessoas), 36 a 45 (9 pessoas) e 15 a 25 (9 pessoas). As demais faixas etárias também foram registradas, com exceção apenas da faixa entre 76 e 85, para a qual não se teve registros;

- Ao gênero

Há relativo equilíbrio com relação ao uso, embora se observe a presença maior do sexo masculino (26 pessoas) quando comparado com o sexo feminino (19 pessoas);

- Ao local que residem

Os frequentadores são principalmente de San Luis Obispo (32 pessoas), mas também há pessoas de outras cidades, como San Diego/CA (2 pessoas), Berkley/CA (1 pessoa), entre outras cidades da Califórnia;

- À questão 1

O número de vezes que as pessoas os frequentam ocorre com maior relevância semanalmente (18 pessoas). Entretanto, há aquelas que vão raramente (8 pessoas) e algumas vezes por mês (8 pessoas);

- À questão 2

Os entrevistados costumam ir aos parques acompanhados ou sozinhos; a vinda ao espaço livre ocorre princi-

palmente na companhia de familiares (23 pessoas); há situações em que seguem acompanhados por amigos (4 pessoas), mas também sozinhos (8 pessoas);

- À questão 3

Os motivos pelos quais famílias e pessoas normalmente vão aos parques estão relacionados ao fato de levarem o(s) filho(s) ao playground (18 registros), mas também os frequentam para desfrutar do espaço ao ar livre e da paisagem (17 registros), caminhar (16 registros), encontrar amigos (10 registros) e praticar esportes (7 registros);

- À questão 4

Entre as qualidades que mais gostam estão o playground (9 registros), a estrutura para jogos e prática de esportes como tênis, beisebol e skate (9 registros), os gramados, árvores e suas sombras (7 registros);

- À questão 5

Ao serem consultados, o que mais se destacou foi o fato de a maioria dos entrevistados apontar que nada os desagradava (17 registros). Ao comentarem o que não lhes agrada, foram evidenciadas: a questão de os parques estarem próximos ao sistema viário, acarretando barulho e insegurança às crianças (5 registros); manutenção inadequada (6 registros); presença de moradores de rua (5 registros). Os demais itens foram mencionados entre 1 (uma) e 2 (duas) vezes apenas;

- À questão 6

Ao perguntar se a cidade tem parques suficientes ou não, a grande maioria compreende que sim (31 pessoas),

enquanto a minoria compreende que não são suficientes (13 pessoas). Um único registro apontou que o usuário não é capaz de fazer essa avaliação;

- À questão 7

Constatou-se que para a maior parcela dos entrevistados (39 pessoas) os parques são bem frequentados em relação ao número de usuários, enquanto a minoria afirma que não (6 pessoas);

- À questão 8

A maioria dos usuários normalmente conhece outras pessoas no parque (22 pessoas), mas há boa parcela que não as encontra (17 pessoas) e algumas disseram que às vezes (6 pessoas);

- À questão 9

Ao apontarem os aspectos que mais se destacam nos parques para pessoas que nunca os viram, fica claro que os positivos se evidenciaram muito mais em relação aos negativos. Entre os positivos, destacam-se a boa manutenção (17 registros), o fato de serem tranquilos e silenciosos (7 registros) e bem equipados (7 registros). Entre os negativos, aparecem apenas 5 itens: os parques são pouco frequentados (1 registro), as instalações são regulares (1 registro), são pouco amigáveis (1 registro), há lascas de madeira (1 registro) e há moradores de rua (1 registro);

- À questão 10

Ao registrarem o que gostariam que fosse feito em relação aos parques, a grande maioria expressou que não há

nada para ser implementado/melhorado (16 registros), mas há quem considera importante investir mais na manutenção em itens como: gramado, mobiliário urbano e banheiros (6 registros), criação de espaços sombreados (5 registros);

- À questão 11

A distância entre a residência e os parques é principalmente de 1 milha – 20 min. (13 pessoas), o que corresponde a 1,61 quilômetros, seguidos por ½ milha – 10 min. (7 pessoas) e 3 milhas – 1 hora (7 pessoas);

- À questão 12

Na maioria das vezes, permanecem nos parques entre 15 e 45 min. (12 pessoas), mas também há quem fique por 1 hora (11 pessoas), e os que gastam de 1 a 2 horas (11 pessoas);

- À questão 13

Outros espaços de recreação que usualmente estão entre os seus hábitos: em primeira posição, os espaços livres existentes em Avila Beach (61 registros); na sequência, Morro Bay (49 registros) e Pismo Beach (45 registros). Também existem outros bem frequentados, como Montana de Oro (40 registros) e Downtown (30 registros).

Figuras 170. Parque Alberto Simões, situado no loteamento Altos de Santana, onde foi conduzida parte das entrevistas. Os questionários aplicados apontaram que seus usuários consideram adequados os equipamentos de lazer, o projeto do parque e a possibilidade de apreciação da paisagem. Por outro lado, mostraram a necessidade de mais espaços sombreados, atividades para crianças e internet gratuita.
Foto: Acervo PMSJC, 2016.

São José dos Campos: resultados

A apropriação inicial do município apontou que os parques de São José dos Campos são bastante frequentados devido a vários aspectos, como distribuição, densidade demográfica, equipamentos e ambientes que agradam a população.

Por essa razão, 45 (quarenta e cinco) entrevistas foram conduzidas em 11 (onze) parques: 1) parque Senhorinha – cinco entrevistas; 2) parque Sérgio Sobral de Oliveira – cinco; 3) parque Alberto Simões – cinco; 4) parque Alambari – quatro; 5) parque Ayrton Senna da Silva – cinco; 6) parque Pousada do Vale – duas; 7) parque Caminho das Garças – quatro; 8) parque Ribeirão Vermelho – quatro; 9) parque Santos Dumont – quatro; 10) parque Vicentina Aranha – quatro; 11) parque da Cidade – três

Os questionários foram realizados entre os meses de setembro e outubro de 2018, por se tratar de período compatível com temperaturas climáticas capazes de estimular os paulistanos a usar os EL Pub, facilitando, dessa forma, encontrar usuários para serem entrevistados.

Após a condução dos questionários, fez-se a sistematização dos dados em uma única etapa¹⁰⁰, exposta em tabela final que agregou as informações de todas as entrevistas.

¹⁰⁰ Os dados de San Luis Obispo foram sistematizados em duas etapas em relação à quadros e tabelas. Primeiramente, foi produzido um quadro para cada parque; após, os dados foram agregados em uma tabela final. Para São José dos Campos os dados foram sistematizados diretamente na tabela final.

Tabela 29. Síntese dos questionários aplicados em São José dos Campos dados iniciais e questões (1 e 2)

São José dos Campos – dados iniciais e questões 1 e 2									
Idade	N. de pessoas	Sexo	N. de pessoas	Residência	N. de pessoas	Questão 1	N. de pessoas	Questão 2	N. de pessoas
26-35	11	M	30	São José dos Campos/SP	45	Semanalmente	15	Acompanhados por familiares	14
46-55	10	F	15			Raramente	12	Sozinhas	14
36-45	8					Todos os dias	11	Acompanhados por amigos	10
15-25	8					Algumas vezes por mês	4	Acompanhados por familiares e amigos	5
56-65	4					Visitando	3	Acompanhado pelo namorado(a)	2
76-85	3								
66-75	1								

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2018.

Tabela 30. Síntese dos questionários aplicados em São José dos Campos (questões 3 a 5)

São José dos Campos – questões (3 a 5)					
Questão 3	N. de pessoas	Questão 4	N. de pessoas	Questão 5	N. de pessoas
Caminhar	21	Estrutura do parque e espaços para a prática de esportes (futebol, skate, tirolesa e corrida)	13	Manutenção inadequada (lixo, playground , pista de skate, mobiliário urbano)	17
Desfrutar do espaço ao ar livre e da paisagem	19	Apreciação da paisagem	11	Nada incomoda	9
Praticar esportes (tênis, skate, futebol, escalada, andar de patins, academia ao lar livre e corrida)	18	Arborização e contato com a natureza	10	Tráfico e usuários de drogas	7
Encontrar com amigos	15	Tranquilidade	7	Falta de segurança	3
Trazer meu(s) filho(s) para o playground	9	Segurança	3	Falta de árvores e sombras	3
Piquenique	3	Encontrar pessoas	2	Falta de pista de skate e pista mal projetada	2
Andar de bicicleta	2	Áreas livres e abertas	2	Dejetos dos cachorros	2
Plantar árvores	2	Manutenção	2	Proliferação de carrapatos	2
Pescar	2	Atividades culturais	1	Pequena dimensão	1
Usar o espaço para atividades religiosas	2	Projeto do parque	1	Falta de lanchonetes	1
Ler	2			Parque é pouco frequentado	1
Ouvir música	2			Atendimento do poder público ao municípe	1
Fazer churrasco	1			Roubo de mudas de árvores plantadas	1
Tomar sol	1				1
Colher frutas	1				
Jogar Pockemon	1				

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2018.

Tabela 31. Síntese dos questionários aplicados em São José dos Campos (questões 6 a 9)

São José dos Campos – questões (6 a 9)							
Questão 6	N. de pessoas	Questão 7	N. de pessoas	Questão 8	N. de pessoas	Questão 9	N. de registros
Sim	30	Sim	31	Sim	26	Bons parques (bonitos, agradáveis, bem frequentados e divertidos)	24
Não	15	Não	14	Não	19	Boa manutenção	5
						Grandes áreas verdes, árvores interessantes e belas paisagens	5
						Mal conservados	5
						Inseguros	4
						Não há entretenimentos	3
						Tranquilos	3
						Boa quantidade de atividades de lazer	3
						Há diversidade entre os parques (diferentes funções)	3
						Amistosos/familiares	2
						Amplos	2
						Parques são ruins	1
						Seguros	1
						Sem resposta	1
						Bons para caminhar	1
						Acessíveis	1
						Há várias pistas de skate	1
						Há parques bons e ruins	1

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2018.

Tabela 32. Síntese dos questionários aplicados em São José dos Campos (questões 10 a 13)

São José dos Campos – questões (10 a 13)							
Questão 10	N. de registros	Questão 11	N. de pessoas	Questão 12	N. de pessoas	Questão 13	N. de registros
Segurança	14	10 min.	11	2 horas	13	Outros parques Parque da Cidade Santos Dumont Vicentina Aranha Alberto Simões Total	20 18 10 1 49
Investimento na manutenção	14	5 min.	11	1h30	11	Centro da Cidade	28
Ampliar os equipamentos (brinquedos, piscinas)	6	20 min.	8	3 horas	7	‘Orla’ do Banhado	17
Não há nada a ser implementado/melhorado	5	2 min.	5	4 horas	5	São Francisco Xavier	10
Promover mais atividades (campeonatos esportivos e eventos culturais)	2	1 min.	3	10 min.	3	Centro da Juventude	4
Iluminação	1	40 min.	2	8 horas	1	Casa do Idoso Sul	1
Controle de carrapatos	1	1 hora	2	7 horas	1	Clube do Laço	1
Acesso (não há paradas de ônibus próximo ao parque)	1	15 min.	2	6 horas	1	Thermas do Vale	1
Liberar a entrada de cachorros nos parques	1	1h30	1	5 horas	1	São Paulo (Brás, av. Paulista, Centro, Itaim, Butantã, Zona Leste, Vila Penteado, Liberdade, Morumbi, Bairro do Limão, USP e Pinheiros)	31
Implantação de Banheiros	1			30 min.	1	Praias	29
Disponibilidade de internet	1			15 min.	1	Campos do Jordão	16
						Guaianases	1
						Guararema	1
						Total	189

Fonte: Elaborada por Michele de Sá Vieira, 2018.

Objetivando destacar os dados mais comentados pelos usuários dos parques, foram identificados principalmente os 3 (três) registros mais relevantes de cada um dos itens e questões. Seguem as informações no que se refere:

- Às idades

Variam entre 15 e 75 anos, com predominância para aqueles que possuem entre 26 e 35 (11 pessoas), 46 e 55 (10 pessoas), 36 e 45 (8 pessoas) e 15 e 25 (8 pessoas). As demais faixas etárias também foram registradas;

- Ao gênero

Em relação ao uso, observa-se a presença muito maior do sexo masculino (30 pessoas) quando comparado com o sexo feminino (15 pessoas);

- Ao local que residem

Os frequentadores são todos de São José dos Campos (45 pessoas); não foram identificados moradores de outras cidades frequentando os parques analisados;

- À questão 1

O número de vezes que as pessoas os frequentam ocorre com maior relevância semanalmente (15 pessoas), entretanto, há quem vá raramente (12 pessoas). Destaca-se as que vão todos os dias (11 pessoas);

- À questão 2

Os entrevistados costumam ir aos parques mais

acompanhados do que sozinhos. Observa-se que a vinda ao espaço livre ocorre principalmente na companhia de familiares (14 pessoas), seguida pelos amigos (10 pessoas), mas também sozinhas (14 pessoas);

- À questão 3

Os motivos pelos quais pessoas normalmente vão aos parques se relacionam à prática de caminhada (21 registros), mas também os frequentam para desfrutar do espaço ao ar livre e da paisagem (19 registros), praticar esportes (18 registros), encontrar com amigos (15 registros) e trazer o(s) filho(s) para o playground (9 registros);

- À questão 4

Entre as qualidades que mais gostam estão a estrutura do parque e os espaços para a prática de esportes como futebol, skate, tirolesa e corrida (9 registros), a apreciação da paisagem (11 registros), a arborização e o contato com a natureza (10 registros);

- À questão 5

Ao serem consultados sobre o que menos gostam no parque, foi destacada a manutenção inadequada em diversos aspectos (17 registros). Parte dos entrevistados apontou que nada os desagrada (9 registros); o tráfego de drogas e a presença de usuários evidenciou-se como a terceira maior insatisfação (7 registros), e a falta de segurança também foi apontada (3 registros);

- À questão 6

Perguntados se a cidade tem parques suficientes ou

não, a grande maioria compreende que sim (30 pessoas), enquanto a minoria compreende que não são suficientes (15 pessoas);

- À questão 7

Constatou-se que, para a maior parcela dos entrevistados (31 pessoas), os parques são bem frequentados em relação ao número de usuários, enquanto para aproximadamente 50%, não (14 pessoas);

- À questão 8

A maioria dos usuários normalmente conhece outras pessoas no parque (26 pessoas), mas há também boa parcela que não as encontra (19 pessoas);

- À questão 9

Ao apontarem os aspectos que mais se destacam nos parques para pessoas que não os conhecem, fica claro que os positivos se evidenciaram muito mais em relação aos negativos. Entre os positivos, destaca-se o fato de São José dos Campos possuir bons parques e por serem: bonitos, agradáveis, bem frequentados e divertidos (21 registros). A boa manutenção (5 registros) e a presença de grandes áreas verdes, com árvores interessantes e belas paisagens, também foi ressaltada (5 registros). Entre os aspectos negativos, entretanto, destaca-se a questão de serem mal conservados (5 registros) e inseguros (4 registros).

- À questão 10

Ao registrarem o que gostariam que fizessem em relação aos parques, boa parte expressou que os parques necessitam de mais segurança (14 registros) e manutenção (14 re-

gistros), outros declararam que o número de equipamentos deveriam ser ampliados (6 registros) e apenas alguns colocaram que não há nada para ser implementado/melhorado (5 registros);

- À questão 11

A distância entre a residência e os parques é principalmente de 10 minutos (11 pessoas) e 5 minutos (11 pessoas), seguida por 20 minutos (8 pessoas) e 2 minutos (5 pessoas);

- À questão 12

Na maioria das vezes, permanecem nos parques por 2 horas (13 pessoas), mas também há quem fique por 1 hora e 30 minutos (11 pessoas) e 3 horas (7 pessoas);

- À questão 13

Entre os demais espaços de São José dos Campos que usualmente fazem parte dos hábitos dos usuários, estão em primeira posição os outros parques da cidade (49 registros); em sequência, o centro da cidade (28 registros) e a ‘Orla’ do Banhado (17 registros). Também são bem frequentados espaços fora da cidade, em São Paulo (31 registros) e Ubatuba / Caraguatatuba / praias (29 registros).

San Luis Obispo e São José dos Campos: análises

Para o padrão da cidade média brasileira, São José dos Campos tem boa quantidade de espaços livres de lazer: doze parques urbanos consolidados, correspondendo a 3,21 m² *per capita*. No caso californiano analisado, há vinte parques constituídos, equivalendo a 24,59 m² *per capita*.

Apesar da ótima distribuição, quantidade e qualidade dos espaços destinados à recreação em San Luis Obispo (cidade), por serem acessíveis, seguros, terem ótima manutenção, equipamentos adequados, além de a cidade possuir alta densidade demográfica¹⁰¹ – 1.419,13 hab./km² –, há baixa utilização dos parques, com raras exceções, como no caso do Sinsheimer Park (parque comunitário), com alta frequência em função da grande diversidade de equipamentos.

Essa realidade está pautada em fatores como:

- 1. a ótima qualidade do SELI Pub ampliado:
 - Morro Bay, Avila Beach, Pismo Beach, Port San Luis, Parque Estadual Montaña de Oro são espaços extremamente qualificados, tanto do ponto de vista paisagístico quanto em relação às políticas públicas, uma vez que possuem boa urbanização, manutenção, segurança, práticas de lazer – além de, praticamente todos, com exceção do Montaña de Oro, possuírem inúmeras atividades comerciais;
 - os picos vulcânicos (fora da cidade) e as montanhas (Santa Lucia Range e Irish Hills) possuem políticas públicas ambientais, de lazer, manuten-

101 A densidade demográfica de São José dos Campos em 2017 é de 639,61 hab./km², ou seja, praticamente, a metade (INSTITUTO..., 2017).

- ção e acessibilidade adequadas à prática de trilhas;
- 2. o fato de estarem relativamente próximos, em média a cerca de 15 Km a 20km da cidade, ou mesmo nas bordas da área urbanizada, como é o caso das trilhas;
- 3. a infraestrutura de qualidade, que interliga a cidade ao sistema ampliado através de estradas: Morro Bay (Cabrillo Highway), Avila Beach (Highway 101 e San Luis Bay Drive), Pismo Beach (Highway 101), Port San Luis (San Luis Bay Drive e Avila Beach Drive) e Montaña de Oro (Los Osos Valley Road e Pecho Valley Road);
- 4. o alto PIB de San Luis Obispo (U\$ 54.597,00), que dinamiza a economia, dando à população melhores condições e oportunidades para investir em práticas de lazer;
- 5. as políticas de urbanização e econômicas extremamente eficientes aplicadas em Downtown, uma vez que nesse espaço existem inúmeras áreas comerciais, atividades culturais, acessibilidade, arborização urbana, isto é, diversos aspectos que qualificam e trazem vivacidade ao espaço.

São José dos Campos, por sua vez, ainda que apresente aspectos que desestimulam o uso de seus parques, como as deficiências relacionadas à manutenção, segurança e equipamentos adequados – principalmente nos espaços das regiões, sul, sudeste e leste – apresenta fatores que incentivam as pessoas a estarem nos ambientes dessas regiões, como:

- 1. o fato dos parques serem uma das poucas possibilidades de acesso ao lazer para a população com faixas inferiores de renda (R\$ 0,00 - R\$ 1.616,00 e R\$ 1.616,00 - R\$ 2.596,00);
- 2. a boa distribuição dos parques, por se localizarem

em todas as regiões;

3. a proximidade com as residências dos usuários, pois várias estão entre 2 min. e 20 min. dos parques.

Ao aprofundar a análise da frequência nos parques do município paulista – sob o viés do SEL aproximado e ampliado – entre outros dados, percebe-se que é ainda mais intensa nos parques das regiões centro (Vicentina Aranha e Santos Dumont), oeste (Ribeirão Vermelho) e norte (parque da Cidade) em comparação com as regiões acima comentadas, pelos seguintes motivos:

1. encontram-se altas densidades demográficas no entorno dos parques Vicentina Aranha e Santos Dumont [110-150 (hab./ha) e mais de 150 (hab./ha)];
2. a população os qualifica como parques bons, pois segundo sua percepção, são espaços bonitos, agradáveis, bem frequentados, divertidos, com boa manutenção, diversidade de equipamentos, atividades culturais, segurança, entre outras características apontadas;
3. o SELI Pub ampliado (parque Augusto Ruschi e São Francisco Xavier), embora esteja a cerca de 20km e 30km da principal mancha urbana, não contém qualificação suficiente para atrair a população;
4. a não assiduidade de visitas a outras cidades, como Campos do Jordão, São Paulo, Caraguatatuba, Ubatuba (praias), pois ainda que estejam próximas, demandam mais tempo para acessá-las, por estarem a aproximadamente 60km de São José dos Campos, quando comparadas com a distância (por volta de 20 km) entre a cidade de San Luis Obispo e os espaços

que compõem o SEL ampliado¹⁰²;

5. os parques – Vicentina Aranha, Santos Dumont e parque da Cidade – por conterem boa qualidade atraem pessoas de todas as regiões;

6. a baixa qualificação, como falta de segurança e manutenção do SELI Pub aproximado, por exemplo, nas praças do centro não atraem as pessoas.

¹⁰² No questionário aplicado, quando perguntado quais outros lugares de recreação os usuários normalmente frequentavam, em San Luis Obispo foram identificados 231 registros, enquanto em São José dos Campos foram evidenciados 189 registros.

Sistema de Espaços Livres Ampliado

Figura 171. Mapa do SELI Pub Ampliado de São José dos Campos. Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseado no mapa do Projeto de Recuperação de Matas Ciliares – Inventário Florestal de Vegetação Natural do Estado de São Paulo, 2001; no mapa de Uso do Solo e Ocupações Físicas do Atlas de Unidades de Informações Territorializadas (UITs) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, 2013; no mapa de Macrozoneamento da Prefeitura de São José dos Campos, 2010, e em imagem do Google Earth, 2018.

Sistema de Espaços Livres Aproximado

Figura 172. Mapa do SELI Pub Aproximado de São José dos Campos. Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseado no mapa de Parques Urbanos do Plano Diretor 2006 da Prefeitura de São José dos Campos (2006) e em imagem do Google Earth, 2018.

Embora os parques de São José dos Campos apresentem boa frequência, ressalta-se que poderia ser mais eficiente se as políticas públicas necessárias à sua utilização fossem mais bem aplicadas. Exemplos referentes às regiões sul, sudeste e leste:

- parques Senhorinha, Ayrton Senna da Silva, Caminho das Garças, Sérgio Sobral de Oliveira, Alambari e Pousada do Vale: a maioria possui, em conjunto ou separadamente, extensas áreas verdes, belas paisagens e arborização. Entretanto, a qualificação relacionada à manutenção, segurança, diversidade e qualidade dos equipamentos relacionados às atividades de lazer apresentam-se deficientes;
- Centro, norte e Zona Rural:
 - parque do Banhado – constituído principalmente por áreas públicas e privada (figura 7, capítulo 1), encontra-se consolidado em lei e faz parte do cotidiano das pessoas sob o ponto de vista da apreciação da paisagem, contudo, de fato não foi efetivado;
 - parque da Cidade – possui grande potencial paisagístico, entretanto, o local apresenta inúmeros problemas relacionados à segurança, manutenção, proliferação de pragas (como carrapato), impedindo o uso do parque em determinados momentos, limitando a frequência das pessoas ao local;
 - parque Augusto Ruschi – contém inúmeros recursos potenciais ambientais, porém recebe poucos investimentos financeiros para manutenção e atividades direcionadas à educação ambiental.

Em San Luis Obispo e São José dos Campos, as políticas públicas – bem implantadas ou não – associadas a

outros aspectos, interferem no uso e na frequência da população nos parques, nos momentos de convívio social, no aproveitamento da paisagem, no cotidiano imediato, localmente vivido e na realização da vida pública mais eficaz.

As estruturas de gestão (cidade e condado): contrastes

Estruturas de gestão: as diferenças nos níveis de governo

Dois temas são analisados com o objetivo de evidenciar os contrastes¹⁰³ nas estruturas de gestão de San Luis Obispo (cidade e condado) e São José dos Campos: o caráter descentralizador e a gestão mais técnica.

A. Caráter descentralizador:

A.1 No primeiro nível da estrutura:

- cidade de San Luis Obispo (SLO): gestão feita por cinco gestores – prefeito e quatro conselheiros, ou seja, o governo não é centralizador, como ocorre em São José dos Campos (SJC);
- condado de SLO – a gestão do território também ocorre de forma compartilhada, isto é, entre os cinco conselheiros que compõem o Conselho de Supervisores;
- município de SJC – a configuração compartilhada não existe, pelo primeiro nível de gestão ser ocupado somente pelo prefeito.

103 A Câmara dos Vereadores não está presente na estrutura de gestão da cidade, e também não existe estrutura similar no condado californiano. Portanto, não há trocas de favorecimento entre Legislativo e Executivo. O fato de esse órgão gestor não estar presente garante maior agilidade em relação a comunicações e encaminhamento de políticas públicas, pois as minutas de leis não têm de passar por processos de negociação e votação. Por outro lado, há forte concentração de poder no Executivo, o que pode ser questionável, uma vez que não ocorrem contraposições pelo Legislativo.

A.2 No segundo nível da estrutura:

- cidade de SLO – gestão conduzida pelo gerente, que recebe direcionamento do Conselho da Cidade para desenvolver a gerência da cidade. Ao mesmo tempo, dialoga com o Conselho sobre as políticas públicas a serem encaminhadas;
- condado de SLO – gestão feita pelo administrador, que recebe direcionamento do Conselho de Supervisores para conduzir a administração do condado. Ao mesmo tempo, dialoga com o Conselho sobre as políticas públicas a serem encaminhadas;
- município de SJC – este nível de gestão não existe.

B. Caráter técnico

B.1 No segundo nível da estrutura:

- cidade de SLO – gerenciado pelo gerente da cidade, que ocupa essa posição mediante processo de seleção, ou seja, para estar no cargo precisa comprovar qualificação técnica e experiência profissional em gestão pública;
- condado de SLO – administrado pelo administrador do condado, que também ocupa a posição após processo de seleção, necessitando comprovar sua experiência em gestão pública;
- município de SJC – este nível de gestão não existe.

B.2 No terceiro nível de gestão:

- cidade de SLO – gerenciada por profissionais que ocupam cargos de chefe de departamento mediante processo de seleção da cidade, ou seja, para ocupar a posição precisa comprovar conhecimento e experiên-

Figura 173. Esquema gráfico representando a síntese das estruturas de gestão da cidade e do condado de San Luis Obispo e de São José dos Campos.
Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018.

- cia técnica;
- condado de SLO – administrado na maioria por profissionais que ocupam cargos de chefe de departamento, entre outras denominações, mediante processo de seleção do condado. Em alguns casos – Promotoria, Xerife, Avaliação, Financeiro, Cartório de Registros – é gerenciado por pessoas eleitas oficialmente;
 - município de SJC – gerenciado por secretários municipais escolhidos pelo prefeito, tendo ou não qualificação técnica e experiência profissional para ocuparem os cargos.

ESTRUTURAS DE GESTÃO			
NÍVEIS DE GESTÃO	SAN LUIS OBISPO		SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
	CIDADE	CONDADO	MUNICÍPIO
PRIMEIRO NÍVEL DE GESTÃO	Prefeito e mais 4 Conselheiros	5 Conselheiros	Prefeito
SEGUNDO NÍVEL DE GESTÃO	Gerente da Cidade	Administrador do Condado	Não Existe
TERCEIRO NÍVEL DE GESTÃO	Chefes dos Departamentos	Chefes dos Departamentos	Secretários Municipais

Não se pode afirmar que o caráter descentralizador e o viés técnico adotados nas gestões de San Luis Obispo são plenamente eficientes na condução dos trabalhos, imunes a pressões políticas e influências externas relacionadas aos interesses das classes dominantes, do capital privado, das políticas partidárias etc.

Entretanto, a gestão compartilhada e o viés técnico, pautados no conhecimento, inovação, acúmulo de experiências adquiridas, capacidade de reflexão, contribuem para os resultados alcançados – ou seja, o ótimo SELI Pub aproximado e ampliado – por serem critérios capazes de auxiliar na condução das políticas públicas.

Os reflexos das diferentes culturas de gestão pública sobre o sistema

Está entre os objetivos do poder público da cidade de San Luis Obispo priorizar as políticas públicas ambientais, visando ao benefício da economia a partir do desenvolvimento local da agricultura voltada a produtos alimentícios, à prevenção de deslizamentos de terra, amenização dos efeitos provenientes de mudanças climáticas, prevenção de incêndios, estimulação de atividades de lazer, proteção da paisagem e espaços livres de conservação¹⁰⁴, entre outros (HILL, 2017)¹⁰⁵.

Os resultados alcançados nas políticas públicas ambientais, que beneficiam o SELI Pub de lazer e conservação, conseguiram ser atingidos, de acordo com Hill (2017), graças a cinco fatores principais:

1. entre os valores políticos associados às decisões políticas do Conselho da Cidade estão a importância

104 Em entrevista realizada em 2017 no Departamento de Administração da Prefeitura de San Luis Obispo, Robert Hill (Natural Resources Manager) comentou que o sucesso da política direcionada aos espaços de conservação se deve ao fato de a estrutura de gestão da cidade de SLO promover sua contínua atualização, tendo como base as transformações e o desenvolvimento da cidade – e também em razão das mudanças climáticas.
105 Informações fornecidas por Robert Hill (Natural Resources Manager) durante entrevista no Departamento de Administração da Prefeitura de San Luis Obispo em 2017.

- dada aos temas direcionados ao meio ambiente;
2. a maneira de execução e articulação das ações favoráveis à implantação das políticas públicas entre os setores público, privado, órgãos consultivos e população;
3. a destinação considerável dos recursos direcionados para os quatro principais departamentos responsáveis pelas políticas destinadas aos espaços livres de conservação e lazer:
- Administração – Proteção dos Recursos Naturais (U\$367.451,00) representa 8,9% do orçamento do Departamento de Administração e 0,40% do orçamento total (2016-2017) (CITY..., 2019);
 - Parques e Recreação (U\$ 3.872.374,00) representam 4,1 % do orçamento total (2016-2017) (CITY..., 2019);
 - Trabalhos Públicos – Manutenção da Paisagem e Parques (U\$ 2.548.073,00) representam 2,7% do orçamento total (2016-2017) (CITY..., 2019);
 - Desenvolvimento Comunitário – responsável pelo setor de planejamento dos parques, não possui valores específicos destinados a essa finalidade. Seu orçamento conta com os valores globais para planos e projetos direcionados ao planejamento de longo alcance e à revisão de desenvolvimento, onde se inserem os parques;
4. a qualificada participação popular, incorporada à cultura do município, ocorre nos órgãos consulti-

- vos¹⁰⁶, como apresentado no organograma da cidade (HILL, 2017)¹⁰⁷;
5. a continuidade das políticas públicas ambientais nos últimos 20 (vinte) anos, através do Cinturão Verde, como estratégia adotada para garantir a ideia de ‘perpetuidade’.
- Em São José dos Campos, verifica-se:
1. em relação aos valores políticos, não possui como prioridade as políticas públicas ambientais, pois outras sempre são apresentadas como prioritárias. Além disso, observa-se que São José dos Campos ainda tem recursos naturais, como água em abundância, diferente da cidade californiana;
2. as articulações que ocorrem nos setores econômicos – como o capital imobiliário, empreiteiras, construtoras, incorporadoras – possuem mais força política do que os conselhos de desenvolvimento urbano e meio ambiente ou do corpo técnico. Isso significa terem projetos e interesses muitas vezes encaminhados pelo poder público, ainda que não estejam em conformidade com a conservação da paisagem e do ambiente, como deveriam estar. Há trocas de ‘favores’ entre o Poder Executivo e os investidores do poder privado, em detrimento dos recursos naturais;

106 Os membros dos órgãos consultivos se posicionam por meio de questionamentos, no Conselho da Cidade, contra os empreendimentos privados, inviabilizando-os e, conseqüentemente, afetando os interesses dos empreendedores. Para terem seus empreendimentos aprovados pelo Conselho, o setor privado precisa apresentar planos e projetos em completa conformidade com os valores dos órgãos consultivos, isto é, voltados à conservação da paisagem e do ambiente (HILL, 2017).

107 Informações fornecidas por Robert Hill (Natural Resources Manager) durante entrevista no Departamento de Administração da Prefeitura de San Luis Obispo em 2017. Do ponto de vista de análise do gestor público, não foi observado aspecto negativo em relação às políticas públicas de San Luis Obispo.

- 3. em relação à continuidade das políticas públicas, observa-se que, ao término de determinados governos e início de outros, planos, projetos e políticas públicas já iniciados por vezes são completamente descartados. Dessa forma, a continuidade é interrompida devido a diferentes avaliações técnicas/políticas e pelo fato de os novos governos fazerem questão de implementar novas marcas, desqualificando as dos governos anteriores;
- 4. em São José dos Campos, a qualificada participação popular certamente existe através da participação de instituições como o ITA, o INPE, a Univap, entre outras. Questiona-se em que medida colaborações tão expressivas do ponto de vista do conhecimento são incorporadas aos trabalhos desenvolvidos pelo Poder Executivo;
- 5. em relação aos recursos financeiros destinados às estruturas de gestão responsáveis pela gestão dos espaços livres de lazer e conservação, como a Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade¹⁰⁸, são sempre escassos: correspondem a (US\$ 5.565.000,00)¹⁰⁹, representando 0,8% do orçamento total de 2017 ¹¹⁰.

108 De acordo com a Prefeitura de São José dos Campos (2018) compete à Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade estudar, planejar, supervisionar, desenvolver, implantar e avaliar planos, programas e projetos de planejamentos territoriais urbano e rural do município; coordenar a fiscalização de obras, posturas e meio ambiente; controlar o patrimônio imobiliário.

109 A conversão do real para dólar foi realizada levando-se em consideração a média da cotação do Banco Central para a compra da moeda americana no último dia de cada mês de 2017, o que corresponde ao valor de 3,2025.

110 A Secretaria de Manutenção da Cidade, obviamente, tem parte de seus recursos direcionados à manutenção dos espaços livres de lazer e conservação, porém, no orçamento oficial do município, este dado não é detalhado.

O cinturão verde

O cinturão verde, formado por áreas públicas e/ou privadas, é composto por diversos habitats naturais, terras agrícolas produtivas, importantes áreas hídricas, espaços relevantes para a paisagem e áreas com alto grau de biodiversidade (HILL, 2017)¹¹¹.

O objetivo das políticas públicas direcionadas ao cinturão verde é conservar os recursos naturais, preservar os espaços abertos¹¹², a vida selvagem e a definição dos limites do crescimento urbano para impedir que as comunidades urbanas adjacentes se unam a SLO (cidade)¹¹³. Também está entre seus objetivos promover espaços que propiciam atividades de lazer, como as trilhas, com o intuito de aproximar:

- os agentes financiadores, para a manutenção e continuidade da política, por intermédio dos financiamentos das ações (GERSHOW, 2017) ¹¹⁴;
- a população dos espaços livres de lazer e conservação, para estimular práticas sociais (GERSHOW, 2017)¹¹⁵.

Ao impedir que a região contenha processos de conturbação, há contribuições para que a cidade se mantenha

111 De acordo com entrevista realizada com Robert Hill (Natural Resources Manager) em 2017, no Departamento de Administração da Prefeitura de San Luis Obispo, estudiosos da área de ciências biológicas identificaram no cinturão verde 1.300 (mil e trezentas) diferentes espécies nativas vegetais – número igual ao encontrado no Estado do Alaska.

112 O Conselho da Cidade identificou a “Preservação dos Espaços Abertos” contextualizados no capítulo 5 como um dos objetivos principais da cidade no Programa de Proteção ao Cinturão Verde.

113 City... (2015, p. 44 – 69, tradução nossa).

114 Informação dada por Rebecca Gershow (Associate Planner) durante entrevista realizada no Departamento de Desenvolvimento Comunitário de San Luis Obispo em 2017.

115 Informação vinda de Rebecca Gershow (Associate Planner) durante entrevista realizada no Departamento de Desenvolvimento Comunitário de San Luis Obispo em 2017.

Figura 174. Mapa da delimitação do cinturão verde de SLO, contemplando os espaços livres de conservação e lazer e os previstos para serem incorporados ao cinturão. Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseado nos SIGs do Estado da Califórnia, condado e Prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

compacta e os investimentos públicos sejam concentrados em uma única porção, garantindo qualidade de vida à população.

São José dos Campos, possui forma linear, espalhada – ‘tentacular’, inclusive incentivada por políticas públicas habitacionais recentes para a população de baixa renda (gestão 2013-2017), como comentado no capítulo 1. Tal fato acarretou, e vem acarretando ao longo dos anos, o aumento dos gastos públicos, uma vez que a gestão pública se vê obrigada a disseminar seus investimentos em políticas públicas (transporte público, pavimentação, iluminação, distribuição de equipamentos voltados à saúde, à educação, entre tantos outros) por diversos espaços¹¹⁶.

¹¹⁶ San Luis Obispo, contrariamente, apresenta população de baixa renda vivendo na área compacta. Consequentemente, isso gera benefícios: a população usufrui de espaço com excelente infraestrutura, e o poder público tem gastos concentrados em um único espaço.

Conclusões

Esta tese buscou apreciar as realidades de dois territórios com escalas e características muito diversas – São José dos Campos e San Luis Obispo –, apresentando importante distinção entre os níveis de qualificação dos seus sistemas de espaços livres, pautados em critérios de avaliação relacionados a aspectos físico-territoriais, socioeconômicos e decisões políticas, considerando suas inter-relações.

Os aspectos físico-territoriais foram avaliados com base nos critérios direcionados aos usos desconformes e em conformidade em relação ao suporte físico; à distribuição; aos recursos potenciais (lazer e conservação) para fruição pública; à proteção ambiental – tendo como base as legislações ambientais e urbanísticas; ao aproveitamento paisagístico; à infraestrutura de acesso ao sistema de espaços livres ampliado; à qualidade – que envolve intervenções urbanísticas, uso dos espaços livres públicos sob o viés social e físico, equipamentos para lazer e práticas sociais, manutenção, segurança, frequência, funções e à uniformidade da qualidade dos parques distribuídos pelas cidades.

Os aspectos socioeconômicos consideraram os critérios relacionados à renda, à densidade demográfica; ao IDHM; ao PIB e orçamento municipal.

As decisões políticas foram avaliadas baseadas na continuidade das políticas públicas; na efetiva implantação dos espaços livres públicos; nos investimentos públicos (financeiros) e na valorização das políticas públicas ambientais.

A avaliação desses dois objetos, São José dos Campos e San Luis Obispo, possibilitou interpretar o município paulista – elemento central da tese – a partir, também das contribuições da cidade e do condado californiano.

Em ambos os sistemas de espaços livres (SEL), foram observados contrastes e similaridades relacionados ao apro-

veitamento dos recursos potenciais (ambientais e urbanísticos) para a qualificação do sistema; às espacialidades; à forma como os sistemas ampliado e aproximado são incorporados ao cotidiano da população; às capacidades socioeconômicas e formas de gestão.

São José dos Campos: o bom nível de qualificação

Especialmente em São José dos Campos, foram verificados os conflitos existentes entre a urbanização, o poder público/privado *versus* os recursos naturais.

A análise relacionada às diversas áreas de São José dos Campos demonstrou as extensas pressões sobre o município, que apresenta importantes estruturas ambientais – como a ampla várzea do rio Paraíba do Sul, os mares de morros e a serra da Mantiqueira ao norte do município. As pressões são sentidas nos ambientes pelas populações de todas as faixas de renda (inferior, intermediária e superior), em razão dos usos em desconformidade (ocupações para habitação unifamiliar regular e irregular) com o suporte físico – ainda que tenham sido implantados, por vezes, de forma a atender as legislações vigentes –, ocasionando a utilização excessiva dos recursos ambientais, e, portanto, a degradação desses ambientes.

Inúmeros aspectos do SELI Pub aproximado e ampliado de São José dos Campos contribuíram para que seu nível de qualificação não alcançasse o mesmo patamar que o de San Luis Obispo, como: a falta de priorização das políticas públicas direcionadas ao sistema; o cumprimento parcial das legislações; o estabelecimento de legislações em desequilíbrio com o suporte físico; a ausência de qualificação dos vários estoques de terra existentes ao longo dos corpos

d'água (ZDCAs) – que poderiam ser utilizados como potencial para a fruição pública no SEL aproximado, além da não efetivação de espaços importantes para a conservação (parques do Banhado e Cerrado). Soma-se aos já comentados a distribuição desigual das praças nas regiões.

Agregam-se a esses aspectos: a ausência de qualidade de determinados espaços livres de lazer aproximado – como alguns parques onde há predomínio de intervenções urbanísticas insuficientes/deficientes –; o uso conflitante dos espaços livres públicos sob o viés social; a manutenção ineficiente dos equipamentos para práticas de lazer e convívio social; a segurança precária; a baixa frequência e as funções restritas.

Ainda ligada ao critério da qualificação, evidencia-se a inexistência de uniformidade em relação ao nível da qualidade dos parques. Observa-se que, de forma deliberada, as implantações dos parques com qualidade superior situam-se, principalmente, nas regiões onde estão as faixas superiores de renda.

O SEL ampliado é pouco qualificado em relação à proteção ambiental; aos investimentos públicos (financeiros) empregados; à continuidade das políticas públicas; à infraestrutura de acesso e à valorização das políticas ambientais.

Apesar dos conflitos existentes – resultantes do padrão de urbanização, das decisões políticas, das pressões da iniciativa privada e do Poder Legislativo, entre outros –, o SELI Pub de São José dos Campos possui bom nível de qualificação, por conter, ainda que de modo parcialmente adequado, diversos recursos ambientais e urbanísticos conservados e valorizados, e decisões políticas favoráveis à constituição do sistema. Somam-se a tais questões as legislações urbanísticas municipais e de proteção ambiental, a

exemplo das evidenciadas nas linhas do tempo (capítulo 4), embora parte delas não seja cumprida com eficiência.

Outros fatores contribuem para o bom nível de qualificação: a boa distribuição – pois os espaços livres de lazer e práticas sociais (parques) estão em todas as regiões; a diversificação de funções e a boa qualidade, especialmente de determinados parques; os recursos socioeconômicos relevantes, como o PIB, e o orçamento municipal.

San Luis Obispo: o ótimo nível de qualificação

San Luis Obispo usufrui intensamente dos seus recursos potenciais para a qualificação do seu sistema. Alcança ótimo nível em relação ao SELI Pub de lazer aproximado, ao conter diversos parques distribuídos de maneira adequada na cidade – todos bem equipados e mantidos, com ótima infraestrutura, segurança e funções diversificadas, atendendo a todas as faixas de renda com qualidade uniforme.

O design dos parques é adequado, entretanto, pouco inovador. Ressalta-se que a baixa frequência que possuem se interliga com a alta qualidade do sistema de espaços livres ampliado, que possui fácil acesso devido à infraestrutura viária eficiente, atraindo grande parte dos usuários que se utiliza dos espaços livres. Sem dúvida, o uso do SEL ampliado também está associado às altas rendas, ao PIB californiano privilegiado e à alta taxa de motorização da população de San Luis Obispo.

O SELI Pub de conservação aproximado destaca-se ainda por conservar os pequenos córregos inseridos na área urbana; conter agricultura compatível com o uso do solo; permitir adequada ocupação dos morros, colinas e montanhas por habitações regulares; manter o suporte físico dos

picos vulcânicos e espaços abertos, conservando e inserindo-os no cotidiano cultural da população, por meio de trilhas acessíveis e bem estruturadas, e por utilizar esses espaços para pesquisas científicas, dada a biodiversidade de suas áreas florestadas.

Contribuições californianas

As contribuições californianas para a tese apontam que a continuidade das políticas públicas é fator decisivo para a qualificação do sistema. O cinturão verde (capítulo 6) é uma das referências em relação à perpetuação e priorização das políticas públicas ambientais em San Luis Obispo. A cidade compacta, por contribuir com a conservação dos recursos naturais externos à área urbanizada, também é estratégia fundamental para garantir a qualidade do SELI Pub aproximado.

Os recursos financeiros são decisivos, por garantir maior capacidade para a viabilização dos trabalhos desenvolvidos pelas estruturas de gestão. A ausência deles compromete critérios como qualidade projetual, manutenção adequada, quantidade, distribuição, entre outros.

Qualificar os espaços livres de conservação para que as pessoas possam utilizá-los em práticas de lazer cotidianas é extremamente relevante para a qualificação do SELI Pub, pois a convivência da população com os recursos naturais a estimula a intervir junto ao poder público para a manutenção desses recursos. Picos vulcânicos, mares de morros e montanhas, estão entre os exemplos.

A uniformidade em relação à qualidade dos espaços livres (parques) que compõem o sistema deve ser garantida, independente das faixas de renda e da capacidade da popu-

lação exercer pressão sobre o poder público, como ocorre em San Luis Obispo.

O poder decisório disperso contribui para a qualificação do SELI Pub por possibilitar que a implantação das políticas públicas seja proveniente de decisões compartilhadas, dialogadas.

As estruturas de gestão mais técnicas também favorecem a qualificação do SELI Pub quando capacitadas para desenvolver bons projetos, programas, planos, projetos de leis e ações. Além disso, as bases técnicas, ao serem adequadas, possuem maior capacidade de argumentação, negociação, interlocução e para o encaminhamento das políticas públicas relacionadas ao sistema de espaços livres públicos, junto à sociedade e dentro da própria administração pública, por serem pautadas em dados, conhecimento científico, profissional e estudos muitas vezes relevantes. Apesar dessas considerações, constata-se que as decisões políticas influenciam mais quando cotejadas com as bases técnicas.

São Luis Obispo apresenta recursos naturais mais escassos: não possui grandes rios, amplas várzeas e corredores potenciais na extensão dos cursos d'água para serem incorporados ao lazer e às práticas sociais. Mesmo assim, qualifica e conserva seus cursos d'água de pequeno porte. A cidade e o condado reconhecem seus recursos potenciais, mais ligados às estruturas geológicas que afloram e se destacam na paisagem, qualificando-as, conservando e inserindo-as no cotidiano da população. Ou seja, o tipo do suporte físico pouco influencia, é decisivo o fato de possuírem bons níveis de qualificação e acessibilidade pública.

Dessa forma, em São José dos Campos, existem desafios para implantar uma administração pública que, ao mesmo tempo, valorize seus quadros técnicos e promova

processos de decisão mais compartilhados e participativos. É necessário, também, a continuidade das políticas públicas e a valorização das políticas ambientais, na medida em que servem para fortalecer e legitimar uma coalizão voltada à melhoria da prestação dos serviços públicos, garantido, assim, o direito à cidadania de maneira eficiente, efetiva, ética e com equidade (ABRUCIO; GAETANI, 2006).

A adoção de determinadas práticas – como a promoção dos processos deliberativos junto com os conselhos e a criação de mecanismos para ampliar a participação da população na comunidade política – é decisiva para o desenvolvimento do sistema do município paulista (POLLITT; BOUKAERT, 2011).

O resultado prático de todo o processo de produção de São José dos Campos demonstra que o seu sistema, diferentemente de grande parte das cidades brasileiras, se desenvolveu por ter enfrentado e superado durante as últimas décadas, por meio de ações propositivas, questões relacionadas aos aspectos físico-territoriais e socioeconômicos.

O município, entretanto, contém recursos potenciais – ambientais e urbanísticos – que possibilitam atingir níveis superiores de qualificação, desde que constituídos para a fruição pública. Avaliações apresentadas nos capítulos anteriores comprovam a questão exposta.

Não se trata de processo fácil a ser construído, por envolver inúmeros agentes, campos políticos, esferas de poder, interesses e mudanças nos procedimentos culturais ligados ao modo de proceder a gestão pública. Existem processos a implantar para que o município seja menos desigual e atenda à população de forma mais justa e equilibrada por meio do seu SELI Pub.

É desejável, talvez até imprescindível, imaginar uma

cidade eficiente e justa – que valorize os próprios recursos ambientais e, seus recursos potenciais para as diversas práticas sociais, lazer e convívio público, onde as decisões políticas priorizem a qualidade de vida da população em todo o município.

Referências

Referências bibliográficas

ABRUCIO, F. L. Três agendas, seus resultados e um desafio: balanço recente da administração pública federal. *Desigualdade & Diversidade* – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: PUC-Rio, dez. 2011, Dossiê Especial, p.119-142. Disponível em: <<http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=148&sid=17>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

_____.; GAETANI, F. *Avanços e perspectivas da gestão pública nos Estados: agenda, aprendizado e coalizão*. In: SEMINÁRIO AVANÇOS E PERSPECTIVAS DA GESTÃO PÚBLICA NOS ESTADOS. São Paulo: Consad; Fundap, 2006. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/livro_consad.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2015.

ALVARENGA, D. N.; RESCHILIAN, P. R. *O lugar da moradia social*. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 16; ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, 6, São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2016. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2016/anais/arquivos/RE_0693_0344_01.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.

ARANTES, R. B.; LOUREIRO, M. R.; COUTO, C.; TEIXEIRA, M. A. C. Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, Tribunais de Contas, Judiciário e Ministério Público. In: LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (Orgs.). *Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 109-147.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – AGEVAP. *Plano de recursos hídricos da bacia do rio Paraíba do Sul – Resumo: diagnóstico dos recursos hídricos*. Elaboração: Fundação Coppetec. Laboratório de Hidrologia e Estudos de Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <<http://www.ceivap.org.br/downloads/cadernos/PSR-020-R0.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BEVILACQUA, A. F. *A bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento: limites e perspectivas*. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2011.

BOLONHA, S. M. F. *A experiência dos Planos Diretores de São José dos Campos: instrumentos eficazes de planejamento urbano ou obras de consulta acadêmica*. 2000. 263 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2000.

CARNOY, M. *Estado e teoria política*. 4 ed. Campinas: Papirus, 1994.

CITY OF SAN LUIS OBISPO. *General Plan 2015*.

Disponível em: <https://geographicdata-slocity.opendata.arcgis.com/datasets/19437ecd86bb4c59a2f374a47e-d6210b_0>. Acesso em: 14 jun. 2018.

CHRISTOFOLETTI, A. *Modelagem de sistemas ambientais*. São Paulo: Edgard Bluncher, 1999.

CHUSTER, V. *O zoneamento em São José dos Campos: 1971 a 1997*. 2000. 230 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2000.

COELHO, L. L. *Dispersão, fragmentação e paisagem: relações entre dinâmicas naturais e urbanas no vetor oeste da Região Metropolitana de São Paulo*. 2015. 317 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

DICKERSON, S. L. *Mountains of Fire: San Luis Obispo County's Nine Sisters – A Chain of Ancient Volcanic Peaks*. San Luis Obispo: EZ Nature Books, 2016.

FANTIN, M.; MIRANDA, Z. A. I.; MORELLI, A. F. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13, 21-26 abril, 2007, Florianópolis, Brasil. *Anais...*, INPE, p. 5199-5206.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4 ed. São Paulo: Globo, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Atlas da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, segundo Unidades de Informações Territorializadas (UITs)*. Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano. São Paulo: Emplasa, 2013.

HELLMUND, P. C.; SMITH, D. S. *Designing greenways: sustainable landscapes for nature and people*. Island Press: Washington, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS. *Evolução da divisão territorial do Brasil 1872 – 2010*. Documentos para Disseminação – Memória Institucional 17. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2011.

Disponível em: <<https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv55077.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – Ipplan. (Coord.). *Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável*. São Carlos: Cubo, 2014a. Disponível em: <http://www.ipplan.org.br/files/media/originals/sintese_do_plano_de_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2015.

_____. (Coord.). *Plano de Manejo Parque Natural Municipal Augusto Ruschi*. São José dos Campos, 2014. São Carlos: Cubo, 2014b. Disponível em: <http://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/694460/plano_manejo_pnamrvolume_ii_planejamento.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2015.

KENNEDY, C. A.; RAMASWAMI, A.; CARNEY, S.; DHAKAL, S. *Greenhouse Gas Emission Baselines for Global Cities and Metropolitan Regions*. Washington, D.C.: Paper World Bank, 2009.

MACEDO, S. S. *Paisagem, urbanização e litoral: do éden à cidade*. 1993. 207 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____.; QUEIROGA, E. F.; CAMPOS, A. C. A.; GALENDER, F.; CUSTÓDIO, V. *Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2018.

MAGNOLI, M. M. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. 116 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

_____. Ambiente, espaço, paisagem. *Paisagem e Ambiente: ensaios*. São Paulo: FAUUSP, n. 21, 2006, p. 237-244.

_____. Espaço Livre – objeto de trabalho. *Paisagem e Ambiente: ensaios*. São Paulo: FAUUSP, n. 21, 2006b, p. 175-198.

MC'HARG, I. *Proyectar con la Naturaleza*. Barcelona: Gustavo Gili, 2000.

MEDINA, J.; PÉREZ-PEÑA, R. California Fires Enter the Heart of Los Angeles. *The New York Times*. New York, Dec. 6, 2017.

Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/12/06/us/california-fires.html>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

METZGER, J.P. O que é ecologia de paisagens? *Biota Neotropica*. Campinas: Departamento de Biologia Vegetal, Instituto de Biologia, Unicamp, v. 1, n. 1, 2001.

Disponível em: <www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/fullpaper?bn00701122001+pt>. Acesso em: 14 de jan. 2012.

MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORELLI, A. F. *Atlas Ambiental de São José dos Campos*. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2000. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxhdGxhc2FtYmllbnRhbHNqY3xneDo1NmJhMmVmMmZmND-FiNGNk>>. Acesso em: 7 out. 2016.

_____.; FANTIN, M.; MIRANDA, Z. A. I. Aplicação de geotecnologias na avaliação da eficácia social da área de Proteção Ambiental do Banhado no Município de São José dos Campos - SP. Simpósio Brasileiro De Sensoriamento Remoto, 13, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, Anais... INPE, p. 5199-5206.

_____. *Identificação e transformação das unidades da paisagem no município de São José dos Campos (SP) de 1500 a 2000*. 2002. 410 f. Tese (Doutorado em Geociência) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002.

_____.; SANTOS, A. P. O Banhado de São José dos Campos: caracterização de um Patrimônio Ambiental vale-paraibano. *Revista Pós*. São Paulo: FAUUSP, número especial 2, Anais do Seminário Nacional – O estudo da história na formação do arquiteto, vol. II, 1996, p. 79-85.

NEWMAN, P.; BEATLEY, T.; BOYER, H. *Resilient Cities: Responding to Peak Oil and Climate Change*. Washington: Island Press, DC, 2009.

NUNES, E. O. *A gramática política do brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

POLLITT, C.; BOUKAERT, G. *Public management reform: a comparative analysis*. 3 ed. Oxford: Oxford University, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Prêmio Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*: coletânea de artigos. Brasília: PNUD; IPEA: FJP, 2015.

Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/undp-br-PremioAtlasDoDesenvolvimentoHumanoNoBrasil-2016.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

QUEIROGA, E. F. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a razão comunicativa*. 2001. 351 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistência e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. 2012. 284 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

REZENDE, F. Razões da crise de implementação do Estado gerencial: desempenho versus ajuste fiscal. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, Departamento de Ciências Sociais, n. 19, 2002, p. 111-121.

SAN LUIS OBISPO CITY. *California Comprehensive Annual Financial Report Fiscal Year Ended June 30*. Financial Department of Finance, 2017.

SAN LUIS OBISPO COUNTY. *A Guide to Government San Luis Obispo County*. San Luis Obispo/CA: Office of the County Administrator, 2016.

SANTOS, E. A. *Indústria e paisagem, a evolução urbano-industrial e a transformação da paisagem: o caso de São José dos Campos*. 1993. 178 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. *As paisagens do plano e os planos da paisagem: da paisagem no planejamento ao planejamento com a paisagem*. 2002. 206 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnicas e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. *O espaço do cidadão*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Plano de Desenvolvimento Integrado de São José dos Campos*. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. São José dos Campos, 1969.

_____. *Plano de Manejo e Gestão do Parque da Cidade “Roberto Burle Marx”*. Secretaria de Meio Ambiente. São José dos Campos, 2014.

_____. *São José em Dados 2012*. Secretaria de Planejamento Urbano. Departamento de Projetos Urbanísticos. Divisão de Pesquisa. São José dos Campos, 2012a.

_____. *São José em Dados 2016*. Secretaria de Planejamento Urbano. Departamento de Projetos Urbanísticos. Divisão de Pesquisa. São José dos Campos, 2016. Disponível em: <http://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/667370/sjdados_2016.pdf>. Acesso em: dez. 2016.

TURNER, M. G.; ROBERT, H.; GARDNER, R. H.; O’NEILL, R. V. Ecological Dynamics at Broad Scales. *BioScience*. Washington: Oxford University Press. American Institute of Biological Sciences (AIBS), vol. 45, Supplement: Science and Biodiversity Policy, 1995, p. S.29- S35.

VIEIRA, M. S. *Entre as serras: sistemas de espaços livres públicos, uma reflexão para Suzano*. 2012. 283 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Unidades de paisagem: uma proposta para São José dos Campos. In: *São José em Dados 2016*. Prefeitura de São José dos Campos, Secretaria de Planejamento Urbano, Departamento de Projetos Urbanísticos, Divisão de Pesquisa, 2016.

_____.; SILVA, M. A. B. A. *Espaços Livres Públicos: uma análise sobre a produção do espaço em São José dos Campos*. In: COLÓQUIO QUAPÁ-SEL, 10, 2015, Brasília (DF). Disponível em: <<http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/11/Espa%C3%A7os-livres-p%C3%BAblicos-uma-an%C3%A1lise-sobre-a-produ%C3%A7%C3%A3o-do-esp%C3%A7o-em-S%C3%A3o-Jos%C3%A9-dos-Campos.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

YÁZIGI, E. *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

Legislação

BRASIL. Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 02 set. 1981. Seção 1, p. 16509.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 out. 1988. Seção 1. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: out. 2017.

_____. Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 22 de jun., 1993. Seção 1, p. 8269.

_____. Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994. Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para a sua organização nos Estados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 13 de jan. 1994. Seção 1, p. 633.

_____. Lei Federal n. 9.127, de 16 de novembro 1995. Altera a redação do art. 332 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 de nov. 1995. Seção 1, p. 18461,

_____. Resolução Conama n. 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre licenciamento ambiental; competência da União, Estados e Municípios; listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 de dez. 1997. Seção 1, p. 30841-30843.

_____. Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Lei do SNUC. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 de jul. 2000. Seção 1. p. 1

_____. Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 de jul. 2001. Seção 1 - Eletrônico. p. 1

_____. Resolução Conama n. 369, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 de mar. 2006, p. 150-151.

_____. Lei Federal n. 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Lei de Saneamento Básico Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; altera as Leis n.s 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n. 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 08 de jan. 2007. Seção 1, p. 3

_____. Lei Federal n. 11.977, de julho de 2009. Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis n.s 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória n. 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 08 de jul. 2009. Seção 1, p. 2

_____. Lei Federal n. 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei de Mobilidade Urbana. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis n.s 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis n.s 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 04 de jan. 2012. Seção 1, p. 2

_____. Lei Federal n. 12.651, de 25 de maio de 2012. Código Florestal (2012). Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n.s 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n.s 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n. 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 de mai. 2012. Seção 1, p. 2

SÃO PAULO. Resolução n. 44, de 25 de julho de 2001. *Diário Oficial do Estado*, Poder Executivo, São Paulo, 02 de ago. 2001, Seção 1, p. 19

_____. Lei Estadual n. 11.262, de 08 de novembro de 2002. Declara Áreas de Proteção Ambiental o trecho da Serra da Mantiqueira e as áreas urbanas no Município de São José dos Campos. *Diário Oficial do Estado*, Poder Executivo, 09 de nov. 2002, p.3

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei n. 1.623, de 30 de novembro de 1971. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de São José dos Campos, e dá outras providências. *Jornal Boletim do Município*, São José dos Campos, SP, 08 de dez. 1971, n. 80.

_____. Lei n. 2.163, de 06 de abril de 1979. Dispõe sobre a criação e denominação da Reserva Florestal Boa Vista. *Jornal Boletim do Município*, São José dos Campos, SP, 24 de mai. 1979, n. 219.

_____. Lei n. 2.263, de 04 de janeiro de 1980. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do município e dá outras providências. São José dos Campos, 1980. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/sp/s/sao-jose-dos-campos/lei-ordinaria/1980/227/2263/lei-ordinaria-n-2263-1980-dispoe-sobre-o-parcelamento-us-e-ocupacao=-do-solo-do-municipio-e-da-outras-providencias?q-2263%2F1980>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2017.

_____. Lei n. 2792, de 10 de janeiro de 1984. Declara Área de Proteção Ambiental a região do Banhado de São José dos Campos e dá outras providências, a respeito. *Jornal Boletim do Município*, São José dos Campos, SP, 13 de jan. 1984, n. 382.

_____. Decreto n. 5.573, de 04 de junho de 1986. Denomina “Reserva Ecológica Augusto Ruschi”, a Reserva Florestal Boa Vista, situada no bairro da Santa Cruz da Boa Vista, neste município. São José dos Campos, 1986.

Disponível em: <<http://servicos2.sjc.sp.gov.br/legislacao/Decretos/1986/5573.pdf>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2017.

_____. Lei n. 3.721, de 25 de janeiro de 1990. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do município de São José dos Campos e dá outras providências. São José dos Campos, 1990. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/sp/s/sao-jose-dos-campos/lei-complementar/1995/13/121/lei-complementar-n-121-1995-dispoe-sobre-a-politica-territorial-e-urbana-do-municipio-institui-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-integrado-da=-cidade-de-sao-jose-dos-campos-e-da-outras-providencias?q-121%2F1995>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2017.

_____. Lei Complementar n. 121, de 27 de abril de 1995. Dispõe sobre a Política Territorial e Urbana do município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da cidade de São José dos Campos, e dá outras providências. *Jornal Boletim do Município*, São José dos Campos, SP, 09 de jun. 1995, n. 1.107.

_____. Decreto n. 9.003 de 9 de maio de 1996. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, as áreas de terras abaixo descritas e dá outras providências. *Jornal Boletim do Município*, São José dos Campos, SP, 10 de mai. 1996, n. 1160.

_____. Lei n. 4.928 de 28 de agosto de 1996. Inclui, na categoria Setor de Preservação (SP), a área que abriga o Sanatório Vicentina Aranha. São José dos Campos, 1996.

_____. Lei Complementar n. 165, de 15 de novembro de 1997. Dispõe sobre a ordenação do território mediante controle do parcelamento, do uso e da ocupação do solo. Secretaria de Planejamento Urbano. São José dos Campos, 1997.

_____. Lei Complementar n. 306, de 17 de novembro de 2006. Aprova e Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI do Município de São José dos Campos. Secretaria de Planejamento Urbano. São José dos Campos, 2006. *Jornal Boletim do Município*, São José dos Campos, SP, 17 de nov. 2006, n. 1752.

_____. Lei Complementar n. 428, de 09 de agosto de 2010. Estabelece as normas relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo. Secretaria de Planejamento Urbano. São José dos Campos, 2010b. *Jornal Boletim do Município*, São José dos Campos, SP, 09 de ago., 2010b, n. 1964.

_____. Lei n. 8.195, de 17 de setembro de 2010. Cria o Parque Municipal Augusto Ruschi – PNMAR, e dá outras providências. Secretaria de Meio Ambiente. São José dos Campos, 2010a. *Jornal Boletim do Município*, São José dos Campos, SP, 24 de set. 2010a, n. 1971.

_____. Lei n. 8.756, de 28 de junho de 2012. Cria o Parque Natural Municipal do Banhado – PNMB, e dá outras providências. Secretaria de Meio Ambiente. São José dos Campos, 2012b. *Jornal Boletim do Município*, São José dos Campos, SP, 06 de jul. 2012, n. 2074.

_____. Lei Complementar n. 493, de 14 de junho de 2013. Altera a Lei Complementar n. 428 de, 9 de agosto de 2010, que Estabelece as normas relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo em São José dos Campos, e dá outras providências. São José dos Campos, 2018. *Jornal Boletim do Município*, São José dos Campos, SP, 28 de jun. 2013, n. 2132.

_____. Lei n. 9.070, de 16 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017. Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças, São José dos Campos, 2018. Disponível em: <http://servicos2.sjc.sp.gov.br/servicos/portal_da_transparencia/ppa_2014_a_2017.aspx>. Acesso em: 12 de dez. de 2018.

_____. Lei n. 9.553, de 3 de julho de 2017. Estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018. Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças, São José dos Campos, 2018. Disponível em: <http://servicos2.sjc.sp.gov.br/servicos/portal_da_transparencia/lido_2018.aspx>. Acesso em: 12 de dez. de 2018.

_____. Lei Complementar n. 612, de 30 de novembro de 2018. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São José dos Campos e dá outras providências. Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, São José dos Campos, 2018. *Jornal Boletim do Município*, São José dos Campos, SP, 30 de nov. 2018, n. 2503.

Sites consultados

CALIFORNIA DEPARTMENT OF HOUSING AND COMMUNITY DEVELOPMENT. Disponível em: <<https://casas2prodwlxt2.hcd.ca.gov/casas/cmip/list>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CALIFORNIA DEPARTMENT OF PARKS AND RECREATION. *California State Park Maps*. Disponível em: <https://www.parks.ca.gov/?page_id=862>. Acesso em: 7 maio. 2018.

CALIFORNIA OPEN DATA PORTAL. *CA County Boundary*. Disponível em: <<https://data.ca.gov/dataset/ca-geographic-boundaries/resource/091ff50d-bb24-4537-a-974-2ce89c6e8663>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

_____. *CA States Boundary*. Disponível em: <<https://data.ca.gov/dataset/ca-geographic-boundaries/resource/e0107f72-1088-40a9-9443-6e657cadd805>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

CITY OF SAN LUIS OBISPO. *City Department Directory*. Disponível em: <<http://slocity.net/government/department-directory>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

_____. *Departments*. Disponível em: <https://sanluisobispoca.opengov.com/transparency#/2351/accountType=expenses&embed=n&breakdown=4d740bd-2-cbbe-43a1-921c-cef5468a464b¤tYearAmount=cumulative¤tYearPeriod=years&graph=pie&legendSort=desc&proration=true&saved_view=3254&selection=0071E3AB9D1D8519586AB405958C39AD&projections=null&projectionType=null&highlighting=null&highlightingVariance=null&year=NaN&selectedDataSetIndex=2&fiscal_start=earliest&fiscal_end=latest>. Acesso em: 25 jan. 2019.

_____. *Directory of City Officials*. Disponível em: <<https://www.slocity.org/government/departments/directory/directory-of-city-officials>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

CITY OF SAN LUIS OBISPO OPEN DATA BETA. *City Limits*. Disponível em: <https://geographicdata-slocity.opendata.arcgis.com/datasets/b40eba1141374e85a3a-86e695958c6b1_0?geometry=-120.775%2C35.231%2C-120.567%2C35.315>. Acesso em: 1 mar. 2018.

_____. *Downtonw Core*. Disponível em: <https://geographicdata-locity.opendata.arcgis.com/datasets/a4c1bd14526e40dc9a0d525b2236c0a5_22>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. *Open Space SLO*. Disponível em: <https://geographicdata-slocity.opendata.arcgis.com/datasets/f8d1bcd0695c49a7b7d7259b787da9cf_0>. Acesso em: 21 maio. 2018.

_____. *SLO Greenbelt*. Disponível em: <https://geographicdata-slocity.opendata.arcgis.com/datasets/dd0c1193ff0843cd95972a33df3706a1_0>. Acesso em: 7 jun. 2018.

_____. *SLO Parcels*. Disponível em: <https://geographicdata-slocity.opendata.arcgis.com/datasets/af0fe542bacd4d069e1da93344062203_0>. Acesso em: 9 maio. 2018.

_____. *Trails 2017*. Disponível em: <https://geographicdata-slocity.opendata.arcgis.com/datasets/d85e836c0dfe492589c0dd2c3282a2cc_0>. Acesso em: 21 maio. 2018.

_____. *Zoning SLO*. Disponível em: <https://geographicdata-slocity.opendata.arcgis.com/datasets/4dbf3c791e3246068653880b9eb6d00c_0>. Acesso em: 7 jun. 2018.

COUNTY OF SAN LUIS OBISPO. *Administrative Office*. Disponível em: <<http://www.slocounty.ca.gov/Departments/Administrative-Office/About-the-County.aspx>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. *Board of Supervisor*. Disponível em: <<https://www.slocounty.ca.gov/Departments/Board-of-Supervisors.aspx>> Acesso em: 4 fev. 2019.

_____. *Career Opportunities*. Disponível em: <<https://www.governmentjobs.com/careers/slocountyca>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. *Directory*. Disponível em:
<<http://www.slocounty.ca.gov/Departments.aspx>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. *County Boundary*. Disponível em:
<<http://opendata.slocounty.ca.gov/datasets/county-boundary>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

_____. *Railroad Tracks*. Disponível em: <<http://opendata.slocounty.ca.gov/datasets/railroad-tracks>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

_____. *Roads - All*. Disponível em: <<http://opendata.slocounty.ca.gov/datasets/roads-all>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. *Seismic Hazard GSA Combining Designation*. Disponível em: <<http://opendata.slocounty.ca.gov/datasets/seismic-hazard-gsa-combining-designation>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. *Supervisory Districts - 2000*. Disponível em: <<http://opendata.slocounty.ca.gov/datasets/supervisory-districts-2000?geometry=-123.878%2C34.56%2C-120.543%2C36.128>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

_____. *Urban and Village Reserve Boundaries*. Disponível em: <<http://opendata.slocounty.ca.gov/datasets/urban-and-village-reserve-boundaries>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

FORBES. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/laurabegleybloom/2017/10/19/ranked-the-25-happiest-cities-in-america/#268885c7779f>>. Acesso em: 17 set. 2018.

GOOGLE. *California Regions*. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=california+regions&client=firefox-b-1&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKE-wj-xrPtqPZAhVN0WMKHemSDDQQ_AUICigB&biw=1366&bih=603>. Acesso em: 1 mar. 2018.

GOOGLE EARTH. Disponível em:
<<https://earth.google.com/web/>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1384#resultado>>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. São José dos Campos. Disponível em:
<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#/n6/3549904/v/all/p/last%204/l/v,p,t/resultado>>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. São José dos Campos. Disponível em:
<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#/n6/3549904/v/513,517,525,543,6575/p/all/d/v513%200,v517%200,v525%200,v543%200,v6575%200/l/t,v,p/resultado>>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. São José dos Campos. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama>>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=354990>>. Acesso em: 10 out. 2018

_____. IBGE. MEMÓRIA. Disponível em:
<<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>>. Acesso em: 5 maio 2017.

KNOW YOUR COUNTY. Disponível em:
<<http://www.slocounty.ca.gov/Departments/Administrative-Office/Forms-Documents/Data-and-Reports/Know-Your-County.aspx>>. Acesso em: 27 fev. 2018

NATIONAL GEOGRAPHIC. Disponível em:
<<https://www.nationalgeographic.com/travel/destinations/north-america/united-states/happiest-cities-united-states-2017/>>. Acesso em: 17 de set. 2018.

ORGANIZATION OF THE CITY OF SAN LUIS OBISPO. Disponível em: <<http://www.slocity.org/home/showdocument?id=4991>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI 2006 – Diagnóstico*. Secretaria de Planejamento Urbano. São José dos Campos, 2006. Disponível em: <https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/24560/2006_pd_diagnostico.pdf>. Acesso em: 6 mar.2016.

SAN LUIS OBISPO COUNTY OFFICE OF EDUCATION. Disponível em:
<<https://www.slocoe.org/>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/desenvolvimento_economico/dados_economicos/orcamento.aspx>. Acesso em: 24 dez. 2016.

SEVEN SISTERS REALTY. Disponível em:
<<https://sevensistersrealty.com/about-the-seven-sisters>>. Acesso em: 20 set. 2018.

SLO DATA FINDER. SLO *Airport Runways*. Disponível em: <<https://lib.calpoly.edu/gis/browse.jsp?by=e&e=1>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

_____. *Crops*. Disponível em: <<https://lib.calpoly.edu/gis/browse.jsp?by=e&e=2>>. Acesso em: 19 de mar. 2018.

_____. *NHD Countywide Streams 2006*. Disponível em: <<http://lib.calpoly.edu/gis/browse.jsp?by=th&th=15>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. *NHD Countywide Waterbodies 2006*. Disponível em: <<http://lib.calpoly.edu/gis/browse.jsp?by=th&th=15>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. *San Luis Obispo County Composite Digital Elevation Models*. Disponível em: <<http://lib.calpoly.edu/gis/browse.jsp?by=c&c=2>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

_____. *Vegetation Slo County*. Disponível em: <<http://lib.calpoly.edu/gis/browse.jsp?by=th&th=6>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. *American Fact Finder*. Disponível em: <<https://factfinder.census.gov/faces/tableservices/jsf/pages/productview.xhtml?src=bkmk>>. Acesso em: 20 out. 2018.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA COOPERATIVE EXTENSION. Disponível em: <<http://cesanluisobispo.ucanr.edu/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

WORLD BANK. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTURBANDEVELOPMENT/Resources/336387-1256566800920/6505269-1268260567624/KennedyComm.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

Entrevistas

CORNEJO, T. *Estrutura de gestão do condado*. Escritório do Administrativo. Condado de San Luis Obispo. San Luis Obispo/CA, nov. 2017. Entrevista.

GERSHOW, Rebeca. *Sistema de Espaços Livres de Interesse Público de Lazer*. Departamento de Desenvolvimento Comunitário. Prefeitura de San Luis Obispo. San Luis Obispo/CA, out. 2017. Entrevista.

HILL, Robert. *Sistema de Espaços Livres de Interesse Público de Conservação*. Departamento de Administração. Prefeitura de San Luis Obispo. San Luis Obispo/CA, set. 2017. Entrevista.

KEITH, T. *Estrutura de gestão do condado*. Escritório do Condado. Condado de San Luis Obispo. San Luis Obispo/CA, nov. 2017. Entrevista.

OLIGER, M. *Estrutura de gestão do condado*. Conselho de Supervisores. Condado de San Luis Obispo. San Luis Obispo/CA, nov. 2017. Entrevista.

PURRINGTON, T. *Estrutura de gestão da cidade*. Conselho da Cidade. Prefeitura de San Luis Obispo. San Luis Obispo/CA, nov. 2017. Entrevista.

SOULE, K. *Estrutura de gestão do condado*. Cooperativa da Universidade Politécnica da Califórnia. California Polytechnic State University. San Luis Obispo/CA, nov. 2017. Entrevista.

UVA, Blaize. *Sistema de Informações Geográficas*. Departamento de Planejamento e Edificações. Condado de San Luis Obispo. San Luis Obispo/CA, mai. 2018. Entrevista.

Apêndice

Apêndice A

Mapas da caracterização, avaliação e qualificação das regiões norte e sudeste

Caracterização da Região Norte

O apêndice desta tese é composto por cinco elementos:

- a) mapas das regiões norte e sudeste;
- b) mapa dos estacionamento para casas móveis;
- c) quadro com parte das legislações que contribuem para a constituição do SELI Pub de São José dos Campos;
- d) modelos dos questionários aplicados nos parques de San Luis Obispo e São José dos Campos;
- e) quadros com sínteses dos questionários aplicados nos parques de San Luis Obispo.

Espaços Livres

- Parques urbanos**
 - A Parque Roberto Burle Marx (Parque da Cidade)
 - B Parque Alberto Simões
- Parques futuros**
 - a Parque do Caetê
 - b Parque Paraíba do Sul
 - c Parque do Banhado (parte)

Praças e áreas verdes

Sistema Hídrico

- Corpos d'água**
 - I Rio Buquira
 - II Rio Jaguari
 - Rio Paraíba do Sul
- Várzeas**
 - Várzea do Rio Paraíba do Sul
 - Várzea do Rio Jaguari

Delimitações

- Áreas existentes ao longo dos corpos d'água classificadas como Zona de Domínio de Curso D'Água - ZDCA (Lei Complementar 306/06 - PDDI)
- Rodovia Federal Presidente Dutra (BR-116)

Delimitação municipal

Delimitação das regiões

Delimitação da Região Norte

Zonas de uso

- Zona Especial de Interesse Social - ZEIS
- Zona de Assentamento Informal - ZAI

Figura 175. Mapa com características dos espaços livres de lazer e conservação da região norte. Destacam-se: os parques urbanos já implantados (parques da Cidade e Alberto Simões), os parques futuros (Caetê, Paraíba do Sul e parte do parque do Banhado), as praças e áreas verdes, as várzeas dos rios Paraíba do Sul e Jaguari e um eixo de ZDCA ao longo do rio Buquira.
Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes em 2017. Baseado em mapa da região norte elaborado pelo Ipplan (2016).

Avaliação da Região Norte

Figura 176. Os espaços livres de lazer, como parques e praças, concentram-se mais ao sul da área urbanizada, não havendo, portanto, boa distribuição. Por outro lado, a área urbanizada que conta com faixa inferior de renda contém dois parques com boa qualidade (parques da Cidade e Alberto Simões), diferentemente das outras regiões (sul e leste), que possuem faixa inferior de renda e parques com razoável qualidade. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes em 2017. Baseado em mapa da região norte elaborado pelo Ipplan (2016) – o qual aponta a localização dos espaços livres de SJC.

Qualificação da Região Norte

Figura 177. A qualificação do SELI Pub da região norte consiste no possível aproveitamento de oportunidades, como: implantação dos parques previstos, arborização urbana do sistema viário, melhor distribuição das praças e proteção adequada das áreas de várzea e corpos d'água. Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes em 2017. Baseado em mapa da região norte elaborado pelo Ipplan (2016).

Caracterização da Região Sudeste

Figura 178. Mapa com características dos espaços livres de lazer e conservação da região sudeste. Destacam-se: parque urbano já implantado (Caminho das Garças), parque futuro (Cambuí), praças, áreas verdes e um extenso eixo de ZDCA ao longo do ribeirão dos Putins.
Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes em 2017. Baseado em mapa da região sudeste elaborado pelo Ipplan (2016).

Avaliação da Região Sudeste

Figura 179. Os espaços livres de lazer, como o único parque e as praças, existem em pequena quantidade e possuem má distribuição. Percebe-se ausência desses equipamentos em muitas áreas da região. Destaca-se a ampla ZDCA, presente em toda a extensão, por vezes passando em áreas loteadas e, em outros momentos, sem ocupação alguma ao longo do percurso.
Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes em 2017. Baseado em mapa da região sudeste elaborado pelo Ipplan (2016).

Qualificação da Região Sudeste

- Espaços livres consolidados e em potencial para qualificação**

 - Parques urbanos, praças, áreas verdes e ambientes de estar existentes e previstos
- Espaço livre destinado à faixa de servidão da linha de transmissão
 - Áreas existentes ao longo dos corpos d'água classificadas como Zona de Domínio de Curso D'Água - ZDCA (Lei Complementar 306/06 - PDDI)
 - Sistema viário
- Sistema hídrico**

 - Corpos d'água
 - Ribeirão dos Putins
 - Rio Alambari

Delimitações

 - Delimitação das regiões
 - Delimitação da Região Sudeste
 - Rodovia Federal Presidente Dutra (BR-116)
- Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)
 - Loteamento dos Palmares

Zonas de uso

 - Zona Especial de Interesse Social - ZEIS
 - Zona de Assentamento Informal - ZAI

Figura 180. A qualificação do SELI Pub da região norte consiste no possível aproveitamento de oportunidades, como: implantação do parque previsto (Cambuí) na divisa com a região leste, arborização urbana do sistema viário, melhor distribuição das praças e qualificação da ZDCA como espaço livre de lazer e conservação, objetivando criar conexões ambientais.
Fonte: Produzido por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes em 2017. Baseado em mapa da região norte elaborado pelo Ippplan (2016).

Apêndice B

Mapa dos estacionamentos para casas móveis

Estacionamentos para casas móveis

- Estacionamentos**

 - 1 Mission Trailer Park
 - 2 Mathews Trailer Lodge
 - 3 Village Mobile Home Park
 - 4 Valle Vista Trailer Park
 - 5 Shady Lane Mobile Home Park
 - 6 Chumash Village Homeowners Association
 - 7 Rancho San Luis
 - 8 Silver City Mobile Lodge
 - 9 Creekside Community
 - 10 Laguna Lake Mobile Estates
 - 11 Hidden Hills Mobile Park
 - 12 Oceanaire Mobile Home Park
 - 13 Colonial Manor
 - 14 Willow Creek Country Estates
- Legenda**

 - Espaços Livres de Lazer
 - Espaços Livres de Conservação
 - Cidade de San Luis Obispo
 - Malha Viária
 - Higuera Street
 - South Higuera Street
 - Los Osos Valley Road

Figura 181. Mapa da cidade de San Luis Obispo, contendo os estacionamentos para casas móveis (trailers) destinados à população com faixa de renda inferior.
Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira e Amanda Moraes, 2018. Baseado nos SIGs do Estado da Califórnia, condado e da Prefeitura de San Luis Obispo, 2018.

Apêndice C

Parte das legislações que contribuem para a constituição do SELI Pub em São José dos Campos

Quadro 2. Síntese das legislações municipais, estaduais e federais

Legislações	
Municipais	1. Lei Federal n. 11.977/09: estabelece o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Propiciou a degradação da paisagem em determinados casos em SJC.
	2. Inciso XIX da Lei Complementar n. 165/97: cria a Zona Especial de Proteção Ambiental Quatro (ZEPA-4). Resultou na instalação do loteamento Chácara Serimbura na várzea do rio Paraíba do Sul.
	3. Lei Complementar n. 428/10: dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Permitiu a construção de prédios com inúmeros andares e muito próximos, ocasionando problemas de ventilação, insolação, aeração, além de impossibilitar em diversos momentos a apreciação da paisagem.
	4. Lei n. 8.195/10: cria a Unidade de Conservação de Proteção Integral, denominada como Parque Natural Municipal Augusto Ruschi (PNMAR). Não garantiu ao espaço adequada qualificação.
	5. Lei n. 8.756/12: estabeleceu a criação do Parque Natural Municipal do Banhado (PNMB), que, de fato, não se consolidou.
	6. Lei Municipal n. 4.928/96: estabeleceu a preservação do Vicentina Aranha, permitindo a qualificação do espaço como parque.
	7. Inciso LV do art. 3 da Lei Complementar n. 428/10: definiu os sistemas de lazer. Inciso XLI do Art. 3 da Lei Complementar n. 428/10: definiu os parques de lazer. Ambos contribuem para propiciar atividades de lazer à população, ainda que de forma pontual.
	8. Lei Complementar n. 428/2010: permitiu a ocupação de parte do perímetro do Ambiente-Banhado, impossibilitando a apreciação mais abrangente da paisagem.
	9. Inciso II do art. 66 do Plano Diretor (2006): definiu as Zonas de Domínio de Curso D’ Água (ZDCAs), importantes estoques de terra a serem aproveitados nas políticas direcionadas aos espaços livres de lazer e conservação.
	10. Lei Complementar n. 306/06: define as quatro APAs municipais. São elas: APA da serra da Mantiqueira, APA do rio do Peixe, APA da serra do Jambeiro e a APA que corresponde às planícies aluviais dos rios Paraíba do Sul e Jaguari. Com exceção da planície aluvial do rio Jaguari, as demais são impactadas.
	11. A Lei n. 9.553/17 estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, não prevendo recursos expressivos para as políticas ambientais, diferentemente daqueles direcionados à educação e saúde.
	12. A Lei n. 9.070/13, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, não previu recursos expressivos para as políticas ambientais, diferentemente daqueles direcionados à educação e saúde.
Estadual	13. Lei Estadual n. 11.262/02: define duas APAs estaduais – a Área Estadual da Serra da Mantiqueira e a Área Estadual de Proteção Ambiental do Banhado e do Jaguari. Com exceção da planície aluvial do rio Jaguari, as demais são impactadas pela urbanização.
Federal	14. Inciso I do art. 41 da Lei n. 12.651/12: estabelece o <i>Novo Código Florestal</i> . Apesar de relacionar os serviços ambientais a inúmeros aspectos favoráveis ao meio ambiente, vários ambientes são degradados na Zona Rural ou Urbana de SJC.
	15. A Lei n. 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabeleceu a criação das Unidades de Conservação. Ainda que dois espaços tenham sido classificados como UC em São José dos Campos, tal fato não garantiu a qualificação do parque Augusto Ruschi e a implantação do parque do Banhado.
	16. Decreto Federal n. 87.561/82: define cinco Áreas Protegidas no âmbito federal: APA da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe; APA da Represa do Rio Jaguari; APA da Bacia Hidrográfica do Rio Buquira; APA da Bacia Hidrográfica do Córrego Vidoca; APA da Bacia Hidrográfica do Ribeirão dos Putins. Observa-se, entretanto, que, apesar da legislação, todos os espaços são impactados pela urbanização.

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2019.

Apêndice D

Modelo dos questionários conduzidos em San Luis Obispo e São José dos Campos

Questionário conduzido em San Luis Obispo

Parks Survey

Interviewee: _____ Location: _____

Date: _____

This survey will not take much of your time. This is part of a research project that I have been conducting for a doctorate with the University of São Paulo in Brazil. My object of study are urban parks, and I am interested in understanding how people use parks in San Luis Obispo and what do they think about them. There are no “right” or “wrong” answers, but I would appreciate your candid responses. Thank you very much for helping us and participating in this survey!

Age: 15 – 25(☐) 26 – 35(☐) 36 – 45(☐) 46 – 55(☐) 56 – 65(☐) 66 – 75(☐) 76 – 85(☐)

Gender: F (☐) M (☐) City of residence: _____

Questions

1) How often do you come to this park?
a. Rarely (☐) Why? _____
b. A couple of times a month (☐)
c. Weekly (☐) How many times? _____
d. Everyday (☐)
e. I am just visiting (☐)

2) When you come to this park you come:
a. Alone (☐)
b. Accompanied (☐) With whom? _____

3) Why do you normally come to this park?
a. Picnic or barbecue (☐)
b. Bring my kid(s) to the playground (☐)
c. Come to a party (☐)
d. Play sports (☐) Which _____
e. Meet with friends (☐)
f. Enjoy the outdoors and the landscape (☐)
g. Walk (☐)
h. Ride my bike (☐)
i. Other reasons (☐) Which _____

4) What do you like most about this park?

5) What do you like the least about this park?

6) Do you think that San Luis Obispo has enough parks?
(☐) No (☐) Yes

7) Do you think this park is well frequented in relation to the number of people?

8) When you come, do you normally meet other people?

9) How would you describe SLO’s Parks to someone who was never here? What are their most distinct aspects?

478

10) What would you like to be done regarding SLO parks in general?

11) What’s the distance between your house and the park?

12) How much time do you usually spend in the park?

13) What other recreation spaces do you usually use?

- a. Volcanic Peaks ()
- b. Avila Beach ()
- c. Pismo Beach ()
- d. Morro Bay ()
- e. Montana de Oro ()
- f. Downtown ()
- g. Other (s): _____ Which one? (s)_____

Questionário conduzido em São José dos Campos

Pesquisa Parques

Entrevistado (nome completo):_____

Localização:_____

Data:

Esta pesquisa faz parte do projeto de doutorado que estou desenvolvendo no curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Uma pesquisa similar foi conduzida por mim na cidade de San Luis Obispo (Califórnia), com o objetivo de comparar o território paulista ao californiano. Meu objeto de estudo são os parques urbanos e estou interessada em entender como as pessoas utilizam os parques na cidade de São José dos Campos e o que pensam sobre eles, para assim tentar identificar como melhorar essas áreas, planejar sua implantação e manutenção. Não há respostas “certas” ou “erradas” para esta pesquisa, mas é importante que suas respostas sejam sinceras. Muito obrigada por nos ajudar e participar desta pesquisa!

Age: 15 – 25() 26 – 35() 36 – 45() 46 – 55() 56 – 65() 66 – 75() 76 – 85()

Sexo: F () M () Cidade onde reside:_____

Questões

1) Com que frequência você vem a este parque?

- a. Raramente () Por quê? _____
- b. Algumas vezes por mês ()
- c. Semanalmente () Quantas vezes? _____
- d. Todos os dias ()
- e. Estou apenas visitando ()

2) Quando você vem a este parque você vem:

- a. Sozinho ()
- b. Acompanhado () Por quem? _____

APÊNDICE

3) O que geralmente você vem fazer neste parque?

- a. Piquenique ()
- b. Trazer meu(s) filho(s) para o playground ()
- c. Participar de uma festa ()
- d. Praticar esportes () Quais? _____
- e. Encontrar com amigos ()
- f. Desfrutar do espaço ao ar livre e da paisagem ()
- g. Caminhar ()
- h. Andar de bicicleta ()
- i. Outras razões () Quais? _____

4) O que você mais gosta neste parque?

5) O que você menos gosta neste parque?

6) Você acha que São José dos Campos tem uma quantidade suficiente de parques?
() Não () Sim

7) Você acha que este parque é bastante frequentado?
() Não () Sim

8) Quando você vem a este parque, você conhece novas pessoas?
() Não () Sim

9) Como você descreveria os parques de São José dos Campos para alguém que nunca esteve aqui? Quais são os aspectos que mais se destacam?

10) O que você gostaria que fosse melhorado nos parques em geral?

11) Qual é a distância (em tempo) entre o parque e a sua casa?

12) Quando você vem a este parque, quanto tempo você costuma ficar?

13) Para quais outros espaços de recreação você normalmente vai?

- a. Outros parques da cidade de São José dos Campos. Quais(s)? _____
- b. O centro da cidade ()
- c. A “orla” do Banhado ()
- d. São Francisco Xavier ()
- e. Campos do Jordão ()
- f. Ubatuba / Caraguatatuba / praias ()
- g. São Paulo () Onde? _____
- h. Outro(s): _____ Qual(is)_____

Apêndice E

Sistematização de dados dos questionários aplicados em San Luis Obispo

Quadro 3. Sinsheimer Park

Sinsheimer Park			Questões 1 a 5				
Idade	Sexo	Residência	1	2	3	4	5
66-75	M	SLO	Semanalmente (4 x semana)	Acompanhado (cachorro)	- Praticar esportes (tênis) - Encontrar amigos - Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem - Caminhar com o cachorro	Quadras de tênis	Nada
66-75	F	SLO	Semanalmente (2 x semana)	Sozinha	- Caminhar	O novo playground e o estádio de baseball	Não respondeu
36-45	F	SLO	Semanalmente (1 x semana)	Acompanhada (família)	- Trazer minhas crianças no playground	As estruturas para jogos	Mais áreas de estar para os adultos
66-75	M	SLO	Semanalmente (3 x semana)	Acompanhado (cachorro)	- Caminhar	Dos espaços abertos	Nada

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 5. Mitchell Park

Mitchell Park			Questões 1 a 5				
Idade	Sexo	Residência	1	2	3	4	5
36-45	M	SLO	Semanalmente (3 a 5 x semana)	Acompanhado (filha)	- Participar de festas. - Trazer minhas crianças no playground	Sombra das árvores, estrutura para jogos e do layout	Nada
36-45	F	Clovis/CA	Estou somente visitando	Acompanhada (amigos)	- Trazer minhas crianças no playground	A localização	Moradores de rua no parque

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 4. Sinsheimer Park

Questões 6 a 13							
6	7	8	9	10	11	12	13
Sim	Sim	Sim	Muito bem cuidados e silenciosos	Nada	3 milhas	1 a 2 horas	Avila Beach Pismo Beach Morro Bay
Não	Sim	Não	Eles são bem charmosos	Splash pad para crianças	1 milha	30 minutos	Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Montana de Oro Downtown
Sim	Sim	Não	Agradáveis e não são muito cheios	Nada	10 milhas	1 hora	Avila Beach
Sim	Sim	Sim	Limpos	Nada	½ milha	½ hora	Picos Vulcânicos Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Montana de Oro Downtown

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 6. Mitchell Park

Questões 6 a 13							
6	7	8	9	10	11	12	13
Sim	Sim	Algumas vezes	Possuem bons gramados, diferentes tamanhos e são bem equipados e projetados	Nada	1 milha	20 a 30 minutos	Picos Vulcânicos Montana de Oro
Sim	Não	Não	Sem resposta	Retirada dos moradores de rua	Vive em outra cidade	30 minutos	Pismo Beach Cal Poly

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 7. Santa Rosa Park

Santa Rosa Park			Questões 1 a 5				
Idade	Sexo	Residência	1	2	3	4	5
36-45	F	Morro Bay	Semanalmente (1 x semana)	Acompanhada (2 filhos)	- Trazer minhas crianças no playground - Praticar esportes (skate) - Encontrar amigos	Pista de skate e o playground	Rua movimentada próxima ao parque
36-45	M	SLO	Semanalmente (3 a 4 x semana)	Acompanhado (meu filho)	- Praticar esportes (skate)	Pista de skate	Moradores de rua
46-55	M	SLO	Raramente (pouco tempo)	Sozinho	- Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem	Tamanho e o clima	Moradores de rua
15-25	F	San Diego/ CA	Estou somente visitando	Acompanhada (amigos)	- Encontrar amigos - Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem	Ampla paisagem aberta	O barulho do trânsito
15-25	M	San Diego/ CA	Raramente (vive em outra cidade)	Acompanhada (amigos)	- Encontrar amigos - Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem - Caminhar	Ar fresco e a limpeza	Está inserido em área urbanizada

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 9. Triangle Park

Triangle Park			Questões 1 a 5				
Idade	Sexo	Residência	1	2	3	4	5
15-25	F	SLO	Semanalmente (3 a 4 x semana)	Sozinha e acompanhada (amigos e companheiros de trabalho)	- Encontrar amigos - Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem	Gramma confortável para ficar sentada, das áreas com sombra e sol	Muito próximo à rua movimentada

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 8. Santa Rosa Park

Questões 6 a 13							
6	7	8	9	10	11	12	13
Sim	Sim	Sim	Possuem belas paisagens em seu entorno (montanhas), seguros, há pessoas amigáveis e boa manutenção	O parque não precisa de melhorias	10 milhas	1 a 2 horas	Picos Vulcânicos Avila Beach Morro Bay Montana de Oro
Sim	Sim	Sim	Equipamentos novos e belas paisagens no entorno	Mais pistas de skate	3 milhas	2 a 4 horas	Avila Beach Morro Bay Montana de Oro Downtown
Sim	Sim	Algumas vezes	Boa manutenção, silenciosos e seguros	Mais eventos (concertos de música)	1/2 milhas	Poucas horas	Morro Bay
Não	Sim	Sim	Paisagens abertas e bons projetos	Mais lugares para sentar na sombra	Vive em outra cidade	1 hora	Avila Beach Pismo Beach Morro Bay
Sim	Sim	Sim	Grandes áreas abertas	Maior disponibilidade de lixeiras recicláveis	Vive em outra cidade	1 a 2 horas	Avila Beach Morro Bay Montana de Oro

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 10. Triangle Park

Questões 6 a 13							
6	7	8	9	10	11	12	13
Sim	Sim	Sim	Limpos	Nada	1/8 milha	1 hora	Morro Bay Montana de Oro Downtown

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 11. Laguna Lake

Laguna Lake			Questões 1 a 5				
Idade	Sexo	Residência	1	2	3	4	5
36-45	M	SLO	Algumas vezes por mês	Acompanhado (filhos)	- Trazer minhas crianças no playground	Pista de skate e o playground	Rua movimentada próxima ao parque
36-45	M	SLO	Algumas vezes por mês	Acompanhado (meu filho)	- Trazer minhas crianças no playground - Encontrar com amigos - Caminhar	Pista de skate	Moradores de rua
56-65	M	SLO	Todos os dias	Sozinho	- Fazer piquenique ou churrasco - Encontrar com amigos - Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem - Caminhar	Tamanho e o clima	Moradores de rua
26-35	M	SLO	Todos os dias	Sozinho	- Caminhar com meu cachorro	Ampla paisagem aberta	O barulho do trânsito
66-75	F	SLO	Algumas vezes por mês	Acompanhada (cachorro)	- Usar o parque para cachorros	Ar fresco e a limpeza	Está inserido em área urbanizada
46-55	M	Paso Robles/ CA	Todos os dias	Acompanhado (mulher)	- Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem - Caminhar com meu cachorro		

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 13. Islay Hill Park

Islay Hill Park			Questões 1 a 5				
Idade	Sexo	Residência	1	2	3	4	5
36-45	M	SLO	Raramente (Mudou-se recentemente)	Acompanhado (filhos)	- Trazer minhas crianças no playground	O parque não é muito cheio	Não respondeu
56-65	F	SLO	Semanalmente (2 a 3 x semana)	Acompanhada (família)	- Praticar esportes (tênis) - Caminhar	A localização	A manutenção é inadequada
66-75	M	Santa Maria/CA	Algumas vezes por mês	Acompanhado (esposa)	- Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem	Silencioso	Nada

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 12. Laguna Lake

Questões 6 a 13							
6	7	8	9	10	11	12	13
Sim	Sim	Não	Divertidos e relaxantes	Mais atividades para as crianças	2 milhas	1 a 2 horas	Avila Beach
Sim	Sim	Algumas vezes	Muito acessíveis	Mais estruturas para jogos	3 milhas	1 hora	Avila Beach
Não	Sim	Algumas vezes	Sem resposta	Caminhos	1 milha	1 a 2 horas	Pismo Beach
Sim	Sim	Sim	Pouco amigável	Nada	3 milhas	1 hora	Avila Beach Pismo Beach Morro Bay
Sim	Sim	Sim	Muita diversidade entre os parques	Nada	2 milhas	1 hora	Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Montana de Oro
Sim	Sim	Sim	Possuem boa manutenção	Parar de cortar as árvores	40 milhas	1 a 2 horas	Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Montana de Oro

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 14. Islay Hill Park

Questões 6 a 13							
6	7	8	9	10	11	12	13
Sim	Não	Não	Ótimos parques, bem projetados	Nada	2 milhas	1 a 2 horas	Pismo Beach Downtown Sinsheimer Park
Sim	Sim	Não	É possível apreciar a paisagem de todos os parques	A manutenção do parque	¼ milha	1 hora	Picos Vulcânicos Avila Beach Morro Bay Montana de Oro Downtown
Não	Sim	Não	Limpeza e os espaços para lazer	Churrascos	40 milhas	1 a 2 horas	Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Montana de Oro

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 15. French Park

French Park			Questões 1 a 5				
Idade	Sexo	Residência	1	2	3	4	5
56-65	F	SLO	Semanalmente (1 a 2 x semana)	Acompanhada (netos e marido)	- Trazer as crianças no playground - Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem	Bela paisagem (gramado, colinas e árvores), vários brinquedos, equipamentos de esporte e a manutenção	Nada
26-35	F	SLO	Algumas vezes por mês	Acompanhada (3 filhos)	- Trazer as minhas crianças no playground	Área plana para os meus filhos andarem de bicicleta e os equipamentos de diversão	Os bebedouros são velhos e não há espaço para fazer churrasco
46-55	M	SLO	Algumas vezes por mês	Sozinho	- Caminhar	Calmo e há muito verde	A grama seca no verão
15-25	F	SLO	Algumas vezes por mês	Acompanhada (2 filhos e uma babá)	- Piquenique ou churrasco - Trazer as minhas crianças no playground - Praticar esporte (tênis)	O fato de as crianças gostarem deste parque	A mesa de piquenique inadequada
46-55	F	SLO	Semanalmente (1 a 2 x semana)	Acompanhada (2 filhos)	- Praticar esporte (baseball) - Caminhar com o cachorro	Campo de baseball	Número de atividades poderiam ser maiores

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 16. French Park

Questões 6 a 13							
6	7	8	9	10	11	12	13
Sim	Sim	Sim	Bons equipamentos e ótimas áreas para praticar esportes (tênis, baseball, basquete e vôlei)	Nada	1/8 milhas	1 hora	Picos Vulcânicos Avila Beach Pismo Beach Montana de Oro Downtown
Sim	Sim	Sim	Bons equipamentos para prática de esportes, muita área gramada para sentar e brinquedos	Nada	1/2 milha	45 minutos	Avila Beach Pismo Beach Arroyo Grande Outros parques
Não	Não	Não	Há muitas atividades recreacionais	Mais áreas verdes	1/2 milha	5 a 10 minutos	Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Downtown
Sim	Sim	Sim	Há sempre lascas de madeira no chão	Mais atividades para todas as idades	1/2 milha	30 a 60 minutos	Avila Beach Outros parques
Não	Não	Não	Os parques não são muito usados	Mais parques multiuso, com espaços destinados aos cachorros	3 milhas	1 a 5 horas	Picos Vulcânicos Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Montana de Oro Downtown Parques para cachorros

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 17. Johnson Park

Johnson Park			Questões 1 a 5				
Idade	Sexo	Residência	1	2	3	4	5
46-55	M	SLO	Estou somente visitando	Sozinho	- Encontrar amigos	Localização	Nada
15-25	M	SLO	Todos os dias	Sozinho e acompanhado (amigos)	- Praticar esportes - Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem - Caminhar - Andar de bicicleta	Próximo e tranquilo	Nada
46-55	M	SLO	Semanalmente (3 x semana)	Acompanhado (esposa)	- Caminhar	Próximo e bem mantido	Os bancos precisam ser reparados
46-55	F	SLO	Raramente (por já ter 50 anos)	Acompanhada (esposo)	- Caminhar	Beleza	Os bancos são inseguros

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 18. Johnson Park

Questões 6 a 13							
6	7	8	9	10	11	12	13
Não	Sim	Sim	Muito legais	Nada	5 milhas	1 a 2 horas	Pismo Beach Morro Bay Montana de Oro Downtown
Sim	Sim	Não	Bem mantidos e bonitos	Nada	1 milha	30 minutos a 1 hora	Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Downtown
Sim	Sim	Não	Possuem vistas bonitas no entorno das áreas	Práticas de manutenção mais frequentes	1 milha	15 minutos	Picos Vulcânicos Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Montana de Oro
Não	Sim	Não	O clima em SLO é ótimo para usufruir dos parques	A segurança dos bancos	1 milha	20 minutos	Picos Vulcânicos Avila Beach Pismo Beach Morro Bay

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 19. Meadow Park

Meadow Park			Questões 1 a 5				
Idade	Sexo	Residência	1	2	3	4	5
56-65	M	Exeter	Somente visitando	Acompanhado (netos)	- Trazer os netos no playground	Limpeza	Moradores de rua
15-25	F	Los Osos	Raramente (moro em outra cidade)	Acompanhada	- Trazer as crianças no playground - Caminhar	Pequena corrente de água	Não existem flores e há poucas árvores
56-65	F	SLO	Semanalmente (3 a 4 x semana)	Sozinha	- Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem	A vegetação, as árvores e o gramado	Nada

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 20. Meadow Park

Questões 6 a 13							
6	7	8	9	10	11	12	13
Sim	Sim	Sim	Limpo e com muito verde	Nada	1 milha (quando estou em SLO)	1 hora	Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Montana de Oro Downtown
Não	Sim	Sim	Muitos espaços livres e gramados	Mais árvores	12 milhas	2 horas	Avila Beach Montana de Oro Downtown Cal Poly
Sim	Sim	Algumas vezes	São bonitos	Nada	1 milha	½ hora	Avila Beach Morro Bay Montana de Oro

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 21. Emerson Park

Emerson Park			Questões 1 a 5				
Idade	Sexo	Residência	1	2	3	4	5
15-25	M	Pismo Beach	Semanalmente (2 a 3 x semana)	Sozinho e acompanhado (amigos)	- Piquenique ou churrasco - Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem - Caminhar com o cachorro	Silencioso e contém bom gramado	Todas as árvores são próximas às ruas, elas não existem na parte interna do parque
15-25	F	Paso Robles	Raramente (moro em outra cidade)	Acompanhada (namorado)	- Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem - Caminhar com o cachorro	Silencioso e contém beleza cênica	Não existem flores
46-55	M	SLO	Semanalmente (5 x semana)	Acompanhado (filhos)	- Trazer minhas crianças no playground	Playground	Nada

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 23. Laguna Hills Park

Laguna Hills Park			Questões 1 a 5				
Idade	Sexo	Residência	1	2	3	4	5
66-75	M	SLO	Semanalmente (1 x semana)	Acompanhado (esposa)	- Caminhar	Usufruir a vista das colinas locais	Nada
46-55	F	SLO	Semanalmente (1 x semana)	Acompanhada (esposo)	- Caminhar	A vista dos morros a partir do parque	Mais árvores
66-75	M	Los Angeles/ CA	Raramente (por viver em outra cidade)	Acompanhado (esposa, filha e netos)	- Trazer as crianças no playground - Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem - Caminhar	Gramado	Nada

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 22. Emerson Park

Questões 6 a 13							
6	7	8	9	10	11	12	13
Não	Não	Não	Bastante verde, silenciosos e diferentes entre eles	Torná-los menos monótonos, com mais atividades	2 milhas	1 hora	Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Montana de Oro
Sim	Não	Não	Bem mantidos e tranquilos	Melhorar a manutenção dos banheiros e ampliar o número de bancos	40 milhas	30 minutos a 2 horas	Avila Beach Montana de Oro
Sim	Sim	Sim	Limpeza e boa manutenção	Lascas de madeira nos parques	1/2 milha	1 hora	Avila Beach Morro Bay Montana de Oro

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 24. Laguna Hills Park

Questões 6 a 13							
6	7	8	9	10	11	12	13
Não	Sim	Não	Árvores e áreas gramadas	Mais parques	½ milha	3 min.	Picos Vulcânicos Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Montana de Oro Downtown
Sim	Sim	Sim	São abundantes, limpos e bem frequentados	Nada	1 milha	5 min.	Picos Vulcânicos Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Montana de Oro Downtown Irish Hills
Sim	Sim	Sim	Tranquilo, limpo e traz paz para a mente	Nada	1 milha	2 horas	Downtown Laguna Lake Park

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 25. Throop Park

Throop Park			Questões 1 a 5				
Idade	Sexo	Residência	1	2	3	4	5
26-35	F	SLO	Raramente (distância de casa)	Acompanhada (amigos e filhos)	- Trazer minhas crianças no playground	Equipamentos	Nada
26-35	F	SLO	Semanalmente (2 a 3 x semana)	Acompanhada (amigos e filhos)	- Trazer minhas crianças no playground - Encontrar amigos - Caminhar - Andar de bicicleta	A estrutura de playground e os espaços destinados para as crianças andarem de bicicleta	Poucas áreas de sombra
36-45	F	SLO	Todos os dias	Acompanhada (família)	- Trazer minhas crianças no playground - Vir para festas - Encontrar amigos - Aproveitar o ambiente ao ar livre e a paisagem - Andar de bicicleta	Espaço livre e o playground	O playground não possui sombra e à noite é muito escuro
26-35	F	SLO	Algumas vezes por mês	Acompanhada (amigos e filhos)	- Trazer minhas crianças no playground - Encontrar amigos	A estrutura do playground e caminhos para andar de bicicleta	A estrutura do playground está muito próxima das ruas, o que não é seguro para as crianças

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Quadro 26. Throop Park

Questões 6 a 13							
6	7	8	9	10	11	12	13
Não	Sim	Sim	Amistosos	Melhor manutenção	1/8 milhas	30 a 45 minutos	Avila Beach Downtown
Sim	Sim	Sim	Limpos, familiares e amistosos	Mais sombras geradas pelas árvores	1 milha	1 a 2 horas	Picos Vulcânicos Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Montana de Oro Downtown
Não	Sim	Sim	Possuem pessoas acolhedoras e amigáveis	Mais sombras, além de espaços de estar para as famílias e amigos	1 milha	30 a 60 minutos	Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Montana de Oro Downtown
Sim	Sim	Algumas vezes	Amistosos e bem cuidados	Mais sombras ocasionadas pelas árvores	1 milha	2 horas	Picos Vulcânicos Avila Beach Pismo Beach Morro Bay Downtown

Fonte: Elaborado por Michele de Sá Vieira, 2018.

Diagramação

Isabela Ferreira Billi

Beatriz Moraes de Andrade

Capa

Michele de Sá Vieira

Amanda Moraes

Isabela Ferreira Billi

Créditos capa

Acervo PMSJC, 2013

Edição de imagens

Isabela Ferreira Billi

Créditos das imagens na abertura dos capítulo

Michele de Sá Vieira, 2013 (Capítulo 1)

Acervo Quapá, 2016 (Capítulo 2)

Acervo Quapá, 2016 (Capítulo 3)

Acervo PMSJC, 2009 (Capítulo 4)

Chamber of Commerce, 2017 (Capítulo 5)

Michele de Sá Vieira, 2018 (Capítulo 6)